

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

**A LIGA DA DEFESA NACIONAL: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PARA O  
BRASIL.**



MARÍLIA – SP  
2012

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

**A LIGA DA DEFESA NACIONAL: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PARA O  
BRASIL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha:** Determinações do mundo do trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

MARÍLIA – SP  
2012

Oliveira, Tiago Siqueira de.  
O481 A Liga da Defesa Nacional : um projeto de modernização  
para o Brasil / Tiago Siqueira de Oliveira. – Marília, 2012  
206 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012

Bibliografia: f. 168-181

Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

1. Liga de Defesa Nacional. 2. Interesse nacional.  
3. Nacionalismo. I. Autor. II. Título.

CDD 320.54

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

**A LIGA DA DEFESA NACIONAL: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PARA O BRASIL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha – Unesp Marília

2<sup>o</sup> Examinador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Jair Pinheiro – Unesp Marília

3<sup>o</sup> Examinador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Renato Luís do Couto Neto e Lemos – UFRJ

Suplentes:

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Miguel Arias Neto – UEL – Londrina-PR

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Eduardo Teixeira – Unesp Marília

Marília, 27 de fevereiro de 2012.

*“Quando os regulamentos e as leis e as normas e os dispositivos escritos não alcançam, entretanto, debelar o ímpeto dos que se levantam é porque já não correspondem a uma situação real, já foram superados na sua vigência”.*

**(Nelson Werneck Sodré)**

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, meu orientador e amigo, a presença segura, competente e estimuladora.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Mestrado) da Universidade Estadual Paulista que, direta ou indiretamente, influenciaram neste trabalho, principalmente, o Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Jair Pinheiro e o Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Eduardo Teixeira, presentes na Banca do Exame de Qualificação e que, junto ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Renato Luís do Couto Neto e Lemos, do IFCS/UFRJ, deram boas dicas, fazendo com que este trabalho pudesse se tornar uma realidade. Gostaria de agradecer, também, ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Miguel Arias Neto, docente da UEL/Londrina-PR e Secretário da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, a indicação de Bibliografia, quando de nossos encontros nos eventos da ABED, Associação Brasileira de Estudos de Defesa e a disponibilidade em participar em minha Banca. E por último, mas não menos importante, Leila Maria Pigozzi Bravo e Elon Guimarães Bravo que com paciência, abnegação e generosidade revisaram o texto de Defesa que ora apresentamos.

A todos os servidores da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, que muito me apoiaram e estimularam a manter o caminho desta conquista.

Quero, também, agradecer a companhia fraterna dos meus amigos Guilherme Pigozzi Bravo, Halley de Oliveira Matias, Leandro Cruz Alves Teixeira, Lauciana Rodrigues dos Santos, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcos Cordeiro Pires, Ricardo Santos, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Barbosa Veríssimo.

A todos os integrantes do Arquivo Histórico do Exército, da Biblioteca Nacional, do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, de São Paulo, ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro que me receberam e me auxiliaram na bibliografia e na coleta de material para este trabalho.

Ao Major de Infantaria Alexandre dos Santos Gallera, meu ex-comandante na 2<sup>a</sup> Companhia de Fuzileiros do 37<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria Leve, o qual é responsável, atualmente, pela Biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras, disponibilizando-me o acervo daquela Unidade, notadamente todas as edições da Revista *A Defesa Nacional*, desde a primeira publicação, em 1913.

Tenho, também, o dever e a sabedoria de abrir espaço para agradecer, de maneira especial, ao Coronel José Carvalho Filho (in memoriam), Vice-Presidente Executivo do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, em Brasília-DF, que me recebeu e abriu as portas da entidade para que este trabalho pudesse ser realizado. Foi ele, também, que possibilitou minha apresentação à Mirian Perolla, Presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro, pessoa atenciosa, prestativa e generosa que me disponibilizou todos os documentos pertinentes à Entidade, relativos ao período pesquisado por mim. Quero aproveitar, para externar meus agradecimentos, também, a todos os integrantes do Diretório da Liga, no Rio de Janeiro, os quais me receberam com muito carinho, quando de minha estada na cidade Rio de Janeiro.

Aos meus Tios Francisco Carlos Beretta e José Carlos Beretta os quais me orientaram em toda minha adolescência e fase adulta, direcionando-me no caminho da retidão e responsabilidade como pessoa humana. Foram meus guias e incentivadores, diante das contradições e dificuldades que uma pessoa se depara na vida, elucidando-me com sabedoria as possibilidades de decisão a ser encarada durante os momentos de incertezas.

Aos meus queridos e amados mãe e irmão Victor quero ressaltar todas as provações que enfrentamos juntos, em todos os momentos difíceis de nossas vidas, quando aprendemos a superar cada momento, sem nunca deixar de acreditar na retidão de comportamento e de atitude.

À minha esposa Fabiana Belmiro Rodrigues de Oliveira, grande incentivadora de minha carreira acadêmica, sendo fundamental para que eu pudesse chegar ao final deste trabalho, sabendo compreender as minhas ausências e os momentos difíceis em meu percurso. E, “por ordem” dela (Fabiana), não posso deixar de agradecer a companhia de meus dois cachorros “salsichas” (Pingo e Kelly), os quais me acompanharam nesta jornada, oferecendo-me o suporte “psicológico” necessário em meus momentos de crise e frustração, durante a elaboração desta Dissertação.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo problematizar as influências da participação política, entre o final da I Guerra Mundial até a Revolução de 1930, da Liga da Defesa Nacional, a qual propõe um Projeto de Defesa, mas nele implicando um Projeto de Nação. Esta abordagem tem, como ponto de partida, os discursos proferidos por Olavo Bilac, na fundação da referida entidade, em 1916, identificando, neles, a tentativa da confluência de interesses, norteada pelo poeta, para um Projeto Nacional, baseado, inicialmente, no Serviço Militar Obrigatório, desdobrando-se em uma proposta para de Instrução Primária (alfabetização) à população, como estratégias para o Desenvolvimento Nacional. Tal Projeto tinha como objetivo propor a Unidade Nacional, por meio da centralização do governo federal, a partir de políticas públicas de Estado, objetivando a futura ocupação do espaço geográfico do país, conforme sua concepção própria de nacionalismo e cidadania. Em suma, procuraremos demonstrar, em nossa hipótese, que o objetivo em relação à fundação da Liga de Defesa Nacional, em 1916, era construir um projeto de modernização conservadora do Estado Brasileiro, momento em que os militares, juntamente com os civis, atuaram como Partido Militar, enquanto possibilidade histórica factual.

**Palavras-chave:** Liga da Defesa Nacional. Interesse nacional. Nacionalismo.

## ABSTRACT

This work aims to problematize the influences of political participation of the League of National Defence between the end of World War I until the revolution of 1930, which proposes a project for the Defense, but it implies a Nation project. This approach has as its starting point the speeches made by Olavo Bilac, in the founding of that body in 1916, the attempt to identify the confluence of interests guided by the poet to a national project, based initially on compulsory military service, and unfolding in proposal for education (literacy) to the population, such as strategies for national development. The project aimed to propose a national unity through the centralization of the federal government from state policy, aiming at the future occupation of the geographic area of the country with his own conception of nationalism and citizenship. In short, try to demonstrate in our hypothesis that the objective in relation to the founding of the League of National Defense in 1916, was to build a project of conservative modernization of the Brazilian State, at which time the military along with civilians, served as Military Party as factual historical possibility.

**Keywords:** It calls of the National Defense. Interest national. Nationalism.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

AFA	Academia da Força Aérea
ABED	Associação Brasileira de Estudos sobre Defesa
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
EB	Exército Brasileiro
EN	Escola Naval
LDN	Liga da Defesa Nacional
LDN-CE	Liga da Defesa Nacional – Comissão Executiva
LN	Liga Nacionalista
PC	Partido Comunista
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista
PRM	Partido Republicano Mineiro
SMO	Serviço Militar Obrigatório
TG	Tiro de Guerra

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 A TRANSIÇÃO PARA O BRASIL REPÚBLICA E A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO MILITAR NAS FORMULAÇÕES DA LIGA DA DEFESA NACIONAL.....</b>	<b>28</b>
1.1.1 A Construção do nacionalismo com referência no recrutamento militar.....	31
1.1.2 Conceito de Soldado-cidadão e Cidadão-soldado.....	39
1.1.3 A problemática da modernização do Exército.....	44
1.1.4 A Ideologia do papel das Forças Armadas.....	50
1.1.5 A participação dos intelectuais da época.....	52
<b>2 OS DISCURSOS DE OLAVO BILAC E O SURGIMENTO DA LIGA DA DEFESA NACIONAL.....</b>	<b>62</b>
2.1 Olavo Bilac e a Defesa Nacional.....	62
2.2 A Revista “A Defesa Nacional”, com perspectiva de modernização do Exército e do país.....	75
2.3 A Influência de Bilac para a criação da LDN e LN, em São Paulo.....	82
2.4 Exército, Interesse Nacional e Liga da Defesa Nacional.....	88

<b>3 CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LIGA DA DEFESA NACIONAL COMO ENTIDADE DE REPRESENTAÇÃO NACIONAL.....</b>	<b>96</b>
3.1 Criação, formulações e início dos trabalhos da Liga da Defesa Nacional.....	97
3.2 Organização dos Diretórios Regionais e realização de Concurso literário.....	100
3.3 Sorteio Militar e realização de estudos acerca da organização de seminários sobre as necessidades estruturais do Brasil.....	104
3.4 Conferências sobre temas de relevância nacional.....	107
3.5 Elogios a Olavo Bilac e término do período de consolidação da Liga da Defesa Nacional.....	109
3.6 Revolta de 1924 e a repercussão no Diretório Central da Liga.....	116
3.7 Conquista do prédio da sede da Liga.....	119
3.8 Apoio dos Estados na formação da Esquadra de Guerra.....	121
3.9 Retorno do Rio Grande do Sul à Liga da Defesa Nacional.....	123
3.9.1 Revolução de 1930 e o impacto na LDN.....	124
<b>4 LIGA NACIONALISTA E A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO.....</b>	<b>131</b>
4.1 Olavo Bilac e seu primeiro discurso como estímulo para fundação da Liga Nacionalista.....	131
4.2 Análise do Estatuto da Liga Nacionalista e seus objetivos como entidade paulista.....	138
4.3 A gripe espanhola, em São Paulo e a atuação da L. N.....	140
4.4 A instrução popular, voto secreto e o Serviço Militar.....	143
4.5 A participação política da L. N.....	154

4.5.1 Oposição estudantil à Liga Nacionalista e a Bucha (1918-1928).....	155
4.5.2 O fim da Liga Nacionalista em 1924.....	158
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	165
<b>REFERÊNCIAS</b>	168
<b>ANEXOS</b>	182

## 1 INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem, como objetivo, analisar a participação política da Liga da Defesa Nacional, entre 1916 a 1930, período este muito rico para a historiografia brasileira, notadamente no que diz respeito à consolidação espacial do território brasileiro. Ocorreram, no Brasil e no mundo, vários acontecimentos que estimularam algumas personalidades nacionais a pensarem na possibilidade de um projeto nacional para contrapor o cenário separatista, que se desenvolvia naquela ocasião. Nesse sentido, o governo central no Rio de Janeiro precisava se legitimar como liderança política nacional. No contexto interno, a Revolta de Canudos (1896-1897)<sup>1</sup>, a Revolta da Armada (1893-1894)<sup>2</sup>, a Revolta da Chibata (1910)<sup>3</sup>, o Contestado (1912-1916)<sup>4</sup>, a Revolta dos Sargentos (1915)<sup>5</sup>, as Greves Operárias (1917, 1918 e 1919)<sup>6</sup>, o Tenentismo (1922, no Forte de Copacabana e 1924, em São Paulo)<sup>7</sup>, a Coluna Prestes (1924-1926)<sup>8</sup> foram eventos que nortearam o processo das deliberações sobre os rumos que o Brasil poderia tomar, devido aos reflexos em nossa conjuntura interna, e que poderiam possibilitar a fragmentação do país.

No contexto externo, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi justificativa para ações coordenadas das lideranças, notadamente aquela capitaneada por Olavo Bilac, no intuito de inserir os brasileiros no debate sobre a questão nacional. Essa perspectiva, bastante avançada para aquela época, possibilitaria a consolidação do Brasil para os brasileiros, pois a maioria dos habitantes não se identificava como cidadãos da República, mas, sim, com a localidade em que moravam. Essa era a proposta Bilaquiana, que será o ponto de partida para a nossa abordagem acerca do projeto nacional desenvolvido pela Liga da Defesa Nacional.

Para inicialmente delinear nosso escopo, vale ressaltar que este trabalho originou-se durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, defendido em 2008, paralelamente à minha participação no grupo de Estudos “Militares e Esquerda Militar no Brasil”, fórum em que discutimos e analisamos diversas obras literárias e acadêmicas que versavam sobre a participação dos militares na política, em diversos momentos da História, notadamente no século XX.

---

<sup>1</sup> CUNHA, 2000.

<sup>2</sup> MCCANN, 2009.

<sup>3</sup> SODRÉ, 2010.

<sup>4</sup> SODRÉ, 2010; MCCANN, 2009; RODRIGUES, 2008;

<sup>5</sup> MCCANN, 2009;

<sup>6</sup> OLIVEIRA, 1990;

<sup>7</sup> SODRÉ, 2010; MCCANN; BRASIL BANDECCHI, 1980;

<sup>8</sup> AMADO, 1987;

Concomitantemente ao grupo de pesquisa, à elaboração do TCC e, durante o desenvolvimento desta Dissertação, participamos de Congressos acadêmicos sobre Defesa Nacional, promovidos pelo Ministério da Defesa, em 2006 (Academia da Força Aérea – AFA), 2007 (Escola Naval – EN), 2008 (Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN), do 1º Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira (UFRJ – Rio de Janeiro/2009), do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Londrina-PR/2009), do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Brasília/2010) e do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH-USP/São Paulo-SP/2011), os quais tinham o objetivo de estreitar diálogo entre pesquisadores civis e militares, na área pertinente ao estudo que ora apresentamos.

Sob a perspectiva dos discursos de Bilac, mergulhamos na pesquisa em relação ao papel da Defesa Nacional, na vida cotidiana da sociedade. Ao abordar tal tema, verificamos a influência da doutrina das Forças Armadas em vários desdobramentos da Historiografia Brasileira, principalmente a desenvolvida pela Liga da Defesa Nacional. Sendo assim, o que saltou aos nossos olhos foi à concepção de cidadania e nacionalismo delineada pelos militares, que tentou se consolidar durante vários períodos históricos, travestida de aparente imparcialidade, definindo o conceito de nacionalidade, idealizado pela Instituição. Em consequência, foram surgindo algumas indagações: o que era esse sentimento de Pátria? Qual era o interesse nacional? Qual era a concepção de cidadania?

Para fundamentarmos nossa exposição, faz-se necessário identificar uma das características marcantes da História do Brasil Republicano, que é a participação constante dos militares na vida política, e em vários momentos decisivos. Essa constatação, por si só, não apenas justifica como recomenda a realização de estudos sobre as Forças Armadas. Tais estudos, além de possibilitarem o conhecimento dos principais aspectos da atividade política dos militares - motivação, objetivos, alcance, consequências - , contribuem para proporcionar uma perspectiva pertinente e detalhada do contexto em que as intervenções militares ocorreram, identificando condições que as viabilizaram, sobretudo como fator de conquista da sociedade para a causa dos militares.

Verifica-se, porém, que os esforços de pesquisa nesse sentido são ainda insuficientes e não têm sido sistemáticos, intensificando-se nos períodos em que os militares aparecem como protagonistas na cena política, e refluindo quando retornam aos bastidores. Segundo Antônio Carlos Peixoto, uma primeira constatação se impõe: “[...] os trabalhos que tendem a fornecer uma explicação da intervenção dos militares são poucos numerosos, sobretudo se consideram a importância e a complexidade do problema” (PEIXOTO, 1980, p. 27). Tal esforço não

parece derivar, portanto, da compreensão da importância de se conhecerem melhor esses atores políticos singulares, mas, sim, da necessidade de explicar suas ações em tempos de crise. Não podemos nos furtar em afirmar que os militares, nesse escopo, são os elaboradores dessas iniciativas de intervenção, mas, nem sempre, conseguem prever os desdobramentos de suas ações, ficando estas sujeitas às vicissitudes políticas de cada região e dos atores que dela participam.

Dentro deste cenário de muitas lacunas, nosso trabalho foi concebido como tentativa de contribuir para esse esforço de pesquisa sobre as Forças Armadas Brasileiras, ou, mais especificamente, sobre a participação da Liga da Defesa Nacional no cenário da segunda década do século XX. A premissa básica que orientou a elaboração deste trabalho baseia-se na necessidade de se considerar alguns atores da instituição militar como partes integrantes da totalidade social, sem, contudo, ignorar suas características e interesses específicos. É o que procuramos justificar, principalmente no que diz respeito à participação de vários intelectuais e políticos na formulação do projeto nacional proposto pela Liga da Defesa Nacional, não sendo este, apenas uma perspectiva militar.

Em linhas gerais, há dois modelos básicos consolidados de interpretação sobre a ação das Forças Armadas na Política. Antonio Carlos Peixoto, no Capítulo “Exército e Política no Brasil”<sup>9</sup> discute esses modelos. Uma primeira leitura é a **institucional/organizacional**. Edmundo Campos Coelho, pesquisador eminente dessa linha, apreende as Forças Armadas como uma esfera à parte da sociedade; pauta-a como objetivada mediante seus interesses, tornando-se quase um partido. A hierarquia e a disciplina prevalecem nas discussões. O referido autor considera o Exército, particularmente, como uma estrutura monolítica. Essa concepção afirma que os militares atuam de dentro para fora, ou seja, os militares teriam autonomia frente à sociedade. Essas características possibilitam a leitura de que não existe contradição política interna dos militares se inserirem na política, demonstrando o caráter monolítico da Instituição, principalmente porque a tomada de decisão estaria articulada dentro da hierarquia.

Uma segunda leitura está fundamentada no referencial **instrumental**, o qual desenvolve que as Forças Armadas sofrem influência política dos civis, e vice-versa, ou seja, de partidos políticos, de associações, de clubes, de sindicatos, de intelectuais, de lideranças políticas dos governos federal e estaduais, de empresários, etc. Essa leitura é notadamente fundamentada em Samuel Huntington e Nelson Werneck Sodré. O primeiro, ideólogo dos

---

<sup>9</sup> ROUQUIÉ, 1980.

conservadores norte-americanos, teve algumas de suas obras publicadas pela Biblioteca do Exército<sup>10</sup>; o segundo, militar do Exército Brasileiro, possuía leitura à esquerda do processo, com referencial marxista<sup>11</sup>.

Propomos, por meio do referencial **instrumental**, que a participação dos militares na política influencia os civis (lideranças políticas, intelectuais e agentes do Estado), mediante seu projeto nacional, em que os cidadãos transformam-se em soldados. Nessa dialética, ocorrem grandes conflitos, gerando diversas apreensões de nacionalismos, dependendo dos interesses que cada fração de classe tem, ao tomar contato com a proposta da Liga da Defesa Nacional. Assim, o desenvolvimento do nacionalismo vislumbrado pelos militares daquele período, como necessário a todos os brasileiros, é apreendido por meio de diversas influências e possibilidades, que analisaremos a partir da perspectiva da Liga da Defesa Nacional.

Porém, há outras leituras, às quais acreditamos serem derivadas das duas linhas anteriores, **Instrumental** e **Organizacional/institucional**. Assim, a concepção notadamente defendida por Alfred Stepan afirma que os militares exercem o **Poder Moderador**. Outra variante, similar a Stepan, é a defendida por Oliveiros Ferreiros, o qual desenvolve o conceito de **Partido Fardado**, fazendo analogia com a ação unificada da Instituição Militar. Há também, a Esquerda Militar, que analisa a atuação dos militares marxistas e a leitura de Partido Militar.

A expressão “Partido Militar”, que pode parecer sutilmente provocadora, para Rouquié (1980) não implica de modo algum o desejo de obliterar a especificidade das instituições, tornando conhecido o desconhecido e confundindo o funcionamento do braço militar do Estado, com o modelo partidário. Essa metáfora, segundo o autor, não tem outro objetivo, em um primeiro momento, senão o de assinalar firmemente a perspectiva escolhida:

[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo, que conhecem em seu seio, tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica, processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. (ROUQUIÉ, 1980, p. 12).

A expressão “partido militar” possui igualmente a vantagem de pôr em discussão o lugar-comum, propiciado pelos próprios militares das Forças Armadas, como um ator unido, senão monolítico, da noção inspirada pela esquematização simplista dos traços

---

<sup>10</sup> A Biblioteca do Exército publicou sua obra “O Soldado e o Estado”, cuja primeira edição em português chegou ao público em 1996.

<sup>11</sup> Nelson Werneck Sodré, dentre várias obras escreveu o livro “História Militar do Brasil”, publicado em 1965, pela editora Civilização Brasileira, com sua 2ª edição publicada pela Editora Expressão Popular, em 2010.

organizacionais que caracterizam as instituições militares (disciplina, hierarquia, verticalidade). De maneira bastante flexível, a expressão “partido militar” enfatiza as situações em que o Exército participa da política, relacionando as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar, e vice-versa.

[...] os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estrutura políticas próprias do Exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada. (ROUQUIÉ, 1980, p. 13).

Peixoto (1980) afirma que a ação dos militares como Partido se apresenta enquanto processo histórico, analogamente ao defendido por Rouquié. Diferentemente dos autores acima, acreditamos que os militares podem, sim, atuar na política como Partido, enquanto possibilidade histórica, e não enquanto processo. A Liga da Defesa Nacional, dessa forma, seria, em nossa hipótese, a expressão acabada à época, da atuação de militares e civis, como expressão de um partido de organização e veiculação dos postulados dessa fração militar, particularmente os formulados pelos militares que lideravam a Revista “A Defesa Nacional”. Essas formulações, de alguma forma, foram apropriadas por Bilac, em seus discursos sobre a Defesa Nacional.

Para analisarmos a participação dos militares na política, é necessário realizar um adendo sobre o conceito de Estado, quanto ao debate teórico. Escolhemos trabalhar com a obra, Estado e Teoria Política, de Martin Carnoy, que analisa a função do Estado tanto nas sociedades capitalistas desenvolvidas quanto nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, notadamente quanto a sua importância nos aspectos políticos, econômicos, ideológicos e como força legal - polícia e Forças Armadas -, no contexto de uma sociedade.

Para Carnoy (1986), o desenvolvimento capitalista e o Estado sempre estiveram muito ligados. No século XIX, havia maior limitação quanto à participação do Estado nas sociedades capitalistas. A grande dinâmica do mercado internacional, naquela ordem econômica, deixava os mercados periféricos em desvantagem. Para referido autor, a produção das empresas privadas, até o final dos anos 1920, foi a principal força propulsora das economias capitalistas. Sendo assim, ele procura discutir os conceitos de Estado, a partir da perspectiva de classe, com fundamento nas diversas teorias políticas existentes: norte-americana, marxista tradicional, marxista pós-leninista e a dos Estados Dependentes.

Em nosso trabalho, pautamo-nos na discussão da teoria dos Estados Dependentes. As análises do autor demonstram que o Estado, no Terceiro Mundo, desenvolveu-se em condições diferentes das dos países avançados, principalmente devido à ação do capital estrangeiro nos países periféricos e ao resultante enfraquecimento da burguesia local. Esse enfraquecimento dificulta o estabelecimento da hegemonia local e cria condições para o surgimento de regimes autoritários, altamente coercitivos e burocráticos.

Qualquer definição de **hegemonia** é complicada pelo uso da palavra em dois sentidos diametralmente opostos: primeiro, significando domínio; segundo, significando liderança, tendo implícita alguma noção de consentimento. Em Gramsci (2006), no Caderno 12, a categoria hegemonia significa o predomínio ideológico das classes dominantes (valores e normas burguesas) sobre a classe subalterna, na sociedade civil, sendo o próprio Estado encarregado de legitimar a hegemonia da burguesia no poder. Essa textura de hegemonia, segundo Gramsci, é tecida pelos intelectuais, os quais têm papel organizativo na sociedade.

[...] O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. [...] Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente. (GRAMSCI, 2006, p. 63).

Essa textura de hegemonia é construída pelos intelectuais (orgânicos), que são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade. Logo, o Estado é, ao mesmo tempo, um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante (sociedade civil), e uma força repressiva (sociedade política), que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados. Sendo assim, ao estabelecermos diálogo com Carnoy (1986, p. 93), o Estado, nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas (Estados Dependentes), não se caracteriza pela democracia parlamentar, por estar em uma condição temporária associada a fases específicas do desenvolvimento capitalista, ou pelo fato de ter um fraco desenvolvimento industrial, em relação às economias capitalistas mais avançadas, que o mantêm na condição de Estado periférico. Para ele, “as visões marxistas do Estado em países com fraca industrialização são discutidas principalmente com base no desenvolvimento desses países e sua função dentro de uma ordem econômica mundial”. Sendo assim, “o Estado, na América Latina, antes de 1930, fundamentalmente expressava os interesses da burguesia exportadora e dos proprietários de terra que atuavam como agente para o investimento estrangeiro, especialmente nas economias

exportadores de bens primários” (CARNOY, 1986, p. 247). No entanto, após a crise econômica capitalista mundial, em 1929, o Estado, nessas regiões subdesenvolvidas, interveio para estipular tarifas protecionistas, a fim de transferir a renda do setor de exportação para o setor doméstico, e para criar a infraestrutura necessária na intenção de manter uma indústria de substituição de produtos importados.<sup>12</sup>

Logo, o problema de hegemonia, que a interação política foi incapaz de resolver, é solucionado por meio do recurso ao autoritarismo, notadamente, frente à crise de acumulação, quando as formas democráticas e outras formas de Estado burguês não são mais adequadas para satisfazerem as necessidades do capital doméstico estrangeiro, e quando uma coalizão capitalista atua para substituir essas formas por regimes autoritários. Sendo assim, foi necessária uma opção teórico-metodológica definida, embora não dogmática. Das referências que consideramos particularmente relevantes, tomamos suas concepções por base. Inicialmente, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx<sup>13</sup>, ao analisar uma sucessão de crises que culmina com um golpe de Estado, proporciona valioso instrumental, especialmente para acompanhar o desenvolvimento de articulações entre o plano econômico e político, e o progressivo envolvimento dos militares na política. Havia intenção, não muito clara, de se construir a democracia, por meio do voto e da criação de Partidos Políticos, segundo a categoria Gramsciana de moderno príncipe, na qual o Marxista Sardo analisou os escritos do pensador florentino, “Nas breves notas sobre política de Maquiavel”, no caderno 13:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenho tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2006, p. 16).

---

<sup>12</sup> O autor analisa que após 1930, o Estado se caracterizou por uma divisão de poder entre a nova burguesia nacional e a velha oligarquia. Em alguns Estados subdesenvolvidos, o aparelho burocrático foi usado para formar um grupo industrial que, posteriormente, dividiu as funções empresariais entre as empresas pertencentes ao Estado. O processo de industrialização, por sua vez, criou os deslocamentos populacionais do campo para as cidades, bem como as sociedades urbanas de massa, compostas de um operariado assalariado e uma população de não assalariados, centro de revoltas sociais. Por outro lado, o aparecimento do autoritarismo é explicado como tendência lógica de uma burguesia financeira e monopolista regional frágil, em resposta a uma crise econômica capitalista mundial derivada da acumulação capitalista internacional. E ainda, havia pressões provenientes das burguesias e dos Estados metropolitanos, os quais queriam expandir a acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido, forçando novas medidas como o militarismo, cujo objetivo é extrair o excedente, por uma fração crescente dos benefícios provenientes da produção. Observamos que o militarismo é acionado pelas burguesias como forma de estabelecer a ordem e aumentar a acumulação capitalista (CARNOY, 1986, p. 242).

<sup>13</sup> MARX, 1978.

Gramsci (2006) afirma que Maquiavel jamais diz que pensa em, ou se propõe ele mesmo, mudar a realidade, mas visa apenas e concretamente mostrar como deveriam operar as forças históricas para se tornarem eficientes.

A trajetória de Gramsci acompanhou aquela do partido comunista que ele contribuiu para fundar e consolidar, tendo-lhe oferecido largo substrato teórico e cultural. Gramsci foi visto como um grande “leninista”, mas também como um grande intelectual nacional-popular; foi lido como precursor da “via italiana ao socialismo” e como o teórico e estrategista da disputa pela hegemonia a partir de dentro da ordem burguesa democratizada. (DEL ROIO, 2005, p. 15).

Entretanto, advertirmos que houve várias tendências na leitura da obra de Gramsci, principalmente no âmbito cultural, despolitizando-o. A tendência geral, segundo Del Roio (2005) é de homologar Gramsci dentro da tradição cultural italiana, fazendo dele um “clássico”, e acentuando, na melhor das hipóteses, seu vínculo com Croce, Gobetti ou Salvemini<sup>14</sup>. Nesse contexto, os leitores de Gramsci tendiam a se sobrepor à leitura de um Gramsci “maduro”, abraçando o pensamento da social-democracia, ou mesmo o liberalismo, destacando-o, entre outros autores, como Norberto Bobbio. Essas interpretações possibilitaram, a alguns, aplicar a Gramsci a suposta classificação de teórico da superestrutura. Apesar da consideração acima, Del Roio (2005) adverte que o elemento fundamental a ser observado, para explicar esse novo “encarceramento” de Gramsci, é a força e a eficácia da ofensiva do Capital, na produção e na cultura, contra o mundo do trabalho, suas instituições e representações culturais. Aqui propomos nosso diálogo com Gramsci, a partir do Projeto Nacional encetado por Olavo Bilac, via Liga da Defesa Nacional. O moderno príncipe seria a Liga da Defesa Nacional, a qual desenvolveria o Projeto de Nação e os pressupostos de nacionalismo a serem disseminados por toda a sociedade.

---

<sup>14</sup> Grupo de intelectuais burgueses literatos, cuja atitude reacionária, confusão ideológica, nostalgia de uma ordem perdida, populismo os marcam como a última versão do padre jesuíta Bresciani, conhecido autor de romances históricos e polemista, ortodoxo, repressivo, extremamente conservador, realmente *jesuítico*, sendo que o termo "lorianismo" serve para indicar um grupo de intelectuais das ciências sociais, cujo positivismo, oportunismo e cultura aproximativa estão magnificamente exemplificados na obra e na carreira do professor de economia Achille Loria. A parte central da nota nos Cadernos do Cárcere é ocupada por uma relação e uma breve descrição de algumas obras que testemunham a predileção de Loria pelas teorias excêntricas. Seguem-se algumas considerações relativas aos comentários de Benedetto Croce sobre Loria. A nota conclui com a observação de que Loria não deve ser considerado um fenômeno único e que a análise de suas idiossincrasias pode ser proveitosamente estendida a muitos outros intelectuais: "Loria não é um caso teratológico individual: é o exemplar mais completo e consumado de uma série de representantes de um certo estrato intelectual de um certo período; em geral, dos intelectuais positivistas que se ocupam da questão operária e que acreditam mais ou menos aprofundar, ou corrigir, ou superar o marxismo [...] Em geral, pois, o Lorianismo é uma característica de certa produção literária e científica de nosso país (muitos de seus documentos se encontram na Crítica de Croce, na Voce de Prezzolini, na Unità de Salvemini), ligada à escassa organização da cultura e, portanto, à falta de controle e de crítica". Gramsci, 1975, p. 22.

[...] ‘A desconstrução’ da classe operária e de seu movimento político-cultural pela ação de uma massa de intelectuais orgânicos do capital postados na organização da produção e nos meios de difusão da informação, com a generalização do ideário pós-moderno, torna incompreensíveis e sem sentido as questões postas por Gramsci. Para um mundo no qual predomina a fragmentação dos sujeitos e no qual não há sentido qualquer a noção de totalidade contraditória do real, não é possível perscrutar a emancipação humana da alienação do trabalho imposta pelo capital, rumo a um humanismo integral. (DEL ROIO, 2005, p. 18).

No caso particular do Brasil, a classe operária mobilizava-se como os movimentos ocorridos em 1917, 1918 e 1919. As lideranças políticas do Rio de Janeiro e dos Estados onde a produção industrial estava se consolidando temiam o reflexo dos acontecimentos da Europa, principalmente pelos conflitos já ocorridos no Brasil. Contudo, os militares, por força das características específicas da atividade a que se dedicam, desenvolveram um contexto vivencial próprio, o “sistema social-militar”, na expressão de Rattenbach (1972), para analisar e propor soluções para esses problemas sociais. Com base nesse conceito, Sérgio Murillo Pinto (1990), no texto *Democracia e Forças Armadas no Brasil*, demonstra que os militares trabalham, estudam e, às vezes, residem em um sistema social semifechado, em que são apoiados por serviços assistenciais, participam de atividades culturais, religiosas e de lazer. Nesse ambiente organizado, o considerável isolamento e a estrita observância de normas e valores rígidos produzem certa homogeneidade de idéias.

A disciplina e a hierarquia são os condicionantes básicos desse modo de pensar próprio, que resulta, em muitos aspectos, conservador e autoritário. O consenso, a coesão, a solidariedade interna, a ordem e o controle são muito valorizados; tais características tornam difícil a convivência com os conflitos. (PINTO, 1990, 37).

A socialização dos indivíduos, nesse contexto vivencial, gera consequências que Dreifuss sintetiza, realçando os processos de reprodução e reforço do modo de pensar próprio dos militares e suas manifestações:

Consolida-se, assim, uma rede de relações impessoais e de solidariedades mecânicas e orgânicas, além de normas subjacentes, que são transmitidas de turma em turma, de geração em geração, e também de maneira hierárquica, como patrimônio organizacional, comportamental, simbólico e racional, que irá expressar-se no fazer político, no sentir e vivenciar social e na elaboração ideológica do indivíduo militarizado, situado neste singular contexto auto-encapsulado. Em suma: estamos falando do processo de configuração, consolidação, expansão e projeção de uma verdadeira sociedade política armada. (DREIFUSS, 1987, p. 103).

Pinto (2010) destaca que a mentalidade, ideologia, espírito ou pensamento militar, seria necessário atribuir sentido mais preciso às denominações empregadas por diferentes autores para se referirem ao que, até aqui, chamamos de “**modo de pensar próprio dos militares**”. Evidenciam essa necessidade a polissemia desses termos e a ausência de maior rigor no seu emprego, variando a abrangência dos significados desde o mais estrito de identidade profissional, ao mais amplo de uma concepção de mundo. Por outro lado, evitar a rigidez semântica torna-se, neste caso, desejável, pois o modo de pensar próprio de um grupo sócio-profissional é um conceito cuja formulação precisa é problemática, como se observa na tentativa de Cardoso e Brignoli (1983), ao tratarem das mentalidades coletivas.

Optamos por **pensamento**, principalmente por ser o termo que remete, ou melhor, adapta-se à categoria gramsciana de **concepção de mundo**, um importante fundamento na estrutura deste trabalho. Gramsci adverte que, em toda atividade intelectual, em todo pensar, está contida uma concepção de mundo, e que essa própria concepção de mundo vincula o indivíduo a um grupo, “[...] precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo pensar e de agir”. (GRAMSCI, 1981, p. 11-12). Essa expressão, ademais, é de uso frequente e bem aceito no campo das ideias, inclusive em relação às instituições militares<sup>15</sup>.

Empregamos o conceito de **pensamento militar** como um conjunto de concepções, crenças, valores e atitudes que se formam no exercício da atividade militar e que pautam a inserção das Forças Armadas e de seus membros na sociedade inclusiva. Entendido como categoria histórica, encerra as “estruturas mentais” do grupo, elementos derivados da conjuntura e mesmo dos acontecimentos, que se enredam naquela “dialética da duração” de que fala Braudel (1982, p. 9). Assim, explicitar o pensamento militar implica reconstruí-lo, resgatar seu processo de formação, captar seu movimento, acompanhar as transformações por que passa, de acordo com cada momento histórico, o qual reflete uma característica peculiar da conjuntura social e política. Assim, o objetivo particular deste trabalho é analisar o pensamento militar como pressuposto de Projeto Nacional, mas o de uma fração de militares que se propunham a tal ação. Como postula Gramsci, a fração de militares que quer se hegemonizar age no cenário político, demonstrando que este seria o pensamento do todo, o que, em realidade, não corresponde à totalidade social dos militares.

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987. O próprio título dessa coletânea de artigos deve ter contribuído para difundir o uso do termo.

O pensamento militar, portanto, extrai, sobretudo, da ação política, o elemento para sua reelaboração e, ao longo do processo, vai, por sua vez, influenciando os novos rumos da ação política. Assim, um estudo sobre as Forças Armadas Brasileiras, em perspectiva histórica, deve ter em vista a compreensão da dinâmica dessas relações entre pensamento e ação política, dentro de seu contexto histórico. Tal estudo apresenta, como primeira dificuldade, o estabelecimento dos episódios temporais para o início do acompanhamento do processo de atuação dos militares, como resultante da conjuntura política. Trata-se, pois, de identificar o momento histórico a partir do qual a dinâmica das relações entre o pensamento e a ação política dos militares brasileiros se torna efetivamente relevante para a compreensão de suas intervenções na vida política contemporânea. Sendo assim, sugerimos, como exemplo, para efetuar este exercício, os esforços para a construção do projeto da Liga da Defesa Nacional. Nessa direção, nossa leitura se firmará contrária à concepção organizacional/Institucional, sendo que, em nosso trabalho, afirmaremos que o surgimento da Liga da Defesa Nacional e os desdobramentos políticos da ação dela, refletiram em diversas evoluções sociais, que fugiram ao controle das formulações militares, inicialmente propostas por Bilac. Podemos citar como exemplo, a Liga Nacionalista em São Paulo, a qual foi acusada de participar da Revolta Tenentista de 1924, como exporemos no quarto Capítulo.

Em síntese, julgamos necessário considerar o Exército integrado ao processo de desenvolvimento histórico-social em curso, como parte de uma realidade que é um todo estruturado, dialético<sup>16</sup>. Sendo assim, as relações internacionais, a estrutura sócio-econômica do país, a vida cultural e a atividade política representam mais do que meras influências, assim como a origem social dos oficiais, sua socialização no sistema social-militar, a função do Exército como instituição do Estado e seus interesses organizacionais específicos integram esse todo.

Em consequência, quanto ao método de pesquisa, nosso trabalho pautou-se na leitura de fontes primárias e secundárias sobre o objeto de estudo em questão. Na leitura das fontes, a relação documento/monumento pontuada por Jacques Le Goff permeou nosso olhar para ele: “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento” (LE GOFF, 1996, p. 547-548). O documento, assim, é uma construção consciente ou não da sociedade, permeado pelo espaço-tempo e pela cultura daqueles que o produziram, como também, por aqueles que o conservam. Dessa maneira, é

---

<sup>16</sup> ver: KOSÍK, 1969, p. 33-37.

por meio da desestruturação crítica do documento que podemos compreendê-lo como monumento de poder institucional. Os documentos da Entidade e os documentos Institucionais analisados são, antes de tudo, monumentos históricos, os quais exigem a normalização, a produção e a organização da memória. De forma que a produção dos documentos é, na maioria das vezes, afinada com a vontade institucional. O documento assim se posta como monumento da ordem institucional. Para auxiliar o procedimento metodológico, adotamos também a pesquisa histórica dedutiva, empreendendo uma busca qualitativa, por meio de algumas ferramentas da análise de discurso em Bardin (1995), quanto ao tempo histórico, escrita, organização da análise, codificação, categorização, inferência, etc.

A documentação pesquisada, de maneira geral, restringiu-se às seguintes fontes:

a) As Fontes Primárias são as Atas da Liga da Defesa Nacional, do período de 1916 a 1930, livros publicados por integrantes da Liga da Defesa Nacional e pela Liga Nacionalista. Analisamos, também, Relatórios do Ministério da Guerra e Boletins publicados em jornais da época e a Revista *A Defesa Nacional*, publicada desde 1913. E ainda, outra forma que desenvolvemos para a coleta de material foi a aquisição de obras em sebos online, como, por exemplo, a obra da Liga Nacionalista, com o título *O que todo cidadão deve saber*, publicada em 1919, e *O voto secreto*, de Mario Pinto Serva, publicado em 1923, dentre outros títulos raros constantes da Bibliografia.

b) Dentre as fontes secundárias, utilizamos, para contextualizar o período, os historiadores Edgard Carone, Décio Saes, Eric Hobsbawn, Renato Lemos, Thomas Skidmore, entre outros. Esses autores, de uma forma ou de outra, contribuíram para refletirmos sobre a conjuntura política.

c) Fontes secundárias formada por historiadores que discutem o papel das Forças Armadas no Brasil, os quais, embora conflitantes entre si, proporcionam uma possibilidade de análise rica, devido ao rigor teórico de seus trabalhos. Dentre esses autores, os que consultamos foram Alfred Stepan, Bandecchi Brasil, Edmundo Campos Coelho, Frank McCann, José Murilo de Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Samuel Huntington, entre outros.

d) Nosso referencial teórico-metodológico, em relação à participação dos militares na política como Partido e a atuação de Olavo Bilac, está fundamentado em Alain Rouquié, Antonio Gramsci, João Quartim de Moraes, Marcos Tadeu Del Roio, Nelson Werneck Sodré, Paulo Ribeiro da Cunha, Renato Lemos e Antonio Carlos Peixoto.

e) Foram realizadas pesquisas na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Exército, na Biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras, no Arquivo do Estado de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, na Sede da Liga da

Defesa Nacional no Rio de Janeiro, na Sede da Liga da Defesa Nacional em Brasília, na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na Biblioteca da Universidade de São Paulo, no Arquivo Nacional, no CPDOC/FGV/RJ e no Arquivo Histórico do Exército.

f) Com a finalidade de estabelecer diálogo com outros trabalhos, realizamos leituras de artigos, teses e dissertações que estão especificadas nas referências deste trabalho, que apesar de não serem estritamente vinculadas ao objetivo desta dissertação, possibilitaram o diálogo, tendo em vista o recorte histórico estar intimamente relacionado ao nosso objeto de pesquisa.

Para apresentarmos nossa exposição, organizamos o trabalho em quatro capítulos, sendo que, no terceiro deles, realizaremos uma análise mais profunda sobre a Liga da Defesa Nacional. Para tanto, nossa discussão será balizada pelo exame do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, localizado no Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo, fazemos a exposição do trabalho, alicerçada nas origens do Serviço Militar Obrigatório e a transição para o Brasil República. Por meio do referencial instrumental, realizaremos discussão historiográfica, a partir das fontes encontradas e da literatura histórica que aborda o Serviço Militar no Brasil e o conceito de soldado-cidadão, ressaltando a questão da necessidade de modernização do Exército.

No segundo capítulo, analisamos os discursos de Olavo Bilac, notadamente os realizados em favor da Defesa Nacional. Demonstramos as críticas dispensadas às concepções bilaquianas, particularmente as realizadas por Alberto Torres e Lima Barreto, no tocante ao serviço militar. Apresentamos a influência dos Jovens Turcos, nas reflexões de Olavo Bilac, no que diz respeito ao apoio de efetivação do Sorteio Militar, da concepção de Interesse Nacional e na proposta de fundação da Liga da Defesa Nacional.

No terceiro capítulo, apresentaremos a construção e a consolidação da entidade como representação nacional, mediante reflexões realizadas pelo Diretório Central, localizado, àquela época, no Rio de Janeiro, com base nas Atas da Comissão Executiva e do Diretório Central da Liga. Finalizaremos com a apresentação da articulação política realizada em defesa da Instrução Primária, e, da mudança de foco da entidade, a partir da Revolução de 1930.

No quarto capítulo, realizamos a apresentação das particularidades da Liga Nacionalista, em contraponto à Liga da Defesa Nacional, demonstrando a predominância da Faculdade de Direito de São Paulo nas discussões políticas sobre a Defesa Nacional, Instrução Pública, Serviço Militar e Voto Secreto, na perspectiva paulista. Demonstraremos a diferença

existente nas discussões acerca do problema nacional e as sugestões da Liga dentro do processo histórico, na década de 1920, culminando em seu fechamento em 1924.

## **1.1 TRANSIÇÃO PARA O BRASIL REPÚBLICA E A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NAS FORMULAÇÕES DA LIGA DA DEFESA NACIONAL**

Ao darmos início ao nosso objetivo, que consiste em verificar a finalidade e as políticas de estado propostas pela Liga da Defesa Nacional, precisamos entender o cenário e o tempo histórico que possibilitaram pensar em uma entidade com a grandeza prevista em seus registros. A nossa perspectiva mediata, para fundamentar a participação dos militares na política, tem seu ponto de partida a Guerra do Brasil com o Paraguai (1865). Porém, “o projeto de reformulação da Escola Militar indica a abrangência da discussão sobre o lugar dos militares na sociedade brasileira, em curso no final da década de 1880”, segundo Renato Lemos (1990, p. 329). Percebemos que a Guerra com o Paraguai serviu de referência para os militares pensarem a responsabilidade e o dever deles em relação às deficiências do Brasil. Ressaltamos que a influência positiva e a operacionalização do conceito de “Soldado-cidadão”, ou seja, o militar imbuído da sua missão constitucional e social que ousava influenciar na política nacional identificavam as ingerências na guerra e a situação do negro “escravo” como irmão de pátria, prejudicado por uma concepção de mundo retrógrada. O interesse nacional não era contemplado, diante da conjuntura internacional. Sendo assim, esta perspectiva de cidadania militar influenciava intelectuais e, notadamente, os militares (Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamim Constant), em relação à situação dos escravos, culminado na abolição em 1888 e conseqüente Proclamação da República.

Não queremos pormenorizar toda a discussão que permeia a abolição, pois tenderíamos a ser superficiais. Queremos apenas ressaltar que a questão militar e, principalmente, a ascensão da corrente liberal, a qual procurava construir um mercado para os produtos excedentes decorrentes da Revolução Industrial, os quais precisavam de consumidores; assim sendo, a escravidão não mais se adequava ao desenvolvimento do capital. Essa questão, além de muito densa, não representa o objetivo deste trabalho, pois seria necessário discuti-la em todas suas nuances. Os elementos explicativos da significação histórica e política da abolição da escravidão e a conseqüente Proclamação da República fazem parte de um mesmo processo, mas com derivações complexas dentro da trama social e política. Sendo assim, o contexto de surgimento da LDN traz, em si, reflexos destes dois episódios emblemáticos da historiografia nacional, os quais se desdobram em processos de cooptação da população pobre, analfabeta, pelo Liberalismo<sup>17</sup>, que começava a influenciar os

---

<sup>17</sup> Alfredo Bosi, afirma que Losurdo poderia, a partir da análise das reflexões de John Callhoun, vice-presidente dos Estados Unidos entre 1829 e 1832, líder do Partido Democrático, o qual escreveu textos apaixonados em

políticos brasileiros. Essa corrente insere particularmente a população pobre à lógica da produção de substituição de importação, diante acumulação de capital. Segundo Penna (2008), coube a Campos Sales sintetizar o pensamento dominante dos políticos paulistas integrantes da facção republicana mais pragmática. Mas o que estava em jogo era o pacto liberal-federalista:

Em carta a Lucena, de 4 de março de 1891, sentenciou: “os paulistas só queriam legalidade”. Essa declaração soa ao mesmo tempo como uma crítica à condução da política liderada pelos militares, e uma reafirmação de princípios. No que se refere ao primeiro caso tratava-se também de uma explicação à qual pertencia, em face da derrota do candidato civil, Prudente de Moraes, por ocasião da eleição indireta – via congressual – para Presidência da República. Mas continha igualmente uma advertência quanto aos rumos do regime recém-empossado. (PENNA, 2008, p. 99).

Para os Republicanos, o grande problema da consolidação do Estado Brasileiro estava fundamentado na predominância das lideranças regionais, em detrimento da centralização nacional para as questões políticas e econômicas. Os grandes representantes da influência do Presidente do Brasil, nos Estados, eram os militares. O Exército queria aumentar sua influência, mas o governo provisório interveio moderadamente nos debates acerca do Projeto Constitucional de 1891.

O governo provisório interveio moderadamente nos debates, ora reforçando as teses da Comissão e de seu projeto, que passara a ser também do próprio governo, sobretudo, em virtude da redação revista por Rui Barbosa, destacado para atribuição, ora admitindo reparos de importância menor dos outros blocos que atuavam organizadamente nos trabalhos da Constituinte. O resultado final não alterou substancialmente a redação que fora enviada aos constituintes, de sorte que acabou se promulgando um texto que agradou mais aos históricos, partidários da adoção de uma carta liberal e federalista, tal como previam os próceres de um projeto republicano que estava mais voltado para os aspectos formais do que para os de natureza filosófico-doutrinária. (PENNA, 2008, p. 100).

---

defesa da liberdade individual e das minorias, contra o abuso do Estado e a favor das garantias constitucionais. A fonte teórica de John Calhoun é o pai do liberalismo inglês, John Locke. Ao mesmo tempo e com igual convicção, Calhoun defende a escravidão dos negros como “bem positivo”, recusando-se a considerá-la como “mal necessário”, fórmula concessiva de seus companheiros de partido e fé liberal. Os abolicionistas, os “*philantropics*”, religiosos, eram, para Calhoun, “cegos fanáticos” que se propunham a destruir “a escravidão, uma forma de propriedade garantida pela Constituição”. Losurdo, a partir desse exemplo, foi um pouco além, segundo nossa análise, verificando que estudiosos e expositores de Adam Smith nos estados do Sul não viam nenhuma contradição entre proclamar os dogmas da Economia Política clássica e defender a “*peculiar institution*”, como chamavam o cativo negro. [...] A relação entre doutrina Liberal e escravidão, que, teoricamente, pareceria uma disjunção radical, revela-se na “*verità effettuale della cosa*” (não por acaso, expressão de Maquiavel) uma conjunção reiterável nos mais diversos contextos. (BOSI, 2007, p. 359, grifo nosso).

Sendo assim, a partir do que apresentamos, seguimos Fernand Braudel (1976), o qual afirma que a percepção dos processos históricos possui duração variada, sendo plasmada em condições históricas diferenciadas no tempo. Essa abordagem dos “três tempos” é útil na tentativa de se captar essa dinâmica complexa, na qual “cada atualidade reúne movimentos e ritmos diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de antanho” (BRAUDEL, 1976, p. 29).<sup>18</sup> A atualidade que analisamos poderia ser vista como o processo de consolidação do Estado Brasileiro, o qual tinha como objetivo moldar o sentimento nacional em seus cidadãos, segundo sua representação ideal de nacionalidade, dentro da perspectiva acima exposta. Toda a atualidade da fundação da Liga da Defesa Nacional poderia ser vista como parte do “longo século XX”, de Giovanni Arrighi (1996), o qual “localiza no último quarto do século XIX, as estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época” (ARRIGHI, 1996, p. 247).

Esta atualidade influenciou os fundadores da Liga, e sugerimos, como hipótese, que a Era Vargas, em seu período de consolidação do Estado, tem influência direta da LDN, visto que os integrantes desta entidade eram Ministros de Estado e personalidades atuantes na política nacional, como ex-presidentes, militares, entre outros. Tais integrantes incentivaram políticas de estado para o Brasil, a partir da Liga, notadamente as pertinentes ao Serviço Militar, à instrução primária, ao saneamento básico, e outras, todas com caráter centralizado. A Liga tem seu surgimento durante a I Guerra Mundial (1914-1918) que, para Eric Hobsbawm (1996), assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XX. Esse cenário da fundação da LDN deu condições objetivas para a construção de políticas públicas de fortalecimento do Estado-Nacional Brasileiro, dentro da preponderância regional que dominava o âmbito político.

A fragilidade estrutural da formação social brasileira e a incipiente República proclamada em 1889 eram referenciais para reflexão sobre os problemas latentes no Brasil, no tocante às características regionais exclusivas de cada localidade geográfica nacional. Tornou-se necessário reconhecer o cenário internacional, no que se refere à acumulação capitalista em escala mundial, à ascensão dos Estados imperialistas e, principalmente, à internacionalização da luta de classes. No cenário nacional, a Proclamação da República, no que diz respeito ao pacto federalista e, no cenário internacional, os reflexos da I Guerra Mundial são, para a Liga,

---

<sup>18</sup> A presença abstrata das temporalidades combinadas no processo de Proclamação da República e da Guerra com o Paraguai, absorvendo-se de elementos de várias gerações (interseção de gerações) nos eventos da 1ª Guerra Mundial (Rui Barbosa, Olavo Bilac e Cordeiro de Farias) ao Luís Carlos Prestes, Getúlio Vargas e os alunos da Academia de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, como Julio de Mesquita Filho, os quais respiravam a república, influenciados com referências positivistas e liberais, acerca da realidade social.

parâmetros para reflexão. Entretanto, a Revolução Russa, em outubro de 1917, está visceralmente ligada ao reajuste de foco da entidade, no final da década de 1920, principalmente porque a citada revolução está ligada às consequências da Guerra, segundo Lemos e Neto (2010, p. 3), servindo, assim, como marco inicial de novo momento histórico, que se encerrará com a crise do mundo socialista, na década de 1980.

### **1.1.1 A Construção do nacionalismo com referência ao recrutamento militar**

A saída precária para a construção do nacionalismo foi o recrutamento para o serviço militar, na visão de Bilac. Este imperativo constitucional/legal foi realizado de acordo com as vicissitudes das crises, adaptando-se as políticas públicas de caráter militar ao período em que seria necessária sua utilização. A I Guerra Mundial foi, segundo nossas leituras, o embrião para o pensamento nacional, evento este posterior à Proclamação da República, mas que inseriria os cidadãos na construção do nacionalismo de Estado. A legislação sobre o recrutamento evoluiu, de acordo com a conjuntura política, econômica e, principalmente, social. Gonzales (2008, p. 100) afirma que “em alguns casos, isso ocorreu para atender as determinações das novas Cartas Magnas em vigor, a partir de 1824.”. Outros autores, dentre eles, Carvalho, Faoro, Carone, MacCann, Mendes, Izeckohn, Kraay, Beattie, Kuhlmann<sup>19</sup>, afirmam que diversos documentos foram criados, modificados ou atualizados para submeter a população ao serviço militar. Dentre essas leis, podemos listar a promulgação da Lei do Sorteio (Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874), que não teve efetiva aplicação, mas cujas linhas gerais seriam retomadas na Lei do Alistamento e Sorteio Militar, de nº 1868, promulgada em 4 de janeiro de 1908, a qual serviu de base para os discursos sobre “A Defesa Nacional”, de Olavo Bilac. Essa Lei foi modificada em 1918, pelo Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923, o qual versava sobre o regulamento do Serviço Militar. Acompanhando a linha temporal da evolução da legislação sobre o recrutamento militar, vemos que, em 1939, no Estado Novo, foi criada nova Lei do Serviço Militar, a qual seria modificada em 1946, após a II Guerra Mundial, chegando-se, finalmente, à atual Lei nº 4.375, publicada em 17 de agosto de 1964, data posterior ao Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

É importante ressaltar que a primeira Lei de Recrutamento, no Brasil independente, tratava das instruções dadas pelo Ministro da Guerra, Souza Coutinho, em julho de 1822, de como proceder ao recrutamento, levando-se em conta a diversidade da população (em seu

---

<sup>19</sup> CARVALHO, 2006; FAORO, 1975; CARONE, 1971; MACCANN, 2009; MENDES, CASTRO, 2004; MENDES, 1998; IZECKSOHN, 2004; KRAAY, 1999; BEATTIE, 2004; KUHLMANN, 2001.

aspecto social e econômico) e a questão política (consciência) da classe dominante em relação à necessidade da realização do recrutamento militar.

[...] essas instruções orientavam que os claros nas unidades do Exército de 1ª Linha deveriam ser preenchidos por homens brancos solteiros e pardos libertos, de 18 a 35 anos, por caixeiros de lojas de bebida e tabernas e inclusive os milicianos impropriamente alistados e que estivessem fardados, ou que subsistem de uma honesta e legal indústria. (MAGALHÃES, 2001, p. 256).

Todavia, havia inúmeras isenções legais, ou obtidas por meio de uma rede de privilégios ou mediante escusas e evasões. As isenções “legais”, afirma Gonzales (2008) respaldavam os indivíduos que se enquadrassem em uma das situações abaixo relacionadas, conforme estabelecia a norma nº 67, de 10 de julho de 1822.<sup>20</sup>

[...] o homem casado; o irmão de órfãos que tivesse ao seu cargo a subsistência e educação deles; o filho único de lavrador ou um à sua escolha, quando houvesse mais de um, cultivando terras próprias, aforadas ou arrendadas; o filho único de viúvo; o feitor ou administrador de fazenda de plantação, criação ou olaria, com mais de seis escravos; os tropeiros, os boiadeiros, os mestres de ofício com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, canteiros e pescadores, oito bolieiros em cada cocheira pública, dois nas casas particulares com mais de duas seges, um nas casas com até duas seges, um que exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento; os marinheiros, grumetes e moços embarcados ou de comércio de grosso trato e, finalmente, todos os estudantes que apresentem atestados dos respectivos professores, que certifiquem a sua aplicação e aproveitamento. (BRASIL, 1822, p. 57).<sup>21</sup>

O sistema de recrutamento segue como marca classificadora de cidadania. O processo de distinção do trabalho, no Exército, era classificado de acordo com as distinções feitas entre

<sup>20</sup> BRASIL. **Decisão n. 67, de 10 de julho de 1822**. Estabelece as condições para se eximir do serviço militar. Ministro da Guerra. Coleção Leis do Império. Disponível em: [HTTP://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio](http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio). Acesso em 12 Jan 2010. p. 57-58. As instruções mencionadas são um apêndice deste documento e tem o seguinte título: Instruções que a S. A. Real, pela Secretaria de Estado dos negócios da Guerra, remeter ao Tenente General Governador das armas desta Corte e Província, Joaquim Xavier Curado, para na conformidade dellas se proceder ao recrutamento nesta mesma Corte, e nos Districtos da Província, sendo enviadas ao respectivos comandantes para seu governo.

<sup>21</sup> Os isentos eram adscritos para servir na 2ª Linha ou nas Ordenanças. Segundo Gonzales (2008, p. 101) nas organizações militares portuguesas, entre o século XVI e princípio do século XIX, as Ordenanças eram as tropas de 3ª Linha, que atuavam na sua área territorial como auxiliares do Exército regular (1ª Linha) e das Milícias (2ª Linha). As tropas regulares ou pagas (mercenários) constituíam o Exército de Campanha e era com ele que se empreendiam as operações da grande guerra. Contudo, na Lei de 18 de agosto de 1831, extinguiu-se os corpos de Milícias e Ordenanças, as quais dependiam do Ministério da Guerra e cria-se as Guardas Nacionais no Império do Brasil, que passam a depender do Ministério do Interior e Justiça. O Exército regular foi mantido para a segurança do Rei.

as pessoas, ou seja, queriam a participação da população, mas não a conscientizava em relação ao imperativo constitucional de preservação da soberania do país.

Vinham, depois, em escala descendente, os servos e os escravos, em que se recrutariam os elementos marginais, como em parcelas da camada média, que vão constituir as sobras urbanas, a que o recrutamento militar, pelos processos brutais do tempo, vai dedicar as suas atenções. Porque é entre essa gente flutuante, que se aglomera nas áreas urbanas, sem se integrar nas atividades que definem tais áreas e lhes dão fisionomia específica, que serão encontrados os que, arrebanhados como animais, e à força, na regra dos casos, constituirão as fileiras militares, em terra e no mar [...] (SODRÉ, 2010, p. 93-94).

Apesar de não conterem explicitamente a expressão *recrutamento forçado*, as “Instruções para o Recrutamento”, de 1822, em seu item XV, determina que os recrutados que se “forem apurando” devem vir acompanhados de “competente escolta para sua guarda, sem que jamais se empreguem correntes, algemas, ou manilhas” (BRASIL, 1822, p. 57). Se havia necessidade de escolta, era porque o risco do recrutado fugir era real, o que nos leva a considerar que o recrutamento era forçado, mas sem aparente agressão, exceto nos casos em que a regra assim estabelecia, conforme afirma Sodré. A população livre do Império via o serviço das armas como uma forma extrema de degradação social.

O Recrutamento forçado era ainda o principal artifício para preencher as linhas do Exército. A “caçada humana” do recrutamento tinha o efeito de uma praga: vilas e cidades são abandonadas, os moços fogem, agricultura e indústria são prejudicadas. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção. Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora, tudo servirá na profusão de estratégias de evasão dos recrutáveis. (MENDES, 2004, p. 125).

Podemos considerar, diante do exposto acima, que o recrutamento era realizado, prioritariamente, entre a população pobre, negros fugitivos da escravidão, andarilhos, mendigos, criminosos, entre outros, pois os “cidadãos de bem” geralmente conseguiam se eximir do serviço militar, sobrando o ônus para os pobres. Interessante destacar que estamos nos referindo a um tempo de paz, ou seja, período em que não havia conflitos externos. Posteriormente ao período citado (1822-1860), ocorreu a Guerra do Brasil contra o Paraguai, aprofundando os conflitos entre recrutados e o Exército. Consoante Gonzales (2008), podemos afirmar que a expressão *população livre* remete-nos à ideia de que havia uma

repulsa generalizada, em toda a sociedade da época, pela carreira militar. O recrutamento, no Brasil Império, não foi apenas uma “imposição de um estado forte sobre uma população desgraçada”, mas um sistema governado por complexas regras não escritas, para as quais contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras, escravos e boa parte dos pobres livres, cada qual tirando, para si, benefícios significativos.

Uma densa rede de ligações entre patronos e clientes nos três grupos (senhores de terra, homens livres e escravos) guiou e constrangeu um sistema de recrutamento legítimo em tempo de paz, o que suscitou pouco mais do que oposição retórica, senão, claro, dos poucos infelizes alistados nas Forças Armadas. (KRAAY, 1999, p. 2).

Devemos pontuar a afirmação dos dois autores e concordar em parte com elas, pois os “desgraçados”, conforme afirma a citação acima, constituíam a população pobre. **Em primeiro lugar**, as cidades não possuíam uma densidade demográfica significativa; a incipiente indústria de manufatura e o comércio interno eram insignificantes para a economia geral do país, pois a maioria da população morava no campo, conforme a Instrução de 1822, do Imperador, que norteava as condições de isenção. A população citadina era pouco numerosa, como também o era a diversidade de produção, o que não justificava elencar os diversos ofícios, como necessários e fundamentais para economia.

Alicerçando-nos em Sodré (2010), fica patente o privilégio da pequena burguesia, principalmente no tocante aos artesãos, os quais eram suficientemente qualificados para serem enquadrados nos requisitos da referida Instrução. A maior parte das terras estava em mãos de latifundiários. **Em segundo lugar**, quando não havia guerra, a situação era tranquila; deve-se considerar que ainda não havia eclodido o conflito contra o Paraguai. Quando se iniciaram as convocações para os combates, a maioria dos soldados era de escravos, como afirma uma vasta bibliografia, dentre as quais privilegiamos as leituras de João Quartim de Moraes (2005). O referido autor afirma que a maior parte da população, principalmente os que pertenciam ao círculo social dos latifundiários, se eximia do recrutamento militar. Sendo assim, os enviados ao combate na Guerra contra o Paraguai foram os pobres, criminosos e os escravos, com a pretensa promessa, para estes últimos, de que seriam libertos após a guerra. Em sua maioria, os escravos eram enviados para o combate no lugar de seus senhores. Finalizando, e em terceiro lugar, em tempo de paz, os pobres e ex-escravos constituíam um possível problema para as cidades, que começavam a ter um grande crescimento populacional, o que acentuava os problemas de saneamento básico, de educação e de moradia. A pressão internacional, em especial da Inglaterra, para o término da escravidão colocou em

destaque o serviço militar, como forma de saneamento das cidades e arredores das fazendas, ao retirar os mendigos e os ladrões de circulação, visto que não havia trabalho para todos.

Gonzales (2008, p. 103) afirma que o serviço militar era degradação social, pois só os pobres serviam como soldados, nas Forças Armadas. Ressaltamos que, além da degradação, existia claramente uma divisão social no serviço militar, durante o Império. A autora, consoante Sodré, também afirma que “os integrantes das camadas mais desfavorecidas (ou seja, a maioria), não tinham acesso à escola e no mais das vezes, nem a um trabalho ‘efetivo’, em outras palavras, a classe marginalizada era prioritária para servir nas fileiras do Exército, pois a Guarda Nacional era para a aristocracia rural”. As famílias abastadas encontravam uma brecha para fugir de tal obrigação, principalmente durante a guerra contra o Paraguai, mediante um jogo de privilégios e concessões, como exposto acima. Magalhães (2001, p. 256) considera que as inúmeras isenções parecem estar ligadas ao intuito de evitar perturbações nas atividades incipientes do País, face ao seu desenvolvimento e à escassez de profissionais liberais, além do sentido de castigo que era vinculado ao serviço militar e os “prejuízos da mentalidade aristocrática do semi-feudalismo ainda dominante”. Ao tratar da origem das praças e o sentido dado a esse grupo no século XIX,

Ainda que designados para defender a honra nacional, muitas praças vinham da malfadada classe dos desprotegidos. Os recrutadores, a polícia e os juízes extraíram a maioria dos recrutados das fileiras dos vadios, ex-escravos, órfãos, criminosos, migrantes, trabalhadores sem qualificação e desempregados. A maioria dos voluntários se alistava para escapar da fome, do desabrigo, do desemprego e, às vezes da escravidão. (BEATTIE, 2004, p. 274).

Dessa maneira, o autor prossegue, afirmando que “os quartéis situavam-se no extremo oposto dos valores estereotipicamente representados pela ‘casa de família’. [...] eram um espaço social suspeito: um lugar para órfãos, ex-escravos, sedutores, vadios, pervertidos e ladrões, não para homens e filhos de família” (BEATTIE, 2004, p. 275). Os filhos de famílias abastadas, conforme Gonzales (2008, p. 103), ou estavam “enquadrados” na lista de isentos, como estudantes, ou tinham, como alternativa, entrar para as fileiras da Guarda Nacional ou ainda, encontravam subterfúgios para fugir ao recrutamento.

A opção das classes mais favorecidas economicamente, ou melhor a saída muitas vezes buscada, era se voluntariarem para compor os quadros da Guarda Nacional, criada por

Lei de 18 de agosto de 1831<sup>22</sup>. Dessa forma, mesmo no interior do grupo apto para se alistar na Guarda Nacional, havia os que recebiam favorecimentos, graças ao *status* social, indo direto para a reserva dessa força militar, e assim eximindo-se do Exército. Às vésperas da Guerra contra o Paraguai, o sistema de recrutamento, no Brasil, ainda enfrentava problemas graves. De acordo com Magalhães (2001, p. 288), o Marquês de Caxias, então Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra, em 1856, apontava, como motivo das insuficiências no Exército, o temor das classes inferiores da sociedade pela atividade militar e a exiguidade do soldo, ou seja, o salário, “que é menos de um décimo do que ganha um simples servente de obra”<sup>23</sup>. Caxias reivindicava uma Lei que obrigasse ao serviço militar todos os cidadãos aptos e, simultaneamente, que fossem estimulados o voluntariado e os engajamentos, facilitando as substituições; porém, reconhecia a dificuldade em se fazer uma Lei satisfatória, devido aos costumes sociais e à falta de estatística e de censo populacionais.

Pelo que analisamos até aqui, o recrutamento, durante o Brasil Império, particularmente durante a Guerra contra o Paraguai, não foi resolvido, “refletindo em um crônico problema de efetivo de soldados nas fileiras do Exército”, (GONZALES, 2008, p. 106). O medo do cotidiano da caserna, e também a repulsa da população em relação à incorporação de recrutas com “deformações morais e éticas”, constituem assunto que abordaremos, posteriormente, por meio dos discursos de Bilac. Izecksohn (2004), ao analisar

<sup>22</sup> A Guarda Nacional representava uma realidade diferenciada. O serviço ordinário era prestado dentro do município e poderiam se alistar os cidadãos que possuíssem renda líquida anual de duzentos mil réis, com mais de dezoito anos e menos de sessenta anos. Essa Lei estabelecia ainda que, com exceção das “cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão, e seus respectivos termos, em todas as outras cidades, a renda líquida anual para o alistado era de cem mil réis. O Decreto de 25 de outubro de 1832, traz uma extensa lista de situações nas quais os indivíduos poderiam entrar para a lista de reserva da Guarda Nacional, entre estes casos, profissões como advogado, médico, professor ou estudante de escolas jurídicas, de medicina, seminários episcopais, magistrados, políticos, administradores de fazendas com cinquenta escravos, dentre outros (GONZALES, 2008, p. 104).

<sup>23</sup> Este temor não era infundado, pois vigoravam severos castigos na instituição militar. Estes se sustentavam nos Regulamentos Disciplinares implementados ainda no Exército Português pelo Marechal General Conde de Schaumburg Lippe (Wilhelm Schaumburg-Lippe) em 1768, os chamados “Artigos de Guerra”. No relatório do Ministério da Guerra de 1855, o Marquês de Caxias reclama uma reformulação do sistema de penalidade militar em vigor, visto que este não mais atendia às necessidades da Instituição à época. Relatava o Marquês: “[...] dos actos de tal legislação resulta a falta de nexo pela analyse comparativa de suas posições, e a carência de proporcionalidade que é o princípio salutar em que se funda a rectidão da justiça punitiva. Essa legislação [Artigos de Guerra] que se **acha em forma antagonismo com as instituições que nos regem, e a cuja penalidade repugnã a razão, e o direito**, reclama altamente uma reforma, de que resulte tão completo quanto é possível um código penal militar [...] em que se combinem os princípios de humanidade e rigor salutar reclamado pela disciplina que convém à Força Armada regular: um código, enfim, cuja penalidade não toque o inexequível por severa, nem anime as reincidências por suave”. BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório: 1855**. Rio de Janeiro, 1856. Center for Reserach Libraries. Disponível em: [HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2200/00020.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2200/00020.html). Acesso em: 13 jan 2010. p. 18 [grifo nosso]. O regulamento Disciplinar do Conde Lippe vigorou no Exército até o ano de 1907. Para mais informações sobre os Artigos de Guerra do Conde Lippe, consultar PINHEIRO, Jacy Guimarães. *O conde Lippe e seus artigos de guerra*. Revista do Superior Tribunal Militar, Brasília, v. 4, n. 4, p. 61-69, 1978; BARROSO, Gustavo. **O regulamento do Conde Lippe**. Revista do Superior Tribunal Militar, Brasília, v. 7, n. 8, p. 101-105, 1983.

também o recrutamento durante a Guerra contra o Paraguai, constata a enorme dificuldade de se organizar essa atividade, discorrendo que a alternativa para se recomporem as fileiras do Exército foi alistar escravos libertos, pelo recrutamento forçado, ou, ainda, mediante alguma recompensa aos senhores de escravos para que os doassem para o alistamento. Inclusive, “é conhecido, aliás, o caso de escravos, que, podendo ganhar a liberdade, seguindo para a guerra do Paraguai preferiram ficar no cativo.” (HOLANDA, 1977, p. 330).

Em 1874, mediante a promulgação da Lei do Sorteio Militar<sup>24</sup>, procurou-se estabelecer o recrutamento universal, por meio do engajamento ou reengajamento de voluntários ou, na ausência destes, por sorteio dos cidadãos alistados anualmente. Se a ideia do Sorteio, por um lado, representou um avanço em relação à legislação anterior sobre a questão, por outro, manteve um número considerável de isenções, fosse em tempo de paz ou de guerra. Essa lei favoreceu ainda mais os que tinham condições financeiras para se esquivarem, mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro ou, pela apresentação de substitutos. Além disso, Gonzalez (2008, p. 106) afirma que essa lei deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz, pelo pároco e pela autoridade policial mais graduada. Continuavam o paroquialismo e a influência das autoridades locais (leia-se: os fazendeiros), sobre o recrutamento. Em síntese, a Lei do Sorteio não foi aplicada, na prática. Ela continuou a ter forte rejeição por parte da população, e quem tinha condições financeiras se eximia com facilidade.

A nova lei introduzia no jogo do recrutamento elementos de compulsão e aleatoriedade que modificavam de modo radical a economia moral que governava a alocação dos encargos do recrutamento. Homens e mulheres capturam e destroem os alistamentos em preparação. O movimento se espalha por diversas províncias, impedindo a implementação dos sorteios. (MENDES, 2004, p. 135).

Segundo Carvalho (2005, p. 20), “o novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhiam ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço como anteriormente”. Contudo, ressaltamos, consoante Gonzales (2008, p. 107), que a repulsa ao serviço militar não ocorria apenas no Brasil, visto ser um fenômeno comum, até a década de 1870, tanto nas Américas, quanto na Europa, tendo em vista o desenvolvimento dos Estados-Nações, com características imperialistas, notadamente a Alemanha e a França<sup>25</sup>. Em sua tese, a autora ressalta, como exemplo, que as fugas ao recrutamento, durante as Guerras Napoleônicas e a

<sup>24</sup> BRASIL. **Lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874**. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. Coleção Leis do Império. Disponível em: [HTTP://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html](http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html). Acesso em 15 dez 2009.

<sup>25</sup> Para uma leitura sobre a ascensão dos Estados-Nação na Europa, ver: HOBBSAWM, Eric J. **A era do Capital (1848-1875)**. Cap. 5 “A construção das Nações”. 3ª ed. Trad. Luciano Costa Neto. EDUSP, 1975.

Guerra Civil nos EUA, foram tão comuns quanto as ocorridas durante a Guerra contra o Paraguai, pois, em outros países, como os do exemplo, também existiam as isenções legais e pecuniárias, além das fugas, em si mesmas.

Maquiavel (1998) sugere, em sua obra *O Príncipe*, que o Rei necessita incitar o nacionalismo, ou seja, o sentimento nacional, particularmente o amor ao território, pois a população só participará de um tipo de serviço militar geral e compulsório se tiver motivos fortes, notadamente emocionais, de apego ao seu lar e a seus valores culturais, conforme já ensinava no século XVI. Para ele, o que mantém um Estado forte, sendo este novo ou velho, são um Exército bom e leis boas, conforme citação abaixo:

Afirmo, então, que os Exércitos com os quais um príncipe defende seu Estado lhe são próprios ou são mercenários, ou auxiliares ou mistos. Os mercenários e auxiliares são inúteis e perigosos e aquele que mantém seu Estado com base em exércitos mercenários jamais gozará de firmeza e segurança, pois eles são desunidos, ambiciosos, indisciplinados e desleais. Mostram fortaleza entre os amigos, vileza entre os inimigos [...] A razão de tudo isto é que nenhum sentimento e motivação os conduz ao campo de batalha, lá estando só por dinheiro, o que não basta para que queiram morrer por ti! Desejam ser teus soldados enquanto não há guerra, mas uma vez eclodida a guerra, preferem fugir ou ir embora. (MAQUIAVEL, 1998, p. 101-102).

A questão central, para discutirmos a fundação da Liga da Defesa Nacional, é a de que, à época, tínhamos um Estado, mas não possuíamos uma Nação. O Imperador D. Pedro II tentava equilibrar seu domínio, mediante concessões aos interesses dos latifundiários, à pressão dos ingleses, aos nossos novos colonos, entre outros. Vicente Licínio Cardoso (1981), afirma que nunca foi a favor da outorga dada à Princesa Isabel pela liberdade concedida aos escravos, pois, segundo ele, o Gabinete Imperial era conservador e, portanto, leal e legitimamente escravocrata, sendo a abolição um recurso desesperado, e último cartucho queimado em defesa do Império. Praticamente, a emancipação dos escravos já estava feita, antes da Lei de 1888, segundo o autor<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Em seu capítulo À margem da História da República, Vicente Licínio Cardoso cita o recenseamento detalhado Osório Duque Estrada, *A Abolição de 1918*, p. 260. Em 1873 haviam no Brasil 1.541.308 escravos; em 1883 haviam 1.211.926; Em 1887 haviam 723.419; Em 1888 haviam 500.000 escravos. Segundo o Cardoso (1980, p. 100) guardando o mesmo coeficiente de mortalidade para o período 1883-1887, verifica-se então que “emancipação e fuga” aliviaram os escravos de um total de 400.000 (4 anos apenas). Em 1872 era a seguinte proporção de escravos nos núcleos mais importantes:

Bahia-pop.	.....1.271.792 habitantes livres e 167.824 escravos.
Rio de Janeiro	.....490.087 habitantes livres e 297.637 escravos.
São Paulo	.....680.742 habitantes livres e 156.612 escravos.
Minas Gerais	.....1.669.276 habitantes livres e 370.459 escravos.

### 1.1.2 Conceito de Soldado-cidadão e Cidadão-soldado.

A partir da Guerra contra o Paraguai forjou-se, em algumas lideranças militares, a consciência das debilidades estruturais de nossa sociedade, percebendo-se a necessidade de reconhecimento da nacionalidade brasileira. Cada região do Brasil possuía suas vicissitudes. No Sul, as “Sociedades de Tiro” eram predominantes, formando milícias de cidadãos que defendiam as fronteiras brasileiras com Uruguai, Paraguai e Argentina. Nessa região, o desenvolvimento do sentimento nacional possuía características regionais próprias, como as predominantes no sentimento dos gaúchos. Sendo assim, o Exército, composto por soldados, em sua maioria ex-escravos, despertava na oficialidade a reflexão sobre a verdadeira configuração da nacionalidade brasileira: índio, negro e branco. Benjamim Constant participou da campanha contra a escravidão, notadamente por meio do Clube Militar. Acreditamos que este posicionamento dos militares tenham sido possíveis, devido as reflexões proporcionadas pela Guerra.

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o clube militar interveio. [...] Uma dimensão dessa solidariedade foi indicada pelo Jornal do Comércio em 1887, quando previu que, em caso de conflito com os abolicionistas, o governo não poderia contar com as Forças Armadas. Não se sabe de qualquer intervenção prática de Benjamim Constant no problema da escravidão até esse momento (LEMOS, 1999, p. 340-341)

A partir de nossas leituras, identificamos que a participação política dos militares teve origem na indignação em relação à administração da guerra pelo Imperador Dom Pedro II, mas intensificou-se a partir dele, com a consequente Proclamação da República liderada pelos militares. O descaso em relação à guerra foi observado e criticado por Benjamin Constant, em suas memórias. O sentimento de repúdio à atitude do Imperador possibilitou a vários integrantes do círculo pessoal de Constant “a construção do patrimônio ideológico da geração que executaria a liquidação do regime que envolveu o país no mais trágico conflito jamais registrado nas relações entre os povos da América do Sul” (LEMOS, 1999, p. 184-185). A participação dos “voluntários da Pátria” marcou sobremaneira a consciência dos militares, em relação à sua posição na sociedade. Os militares passaram a pleitear seu espaço na política, para atender seus interesses. Particularmente, Constant observava que a força dos militares na guerra, lutando juntamente com os escravos, construía uma solidariedade entre eles. Podemos

---

Pernambuco .....752.511 habitantes livres e 89.028 escravos.  
(Recenseamento de 1872).

sugerir que a experiência de guerra deu início à concepção da nação brasileira construída pelos militares. O povo estava em armas para garantir o território nacional<sup>27</sup>. Queremos, aqui, apenas ressaltar a consciência proporcionada nos militares, em relação às condições do soldado na guerra e, principalmente, o apoio prestado pelas autoridades, na manutenção desses combatentes no teatro de operações.

Esta apreensão estabeleceu sentimento de igualdade e camaradagem entre os militares (oficiais) e o restante da tropa. Na Biografia sobre Benjamim Constant, é possível perceber a fundamentação do desejo de consolidação da nacionalidade brasileira.

A participação de Benjamim Constant na Campanha do Paraguai foi curta, mas decisiva para a sua formação emocional, intelectual e política, para a sua visão de mundo, enfim. Como militar, foi de significação relativamente modesta. Mas, no plano essencialmente individual teve importantes consequências, algumas das quais se tornariam elementos do processo histórico coletivo. No plano filosófico, a guerra concorreu para o aprofundamento da sua identificação. (LEMOS, 1999, p. 183).

Para Constant, os desacordos entre a prática administrativa e a condução da guerra, caracterizada por um misto de clientelismo e incompetência, contribuíram para que ele construísse uma visão severamente crítica das elites políticas brasileiras, bem como, do Governo Imperial e de seus chefes militares. A experiência com outras nações e outros povos, durante a guerra, gerou, em Constant, uma imagem das camadas populares que pesaria em seus projetos políticos futuros.

Contudo, após a campanha, os “bacharéis adeptos do pacifismo positivista”, os quais davam pouca importância à ação guerreira, viam a Guerra contra o Paraguai como um desastre. Entretanto, Lemos (1999, p. 184) destaca que Constant “nunca deixaria de considerar a Guerra contra o Paraguai como referência positiva, nas análises que faria do papel das Forças Armadas, na história política do País”. Seria necessário transformar o que fora descrito acima em outro tema de estudo, pois causou desdobramentos posteriores na História Brasileira, de acordo com a doutrina do Soldado-Cidadão, em Constant, discutida por Moraes (2005).

Para nós, a doutrina positivista do “soldado-cidadão” apresenta um duplo interesse histórico de um lado, político-prospectivo de outro. Do ponto de vista histórico, configura, ao lado da matriz “jacobina” (com a qual não se confunde, embora ambas tenham convergido para formar a primeira versão de nossa esquerda militar), uma matriz cientificista-humanista cujo

---

<sup>27</sup> Existem várias interpretações em relação aos motivos que provocaram a entrada do Brasil na guerra, mas esse não é nosso objetivo.

principal interesse consiste em estar voltado para a formação ético-intelectual do profissional da guerra. É justamente esta destinação educativa que, descontado seu forte conteúdo utópico-diletante, apresenta também um interesse político-prospectivo. (MORAES, 2005, p. 128).

Os desdobramentos dessa exposição mudariam o foco dos objetivos deste trabalho, pois tornar as academias militares, além de escolas de profissionais da guerra, afirma Moraes (2005) instituições que formem, para o serviço público, cidadãos identificados com os valores democráticos, é tarefa tão difícil quanto necessária. Apesar de canhestra e retórica, a tentativa de Benjamin Constant merece ser reconhecida, e, parafraseando Moraes (2005, p. 128), “podemos rir da fraseologia, mas seria insensato desprezar seu objetivo”.

O projeto educativo cívico-militar da oficialidade não nos parece merecer nem a acusação de ideologia intervencionista, nem de apologia do bacharelismo diletante. Para Constant, o militar precisa ter um ensino integral em que seja respeitado o espírito humano em seu desenvolvimento, dividindo-a em quatro premissas:

- a) Além de atender “aos grandes melhoramentos da arte da guerra”, a instrução e educação militar devem conciliá-lo “com a missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos no continente sulamericano”;
- b) “O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz publicas, apoio inteligente e bem-intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral”;
- c) “O militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica que [...] o habilite pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres não só militares como principalmente sociais”;
- d) “Isso só pode ser obtido por meio de um ensino integral onde sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que têm seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades [...] (MORAES, 2005, p. 129).

Vamos identificar essa fundamentação exposta por Moraes, notadamente vinculada à perspectiva de Soldado-cidadão em Constant, observada nos discursos de Olavo Bilac de 1915. Podemos sugerir que tais discursos estavam baseados em Constant, refletindo os acontecimentos da História Brasileira, possibilitando a concepção de cidadania militar, ou seja, o conceito de “soldado-cidadão”, readaptado por Bilac em “cidadão-soldado”. Seria essa tendência jacobina dos militares, proporcionada por esses dois conceitos, a geradora ideológica pequeno-burguesa do tenentismo, de 1922, e da coluna Prestes-Miguel Costa, de

1924. Essa simbiose de influências, principalmente nas Academias militares, foi irradiada por intermédio de Benjamin Constant, que, ao lecionar, divulgava seus pressupostos teóricos e filosóficos acerca do positivismo e dos conceitos acima mencionados<sup>28</sup>.

A consciência de nação foi gestada, *a priori*, por meio da influência positivista em Constant. Essa concepção de cidadania militar contribuiu, principalmente para a reforma do ensino militar. “Constant rechaçava sempre que podia os impulsos militaristas, conquanto sustentasse a necessidade de modernização do Exército.” (PENNA, 2008, p. 53).

[...] Constant [...] expressiu a peculiar síntese entre a doutrina positivista e a reivindicação de cidadania, isto é, de participação política plena por parte dos oficiais, que constituiu a tão criticada concepção dita do soldado-cidadão. (MORAES, 2005, p. 127).

Os militares tinham um desafio endógeno, pois de um lado estava a heterogeneidade política, e de outro, a necessidade de preservação da unidade orgânica da Instituição. Diante disso, a Escola Militar desempenhou papel decisivo, pois seu prestígio crescera à medida que se afirmava a qualidade da formação profissional do oficialato, deixando para trás as resistências de uma geração que a conheceu em seus primeiros momentos.<sup>29</sup>

Apelidados com desdém de “tumbeiros” ou “tarimbeiros”, essa geração de militares que não foi alcançada pela Escola era tendencialmente governista e pouco afeita aos estudos e a reflexão sobre a realidade brasileira. (PENNA, 2008, p. 55).

No final do século XIX, e no início do século XX, Constant era professor de grande prestígio, na Escola Militar. Os jovens oficiais foram muito influenciados por seus ensinamentos. Às vésperas da República, a composição do quadro de oficiais revelava uma modificação bastante significativa. A maioria era constituída de egressos da Escola Militar, partidários da modernização do Exército, de uma profissionalização alicerçada em um corpo teórico, de maneira a atualizar a instituição em face dos imperativos de seu tempo, e, sobretudo, identificados com a opção republicana, que entendiam ser a alternativa do

---

<sup>28</sup> O objetivo era tornar as academias militares, além de escolas de profissionais da guerra, instituições que formem para o serviço público, cidadãos identificados com os valores democráticos. A rigor, ressalta Penna (2008, p. 54) o encantamento inicial dos militares da geração pós-guerra em relação ao positivismo diminuiria consideravelmente na década de 1880, o qual comunga leitura de José Murilo de Carvalho. Entretanto, Sodré (2010), ressalta que o engajamento da corporação no abolicionismo e nas lutas políticas, conforme Lemos (1999), seria o desdobramento do conceito de soldado-cidadão, que objetivamente coloca seus integrantes em oposição ao Império. Esta intervenção no processo político, levaram-nos a articular com os civis abolicionistas, que por razões às vezes nem sempre comuns, a reestruturar a ordem pública.

<sup>29</sup> Para uma discussão aprofundada desse período ver: MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

progresso tanto material quanto social. Nesse sentido, a Escola não apenas politizou seus quadros como favoreceu a unificação de tendências, antes, se não impeditivas, pelo menos desfavoráveis a uma intervenção organizada na política. Apesar dessa renovação nos quadros dos oficiais do Exército, Penna (2008) adverte:

Muito embora a contribuição da Escola Militar tenha sido bastante importante para a unidade da corporação, ela não conseguiu produzir uma estratégia clara e definida com relação à República da qual os militares tiveram uma participação decisiva. Instalados no poder ressentiram-se de um projeto político a partir do qual pudessem imprimir tudo àquilo que mais os unia: promover o progresso da ordem. (PENNA, 2008, p. 55).

A etapa que aqui pontuamos foi denominada, segundo Sodré (2010), fase autônoma do Exército<sup>30</sup>. Cunha (2002), conforme João Quartim de Moraes (2005) ressalta que, historicamente, foi nessa fase que ocorreram as tomadas de posição abolicionistas ou de confronto na questão militar, apoiadas, em grande medida, por jovens intelectuais da esquerda<sup>31</sup> republicana. Como decorrência desse processo, aconteceu a fundação, no apagar das luzes do Império, do Clube Militar, instituição que estará presente em nosso debate e que foi decisiva para várias manifestações militares ao longo do século XX. Concordamos com os autores que, no quadro de ebulição política surgido no período pós-monarquia, o Exército emergia na cena política, colocando-se à esquerda desse processo.

O quadro de forças organizadas que emerge desse cenário sugere a confirmação dessa hipótese defendida por Cunha (2002), já que, no período inicial da República, eram três as forças políticas relevantes e presentes no contexto nacional: os militares, que na ocasião tinham uma forte representação no Congresso Constituinte; os republicanos históricos e os republicanos de 16 de novembro. Travestida nessa última corrente, estava a velha oligarquia monárquica que, com a descentralização política, reconfigura o antigo barão em coronel, o qual recupera gradualmente os antigos espaços, até a consolidação de seu *status quo*, com a eleição de Prudente de Moraes. Nos períodos subsequentes, até os anos de 1930, exceto pelo mandato de Hermes da Fonseca (possível devido a dissidência interna das oligarquias), o cenário foi de alternância política, configurada na política café-com-leite, costurada por Campos Sales (política dos governadores).

---

<sup>30</sup> SODRÉ, 2010.

<sup>31</sup> Sodré utiliza o conceito de esquerda como indicativo de atuação em uma linha progressista. [...] entendemos que esse conceito que não perde sua contemporaneidade e representa, por tradição, as lutas sociais de transformação à frente do seu tempo, pelo menos até os anos 1960. CUNHA, 2002, p. 28.

Diante disso, Penna (2008, p. 56) “observa que o fato das elites oligarcas terem sido capazes de impor seu domínio, sem resistência significativa por parte de interesses competitivos, levou a uma superposição significativa entre as ordens pública e privada”. Essa oligarquia, principalmente a paulista, possuía o controle das engrenagens que facilitava a adoção de uma política de alianças voltada aos interesses regionais, em detrimento dos interesses nacionais.

Os governos militares, do início da República, proporcionaram admiração e repulsa, sendo a mediação exercida por meio do atendimento de interesses de classes, dentro do cenário nacional. Após a Proclamação da República, a bandeira de ordem era a modernização da instituição Exército Brasileiro. Não iremos discorrer sobre os pormenores da transição da República, nem sobre a passagem dos governos militares (Deodoro e Floriano) para Prudente de Moraes (primeiro presidente civil), pois os meandros e os desdobramentos excessivamente complexos iriam nos deslocar do foco de nosso trabalho, que se baseia na Liga da Defesa Nacional. Até aqui, podemos ter como referência que a base das discussões, dentro do círculo militar, era a questão do serviço militar obrigatório (calcada no conceito de Soldado-cidadão) e a modernização do Exército, possibilitada pela influência do General Hermes da Fonseca e do Barão do Rio Branco, graças à experiência adquirida, quando da Missão Militar Brasileira na Alemanha, que abordaremos a seguir.

### **1.1.3 A problemática da modernização do Exército.**

Essa consciência nacionalista possibilitou a iniciativa para a modernização do Exército. O convite do Imperador Alemão Guilherme II, em 1910, mediada pelo apoio do Barão de Rio Branco, e do então Ministro da Guerra, General Hermes da Fonseca, o qual seria posteriormente, Presidente da República contribuiu para que tal fato se desse. A iniciativa tinha como objetivo enviar turmas de oficiais brasileiros para a Alemanha, para concretizar intercâmbio de doutrina militar entre esses dois países. A Marinha do Brasil havia comprado, da Inglaterra, a que futuramente ficaria conhecida como “Grande Esquadra Branca”. Entretanto, o Exército possuía materiais e filosofia de combate obsoletos, resquícios do Exército Português. Para agravar ainda mais a situação, o Estado de São Paulo, a partir de 1906, trouxera uma missão militar francesa para o Brasil, no intuito de modernizar a polícia militar paulista, mais tarde denominada Força Pública.

Essa situação, no mínimo incômoda para o resto do país, deu lugar a muitos protestos, tanto por parte dos que temiam o “imperialismo” de São Paulo, quanto dos que consideravam uma perda de prestígio do Exército nacional o fato de que oficiais estrangeiros viessem treinar uma força armada estadual. Um oficial francês chegou mesmo a ser assassinado, antes que os nacionalistas mais exaltados aceitassem o fato consumado de que São Paulo teria seu próprio Exército. (MORAES, 2005, p. 134).

Naquele momento, a Alemanha travava com a França uma disputa pela liderança militar na Europa; assim, conseqüentemente, cada qual buscava ampliar seu campo de influência. Essa disputa tanto incluía a ampliação do poderio bélico e inovações táticas doutrinárias, quanto a venda de armamento e envio de missões militares estrangeiras para instrução.

Ao retornarem da Alemanha, esses oficiais brasileiros constituíram um grupo para multiplicar a doutrina militar alemã, aprendida durante o estágio. Tais oficiais seriam, posteriormente, apelidados de Jovens Turcos.<sup>32</sup> Antes de continuarmos a discorrer sobre a influência do estágio dos militares na Alemanha, precisamos fazer um adendo, sobre a situação do Brasil, nos primeiros três decênios do século XX. É importante lembrar, antes de qualquer coisa, conforme ressalta Moraes (2005, p. 122), “[...] que praticamente não havia carreira intelectual profissional no Brasil”. Não existia universidade e a imprensa era incipiente. Os letrados eram quase todos amadores, e raríssimos podiam viver da pena ou do saber teórico. As carreiras existentes, as jurídicas notadamente, estavam submetidas, como todas as funções públicas do país de então, à ditadura da oligarquia, ou, parafraseando Oliveira Viana, à “política de clãs” da aristocracia rural, a qual controlava as autoridades policiais e judiciárias. O Exército, em tal contexto semifeudal, constituía uma das poucas e, sem dúvida, a mais importante oportunidade que se abria para os jovens sem fortuna nem padrinhos. Diante desse quadro, podemos sugerir, como hipótese, que os oficiais e os alunos das escolas militares queriam influenciar a política, de acordo com seus valores culturais que julgavam, ingenuamente, como os mais avançados de seu tempo, favorecendo uma perspectiva crítica, pequeno-burguesa, sobre a sociedade que contestavam. Essa seria uma

---

<sup>32</sup> Em referência aos oficiais de Mustafa Kemal de forte influência positivista, que também estagiara na Alemanha. Os militares turcos, através da formação prussiana, reformou o império Otomano, o qual encontrava-se em decadência. Cabe deixar claro, que o Exército Turco era forte e nesta época em questão teve grande papel na transformação do país. Inclusive, as propostas implementadas por eles fora tão profundas que conseguiram mudar o alfabeto em 9 meses. Fazendo analogia com o Brasil, nós tínhamos proclamado a República, tínhamos um país, mas não uma nação. A população em sua maioria era analfabeta. Os latifundiários, em sua maioria, não se preocupavam com os rumos do país. A proposta de Hermes da Fonseca era transformar o Exército em uma instituição forte para contribuir com o desenvolvimento do Brasil. Os militares egressos do estágio da Alemanha debruçaram-se nos problemas do Exército, mas, principalmente, nos problemas estratégicos do Brasil. Quando Hermes da Fonseca chegou à Alemanha ficou impressionado com o que presenciou.

possibilidade concreta, conforme nosso entender. Cunha (2002, p. 19) apropria esta leitura da atuação dos militares à esquerda, pois ela se dava por meio da “moralidade do compromisso”, notadamente a executada por alguns militares Tenentistas<sup>33</sup>, sobretudo quando analisa a trajetória de Nelson Werneck Sodré.

Cabe ressaltar que os estagiários que foram à Alemanha não realizaram a reforma propriamente dita, mas deram o passo inicial, no que se refere à reflexão e à ação, no sentido de se modernizar do Exército. Os ex-estagiários fundam a Revista A Defesa Nacional<sup>34</sup>, na qual publicam artigos sobre os problemas estruturais e administrativos do Exército e do País, discutindo-se, dentre outros assuntos, a necessidade do serviço militar obrigatório. A discussão da reforma, durante o século XX, tornava-se uma necessidade institucional amplamente aceita.

[...] já em 1904, o capitão Liberato Bittencourt publicou um livro exatamente com o título de “A reforma do Exército”, no qual preconizava a adoção do modelo chileno, cujo exército, organizado segundo rígidos critérios prussianos, desbaratara as tropas peruanas e bolivianas, e insistia no contraste entre sua disciplina e sua capacidade bélica e nossa “organização militar atrasada. (MORAES, 2005, p. 136).

Nessa exposição, o Capitão Bittencourt advogava a implantação, em nosso Exército, da doutrina alemã. Cronologicamente, após a defesa da reforma do Exército e, inclusive, com a publicação da Lei de 1908, versando sobre o serviço militar, a qual retificava a Lei de 1874, suprimindo dela alguns de seus mais graves abusos, como a isenção pecuniária e a isenção corporativa (várias categorias sócio-profissionais, que hoje denominamos “colarinho branco”,

<sup>33</sup> Essa expressão é de Élide Bastos e Walquiria Rego, que tem um valor conceitual. Ela expressa uma singular linha de argumentação que valoriza a perspectiva do intelectual em sua relação com a política, na crença de que há uma relação entre sua atividade de pensar e um empenho moral no sentido de elevar a condição humana. Segundo Cunha, esta seria a condição *sine qua non* dos tenentes de 1922 e podemos sugerir Prestes, durante a Coluna. Ver: CUNHA, Paulo R. Rodrigues da. *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

<sup>34</sup> Faz-se necessário esclarecer que o grupo de oficiais que estagiou no Exército Alemão, não era o mesmo grupo de oficiais que fundou a revista A Defesa Nacional. Nem todos que estagiaram na Alemanha, participaram da fundação da Revista. E nem todos os colaboradores da revista estiveram estagiando no Exército Alemão. Nosso conceito de Jovens Turcos remete àquele grupo que se aglomerou em torno da Revista “A Defesa Nacional, e em torno do seu projeto. Não foi exatamente o estágio no Exército alemão a causa do referido apelido, colocado de forma pejorativa, no grupo, mas por causa das pretensões de discutir a questão nacional no Brasil, tendo o Exército como instituição atuante. Portanto, alguns oficiais aderiram a ideia, mas nunca estiveram na Alemanha. Os oficiais que passaram pelo treinamento na Alemanha foram Joaquim de Souza Reis, Estevão Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger. Sobre isso, ver a revista “A Defesa Nacional, n. 1, 1913, p. 3. Os demais fundadores da revista não participaram do treinamento na Alemanha, mas aderiram à proposta da revista. A denominação Jovens Turcos era uma expressão irônica que tinha como referência a Sociedade Secreta Comitê Otomano de União e Progresso ou Jovens Turcos. Esta expressão é encontrada em Kohn (1963, p. 107). Os jovens Turcos originais era um movimento de caráter nacionalista e militar na Turquia. É importante destacar que o Exército turco também estagiou no Exército alemão. Ver também sobre os Jovens Turcos originais em Hobsbawm (1988, p. 53) e McCann (2009, p. 243-253);

estavam dispensadas do serviço militar), foi se delineando, então, o que se concebia como Exército Nacional. O princípio de que todo brasileiro tem a obrigação de prestar o serviço militar foi consagrado na Constituição de 1891, mas tornou-se sem efeito, por outros dispositivos constitucionais. Estimulados por esses primeiros sucessos, os militares se mobilizavam cada vez mais, em torno da questão nacional.

A Revista A Defesa Nacional, que é publicada até os dias atuais pela Biblioteca do Exército, agrupou a primeira versão de intelectuais politicamente consistentes no Brasil, em seu primeiro número, de outubro de 1913. Diferentemente do que difundiu Edmundo Campos Coelho, de que a revista era apolítica, vejamos o primeiro editorial dela, desconstruindo argumento daquele pesquisador:

[...] nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social. (A DEFESA NACIONAL, 1913, p. 1).

Estavam os “Jovens Turcos” (como logo foram conhecidos os oficiais ligados à Revista A Defesa Nacional) convencidos de que a reforma do Exército tinha, na reforma da nação, seu desdobramento lógico. Interessante destacar que essa fração de militares, sempre no editorial de lançamento, criticavam os “espíritos liberais” por se insurgirem “contra as intervenções militares na evolução social dos povos”. Segundo eles, as sociedades nascentes “têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento”.<sup>35</sup> É de notar, nesse sentido, que, de um ponto de vista diametralmente oposto ao de Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré tenha classificado os “Jovens Turcos” “como idealistas que não compreendiam a impossibilidade de se criar um Exército organizado, eficaz e moderno, em uma sociedade onde predominavam relações de produção arcaicas, articuladas em torno do sistema latifundiário” (SODRÉ, 2010, p. 256). Mas, cabe advertir que esses intelectuais militares não encontraram terreno fértil para realizar as discussões sobre a modernização, pois o ensino técnico e científico tinha uma grande resistência entre os Oficiais de gerações anteriores. Fazendo um adendo, podemos notar, nesta

---

35 Moraes (2005, p. 139) com uma pitada de escárnio, afirma que tal franqueza esteve ausente, meio século depois, aos militares agrupados na auto-intitulada “Sorbonne” (que em 1964 deu o golpe civil-militar). Os “Jovens Turcos” propunham-se a exercer a função de tutores de uma nação ainda infantil, ainda muito distante do grau de elevação das sociedades ditas “civilizadas”.

afirmação, e parafraseando Carvalho (1978, 196-197) que, nas altas patentes, persistia o antagonismo entre o grupo dos “tarimbeiros” e o dos “bacharéis”, que se referia à diferença entre a formação e a origem desses oficiais.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado em Lima Barreto (1990), em sua obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, publicada em folhetins pelo *Jornal do Comércio*, no período de janeiro a março de 1911, em que denuncia os conflitos da geração entre militares, de maneira sofisticada. Em determinado trecho da obra, há um diálogo, no qual o General Albernaz, personagem caricato, defendia que o excesso de leitura enlouquece o homem. Pela relevância do diálogo, resolvemos inseri-lo na discussão, a fim de contextualizar a problemática do ensino, tanto para os militares, quanto para a população, a qual passava ao largo da escola.

[...] Sabe de uma coisa General? (Interroga Florêncio)

- O que é?

- O Quaresma está doido.

- Mas... o quê? Quem foi que te disse?

- Aquele homem do violão. Já está na casa de saúde.

[...] Genelício atalhou com autoridade:

-- Ele não era formado, para que meter-se em livros?

-- É verdade, fez Florêncio.

-- Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores, observou Sigismundo.

-- Devia até ser proibido, disse Genelício, a quem não possuísse um título "acadêmico" ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?

-- Decerto, disse Albernaz [...] (LIMA BARRETO, 1990, p. 24).

Possivelmente, podemos inferir que Lima Barreto (1990) fazia alusão à resistência ao ensino e ao confronto entre os Oficiais promovidos por atos de bravura na Guerra do Paraguai, e os Oficiais recém- formados pela Academia. Em sua obra, ele transforma os oficiais com mais tempo de serviço em figuras cômicas, principalmente aqueles que faziam parte da burocracia do Estado. O autor satiriza estas figuras, na obra.

[...] O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro [...] Os seus hábitos eram de um bom chefe de seção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos. Nada entendia de guerras, de estratégia, de tática ou de história militar; a sua sabedoria a tal respeito estava reduzida às batalhas do Paraguai, para ele a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos. (LIMA BARRETO, 1990, p.9).

Retornando ao nosso objetivo, ao fundarem a revista *A Defesa Nacional*, em 10 de outubro de 1913<sup>36</sup>, esses oficiais consagraram a reforma do Exército Brasileiro, calcados na tradução das obras de militares alemães. Eles difundiam o sistema de treinamento, práticas e costumes alemães, escrevendo textos que enalteciam o Exército e a indústria bélica germânica. Essa reforma, além de prever a modernização, respondia ao processo de conscientização política incitada por Benjamin Constant. Entre os membros da Revista, estavam Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro. Segundo Márcia Moraes (2004), embora o grupo tenha permanecido organizado até 1918, por intermédio da revista, ou seja, em um espaço de tempo relativamente curto (1913-1918)<sup>37</sup>, a compreensão de toda a problemática suscitada por eles deve considerar um espaço histórico bem mais amplo.

É mister trazer à lembrança que o Exército não era homogêneo, como já expusemos anteriormente. Estamos nos referindo, neste contexto, à fração que se hegemonizou no Exército, naquele momento. No período entre 1914 a 1918, havia resquícios dos oficiais que resistiam passivamente à modernização, pois se sentiam ameaçados pela mudança, até porque as inovações estavam sendo propostas e executadas por oficiais subalternos<sup>38</sup>. Esses oficiais foram enviados à Alemanha com o intuito de multiplicar os ensinamentos aprendidos naquele país,<sup>39</sup> modernizando a doutrina militar brasileira. Diante disso, o grupo de *A Defesa Nacional* compunha-se de oficiais de baixa patente, que haviam estagiado na Alemanha, e de colegas militares entusiasmados que desejavam aprender com a experiência lá adquirida. Seus associados também integraram a chamada Missão Indígena, que instruiu os cadetes da Escola

<sup>36</sup> Revista lançada pelo Editorial de *A Defesa Nacional*, pesquisada na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 03 de setembro de 2008.

<sup>37</sup> Concentramos a nossa análise da Revista *A Defesa Nacional*, com paralelo à Liga da Defesa Nacional, pois foi nesse período que os Jovens Turcos existiram como grupo organizado em torno da Revista e apresentaram proposta comum. A partir de 1918, os Jovens Turcos deixaram de existir como grupo organizado (DOMINGOS NETO, 1980, p. 60).

<sup>38</sup> Oficiais subalternos são considerados o 1º Tenente, 2º Tenente e o Aspirante a Oficial, sendo que o Capitão é considerado Oficial Intermediário, entre Oficial Subalterno e Superior (Major, Tenente-Coronel, Coronel). Dentro de nossa análise consideramos o Capitão como subalterno. Para mais informações ver: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/postos-e-graduacoes>.

<sup>39</sup> No relatório do Ministro da Guerra de 1905 deixa claro o motivo do envio dos militares para Alemanha, principalmente no tocante a formação deles, para serem instrutores. Há discriminação nominal de todos os enviados em MACCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. p. 594. Em 1919, Alfredo Malan d' Angrogne, então adido militar em Paris, redigiu um relatório para o presidente eleito Epitácio Pessoa, no qual apresentou uma divisão um tanto diferente do corpo de oficiais: (1) homens qualificados com “preparo livresco”, dotados de verdadeira inclinação para a profissão, a qual cultivavam ativamente; (2) oficiais que, apesar da capacidade, haviam empacados em escalões inferiores e estavam velhos demais para outro avanço na carreira (ele mencionou capitães de 45 anos que deveriam ser tenentes-coronéis ou coronéis); (3) os oportunistas que ocupavam cargos públicos e não podiam ser considerados verdadeiros soldados profissionais. D'ANGROGNE, Alfredo Malan. **Uma escolha um destino**, 1919, p. 194.

Militar, entre 1919 e 1923, influenciando, assim, os oficiais que liderariam o Exército na segunda metade do século. Inclusive, cabe aqui ressaltar, que os militares de 1922 e 1924 foram influenciados por esses oficiais. No primeiro editorial da Revista *A Defesa Nacional*, fica clara a função deles na política nacional: “é fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento”. (ADN, 1913, p. 1)

A defesa nacional, em largos traços, girava em torno de duas questões, sendo uma diretamente interligada à outra: a primeira, relacionada ao quadro estrutural do Exército, e a segunda questão, na visão do grupo, era de que não havia, no Brasil, uma Nação na forma como a concebiam, tendo como parâmetro a Alemanha. Os reformadores lançam, então, a resolução para esses problemas, de forma que a solução para um problema era diretamente a solução para o outro. Por isso, o nosso intuito de analisar a participação desses militares na organização do Exército e a influência deles na sociedade.

#### **1.1.4 A Ideologia do papel das Forças Armadas.**

Os oficiais brasileiros observaram, fascinados, os dois exércitos-modelo, alemão e francês, testando homens, equipamentos, organização, estratégias e táticas, um contra o outro. Em seu silêncio quase absoluto, o Governo Brasileiro preocupava-se com os acontecimentos na Europa, em vez de fazê-lo em relação ao conflito do Contestado, revelando nitidamente o enfoque europeu das lideranças políticas brasileira. A participação dos militares, na política, se expressara pelo contexto interno e externo, no tocante ao mote da modernização do Exército. Esse contexto iria encerrar o conflito dos militares com a classe política, que ocorrera na campanha civilista propagada por Rui Barbosa, durante a campanha de Hermes da Fonseca para Presidente, em 1909. Foram-se costurando alianças, por meio das publicações da Revista *A Defesa Nacional*, em torno do projeto nacional (leia-se: modernização do Exército e Serviço Militar Obrigatório), e pela atuação do General Caetano de Farias, então Ministro da Guerra (1914 a 1918). Rui Barbosa, durante o período que antecedeu a Campanha Civilista (1909), fora opositor ferrenho aos propósitos militares, principalmente no que diz respeito ao Serviço Militar.

[...] E foi, na reforma de 1908, votada a lei do serviço militar obrigatório, apesar das ferrenhas Críticas vindas do campo, quanto da cidade. Um dos maiores opositores era Rui Barbosa tanto que se esperou que Rui fosse a compromissos para Haya, na Holanda, a fim de facilitar a aprovação da Lei. (CARONE, 1970, p. 351).

Dentro desse cenário, apesar de o Contestado atrair a cobertura da imprensa, no que dizia respeito às operações do Exército, o tom dos comentários sugeria que se tratava apenas de outro conflito em um lugarejo remoto, que dispensava maiores atenções. O conflito social não era levado em consideração pelas elites. O Exército não queria chamar a atenção da sociedade para um conflito interno, como ocorrera em Canudos.

Frank McCann (2009) afirma que os editores mencionaram que algumas pessoas estavam acusando os líderes do Paraná e de Santa Catarina de fomentar a rebelião, em benefício de interesses políticos; outros aludiam ao fanatismo religioso, e outros, ainda, diziam que os pequenos proprietários das antigas colônias militares, despojados de sua terra pelas elites dirigentes dos dois estados, queriam vingança. Politicamente, os militares que publicavam na Revista estavam receosos em tomar partido, tendo em vista a complexidade regional e os interesses envolvidos no conflito. A tomada de posição dos militares seria uma atitude imprudente. Como estratégia de abordagem, os militares procuravam indicar causas estruturais, baseadas, fundamentalmente, nas questões do ensino, da pobreza e do interesse regional em detrimento do nacional. O desenvolvimento nacional, principalmente da indústria, proporcionaria o progresso geral do país. Os oficiais editores da Revista *A Defesa Nacional* não aprovavam o papel do Exército no Contestado, deixando isso transparecer nitidamente nos editoriais da Revista.

Na opinião dos editores, independentemente do que desencadeara a luta, a causa fundamental era a “ignorância lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente”. Era isso que reduzia aqueles “humildes sertanejos patricios à condição de nossos inimigos”. Embora fosse “lamentável” ter de lutar contra “compatriotas e “irmãos, seria pior, pensavam os editores, “deixar morrer, aos poucos, o nosso Exército, abatendo-se-lhe o moral, por considerações sentimentais inoportunas que sem melhorarem a situação, antes a prolongam” Uma vez que o Exército fora comprometido, não podia mais haver “lugar para paliativos nem para concessões, que só servirão para enfraquecer a ação da tropa e desprestigiar o Exército”. Enquanto os “fanáticos” recorressem às armas, só poderia existir o objetivo militar de destruir o inimigo. “O Brasil precisa de homens”, declaram os editores, “mas de homens que colaborem, dentro da ordem, na obra de seu engrandecimento”.<sup>40</sup> (MCCANN, 2009, p. 188-189).

---

<sup>40</sup> Editorial, ADN, 10 de out. de 1914, pp. 1-2. Para ver a logística utilizada no Contestado, e a atuação aviação no Exército ver: CALAZA, 2007.

O Contestado foi muito tenso, no que diz respeito ao combate; não havia guarda de prisioneiros. Sem munição para os fuzis, os rebeldes matavam com arma branca (faca ou facão).<sup>41</sup> A degola era característica dos conflitos no Sul. Mas, cabe ressaltar, que os assassinatos pendiam mais para o lado do governo do que para o dos rebeldes<sup>42</sup>.

Retomando nossa abordagem, havia grande preocupação da oficialidade em definir o Exército, quanto à sua missão, em relação à sociedade e ao sistema político. Conforme o ocorrido no Contestado, todo embate em que o Exército se envolvia, cabia a ele resolvê-lo, ou seja, sujar as mãos, se fosse preciso, mas jamais deixar a impressão de incapacidade na resolução do conflito. Esta perspectiva era resultante das concepções positivistas e da doutrina alemã. Poderíamos sugerir que estava sendo gestado, como vimos na História, a aplicabilidade militar com fins políticos, porém, abrindo margem para essas soluções serem ora revolucionárias ou golpistas, ora conservadoras ou ora progressistas, dependendo das vicissitudes do problema e, principalmente, dos discursos tautológicos dos líderes dos movimentos, ao solicitarem apoio dos militares. Diante do exposto, todo movimento político com reflexos militares teria necessariamente o Exército como fiel da balança, equilibrando as forças que disputavam o poder, e garantindo a “legalidade” da vitória.

Seguindo nossa exposição, a primeira concepção da participação dos militares na política advinha dos Jovens Turcos, será subsidiada pelo papel do Exército na sociedade por meio da leitura de Olavo Bilac.

### **1.1.5 A participação dos intelectuais da época.**

Sendo assim, o Contestado (1912-1916) e a Primeira Guerra Mundial demonstraram, para as elites brasileiras, a consciência das fraquezas do Brasil, não se esquecendo do desastre de Canudos e a perspectiva da não muito distante experiência da Guerra contra o Paraguai. Essa consciência não foi imediata, pois não havia consenso sobre a linha de ação a ser adotada. É interessante destacar que até Rui Barbosa, grande adversário político dos militares, afirmou que o país não podia se eximir diante da violação do direito internacional. Olavo Bilac e Alberto Torres, de quem trataremos adiante, preconizaram que se fortalecesse o Brasil

---

<sup>41</sup> Um Segundo-Sargento (do 43º Batalhão do 15º Regimento de Infantaria) que integrou a coluna do capitão Potyguara afirmou em carta à filha (17 de junho de 1915) que os “fanáticos” desenterravam cadáveres de militares e vaqueanos para os degolar por acreditarem que isso lhes impediria ressuscitar no Juízo Final; ver: QUEIROZ, Themistocles Cavalcanti de. “A luta no Contestado”, Revista do Clube Militar 31, nº 152, 1957, p. 49-57

<sup>42</sup> Uma bibliografia subsidiária sobre o conflito ver. SODRÉ, 2010; MACCANN, 2009, p. 188-213.

para torná-lo independente e autônomo, mas divergiram a respeito da guerra, propondo, cada um deles, diferentes papéis para as Forças Armadas. O debate sobre a defesa nacional girava em torno do serviço militar obrigatório, moldando ideias concorrentes sobre o papel do Exército, na sociedade. Tal debate fez aflorar, naquele momento, três interpretações da missão do Exército: a da Revista A Defesa Nacional, coincidindo com a de Olavo Bilac, o interlocutor entre os militares, os políticos e os intelectuais da época;<sup>43</sup> a interpretação de Alberto Torres e a de Lima Barreto. Não queremos desconsiderar aqui outros debates, como o de Lima Barreto, o qual, apesar de tecer várias colocações sobre referido período, não tinha canais de interlocução com a classe dirigente do país.

O poeta se auto-intitulava “professor de entusiasmo”. A seu ver, o papel defensivo das Forças Armadas era menos importante do que sua função de ensinar. Para ele, a principal função do Exército era a educação cívica dos cidadãos. O intuito do serviço militar era trazer todas as classes para os quartéis, pois o Exército atuaria como nivelador social, ensinando disciplina, patriotismo e ordem. O perigo de uma casta militar seria eliminado, caso “[...] o Exército fosse o povo e o povo fosse o Exército”. Bilac apontava o serviço militar obrigatório como “uma promessa de salvação para o Brasil” (MCCANN, 2009, p. 219). O parnasiano refletia a ideia dominante na pequena-burguesia de que o Brasil não era uma nação coesa e unificada; para ele, as classes privilegiadas da elite queriam apenas seu próprio prazer e prosperidade. Nisto concordamos com o poeta, mas podemos ressaltar que embora não existisse Nação, estava, naquele momento, sendo gestado um projeto de nacionalismo, nas formulações da Revista A Defesa Nacional e nas reuniões para fundação da Liga da Defesa Nacional. Era concepção dos formuladores da Liga que as classes inferiores, ou melhor, o povo em geral era mantido “na mais bruta ignorância”, demonstrando inércia, apatia, superstição e absoluta privação de consciência, enquanto os imigrantes estrangeiros viviam isolados pela língua e pelos costumes. “A militarização de todos os civis”, segundo o Príncipe dos Poetas, daria à sociedade as virtudes da classe média, dotando-a da coesão necessária para preservar-se. O serviço militar elevaria os da classe baixa e nivelaria os da classe alta. Em síntese, seria esse o objetivo de Bilac, via serviço militar.

Sodré (2010), em complemento à realidade exposta por Bilac, mas com um olhar perspicaz, resalta que a Guerra demonstrou a fragilidade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Começavam a ser improvisadas, no Brasil, várias indústrias. O nacionalismo econômico nascia, pois, com a guerra, abriam-se novas

---

<sup>43</sup> Ver: OLIVEIRA, 2008.

perspectivas de trabalho. Côncios, também, dessa realidade, os militares debruçavam-se sobre a problemática da fragilidade do Brasil. Assim, chegaram à conclusão de que os verdadeiros brasileiros eram os de classe média. Suas ideias sobre o “povo” eram permeadas de contradições. Nesse sentido, Cunha (2002, p. 34) ratifica que a questão da identidade nacional ganha um relevo singular, bem como assume, na concepção de muitos intelectuais, particularmente nos momentos de crise, como o caso da I Guerra Mundial, o significado de um despertar dos problemas nacionais e, claro, o impulso de recuperar ou construir um ideário de nação<sup>44</sup>.

A interpretação de Alberto Torres confere outra perspectiva ao papel dos militares. Torres fora deputado estadual e federal, ministro da Justiça e Negócios Interiores, Presidente do Estado do Rio de Janeiro e juiz do Supremo Tribunal Federal. Ele publicou, em 1914, dois livros importantes e muito discutidos: *O problema nacional* e *A organização nacional*<sup>45</sup>. Neste último livro citado, Torres concordava com Bilac, no que dizia respeito à organização do país. A seu ver, “o Brasil nunca fora organizado e estava perdendo dia-a-dia a pouca organização que possuía” (TORRES, 1982, p. 160). Ele não aceitava a proposta de Bilac. Conceituava-a como romântica. Para Torres (1982), os quartéis treinavam soldados, não cidadãos; a transmissão das virtudes cívicas constituiria um processo distinto daquele que ensinava habilidades militares. Se um bom soldado era virtuoso, altruísta e compassivo, era porque trouxera de casa e da praça essas virtudes. Os quartéis não produziriam tais qualidades; gerariam “pretorianos”. Citava a Alemanha do Káiser como exemplo de que o “delírio militar” podia “turvar as almas [...], as próprias almas dos filhos de Schiller e dos descendentes de Kant!” Para ele, “esta nova ideia de ‘educação pela caserna’ é uma folha do mesmo livro de inverdades que aí circula [...] a velha panaceia do espírito autoritário que preconiza a educação para incutir as virtudes e qualidades que os do topo da sociedade julgam que os da base devem possuir”. Na confusa “multidão de palavras, ideias e sentimentos” de Bilac, afirma Lima Sobrinho (1968, p. 393-394), Torres identificava um alicerce da diferenciação de classe e corporação, na ideia da primazia militar como corretivo para a degradação civil.

Em artigo publicado em *O Estado de São Paulo* (22 de dezembro de 1915), Torres declarou duvidar que “num país sem ‘sociedade’ e sem ‘nação’, num povo a granel sem liga, sem vínculo, sem ambiente comum”, o treinamento militar, mesmo sob o comando de um

---

<sup>44</sup> Para um debate profundo acerca das ponderações sobre a origem do republicanismo radical ao marxismo ver: CUNHA, Paulo Ribeiro R. da. **Um olhar a esquerda**: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Capítulo I.

<sup>45</sup> Em nosso trabalho utilizamos a 4ª ed., publicada pela Cia Editora Nacional, Universidade de Brasília, 1982.

general alemão, pudesse transformar o Brasil em uma “Turquia ou uma Bulgária”. E propôs, em vez de uma solução militar, em vez do modelo turco, que seguissem o modelo do Japão, Nova Zelândia e Austrália, construindo a unidade e a infraestrutura nacional. Alertou que devido à “anarquia da organização” no Brasil, o serviço militar obrigatório malograria antes de começar (LIMA SOBRINHO, 1968, p. 395).

Essa organização depende de uma reforma do regime constitucional que restrinja a autonomia dos Estados e dos municípios, enfeixando-os num sistema geral de interação e de harmonia, e de uma política, legislativa, governamental e administrativa, de educação, de propaganda, de ensino e de cultura, nas escolas, na imprensa e na tribuna: de reciprocidade de relações [...] Só assim a união brasileira repousará sobre uma base democrática: a comunidade da vida econômica e espiritual. (TORRES, 1982, p. 202).

O autor opunha-se ao caráter permanente do corpo de oficiais e do Exército, que, a seu ver, era remanescente do velho sistema dinástico. Segundo ele, um corpo permanente de oficiais necessariamente se tornaria uma hierarquia privilegiada, disciplinada e coesa, com tendência a evoluir para uma casta autoritária. Era ilusão supor que o recrutamento aberto, por produzir oficiais das classes baixa e média, eliminaria o perigo.

De certa forma, temos de concordar com Torres, até aqui, pois as reformas implementadas pela política de Góes Monteiro, no final da década de 1920, propiciou a elitização da seleção dos cadetes para a academia, como aponta Rodrigues, em sua tese de doutorado<sup>46</sup>. Torres, contraditoriamente, segundo nossa concepção, afirmou que a guerra na Europa demonstrara a necessidade de um exército de cidadãos, de uma milícia civil semelhante à da Suíça ou à Guarda Nacional dos Estados Unidos. Delineou um programa de educação física, manobras militares e prática de tiro, para um treinamento apropriado. Isto posto, podemos inferir que tal programa nada mais era do que seria, posteriormente, a função dos Tiros de Guerra. O autor concebia a defesa nacional como algo mais amplo do que a defesa militar.

Em verdade, a defesa militar nem é o principal, nem o primeiro, nem o mais vigoroso dos nossos meios de defesa. [...] A defesa Nacional ideal tem por base o governo constitucional, a educação pública, um sistema jurídico organizado, uma economia forte, cautela com o crédito externo, restrição aos investimentos estrangeiros e à imigração, uma política externa cordial, propaganda pacifista e, finalmente a força militar. (LIMA SOBRINHO, 1968, p. 395-397).

---

<sup>46</sup>RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UERJ, 2008.

É interessante destacar que as propostas de Bilac e de Torres tinham pontos de aproximação, porém divergindo em relação ao modelo de serviço militar. Eles concordavam em alguns aspectos: a necessidade de patriotismo, de ordem, de um ideal nacional, da unidade nacional da eliminação da apatia. Ambos recomendavam que os militares ficassem longe da política, pois um Exército político não passava de mera facção, deixava de ser um Exército. A política dividiria, separaria e desmembraria o Exército. Lima Sobrinho (1968, p. 399), biógrafo de Torres, comentou que “um exército político seria como um partido, pela razão de que não pode e não deve ser uma facção”. Paralelamente, MacCann (2009, p. 223) afirma que Torres duvidava da compatibilidade da democracia com um Exército permanente, preferindo, como alternativa, uma Guarda Nacional ou milícia civil, opção esta que os militares rejeitavam.

Em uma terceira perspectiva, complementar às três anteriores, porém divergente em alguns aspectos, Afonso Henriques de Lima Barreto<sup>47</sup> se posicionava contrariamente a Olavo Bilac, entendendo que o Serviço Militar Obrigatório seria nefasto para toda a população. Segundo Lima Barreto (1914), “o serviço militar era um crime criado pelo Estado de Guerra Alemão”, conforme escreveu em uma crônica sobre a guerra, publicada em 14 de dezembro de 1914, no Jornal *Correio da Noite*, afirmou, “[...] obrigou todos os países a estabelecerem esse crime contra a liberdade, contra a independência, essa violência aos temperamentos individuais que é o serviço militar obrigatório” (LIMA BARRETO, 1914, p. 1).

Dessa forma, Alberto Torres e Lima Barreto, divergindo em algumas particularidades, tecem críticas à proposta de Bilac. Torres temia a hegemonia militar no contexto político e social. Ele defendia, conforme Lima Barreto, que deveria existir outra forma de inserção dos mais pobres na sociedade, principalmente por meio da educação. “Para que haja alteração dessa conjuntura social e o estabelecimento de qualquer forma de reforma, seria de suma importância o conhecimento das singularidades políticas, jurídicas, social, econômica e cultural do Brasil” (REZENDE, 2000, p. 35). A elite deste país nunca se preocupava com a situação da população pobre, mas, sim, com seus interesses, e ele tinha

---

<sup>47</sup> Afonso Henriques de Lima Barreto, nasceu no dia 13 de maio de 1881, filho de mulatos. Sua mãe Amália Augusta Barreto faleceu quando ele tinha seis anos de idade. Seu pai João Henriques de Lima Barreto era tipógrafo, ficando com quatro filhos pequenos. Mesmo sendo de família humilde, Lima Barreto realiza seus estudos ingressando no liceu popular niteroiense, às expensas de seu padrinho, o Visconde de Ouro Preto. Em 1903, abandona o curso de engenharia e ingressa, por concurso, na Secretaria da Guerra, onde passa a trabalhar como amanuense. A partir desse período trava relações com o meio intelectual da época. Colaborou na imprensa carioca, em diversos jornais escrevendo reportagens, crônica e folhetins nos jornais *Correio da Noite*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio*. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 1º de novembro de 1922. (LIMA BARRETO, 1990).

plena consciência disso. Bilac poderia ter reservas quanto ao militarismo, mas acreditava que o SMO seria a única forma de dar o primeiro passo rumo à inserção dos mais pobres no acesso à educação.

Torres fundamentava suas posições argumentando que “o Brasil era um país novíssimo, sem raça própria, sem nacionalidade, sem caráter. O futuro do Brasil dependia das tendências e da educação que lhe fossem dadas” (TORRES, 1982, p. 94). Cabe perguntar: quais “tendências”, e qual a proposta de “educação”? Moraes (2004, p. 101) ressalta, em seu trabalho, que Torres realiza uma crítica bem fundamentada ao SMO. O que salta aos olhos, nas considerações deste último autor, é que havia, em suas reflexões, um complexo de mudanças constitucionais que teriam de ser realizadas por meio do Legislativo e da educação da população em geral. Porém, Torres, como homem de seu tempo, possuía traços do pensamento conservador, notadamente nas teses sobre raça, em ascensão naquele período. O problema, no pensar deste autor, é que sua referência de nação estava na cor de pele e na origem aristocrática, adotando-se o modelo europeu de nação, como parâmetro para analisar o Brasil. O que estava em jogo eram os valores a serem discutidos e enaltecidos no brasileiro, e não sua cor de pele. Outro olhar de retrovisor dele, estava baseado no modo de produção. Bilac, em ajuste com os Jovens Turcos, propunha a indústria. Alberto Torres, em contrapartida, defendia a adoção do modelo agroexportador, já em início de decadência, particularmente no tocante ao café, devido, principalmente, ao caráter de subordinação que esse modelo econômico causava ao país.

O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto da era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, previdente e conservadora, para que o povo sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízos de terceiros. (TORRES, 1982, p. 132).

Percebemos, na citação acima, que o autor acreditava que o Brasil tinha possibilidade de desenvolvimento apenas com a agricultura. Mas como podemos pensar em república social com concentração de terra? Como o povo arrancaria à força a realidade do *status quo* e dentro da “ordem, sem o prejuízo de terceiros”? Não seria possível, como a História demonstrou, qualquer tipo de conquista de demanda social dentro da ordem, como afirma Sodré na epígrafe de nosso trabalho. Apenas com a superação daquela estrutura falida seria possível conquistar os objetivos concretos da população pobre. É interessante destacar que poderíamos realizar diversas inferências sobre a citação acima, mas como esta ação nos desviaria de nosso

propósito, apenas vamos citar alguns exemplos: alusão dele em relação à falta de pagamento de indenizações aos proprietários de escravos; o medo dos grandes latifundiários em dividir suas propriedades, entre outros. Bilac (1965), por outro lado, tinha objetivo bem definido e visão de conjunto, proporcionada pelas viagens que fizera pelo Brasil. E, como propagador do nacionalismo, procurava maquiagem as contradições da sociedade, em favor da unidade nacional.

[...] este imenso território, povoado por mais de vinte e cinco milhões de homens, que não são continuamente ligados por intensas correntes de apoio e de acordo, pelo mesmo ideal, pela educação cívica, pela coesão militar; conflitos ridículos sobre fronteiras, dentro da integridade da pátria, explorados pela retórica, envenenados pelo fanatismo, originando guerras fratricidas; a desigualdade entre Estados irmãos, desirmanados pela diferença das fortunas e das prendas, estes ricos e felizes, prosperando e brilhando, desenvolvendo o seu trabalho e a sua instrução, e aqueles pobres, sem ventura, sem pão, sem ordem, sem escolas, assolados pelos flagelos da natureza ou talados pelos desmandos da governação; e descontentamentos e rivalidades, e indiferenças, desamor, falta de unidade nacional [...] (BILAC, 1965, p. 38).

Bilac (1965) supunha que, se ficasse muito na crítica, não haveria avanços concretos. O poeta procurou exaltar a união, em detrimento do debate crítico, com o intuito de atingir seu objetivo, em relação ao SMO. A missão de Bilac era reconciliar São Paulo, por intermédio de sua juventude, com os militares, ou melhor, reconciliar, com estes, os cidadãos de todo o Brasil. Torres (1982), em contrapartida, postulava que as Forças Armadas são instituições autorizadas pelo Estado para administrar a violência, sendo necessário serem fiscalizadas e possuírem participação diuturna da sociedade, em assuntos de interesse nacional. O mais importante, conforme Torres, era a organização da burocracia estatal. A construção de uma consciência nacional e do nacionalismo não seria tão simples.

Alberto Torres considerava o Serviço Militar Obrigatório como a forma menos democrática de organização das Forças Armadas, visto que, para ele, crava um estado feudal de classe, com os oficiais acima do povo. Defendia que, antes de solucionar a questão da organização militar, o problema mais urgente era o da organização nacional. (KUHLMANN, 2001, p. 67).

Alberto Torres compartilhava da ideia de que o fortalecimento do Exército elevaria este a uma força política. O autor se preocupava com vários aspectos do território nacional, sendo inclusive a Amazônia objeto de estudo.

O problema da Amazônia é gravíssimo, no ponto de vista social, no econômico e, possivelmente, no político. Com os abusos da exploração e desbarato de terras e dinheiro, com a destruição vandálica de suas preciosas florestas de seringais e madeiras, excesso de tributação e desgoverno, e com já considerável desenvolvimento de propriedades estrangeiras, é muito para temer-se [...] (TORRES, 1982, p. 206).

Podemos citar, para contribuir com a reflexão, outro intelectual de grande prestígio nessa questão, Manoel Bomfim<sup>48</sup>. Embora tivesse como princípio fundamental, em suas considerações, a questão da soberania nacional, Manoel Bomfim não possuía maiores semelhanças com Alberto Torres. Segundo Moraes (2004, p. 105), o referido autor tinha, para a época, posição bastante progressista. A autora, citando Rezende (2002a, p. 76), afirma que, nos escritos de Bomfim, havia absoluta descrença sobre a possibilidade de que os setores preponderantes construíssem quaisquer caminhos rumo à democracia, à soberania, ao desenvolvimento social, ao progresso industrial e científico, à modernização e à reelaboração da República. Vale ressaltar que, na década de 1920, Manoel Bomfim foi membro atuante da Liga, no Rio de Janeiro.

[...] sua ideia de revolução que tinha sentido bastante preciso em seus escritos, ou seja, ela significava a busca por meio de uma educação capacitadora para o progresso industrial. Sua perspectiva de mudança social lidava com horizontes de embates e enfrentamentos, principalmente com setores preponderantes, que eram os bacharéis, para romper com o passado e com a mentalidade que condenava o brasileiro, de incapacidade política. (REZENDE, 2002a, p. 76-77).

Percebemos que o embate de ideias era rico e, fora as divergências de ordem ideológica, as discussões demonstravam uma preocupação comum: a questão nacional. É nesse contexto, ainda da tradição de obras que tinham a pretensão de contribuir para explicar o Brasil, que Olavo Bilac e Manoel Bomfim lançaram, em 1910, a obra *Através do Brasil*. Segundo Botelho (2002), esse livro apresentava um debate sobre a formação de portadores sociais de um projeto de modernização, baseado na ideia de nação então em expansão. As discussões propostas por *Através do Brasil* tinham, como eixo norteador, a questão da formação da Nação, ou seja, dos brasileiros. Como define Botelho, “objetivava discutir a relação pragmática estabelecida originalmente por intelectuais republicanos entre literatura e educação, tendo em vista contribuir para os processos associados de construção do Estado-

---

<sup>48</sup> Manoel Bomfim nasceu em Sergipe e formou-se médico na Faculdade de Medicina da Bahia. Suas principais obras são: *América Latina; Males de Origem*, de 1905, *O Brasil na América de 1929*, *O Brasil na História e O Brasil Nação*, ambos de 1931. Sobre a sua posição anti-militarista ver: AGUIAR, 2000.

Nação e de modernização do Brasil.” (BOTELHO, 2002, p. 3). Cabe ressaltar que esta obra não foi a primeira a tentar afirmar que a educação era o meio mais adequado para construir a Nação. Em 1890, foi editado o livro *A educação Nacional*, de autoria de José Veríssimo, o qual trata da importância da educação pública e nacional como sendo a fonte de criação da identidade nacional. O autor alerta para a necessidade da educação, como veículo de conhecimento da realidade nacional, baseada na discussão historiográfica.

Dos meios a que podem recorrer para trazer o espírito nacional sempre desperto, é dos principais o estudo da história da pátria, porque o conhecimento da pátria é a base do patriotismo. No Brasil este estudo não é somente descuidado, mas não existe, nunca existiu, e a consequência é a profunda ignorância em que vivemos da nossa história. (VERÍSSIMO, 1906, p. 115).

José Veríssimo atribui não só à escola o papel da educação, “mas a todas as forças e órgãos sociais: à família, às religiões, ao governo, à política, à ciência, à arte e à literatura” (Veríssimo, 1906, p. 206). O autor citava outros países, como, por exemplo, Alemanha, França e Estados Unidos, os quais faziam, da educação, instrumento básico de construção nacional. No continente sul-americano, o exemplo mais próximo era a Argentina, que, por lei de 1884, reformulou totalmente a educação primária, dando-lhe sentido democrático e nacionalizante (CARVALHO, 1999, p. 240). Porém, Bilac (1965), opondo-se a Bomfim, Torres e Lima Barreto, considerou que o Exército deveria adotar um dispositivo disperso e capilar, visando manter os laços com o povo, ou seja, formar o cidadão por meio do SMO. Numa divulgação recente, fica evidente a transposição das ideias de Bilac para o nosso cotidiano, conforme esta citação antigo Ministério do Exército, atualmente, integrado ao Ministério da Defesa: “O Exército Brasileiro, única Instituição Nacional permanente com presença em todo território brasileiro, contribui, de forma decisiva, para a manutenção da coesão e da unidade nacional” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1997, p. 1).<sup>49</sup>

O aspecto central da presença nacional, constantemente citado na argumentação em favor do SMO, teve um objetivo, o de fazer a distribuição de quartéis no território brasileiro, aumentando a ligação das localidades mais interioranas do país e favorecendo, assim, a unidade do País. Esta é, segundo nossa leitura, a consolidação das ideias defendidas pelos Jovens Turcos, e divulgadas por Bilac. Acabou o instrumento, transformando-se em objetivo.

Podemos considerar, neste tópico, que o projeto de SMO bilaciano, do qual Torres era veementemente contra, foi o que se consolidou. O posicionamento de Torres alinhava-se à

---

<sup>49</sup> Ministério do Exército, Exército Brasileiro – evolução recente, Brasília: EGGCF, 1997, 1ª Contracapa.

fração agrária dominante, que era contra as propostas de Bilac. A influência dos militares e de políticos dissidentes das oligarquias regionais delineou esse projeto de Defesa Nacional proposto pelo poeta. Podemos concluir que os discursos de Bilac eram similares à proposta de modernização dos Jovens Turcos, sendo o Poeta disseminador do projeto de Defesa Nacional, a partir do SMO. Bilac transitava entre as lideranças políticas federais e a cúpula militar, conseguindo concitar a pequena-burguesia a servir nos quartéis.

Como a morte logo tiraria esses dois pensadores de cena (Torres, em março de 1917, e Bilac, em dezembro de 1918), os militares puderam adotar ideias selecionadas dos escritos e discursos de ambos, sem maiores embaraços. Em 1939, o presidente Getúlio Vargas decretou que, no dia 16 de dezembro, aniversário de Bilac, fosse comemorado o “Dia do Reservista”; em 1966, o presidente, General Humberto de Alencar Castelo Branco, elevou o poeta ao *status* de “Patrono” do serviço militar.<sup>50</sup> Para contextualizarmos os pressupostos da Liga da Defesa Nacional, precisamos analisar detidamente essa proximidade de Bilac com os militares. Iniciaremos a fundamentação com os discursos de Bilac, remetendo-nos às publicações da Revista *A Defesa Nacional*, do período de 1914 a 1918, para transformar a Liga em uma expressão de Partido Militar, operacionalizando a construção de políticas públicas de Defesa Nacional.

---

<sup>50</sup> Decreto-Lei nº 1.908, de 26 dez. 1939 (assinado por Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Henrique A. Guilhem); Decreto nº 58.222, 19 abr. 1966 (assinado por H. Castelo Branco, Zilmar de Araripe Macedo, Arthur da Costa e Silva e Eduardo Gomes). Textos em General Moacir Araújo Lopes, **Olavo Bilac, o Homem Cívico**, Rio de Janeiro, Liga da Defesa Nacional, 1968, p. 43-45.

## 2 OS DISCURSOS DE OLAVO BILAC E O SURGIMENTO DA LIGA DA DEFESA NACIONAL

### 2.1 Olavo Bilac e a Defesa Nacional

O poeta iniciou sua marcha pelo Brasil, realizando seu primeiro discurso aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915<sup>51</sup>. Seu objetivo inicial era conquistar os filhos da pequena burguesia<sup>52</sup> para a campanha em prol do Serviço Militar Obrigatório. Para Bilac, o Brasil padecia de uma deficiência moral; as elites que viviam na metrópole rica, como no caso de São Paulo, não tinham consciência da pobreza que assolava o restante do país. Diante disso, afirmou que os estudantes não tinham ideia da miséria, ressaltando que eles deveriam participar e “dirigir” o país no rumo do desenvolvimento paulista. Era necessário organizar a produção e inserir os pobres no mercado, por meio da formação para o trabalho, e conquistar riqueza. No entanto, o que se tornava imperativo, naquele momento, era o sentimento de amor à Pátria e a vontade de transformar o Brasil.

Não vos deixeis deslumbrados do magnífico progresso desta cidade e deste Estado; São Paulo não é todo o Brasil; e a verdadeira grandeza de um país não é a sua riqueza. Por outro lado, não imagineis que o que me assusta seja o desconforto, a falta de dinheiro, a falta de trabalho organizado e produtivo na maior parte da União, nem o ônus formidável das dívidas oprimindo o nosso futuro. Ainda há muita ventura e dignidade nas casas em que não há muito pão; mas nada há, quando não há amor e orgulho. (BILAC, 1965, p. 24).

Dialogando com os estudantes, o poeta identificava, no Exército, o primeiro fator de transformação político-social. Para Bilac o Exército, tinha uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral de cidadãos. A função de ensinar era mais importante do que o Papel defensivo das Forças Armadas. “O povo sendo o Exército e o Exército sendo o

---

<sup>51</sup> BILAC, 1965.

<sup>52</sup> Em Sodré, na obra Síntese de História da Cultura Brasileira, ele fundamenta que a pequena burguesia constitui como peculiaridade do desenvolvimento histórico brasileiro, a precocidade do aparecimento de uma camada intermediária entre a classe dos senhores (de escravos e/ou de servos) e a classe dos escravos e/ou dos servos, isto é, o aparecimento da pequena burguesia antes do aparecimento da Burguesia. O processo que motivou tal resultado, segundo o autor, não foi desenvolvido apenas no Brasil colonial, sendo normal nos países e regiões em que as relações capitalistas chegaram tarde e em que as relações pré-capitalistas, tiveram vigência prolongada (SODRÉ, 1981, p. 23). Diante deste cenário, utilizaremos o conceito de pequena burguesia, tendo como perspectiva os profissionais liberais e as pessoas que tinham alguma posse no período de objeto de estudo. Refiro-me à elite urbana, a partir da interpretação de Nelson Werneck Sodré. Usamos este conceito para melhor elucidar a população urbana que tinham formação educacional e posses para influenciar a política naquele momento histórico. Bilac tinha a preocupação em convencer esta fração da sociedade, através de seus discursos.

povo, o progresso seria inevitável”. Bilac acreditava que os políticos profissionais nada faziam para impedir a dispersão da nação; segundo ele, “esses políticos aproveitavam-se dos conflitos generalizados para exercer o poder com vaidade e avareza”. (BILAC, 1965, p. 25). O poeta utilizava-se da emoção para concitar os jovens para a causa do Serviço Militar. Ele tinha como objetivo sensibilizar, inicialmente, os estudantes da elite paulista, para a causa da modernização do Exército, por meio do Serviço Militar. Naquela época, a população do Brasil girava em torno de 30 milhões de habitantes<sup>53</sup>. Em 1920, segundo o Anuário Estatístico de 1936<sup>54</sup>, aproximadamente 76% da população eram analfabetos, e em torno de 24% eram alfabetizados, sendo que apenas 1% da população tinha nível superior. Bilac discursava para uma clientela seleta. Para ele, havia um perigo iminente no país, pois “[...] Pacifistas, sempre queremos e pregaremos a paz; mas, sentindo e medindo os perigos externos e internos, que nos rodeiam, procuraremos dar força armada à nação, dando segurança à sua paz e à sua felicidade [...]” (BILAC, 1965, p.70).

Esta citação foi extraída de um discurso proferido para estudantes mineiros, em 24 de agosto de 1916. Bilac afirmava que era plenamente contra o militarismo, mas a favor do Exército trabalhando a favor das demandas da Sociedade. O objetivo dos militares, para o poeta, era transmitir as virtudes de um bom exército: disciplina hierárquica e social, o abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso do dever e de sacrifício pela pátria.

“[...] e que este consorcio (civis e militares) seja proclamado em palavras e atos [...] de modo que, como excelentemente acaba de dizer o vosso interprete, confraternizem todas as classes, desapareça pra sempre o espantinho do militarismo, seja a nação o Exército e o Exército seja a nação” (BILAC, 1965, p. 37).

Cabe fazermos uma ponte com o capítulo anterior, pois, aqui, identificamos um pouco dos objetivos de Benjamim Constant, mas com as estratégias dos projetos elaborados pelos Jovens Turcos. Como bem ressalta Cunha (2002, p. 41), a campanha cívica, com a adesão entusiástica de Olavo Bilac, realiza o sentido inverso da proposição de Constant: de soldado-cidadão para cidadão-soldado. Podemos inferir, aí, uma simbiose entre o positivismo

<sup>53</sup> Segundo o IBGE em 1920 no Brasil existiam um total de 30.635.605 habitantes, sendo em torno de 15.443.818 homens e 15.191.787 mulheres fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872\\_1920.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm)

<sup>54</sup> Directoria Central de Estatística. **Anuário estatístico do Brasil (1936)**. Rio de Janeiro: Tip Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. x, 435 p. Neste relatório anual, consta na p. 43 que em 1920, 7.493.357 (24,46%) sabiam ler e escrever e 23.142.248 (75,54%) da população não sabiam ler nem escrever, perfazendo uma população total de 30.635.605 (100%).

e a doutrina prussiana. É interessante realizarmos um adendo, no que concerne à relação entre civis e militares, e o que está nas entrelinhas da discussão. O poeta tinha, como objetivo, conciliar a elite e os militares. Ele alertava sobre o perigo do divórcio entre as Forças Armadas e a sociedade<sup>55</sup>. Assim, propunha que o serviço militar traria as virtudes militares aos civis, conciliando a pequena-burguesia com o projeto de nação, a exemplo do proposto pelos Jovens Turcos. Aqui é possível sugerir que Bilac fundamenta a necessidade de intervenção militar na sociedade, para que não haja desagregação do país. O perigo interno, ressaltado em várias partes do texto, está intimamente ligado ao conflito do Contestado.

O Brasil é pobre, é fraco? Sede ricos de abnegação, e ele será opulento. Sede fortes de civismo, e ele reberará em energias. Sede alegres, e ele virará no largo riso dos que, tendo a consciência da sua força, tem paz e a justiça! (BILAC, 1965, p.72).

Diante desse panorama delineado por Bilac, a principal função do Exército, mediante o Serviço Militar, era a educação cívica dos cidadãos. Trazer todas as classes para os quartéis era fundamental. Mas precisamos identificar essas classes, segundo os discursos do poeta. Como expusemos no primeiro capítulo, o Exército, em 1888, teve papel fundamental na abolição da escravidão e, posteriormente, na proclamação da República. A população, em sua maioria, era analfabeta, conforme dados acima, mas com um agravante que fica implícito: a maioria da população constituía-se de ex-escravos ou de pobres, sem acesso à educação, a qual era destinada apenas aos filhos das pessoas de posse. Fica evidente uma interpretação romântica, por parte de Bilac, para a atuação das Forças Armadas, baseada na construção da nação, por meio da fusão de todas as classes, conforme proposto pelos romancistas brasileiros, criando-se o mito dos heróis nacionais.

A Exaltação do índio deu-se com Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, e em obras como “O Guarani” (1857). “As Minas de Prata” (1862), “Iracema” (1865) e “Ubirajara” (1874) e todas as obras de José de Alencar. [...] No Brasil, o caráter de antepassado puramente nacional foi atribuído ao índio. [...] O Guarani, por exemplo, foi discutida de forma restritiva, porque em sua finalidade proposta tinha o objetivo desvendar os fundamentos da brasilidade, mas ao se ocupar da fusão do índio com o branco, deixou de lado o negro, naquele momento, identificado somente

---

<sup>55</sup> O autor sugere, consoante Bilac advertia em 1916, que a instituição militar deve manter diálogo com a sociedade, pois ao contrário ela se torna pernicioso para o país. Através de categorias da antropologia, o autor percebeu que os alunos começavam a esboçar repulsa pela população, a partir da formação militar. Essa repulsa gerada por reforços simbólicos, através de pré-conceitos atribuídos aos civis, os quais possuíam, segundo esse viés de interpretação militar, defeitos morais. Neste sentido, o “paisano” não possuía as mesmas virtudes morais que os militares desenvolviam em sua carreira.

como força de trabalho, mas destituído de qualquer realidade de cidadania (império). (ORTIZ, 1985, p. 19 e 37).

O poeta adota essas concepções do Império, nelas incorporando o negro e os imigrantes (alemães, suecos, portugueses, espanhóis, italianos e outros.), os quais formavam a heterogeneidade social brasileira. O autor propunha a união das classes, mas, com a sistematização do serviço militar, separou-as hierarquicamente, com as diversas formas de prestação do serviço militar.<sup>56</sup> O discurso do poeta em relação ao nivelamento de todas as classes com o Serviço Militar não aconteceu conforme proposto, pois a pequena burguesia não se submeteu ao serviço militar, como soldados. Foram criados, naquela época, os Batalhões de Alunos da Faculdade de Direito, Medicina e Escola Politécnica, não ocorrendo a inclusão dos demais “cidadãos” nesta fração de classe privilegiada, como bem sinaliza, em seu texto, Brasil Bandecchi (1980)<sup>57</sup>. Aqui, identificamos elementos das características conceituais conservadoras propostas por Peixoto (2001), em relação à pequena burguesia. Esta fração não se alinhava com as demandas populares, inclusive reivindicando privilégios no SMO. Há duas realidades nesta análise: a primeira, que esta fração de classe não queria submeter-se aos militares (CPOR e NPOR, Centros de Formação de Oficiais da Reserva); e a segunda, que não queria, também, se colocar em pé de igualdade com os pobres, durante o serviço militar (os Tiros de Guerra e os Batalhões Patrióticos de Estudantes eram expressões dessas demandas).

Em discurso proferido no dia 2 de abril de 1917, em São Paulo (BILAC, 1924, p. 51), Bilac expressava sua alegria ao ver a Lei do Sorteio Militar aprovada e sendo cumprida. Essa Lei obrigava todos os cidadãos a cumprirem o SMO, para completarem as fileiras das Forças Armadas, ainda apenas Marinha e Exército, pois a Aeronáutica seria criada somente em 1942, que não haviam sido preenchidas por voluntários. Bilac declarava que havia visitado o Batalhão de Caçadores, na Capital Paulista, e se sentia satisfeito com a quantidade de voluntários que chegavam à caserna. Ele admirava a contribuição da família paulista, que

---

<sup>56</sup> O Serviço Militar constituía-se não só do serviço nos Quartéis, sendo soldado, pois os cidadãos que tinham escolaridade podiam servir em CPOR e NPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, Centros e Núcleos estes que privilegiavam e ainda, de certa forma, privilegia os filhos das pessoas mais abastadas ou de notória influência política. Outra forma de prestar o Serviço Militar são os Tiros de Guerra, os quais são financiados pelas prefeituras de cada município, onde o Exército, particularmente, cede alguns militares para realizar a instrução dos Atiradores (designação dada aos jovens destas Organizações Militares, considerados Soldados de 2ª Classe), segundo consta na Lei e no Regulamento do Serviço Militar.

<sup>57</sup> BANDECCHI, Pedro Brasil. **Liga Nacionalista**. Caderno 14. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Parma, 1980. p. 51.

entregava a sua honra ao Exército em favor da causa nacional, (Bilac, 1924, p. 51-52). Porém, o Poeta era preocupado com os choques existentes entre a sociedade civil e o Exército.

[...] todos já sabiam que o Quartel não era mais estufa abafada em que os corpos se estiolam, prisão vergonhosa em que o amor próprio fenecia [...] Todos já sabiam que o alojamento militar era escola, ginásio e oficina. (BILAC, 1965, p. 55).

Historicamente, o Exército era visto como lugar de castigo, prisão de marginais e de vagabundos. Bilac (1965) tentava demonstrar que esse paradigma estava mudando. O autor possuía uma visão entusiasmada do Serviço Militar Obrigatório. Não era tudo perfeito, como defendia. Havia problemas estruturais, que os Generais tentavam contornar, por meio de pedidos de aumento de verbas para melhorar a logística do Exército, como vimos no capítulo anterior, sobre a modernização daquela Arma. A Primeira Guerra Mundial servira de mote para sensibilizar os responsáveis pelos cofres públicos e a opinião pública quanto ao financiamento do SMO. Porém, a criação da Liga da Defesa Nacional, localizada no Rio de Janeiro, e a Liga Nacionalista, em São Paulo (esta última, abordaremos no próximo capítulo) foi possível por causa do contexto interno (discursos de conciliação de Bilac e os conflitos internos - Canudos, Revolta de Sargentos, Revolta da Chibata) e do contexto internacional (I Guerra Mundial). Olavo Bilac não militou sozinho nessa causa; Rui Barbosa também colaborou intensamente para a propositura das referidas Ligas no Rio e em São Paulo, fazendo contato com seus companheiros advogados e com os irmãos da Loja do Grão Oriente do Brasil (Maçonaria). Rui Barbosa foi grande colaborador de Bilac para costurar alianças entre os diversos segmentos da elite (MORAES, 2004, p. 88)<sup>58</sup>. Os oficiais souberam usar o contexto geopolítico para trazer a sociedade à causa nacional, sendo o Poeta a personalidade social eminente. Contudo, a autora não destaca a importância de Alberto Torres, importante interlocutor de Bilac. Inserimos suas considerações, conforme a pertinência, em nosso texto<sup>59</sup>, no último tópico do capítulo anterior.

Sendo assim, a criação da Liga da Defesa Nacional surgiu dessa necessidade de interagir a camada influente da população com os assuntos militares e de soberania nacional.

<sup>58</sup> No Capítulo II de sua Dissertação (MORAES, 2004, p. 80), Márcia Moraes ressalta o complexo da relação entre a modernização do Exército, através dos Jovens Turcos e o contexto geopolítico, tendo em vista o choque das duas potências na época: Alemanha e França. Não iremos desenvolver esse tema em nosso trabalho, pois os desdobramentos fugiriam ao escopo aqui pretendido.

<sup>59</sup> Alberto Torres fora ensaísta, jurista e político, era contemporâneo a Olavo Bilac e seu maior crítico. Ocupou os cargos de presidente do Estado do Rio de Janeiro, foi membro da Câmara Federal dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Na atividade literária suas obras mais importantes foram “A organização Nacional” e “O problema Nacional brasileiro”. Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos alinhavam-se ao pensamento conservador de Torres.

O Brasil passava por mudanças no eixo institucional que, pelo menos no plano formal, representavam muita diferença, como a mudança de regime de governo e a predominância do trabalho livre.

Povo e nação foram os vocábulos usados com recorrência em fins do século XIX e nas primeiras décadas deste. Constituíam o fundamento de outro, também exaustivamente empregado: civilização. Esta última palavra designa a meta que deveria iluminar o caminho histórico dos povos, desde que os mesmos estivessem previamente organizados em bases nacionais. Para atingi-la, era preciso dar forças ao progresso material e espiritual, à técnica, à máquina e à ciência da natureza e da sociedade. (FERREIRA, 1989, p. 27).

Segundo nossas leituras e vasta bibliografia, Bilac era o representante civil do projeto dos militares. Os oficiais do Exército souberam aproveitar essa oportunidade. O contexto da Guerra foi bem utilizado pelos militares. Podemos nos arriscar fazer analogia à obra de Maquiavel, cujos ensinamentos, presentes na obra *O príncipe*, afirma que o Soberano precisa considerar o contexto externo e interno para tomar suas decisões. Nesse sentido, a “*Fortú*” era para os militares e para Bilac a I Guerra Mundial e os conflitos internos do país (Contestado, Revolta dos Sargentos, etc.), para que colocassem em operação a “*Virtú*”, ou seja, trazer a opinião pública para a questão da Defesa Nacional e, principalmente, no tocante ao Serviço Militar Obrigatório. O Poeta procurou aparar as arestas do pensamento autoritário dos Jovens Turcos, deixando as proposições dos militares palatável para o público, transformando-se em símbolo desse Projeto de Defesa com relevância e abrangência nacional.

[...] numa linguagem singela, os intuitos da Liga da Defesa Nacional, que fundamos, e pretendo definir que [...] A defesa nacional como queremos compreender não está organizada. Está claro que, se queremos organiza-la desde já é porque vejamos sobre o nosso país perigos imediatos. Mas a boa e verdadeira defesa deve ser preventiva. Se não há perigos imediatos que nos cerquem, há incontestavelmente sempre perigos latentes, próximos ou remotos, prováveis ou ao menos possíveis, que ameaçam constantemente todas as nacionalidades, ainda as mais sólidas, fortes e armadas; nada é perfeito nem eterno, na contingência da vida humana. (BILAC, 1965, p. 125-126).

O autor era crítico em relação à sociedade daquele época, e também muito hábil em convencer as classes mais abastadas da importância da coesão e unidade nacional. Segundo Carvalho (1998, p. 370), ao final do Império, percebeu-se que a elite tinha sido muito eficaz em construir o Estado. Mas a pergunta que ainda permanecia era: e a nação? Bilac (1965) tinha como objetivo projetar o sentimento de nação, porém sem deixar de incorporar os

organicamente os pobres dentro da hierarquia social. Em um plano ideal, como o exposto acima, o projeto teria a incorporação de todos, mas no plano real, o desenvolvimento desse projeto trazia em si limites sociais claros. A realidade cotidiana das cidades era diferente em cada região do Brasil, como ele mesmo ressaltava para os estudantes da Faculdade de Direito. Na prática, só o sentimento de nação foi conquistado, ficando, entretanto, os pobres à margem desta problemática.

De positivo havia pouco para cimentar a identidade nacional. Grande parte da população de 7,5 milhões continuava fora dos canais de participação política, seja por ser escrava (em torno de 30%), seja por não gozar das garantias dos direitos civis indispensáveis para a construção do cidadão. Tratava-se de uma população quase que exclusivamente rural e analfabeta isolada na imensa extensão territorial do País. (CARVALHO, 1999, p. 237).

Havia vários condicionantes que dificultavam a formação de uma identidade genuinamente nacional. Em suas viagens pelo Brasil, Bilac verificou a pobreza avassaladora do povo. Era degradante a forma como viviam as populações mais distantes do país. Não havia saneamento básico e muito menos noções de higiene, por parte da população. A própria capital nacional, em 1907, passou por reformas nas áreas de saneamento e higiene, operacionalizadas pelo Sanitarista Osvaldo Cruz. O Exército (leia-se SMO) seria a forma mais eficaz de difundir conceitos de saúde, de educação física e de moral para a sociedade menos favorecida. A campanha de Bilac para conscientizar as elites fora árdua, mas floresceu, segundo suas próprias palavras (Bilac, 1924, p. 54). No entanto, esse florescimento ocorrera ao bel-prazer dos dirigentes de cada localidade, pois o Poeta faleceu em dezembro de 1918.

O que se propõem os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é. As modificações realizadas na esfera socioeconômica (fim de uma economia escravagista, emergência de uma pequena-burguesia) ainda não tinham se consolidado no interior de uma nova ordem social. Viviam-se um momento de transição, e neste sentido as teorizações sobre a realidade brasileira refletiam necessariamente o impasse vivenciado. (ORTIZ, 1985, p. 34).

A fragmentação regional era latente. A população do Sul não possuía vínculos com a população do Norte e, assim, sucessivamente no Leste e oeste do Brasil. A degradação social da população pobre agravada pela falta de infraestrutura (Saúde, Educação, Higiene, Habitação, Profissionalização, etc.) e, principalmente, ao acesso aos meios de reprodução social (acesso à terra e ao trabalho formal). Como citamos anteriormente, Alberto Torres

discutiu, na obra *Organização Nacional*”, as dificuldades estruturais do Brasil, demonstrando a relevância do debate. Temos que concordar com Alberto Torres que o serviço militar foi uma saída precária para construção da nacionalidade brasileira. Nos próximos capítulos, procuraremos deixar claro que, para o projeto nacional da LDN, a instrução primária (leia-se: alfabetização) será o projeto mais importante desenvolvido pela entidade. Além disso, havia outros imperativos, como saneamento básico das cidades, empregos e noções de higiene, no que tange a políticas públicas propostas por Bilac. A questão da identidade nacional foi colocada em evidência, tornando os debates efervescentes, porém atingindo um círculo de intelectuais restritos à Capital Federal. Cumpre destacar que apenas alguns acontecimentos mobilizadores chegaram à população, como a Guerra contra o Paraguai que abordamos no capítulo anterior.

O Império viveu uma experiência coletiva que foi o maior fator de criação de identidade nacional desde a independência até 1930. Trata-se da Guerra contra o Paraguai. Nenhum dos acontecimentos políticos anteriores tinha envolvido diretamente parcelas tão grande da população de maneira tão intensa [...] No início da luta, houve genuíno entusiasmo cívico e formação de Batalhões de voluntários. As primeiras vitórias também causaram entusiasmo nacional. Talvez pela primeira vez um sentido positivo de pátria brasileira tenha começado a desenvolver-se entre a população. A imprensa refletiu com clareza esta mudança. A bandeira nacional começou a aparecer nas cenas de partida de batalhões e de vitórias no campo de batalha. (CARVALHO, 1999, p. 246-247).

Não concordamos com Carvalho (1999) no tocante ao entusiasmo da população quanto ao nacionalismo, pois como discutimos no Capítulo anterior, a maioria tentava fugir ao recrutamento, durante a guerra. Entretanto, em relação aos militares, conforme aponta Lemos e Neto (1999), na Biografia de Benjamin Constant, podemos inferir que houve, sim, entusiasmo em relação às conquistas no que se refere aos combates de guerra, mas não com o Serviço Militar. Outro importante acontecimento que podemos citar, que também contribuiu como efeito mobilizador no plano nacional, com participação dos militares, foi a campanha abolicionista. Bilac, diante do exposto tinha estas questões no cerne das suas exposições na defesa do SMO. Cabe indicarmos que, segundo nosso referencial teórico, a Liga seria um expressão de um Partido Militar, capitaneada pelo Poeta, o qual se baseou nos postulados dos Oficiais que fizeram parte da Revista *A Defesa Nacional*. Outra figura eminente nesse debate e fundamentação de nossa exposição era o apoio prestado pelo General José Caetano de Faria, “que de 1910 a 1914 foi chefe do Estado Maior do Exército e Ministro da Guerra de 1914 a 1918” (MCCANN, 2009, p. 224). O General Caetano de Faria foi quem recebeu o plano de

treze itens, criado pelos Oficiais da Revista *A Defesa Nacional*, para nortear a modernização do exército e, posteriormente, a nação<sup>60</sup>. Estes militares trabalharam na reforma de 1915 do Exército, período este das viagens realizadas por Bilac pelo Brasil.

Esta reforma baseava-se em duas considerações fundamentais: que a estrutura do Exército possibilitasse a incorporação de reservistas, sem destruir a coesão das unidades e que o Exército, em tempo de paz, fosse capaz de pôr-se de prontidão para a guerra sem criar novas unidades. (MCCANN, 2009, p. 225).

O Projeto Nacional foi direcionado pelos militares, de acordo com o que pretendiam para a modernização do Estado. O separatismo regional, como por exemplo o Contestado, preocupava no que concernia à questão da unidade nacional. A preservação do território brasileiro, tão arduamente defendida pelo Barão do Rio Branco, estava em risco. Ocorria paralelamente ao Contestado, outra mobilização popular, que mais tarde assustaria a elite burguesa, com o início das greves operárias. Essas greves posteriormente seriam vistas com desconfiança, principalmente, após o outubro vermelho de 1917, na Rússia. As greves, ainda, “poderiam se desenvolver, pois os militares realizavam defesa intransigente da soberania nacional, baseada na proteção a indústria, da laicidade do Estado e da identificação da causa republicana, ligada à causa patriótica e popular” (MORAES, 1991, p. 71). Bilac, para tanto, conseguiu adeptos ao seu Projeto Nacional, em São Paulo, que abordaremos com maior profundidade no quarto capítulo, no tocante à particularidade da Liga Nacionalista Paulista. O poeta não era alheio à situação política do Brasil, tendo pleno conhecimento da situação do povo, particularmente, no que tange à educação dos mais pobres.

Com a abolição da escravidão, em 1888, um novo elemento se juntaria à discussão: o negro, agora liberto, deveria ser entendido como cidadão e não mais como propriedade destinada a fornecer mão-de-obra. Já na segunda metade do século XIX<sup>61</sup>, uma série de ideias contribuiu para explicar o Brasil, entre os quais cumpre destacar, o Positivismo e o evolucionismo. Até então, os pensamentos predominantes eram o ecletismo<sup>62</sup>, o catolicismo e o Romantismo. (MORAES, 2004, p. 95).

<sup>60</sup> Para observar o debate, em torno da modernização do Exército. ver: MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro. 1889 a 1937*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. p. 214-289

<sup>61</sup> Para um estudo acerca do pensamento social brasileiro, na primeira metade do século XIX, mais especificamente sobre o romantismo brasileiro, ver: PINASSSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da revista Niterói, 1836*. Tese de Doutorado em Ciências. 1996. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1996.

<sup>62</sup> O Ecletismo dominante no Império até 1865, foi definido por Thomas Skidmore como teoria que representava um mosaico de ideias importadas, sobretudo da França. Na realidade, pouco passava de uma justaposição de ideias que desprovida de princípios norteadores originais, perdendo, no Brasil, toda e qualquer conotação negativa que pudesse comportar em sua versão original (SKIDMORE, 1976, p. 20).

Bilac (1965) tentava congregar todas as manifestações do pensamento Romancista. A elite colocava seus filhos em escolas de boa qualidade e, se possível mandava-os estudar no exterior, principalmente na França. Todavia, ao visitar o Rio Grande do Sul, mais precisamente a cidade de São Gabriel, nosso autor se deparou com a seguinte situação:

Dos conscritos, brasileiros natos e filhos de brasileiros, 60% não tinham a mais ligeira noção sobre a nossa grandeza territorial; 46,66% desconheciam a nossa forma de governo; 73,33% ignoravam a residência oficial do Presidente da República e 86,66% nunca ouviram o nome do Barão de Rio Branco. E dos brasileiros natos, de origem alemã, 61,53% não falavam nem entendiam uma só palavra do nosso idioma, e de todos eles, nem um só conhecia o Barão de Rio Branco. (BILAC, 1965, p. 55-56).

O Poeta, nesta citação, afirma que não havia solidariedade orgânica entre as diversas regiões do Brasil. As regiões (Estados) do Brasil eram fragmentadas e não tinham ligação ou mesmo conhecimento do que ocorria nas demais partes do país, principalmente na Capital Federal (Rio de Janeiro). O ensino da Língua Portuguesa não era obrigatório para a população, em geral, que não tinha conhecimento ou mesmo interesse sobre os assuntos de âmbito nacional. Podemos afirmar, que politicamente nossa passagem para a República fora realizada pelo alto, utilizando-nos da categoria Gramsciana de Revolução Passiva<sup>63</sup>. Carvalho

---

<sup>63</sup> A categoria "revolução passiva" foi reelaborado pelo filósofo e dirigente comunista italiano Antonio Gramsci. Ele formulou sua categoria através de Saggio Storico Sulla que aborda a chamada revolução napolitana (1799). Em síntese significa uma forma de revolução burguesa em que é excluído o momento radical de tipo jacobino. Trata-se, de uma forma de transformação da sociedade com vistas à objetivação do modo de produção capitalista sem que seja necessária uma participação popular, tal como aquela ocorrida na Revolução Francesa (1789-1799). Nesta categoria, Gramsci incorpora o sentido dado pelo historiador francês Edgar Quinet para o período da Restauração bourbônica (1815-1830) como de uma "revolução-restauração". Gramsci utiliza a categoria de "revolução passiva" para descrever o processo do Risorgimento italiano no século XIX, sendo que esta categoria pode ser descrita em outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. Assim, em Gramsci utiliza-se desta categoria para analisar o fascismo italiano e a conexão entre o padrão fordista de produção e a cultura norte-americana (ver "Americanismo e fordismo"). Existe semelhança entre a categoria de revolução passiva de Gramsci e o conceito de "via prussiana" desenvolvido por Lenin, no texto O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907). Lenin considera duas formas de resolução do problema agrário, a via norte-americana e a via prussiana. Segundo ele, nos EUA "não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução [guerra civil, expansão para o Oeste]", enquanto na Prússia "a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-júnker, condenando os camponeses a decênios de exploração, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de 'Grossbauers' (lavradores abastados)". Em suma, não existe uma resolução jacobina na questão agrária; não há uma reforma agrária na Prússia, tal como houve na França e nos EUA. Na sociologia histórica norte-americana há o trabalho de Barrington Moore Jr., o qual tem uma ideia similar expressa no conceito de "modernização conservadora". Em seu livro "Origens sociais da ditadura e democracia", Barrington Moore faz uma comparação entre as formas de resolução do problema agrário e o tipo de sociedade criada a partir de então, comparando as histórias dos EUA, do Japão e da China.

(1996) afirma que o povo assistiu a tudo bestializado, com que não concordamos, sendo premente destacar que não existia Brasil na concepção de Estado-Nação. As pessoas não se identificavam com os símbolos nacionais e nem com os costumes unificados. A população tinha vínculo com a terra, segundo as especificidades de cada microrregião, sendo seu cotidiano local, a representação acabada de território. As revoltas populares combatiam casos pontuais, como a de Canudos, as fugas de escravos, entre outras, o que, de certa forma, não pode ser confundido com passividade. Não havia um projeto político definido, mas isto não demonstra passividade, como defende Carvalho. Neste período, que ora abordamos, estava em vigência a Política dos Governadores, entre as oligarquias agrárias. Estas oligarquias lideravam as diversas regiões do país, notadamente as classes dominantes da região Sudeste. Bilac se propôs ao papel de intelectual orgânico da fração dissidente da Oligarquia (que identificamos como pequena-burguesia), pois esta, supostamente, iria combater a oligarquia, propondo uma saída precária, por meio do desenvolvimento nacional, baseado na produção industrial. Surgiu desta fração de classe o desejo de aumentar o número de eleitores, com o objetivo de tentar tirar das oligarquias regionais o poder nas eleições. Como a maioria da população era analfabeta, e o voto não era secreto, este acabava sendo de cabresto, atendendo às pressões dos chefes políticos locais.

A Liga da Defesa Nacional, em nossa hipótese, enquanto expressão de um Partido Militar seria o fórum ideal para o debate acerca da construção de um projeto unitário, configurando-se em Partido Militar, incorporando o Serviço Militar, como também, outras demandas de caráter social e político. Porém, os proponentes desse projeto não conseguiram manter o controle dos objetivos propostos, como, os desdobramentos, em São Paulo, na Liga Nacionalista. Bilac utilizou uma miríade de conceitos nacionalistas, com o cuidado de não incitar a xenofobia. Podemos analisar que dentro do conceito de solidariedade orgânica<sup>64</sup>,

---

<sup>64</sup> No que se refere à divisão do trabalho, Dürkheim considera que a característica fundamental da sociedade moderna é a divisão social do trabalho, porque suas diferentes esferas se diferenciam entre si e se especializam o que concorre para a integração dos indivíduos na sociedade. Para Dürkheim a existência da divisão social do trabalho determina o grau de coesão entre os indivíduos de uma determinada sociedade. No caso das sociedades tradicionais, como não há uma divisão social do trabalho, os indivíduos estão integrados na coletividade pela tradição e pelo costume, ou seja, por uma consciência coletiva que indicam suas formas padronizadas de pensamento ou conduta. O tipo de solidariedade apresentado nestas sociedades é a solidariedade mecânica. A solidariedade orgânica seria a solidariedade típica da sociedade capitalista moderna. Esta solidariedade decorre da evolução da sociedade, que promove a diferenciação social por meio da divisão do trabalho. Portanto, a função da divisão social do trabalho seria a de criar um sentimento de solidariedade entre os homens. Para Dürkheim, as diferenças sociais criadas pela divisão social do trabalho, unem os indivíduos pela necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência: “o ideal de fraternidade humana só pode ser realizado na razão do progresso da divisão do trabalho”. Para Durkheim a solidariedade trás harmonia para a sociedade, ou seja, Bilac procura evitar o conflito, propondo o consenso entre as classes sociais antagônicas expostas acima. Para leitura sobre o conceito de solidariedade mecânica e orgânica ver: Durkheim, E. Da divisão do trabalho social. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bilac identificava a Família como fator de coesão social. Seu objetivo central em relação ao Serviço militar era congregar os civis em torno da causa da fragmentação social e territorial temida pelos militares. McCann (2009)<sup>65</sup> acusou Bilac de não levar em conta os problemas regionais (Contestado) do Brasil e de ter opiniões contraditórias sobre o “povo”, assumindo um nacionalismo exacerbado, sem entrar nas discussões pormenorizadas dos problemas. Contudo este autor não percebeu que Bilac utilizava-se do entusiasmo para conquistar a pequena-burguesia, a qual estava alheia das necessidades da unidade nacional e do desenvolvimento do país, por meio de um projeto unificado de desenvolvimento.

Os militares tinham consciência do problema que a desagregação social causaria à Nação, no transcorrer do tempo, e o Poeta também se debruçava sobre esta questão. A fragmentação social seria o maior problema do país, principalmente, no que tange à mobilização das massas.

Lembrai-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidência e pela incapacidade dos legisladores, dando aos escravizados, apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, o carinho, o amparo, a organização do trabalho, a habilitação material e moral para o exercício da dignidade cívica. (BILAC, 1965, p. 26).

Segundo Marx, a consciência do cidadão, em relação à sua condição, constitui método indispensável à consciência de classe<sup>66</sup>. Porém, na proposta de Bilac, a consciência esperada estava fundamentada na união das pessoas em prol do desenvolvimento nacional, por meio da instrução primária, com a finalidade da população ser inserida na lógica da

<sup>65</sup> McCann, 2009, p. 219-221. McCann (2009) afirma que Bilac poderia estar alheio à realidade do conflito do Contestado e ter visão contraditória em relação ao povo. Porém, segundo os Discursos de Bilac, verificamos que ele viajou para todas as regiões do Brasil, procurando identificar a especificidade de cada região, defendendo a Unidade para construir a Nação respeitando a diversidade. A classe média para o poeta, apesar da imprecisão do conceito de classe média, seria a mais adequada para governar o país. Ele entendia que a corrupção e o coronelismo dominavam o cenário político regional. Mas, Bilac não poderia ser direto na crítica ao sistema político, pois se ele atacasse direto o sistema, não conseguiria plantar a semente que colocaria o povo diante da instrução (leia-se: educação) e muito menos teriam conhecimento dos meandros da constituição (organização) do país.

<sup>66</sup> Na passagem do idealismo para o Materialismo dialético, Ludwig Feuerbach (1804-1872), o autor sustentava que a alienação fundamental tem suas raízes no fenômeno religioso, que cinde a natureza humana, fazendo com que os homens se submetam a forças divinas, as quais, embora criadas por eles próprios, são percebidas como autônomas e superiores. O mundo religioso é concebido por Feuerbach como uma projeção fantástica da mente humana, por isso mesmo alienada. A supressão desse mundo, por meio da crítica religiosa, faria desaparecer a própria alienação, promovendo a liberação da consciência. Embora inicialmente seduzidos pelas teses de Feuerbach, logo Marx e Engels rebateram-nas vigorosamente por considerarem tal crítica religiosa uma simples “luta contra frases”. É nesse ponto que a teoria marxista articula a dialética e o materialismo sob uma perspectiva histórica, negando, assim, tanto o idealismo hegeliano quanto o materialismo dos neo-hegelianos. Isto resultou na reformulação não só na dialética como da concepção dos fundamentos da alienação. Ver: Quintaneiro, Tania et. al. **Um toque de clássicos**. Marx, Weber e Durkheim. 2ª ed. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

produção capitalista. O cidadão teria de abdicar de sua “liberdade” em prol de um bem maior que era a Nação. A instrução primária, defendida por Bilac, seria a leitura às avessas da proposta de educação de Gramsci, pois a instrução primária patrocinada pelos intelectuais orgânicos, objetivo defendido apaixonadamente por Bilac, como intelectual orgânico da pequena-burguesia, tinha limites claros. A consequência imediata da referida proposta bilaquiana era a diminuição da apatia da população mais pobre. Nosso poeta era bem intencionado, contudo, posteriormente, suas ideias foram incorporadas para doutrinar e disciplinar a classe trabalhadora, no intuito de integrá-la organicamente na estrutura hierárquica da sociedade, onde o papel da população tornar-se-ia coadjuvante, inclusive no tocante à participação política por meio do voto. A população pobre seria incorporada em um Projeto Nacional, onde Bilac colocava a pequena-burguesia como a classe que se propunha dirigente dos rumos do “navio” nacional, no qual a população apenas navegaria surda, numa alusão ao canto da sereia, na *Odisseia*, de Homero. A ebulição daquele momento histórico deixou o Brasil diante de grandes questionamentos. Que Nação nós somos? Que Nação nós queremos ser? Estas indagações extraídas dos textos de Bilac demonstram que a preocupação do autor não era só a viabilização do Serviço Militar Obrigatório, mas também possibilitar que se pensasse o Brasil num amplo e complexo contexto.

Para demonstrar o que pretendia, em discurso realizado na Escola Normal de São Paulo, em 22 de março de 1917, Bilac ressaltou a importância de cada segmento da sociedade, mas, nesse particular, ele defendeu que não era papel apenas do SMO moldar o cidadão brasileiro, mas era também, o papel da escola. Nesse contexto, o professor tinha papel fundamental, pois era exemplo para o aluno. Segundo nosso poeta, era importante exaltar a Nação, como nosso porto seguro, sem, contudo, deixar de criticá-la. A proteção do lar é responsabilidade de seus moradores, afirmava ele. A valorização do civismo e a probidade são tão fundamentais quanto a outras disciplinas escolares. Bilac tece elogio à Instituição na qual discursava, sempre procurando demonstrar a responsabilidade dos indivíduos perante o conjunto da sociedade.

O poeta naquele discurso queria convencer as futuras gerações da elite paulista, da importância delas para o progresso do país, conforme afirma Oliveira Vianna. Em seu discurso, o poeta, asseverava que aquela geração, infelizmente não iria colher os frutos do que semeariam. “[...] Todavia, as gerações futuras seriam as privilegiadas desta ação tomada por ele e compartilhada com as Instituições por onde ele passava” (BILAC, 1924, p. 52). É interessante destacar a valorização dada por Bilac à responsabilidade que as pessoas teriam para com o futuro. Acreditamos, com base em nossas leituras, que a incerteza gerada pela I

Guerra Mundial teria colaborado para o clima daquele momento histórico. Inclusive, ao professor, segundo Bilac, “[...] é o primeiro responsável pela Defesa Nacional” (Bilac, 1924, p. 60). Contudo, seu maior opositor da época, Alberto Torres afirmava que era a família o núcleo de preparação da sociedade, e não o SMO e a escola que proporcionariam a formação moral do cidadão, inclusive no tocante à questão da formação escolar.

Se um bom soldado era virtuoso, altruísta e compassivo, era porque trouxera de casa e da praça pública essas virtudes. Os quartéis não produziram tais qualidades [...] (Serviço Militar) a velha panacéia do espírito autoritário que preconiza a educação para incutir as virtudes e qualidades que os do topo da sociedade julgam que os da base devem possuir. (MCCANN, 2009, 221).

Em sua tentativa de interpretar o Brasil, Moraes (2004, p. 103) afirma que “a preocupação dos intelectuais do período era não transportar modelos de interpretação de outros países, mas identificar no Brasil a sua particularidade”.

## **2.2 A Revista “A Defesa Nacional” com perspectiva de modernização do Exército e do país.**

O Poeta queria transformar a Questão Nacional no instrumento de união do país, respeitando-se as especificidades de cada região, considerando os arranjos político e social. Nesse sentido, o ideal entre este grupo de militares da Revista, no período capitaneado pelo Ministro da Guerra, Caetano de Farias, e, de alguns intelectuais da época, era apaziguar as massas a fim de se manter a harmonia e o *status quo*. Assim, a criação da Liga da Defesa Nacional foi sugerida por Bilac, com a intenção de manter os líderes da sociedade unidos em um mesmo Projeto de Nação. Podemos também nos arriscar a dizer que a Revista se tornaria a expressão de um Partido Nacional<sup>67</sup>. A eminência dos participantes desta entidade revela seu caráter peculiar.

Para os editores da Revista, era de suma importância a adoção do Serviço Militar Obrigatório. A solução para a organização da nação estava nas mãos dos cidadãos em armas. Diante do exposto, o Exército, notadamente, teria um papel crucial na organização nacional.

---

<sup>67</sup> Seguimos interpretação de Antonio Carlos Peixoto, na Obra “Os partidos Militares no Brasil”, sendo que a Fração hegemônica das Forças Armadas neste período, atuaram como expressão de um Partido. Assim, propomos que a Liga da Defesa Nacional poderia ser considerada um partido com participação de civis e militares, pois contemplavam demandas tanto militares quanto civis, considerando questões de abrangência Nacional, no caso da Liga da Defesa Nacional.

Para uma nação forte, havia a necessidade de um Exército forte [...] Um Exército forte e organizado inculcava princípios de civismo, patriotismo e nacionalismo nesses “soldados” e, dessa forma, o Exército funcionaria, como o grupo de reformadores se determinou chamar de “malhas de aço do tecido social”. (MORAES, 2004, p. 12).

Os militares, Jovens Turcos, formulavam suas teses, segundo um possível teatro de operações; concepção esta de estratégia, baseada no cenário de um conflito real e iminente em que o Brasil poderia se envolver. Para tanto, analisava-se a geografia e a configuração das fronteiras, dissertando sobre a vulnerabilidade dos Estados mais afastados, como por exemplo, o Estado de Mato Grosso. Defendiam a necessidade da presença de cidadãos naquela localidade, com o objetivo de garantir a soberania brasileira naquele território. Propunham a criação de uma estrutura básica para acomodar uma instituição de defesa nos longínquos locais do país.

Nossa preocupação, pois, não deve ser diminuir o total de despesas militares, e sim aplicá-las de modo a obter os melhores para o fim a que elas são destinadas – a defesa nacional. Para isso é preciso remodelar as nossas instituições militares; e a base dessa remodelação é a execução do serviço militar obrigatório. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 107).

Em todas as edições da Revista entre os anos de 1914 a 1915, verificamos artigos escritos por militares colaboradores, propondo a necessidade do cumprimento da Lei do Sorteio Militar de 1908. Era peculiar a aflição dos militares em relação à vulnerabilidade geográfica e social do Brasil. Nos textos escritos, pode-se verificar a evidente indignação quanto à existência da Lei e o descaso em seu cumprimento.

[...] já temos perdido muito tempo e urge enfrentar o problema com intenção firme de resolvê-lo; faça-se mesmo concessões, diminuindo o tempo de serviço nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa aos contingentes que se mostrarem instruídos; ensaiasse os serviços nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa [...] o serviço de um ano para os conscritos na Infantaria, e de dezoito meses na Cavalaria [...] (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 107).

Inclusive conforme citação acima, podemos verificar as discussões sobre as possíveis mudanças de metodologia no ensino militar para facilitar a disseminação do conhecimento. Este discurso estratégico de defesa está evidente nas edições da Revista daquele ano. Eles articulavam os pormenores necessários à execução do SMO, no período de 1914 a 1918. Tal processo não se deu do dia para a noite. Tudo era pensado nos mínimos detalhes para que

houvesse “ordem que possibilitasse o progresso”, lema positivista inserido em nossa bandeira, pois, julgavam-no apropriado ao intento da modernização. Poderíamos, inclusive, inverter a frase Ordem e Progresso, para o Progresso da Ordem, pois elucidaria melhor os objetivos daqueles militares. Márcia Moraes (2004, p. 114) ressalta que, para os Jovens Turcos, o Exército possuía uma função específica; “além de potencialmente possuir um inimigo externo, lutava também contra um ‘real’ inimigo interno, ou seja, a ausência de nacionalidade e coesão nacional”. Diante do exposto, o serviço militar, notadamente, as unidades menores, leia-se tiros de guerra, eram vistos como unidades sensíveis que deveriam ter um controle rígido, levando-se em conta sua autonomia.

[...] tempo de instrução da reserva de recrutamento como determina o Cap. 3º da Lei de 1860 (um ano de serviços prestados), e isso será possível nas sociedades de tiro [...] mas que (eles) ficariam sujeitos a uma fiscalização severa. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 107-108).

A execução da Lei do Sorteio Militar<sup>68</sup> tornaria obrigatória, como preceitua o art. 98, a instrução do Tiro de Guerra e evoluções militares até a escola de Companhia, aos alunos maiores de 16 anos, os quais cursavam os estabelecimentos de Ensino Secundário e posteriormente ingressavam nas Escolas Superiores mantidas pela União, pelos Estados e pelos municípios, inclusive pelo Distrito Federal<sup>69</sup>. Nesse sentido, defendiam a necessidade da consciência da população em relação à Defesa Nacional. Segundo Capella, “a disciplina apresentava-se como a alma do Exército, tendo em vista que lhe permitia cumprir o seu papel, a saber, apurar o físico e educar o caráter, além de desenvolver os sentimentos” (CAPELLA, 1985, p. 188-189). Era essa a função que os Jovens Turcos atribuíam ao Exército, ou seja, a de educador e de disciplinador.

[...] a questão da defesa nacional era uma discussão que emergia dentro da própria instituição e que, dos círculos restritos dos militares, evoluiu para as lideranças civis. Essa ideia estava ligada a questões de ordem institucional e geopolítica; institucional, porque o Exército nacional lutava primeiramente pela própria sobrevivência como Instituição, e geopolítica, tendo em vista que os Exércitos da Argentina e Chile passavam por remodelações completas por meio de contratação de missões estrangeiras (alemãs), o que, a princípio, foi visto como ameaça. Posteriormente, a ocorrência de Canudos, da Guerra do Contestado e, finalmente, a Primeira Guerra Mundial trouxeram ênfase e munição para a discussão da necessidade de Forças Armadas profissionais e organizadas no plano nacional. (MORAES, 2004, p. 13-14).

---

<sup>68</sup> Lei 1860, de 4 de janeiro de 1908.

<sup>69</sup> Revista A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4, p. 108.

O grande articulador militar que defendia esta ideia era o General Caetano de Faria, um dos editores da Revista. Na Edição nº 6, de 10 de março de 1914, o General escreveu sobre o ensino militar, oportunidade em que, citando sábio pensador grego Sócrates, afirmou que o verdadeiro chefe é aquele que se preocupa com o seu aluno. “É preciso dar virtude, ou seja, coragem, depois obediência, porém convencendo-o do caminho a ser tomado” (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 175). Isto posto, pressupõe-se a maneira como ele postula a intervenção dos militares no comportamento da sociedade. Os militares deste grupo queriam moldar a sociedade de acordo com as virtudes militares. De certa forma, para a sociedade amorfa, como diziam naquela época, era imperativo que se fizesse algo para convencer a população quanto a um interesse nacional e, principalmente, manter a ordem social. A centralidade “das instruções” e o rigor (leia-se: disciplina) eram fundamentais. Os militares falavam em autonomia, porém, logo refutavam-na, principalmente no que diz respeito aos regulamentos a serem seguidos para a instrução, ou seja para o ensino.

[...] instrui seus soldados quem quer e cada um cumpre os regulamentos como melhor lhes parece, abandonando aquele assunto ou desenvolvendo este, ao saber de suas inclinações e dos seus desejos. Esta originalidade da instrução militar livre, terá acabado no dia em que os exames ou as inspeções significarem de fato um meio de apurar as responsabilidades dos oficiais que comandam. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 175).

No editorial da Edição nº 7, de 10 de abril de 1914, os militares apontavam a urgência de se recrutar soldados, por meio do SMO. Apontavam, principalmente, “a necessidade do estabelecimento de uma data anual para ter uma regularização na incorporação e desincorporação da tropa” (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 210). A visão dos militares, segundo o artigo *O espírito militar*, era militarizar a sociedade, desde o menino até o homem, no sentido de se despertar o amor ao país. Eles afirmavam que uniformizar os alunos, valorizar os hinos patrióticos entoados em conjunto e outros estímulos contribuiria para acordar, desde cedo, no seio da meninice, o espírito militar e a ideologia nacional.

O Major Seidl escreveu o editorial da Edição nº 9, da Revista, de 10 de junho de 1914, onde defendeu que só existiam dois elementos para os militares: o oficial e o soldado. “Enquanto as turmas de cidadãos sucedem-se na aprendizagem do Serviço Militar, um pequeno grupo permanece na caserna para recebê-los e educá-los. Esses seriam os verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico” (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 274-275). O teor ufanista dos Jovens Turcos saltava aos olhos. Eles se autodenominavam de sacerdotes da

pátria, conceito incorporado posteriormente nos discursos de Bilac. A doutrina positivista estava tão presente no ideário desses militares, que eles acreditavam serem os melhores indivíduos para guiar a Nação no caminho correto. A educação, segundo publicação daquela Revista, deveria ser calcada no nacionalismo. Eles propunham a instrução primária obrigatória. Esta era uma proposta revolucionária, pois 90% da população, naquela época, era analfabeta. É interessante fazer um paralelo com Bilac (1965), que teve a mesma impressão em relação à realidade brasileira, em suas conferências sobre Defesa Nacional, notadamente as realizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, em 1916.

Repitamos. Todo o brasileiro pode ser um admirável homem, um admirável soldado, um admirável cidadão. O que é preciso é que todos os brasileiros sejam educados. E o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo, quando todos os brasileiros tiverem consciência de ser brasileiros. (BILAC, 1965, p.132).

No Editorial nº 12, da Revista, o editor demonstrou conhecimento em relação a outras nações, citando a Argentina e o Chile, as quais operavam o SMO, dizendo que estas nações deixavam para as Forças Armadas a tarefa de formar a nacionalidade de suas respectivas populações. É muito interessante discorrermos sobre esses artigos publicados, pois, posteriormente, ao analisarmos os discursos de Bilac, verificaremos uma semelhança considerável. Em sua caravana em prol do serviço militar, Bilac qualificava os militares como a classe mais apta para guiar os cidadãos no caminho do civismo.

Se analisarmos mais atentamente as publicações, verificaremos que os militares não pensavam na população em si; ficava visível, no cerne destes discursos, o interesse primário na modernização do Exército. Os militares queriam profissionalizar o Exército e torná-lo representativo. Quando defendiam a necessidade de escolas técnicas, não era para promover o ensino universal, mas, sim, suprir as deficiências em relação à mão de obra qualificada para a produção de tecnologia.

[...] mas para a conservação dos colégios militares, não venham os interessados acenar com as necessidades dos pobres, crianças, pois a defesa da nação não comporta desses sentimentalismos. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 315).

Nessa citação acima, fica evidente o interesse na modernização da Instituição *Exército*, em detrimento do interesse social na construção de uma Nação soberana. O interesse

de classe elitista não contemplava a população. É necessário entender questões como organização nacional, projeto nacional e desenvolvimento nacional.

[...] projeto nacional não deve ser entendido como projeto de toda a nação, mas como projeto para uma nação; e vinculado à ação de determinadas frações das elites dirigentes e à dominação de classe.

[...] É importante pensar tais problemas de forma objetiva, ou seja, considerando a subjetividade que lhes é inerente; devem, portanto, ser examinados como ideias, interpretações, explicações, que podem dizer muito sobre a realidade social, mas não podem ser confundidos com ela. (SILVA, 2000, p. 13).

A existência dessas premissas remete ao processo de criação de uma consciência nacional que, levada às últimas consequências, pode suscitar sentimentos como ódio, revolta e orgulho, que fazem as pessoas apoiarem conflitos, matar ou morrer pela pátria, conforme ressalta Anderson (1989). Contudo, vemos, no caso brasileiro, a preocupação em relação à estruturação do país, submetendo a maioria da população ao projeto de industrialização, como mão-de-obra a ser disciplinada para a produção capitalista. Os militares queriam concitar a pequena-burguesia para que esta assumisse a direção desse Projeto Nacional. Veremos, posteriormente, que este Projeto seria concluído, eficazmente por Getúlio Vargas.

Podemos verificar na edição nº 13 da Revista, de 10 de outubro de 1914, que o General Caetano de Faria discorre sobre os problemas do Contestado, demonstrando temor em relação às consequências desta rebelião popular. Ele acusa o líder religioso José Maria de incitar os sertanejos contra o Exército. O referido General defendeu que o Exército não deveria ter papel de polícia, pois ele não age para prevenir ou remediar. Afirma que a Instituição não seria conciliadora, mas um instrumento de combate. Assim sendo, ele defende que é necessário difundir o civismo para o povo. Dada a complexidade do conflito, o Oficial-General se escusava em discutir criticamente o Contestado. Havia pelo menos dois motivos que podemos apontar para o posicionamento defensivo do General: o primeiro é na referida edição comemorava-se o primeiro aniversário da fundação dela; e o segundo, a preocupação de modernização do Exército, na conquista de simpatizantes para a causa do Serviço Militar, que era o objetivo central, sendo qualquer polêmica empreendida seria prejudicial ao objetivo pretendido. Ele não queria manchar a imagem da Instituição com questões polêmicas. Os militares intentavam reorganizar e promover as Forças Armadas, como já afirmamos anteriormente.

Segundo nossa interpretação, Bilac estaria afiançando os projetos dos Jovens Turcos. Contudo, ao término da Primeira Guerra Mundial, a derrota da Alemanha para os franceses,

tornaria as aspirações dos militares inviáveis no plano político. Como foi exposto anteriormente, sempre houve críticas em relação a qual das missões viria ao Brasil, principalmente por causa de São Paulo ter adotado a doutrina do Exército francês, para sua Polícia Militar.

No Brasil, no plano interno, também, havia divergência com relação à origem da missão que tinha por finalidade reformar o Exército. Enquanto alguns defendiam a contratação de uma missão francesa para treinar o Exército, o Capitão Bittencourt defendia, a exemplo dos chilenos, a implantação, em nosso Exército do militarismo alemão<sup>70</sup>. (BITTENCOURT, 1904, p. 41).

Faz-se necessário estabelecermos diálogo com o que foi discutido nos tópicos anteriores, pois a contratação da missão alemã gerou críticas e pressões à adoção desta doutrina militar. A disputa, embora fosse mais acirrada entre Alemanha e a França, também se estendia aos EUA<sup>71</sup>. Em 1919, o Exército Brasileiro contratou, para a nova reforma, a missão militar francesa, continuando a modernização de doutrina. O novo Ministro da Guerra, Cardoso de Aguiar, venceu questionamentos e resistências, assinando o contrato com o governo francês. A missão francesa veio ao Brasil, em 1920, completando-se, assim, o ciclo de modernização do Exército. Permaneceram 20 anos no país, contribuindo para a elevação do padrão profissional dos oficiais de todos os escalões e da Instituição Militar como um todo. Na realidade, como afirma Bastos Filho (1994, p. 1) “não foi exatamente uma missão militar, mas uma série de contratos firmados entre Brasil e França, durante o período de 1918 a 1940, com o objetivo de “reorganizar e promover a modernização do Exército brasileiro”. Sobre essa Missão, o relato entusiasmado de Jeovah Motta (1976) assegura:

As tarefas dos franceses serão, assim, fundamentalmente, tarefas de ensino, a realizar-se no âmbito das Escolas. Certo elas influíram, também, na orientação geral das reformas orgânicas que então se iniciaram, e os regulamentos que foram sendo elaborados contaram com a colaboração deles. E mais, estiveram presentes ao estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a definir e enquadrar o problema da segurança nacional. Mas é como instrutores, sobretudo, que eles marcam a sua presença no cenário, e é como tal que realizaram obra de incontestável mérito. (JEOVAH MOTTA, 1976, p. 308).

<sup>70</sup> Moraes (2005, p. 136). O Capitão Liberato Bittencourt era um dos mais ardorosos defensores da adoção do paradigma alemão no Exército Brasileiro. Publicou em 1904, o livro “A reforma do Exército”, no qual defendia esta posição e que posteriormente foi adotado pelo Brasil, com Hermes da Fonseca.

<sup>71</sup> Para uma discussão pormenorizada das disputas e das possibilidades das diversas missões estrangeiras ver: MORAES, Márcia Cristina de. **Jovens Turcos: militares e nacionalismo. Uma leitura da revista “A Defesa Nacional” (1913-1918).** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), FFC/UNESP. Marília, 2004.

Mas, apesar do entusiasmo com que Jeovah Motta (1976) defende a Missão Francesa, havia, também, opiniões divergentes. Hayes (1991) ressalta que:

Os oficiais superiores viam a Missão Francesa como ameaça ao prestígio e à autoridade deles, já que não tinham condições de acompanhar o padrão de ensino técnico que ela se propõe estabelecer. Quanto aos Jovens Turcos, eles consideravam a Missão como um insulto à capacidade deles de dar cabo ao programa de profissionalização que haviam instituído logo depois de retornarem da Alemanha. (HAYES, 1991, p. 122).

A grande obra da Missão Francesa foi dar capacitação e valorização ao Estado-Maior, por meio da criação de cursos especiais para a preparação de “Oficiais do Estado-Maior”. O Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada que, efetivamente, planejava e controlava a atividade militar. Tal estratégia eliminou o conflito ocorrido anteriormente, causado pelo fato dos oficiais subalternos serem melhores qualificados, do que seus superiores<sup>72</sup>. Porém, no que diz respeito ao Serviço Militar, ao retomar nosso escopo perceberemos a forte influência doutrinária alemã no ideário dos oficiais brasileiros, para o cumprimento da Lei do Sorteio Militar de 1908.

### **2.3 A influência de Bilac para a criação da LDN e da LN em São Paulo.**

Precisamos aparar algumas arestas em relação ao título deste subcapítulo. Em seus discursos sobre a Defesa Nacional, realizados no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Paraná, o Poeta discorre sobre a importância da Questão Nacional para a manutenção da Unidade Nacional e do Território Brasileiro. Ele afirma que a questão nacional é um mosaico de contribuições de diversas procedências, sendo que estas devem estar adaptadas às condições especiais de cada região.

Agora, um reparo. Para que haja Pátria, disse eu, é necessário que haja unidade e coesão. Dentro desta necessidade, é claro, podem entrar todos os credos políticos e religiosos. Só não pode entrar aqui a absoluta e absurda ausência de todo o credo [...] Quando falamos do Brasil, falamos do Brasil superior a todos os partidos: do Brasil só e puro, essencial e íntegro, abstrato e concreto, sagrado e indiviso; o Brasil acima, além, fora das opiniões individuais ou de facções. Pessoalmente sou republicano, fundamentalmente republicano. Mas respeito as opiniões de todos os sinceros. Podem os meus irmãos ser monarquistas, republicanos, conservadores, liberais, radicais, unitários, federalistas, parlamentaristas, católicos, protestantes, positivistas, livres-pensadores, contanto que não

---

<sup>72</sup> SANTOS, Miriam de Oliveira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 88, nº 219, p. 320.

quebrem, com a anarquia e a violência, a unidade da família e a indispensável existência da Pátria. (BILAC, 1965, p. 140).

Neste discurso sobre a Defesa Nacional, inicia-se a divulgação da Liga da Defesa Nacional. Ao mesmo tempo que defende a democracia, Bilac (1965) é contra a contestação da ordem estabelecida. Ele articulou a Unidade Nacional e o Interesse Nacional, a partir da criação da entidade denominada “Liga”, para que fosse o local de planejamento e discussão de projetos de abrangência nacional, como educação, infraestrutura, saneamento básico, saúde, serviço militar obrigatório, entre outros. No que diz respeito ao SMO, este evoluiu em regulamento no tempo<sup>73</sup>, contemplando as concepções de Alberto Torres e Olavo Bilac. Vale destacar que Bilac foi aclamado pelos militares por sua defesa da Pátria, sendo seus discursos republicados pela Biblioteca do Exército, em 16 de dezembro de 1965, pouco mais de um ano após o golpe civil-militar de 1964. Esta obra foi organizada pelo Exército, nas comemorações alusivas ao centenário de nascimento do poeta. Porém, Torres, que contribuiu sobremaneira para as discussões acerca do problema nacional e da organização nacional não foi lembrado, mesmo tendo nascido no mesmo ano em que o Poeta, em 1865. Entretanto, voltando ao nosso objetivo, no que tange à criação da Liga da Defesa Nacional e sua possível participação nas questões de interesse da nação e de soberania, precisamos identificar a visão que os Jovens Turcos tinham sobre a participação política do Exército, dentro do cenário nacional.

[...] nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social [...] é de balde que os espíritos liberais, numa justificada ânsia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes tem necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim recolhe e se milita à sua verdadeira função. (A DEFESA NACIONAL, 1913, p. 1).

Percebe-se, nesse fragmento, a defesa da intervenção dos militares na tutela política. Porém, depois dos acontecimentos protagonizados pelo Tenentismo, em 1922 e 1924, e com as reformas ocorridas no Estado Novo, através de Vargas e Dutra, principalmente após

<sup>73</sup> Para uma discussão pormenorizada sobre a evolução da legislação acerca do SMO e da distribuição territorial dos Tiros de Guerra ver: GONZALES, Selma Lúcia de. **A territorialidade militar terrestre no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) 2008. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

os escritos de Góes Monteiro, há uma mudança de paradigma, reajustando o foco, pois precisa ser retirada a política de dentro do Exército, para que seja feita a política do Exército. Sobre isso, discorre Estevão Leitão de Carvalho:

De mentalidade formada no seio de um grande Exército europeu, em que aos militares era defeso participar de atividades políticas, os orientadores da campanha empreendida em benefício da modernização de nossas instituições militares, timbraram em condenar qualquer ingerência da Força Armada ou de seus componentes na vida partidária da Nação, cingindo-se rigorosamente às disposições legais, que a proibiam, pregando a consagração de todos os esforços aos misteres profissionais, que exigem, para ser honestamente praticados, a utilização de todo o tempo disponível, e não podem ser perturbados por agitações prejudiciais à coesão da tropa. (CARVALHO, 1955, p. 55).

Como afirma Moraes (2004, p. 122), “em princípio os Jovens Turcos eram contrários ao envolvimento dos militares nas querelas políticas, dividindo-a em duas dimensões: a política com ‘P’ maiúsculo e a política com ‘p’ minúsculo”, ou seja, a chamada “politicagem”, no senso comum. Sendo assim, os militares dessa fração defendiam o envolvimento do Exército na primeira acepção. Segundo a Revista *A Defesa Nacional*, a função do Exército seria:

[...] a ação do Exército, na política, deve ser somente aquela que ‘sempre exerceu’, quando, irmanados os seus sentimentos e os da Nação, no mesmo esforço supremo para fazer vingar os mais elevados ideais, tomou por parte salientar nas grandes transformações políticas por que tem passado a sociedade. (A DEFESA NACIONAL, 1915, p. 162).

Segundo ainda a Revista, no Brasil não havia choque de princípios, mas de individualidades. Capella (1998), ao comentar sobre os discursos de Bilac, fundador da Liga da Defesa Nacional, define as duas dimensões da política proposta pelos militares, que, nas vicissitudes da trama política se confundem, mas a Liga da Defesa Nacional se propunha a realizar e diferenciar:

Há uma que pode e deve ser aberta à atividade de todos: é aquela que paira acima dos interesses privados e partidários, acima da cobiça do mando e da vaidade, exercitando-se nobremente num plano superior onde imperam a necessidade nacional e o interesse coletivo; nesta já fostes admiráveis políticos, quando fostes políticos nas lutas da independência, na unificação da Pátria, na guarda do território e da nacionalidade, na abolição do cativo, na proclamação da República. Mas, há outra, que não é propriamente política e deve ser vedada ao vosso mandato. Como pode um militar, um verdadeiro conhecedor e um bom amigo de sua missão trocar a

sua independência pela dependência das transações da politicagem; trocar a linha reta e indivisa que a investidura traça ao soldado pela triste linha tortuosa que as ambições impõem às camarilhas sem programa e aos carrilhos sem bandeira. (CAPELLA, 1998, p. 180-181).

Se o chamado soldado-cidadão, concebido por Benjamim Constant, expressava uma ideia de cidadania militar, o novo conceito - cidadão-soldado, construído por Bilac, era a inversão dessa lógica, pois todo cidadão seria um soldado, que participaria e influenciaria na política, mediante projetos com abrangência nacional, gestados na Liga da Defesa Nacional. Apesar da boa intenção da proposta dos militares, incentivada por Bilac, os integrantes da Liga não poderiam controlar os desdobramentos de tal proposta, diante da miríade de concepções ideológicas e de interesses individuais, travestidos de “interesse nacional”. Cabe ressaltar, ainda, que a segunda concepção, ou seja, a de cidadão-soldado, influenciou as proposições da Liga da Defesa Nacional e as da Liga Nacionalista, como também, segundo nossa leitura, as dos militares do tenentismo de 1922, e as da coluna Prestes-Miguel Costa, os quais pleiteavam uma mudança estrutural da política nacional e a melhoria das condições de vida da população pobre. Estes não seriam os objetos de análise de nosso trabalho, mas são constituem-se pistas interessantes para futuras análises a partir das discussões elencadas destas duas entidades a que ora nos referimos.

Como podemos ver na obra de Lemos e Neto (1999), “o ideal do soldado-cidadão, de Benjamim Constant, era incompatível com a obediência passiva. Essa obediência passiva, torna o militar maleável, e rebaixa-lhe o caráter, aniquilando o estímulo e abatendo o moral” (MORAES, 1991, p. 80). Tais componentes dessas Entidades (Liga da Defesa Nacional e Liga Nacionalista) viam na educação uma forma de modificação da realidade social brasileira. Dialogando com Gramsci, no tocante a importância da educação para a formação social, a função do ensino, na escola primária, serviria de preparo para a aceitação da obrigatoriedade do SMO, e, posteriormente à Defesa Nacional.

Cuidemos com sinceridade da instrução e da educação de nosso povo, assim como as grandes nacionalidades nos dão magníficos exemplos. [...] Se queremos ser um povo forte, consciente e digno, e não um país humilhado sob uma alarmante perspectiva, começemos por impor o serviço, o ensino primário por toda a parte e implantemos, como noto-lo sugestiona a Inglaterra penitenciada, o serviço militar obrigatório. (A DEFESA NACIONAL, 1915, p. 2).

Como já expusemos anteriormente, Bilac cumpre muito bem o seu papel de divulgador do projeto desses militares. No leque de opiniões do grupo A Defesa Nacional, sobre a questão educacional no Brasil, cumpre destacar as críticas ferrenhas deste ao autor da obra *Minha Terra Minha Gente*, Afrânio Peixoto. As críticas não se deram por acaso. Na ocasião, a obra havia sido adotada nas escolas primárias pela Prefeitura do Distrito Federal<sup>74</sup>, como cartilha de Educação Cívica.

Em nosso número de maio próximo passado combatemos algumas das asserções contidas no livro *Minha Terra Minha Gente*, do Senhor Dr. Afrânio Peixoto, asserções que reputamos nocivas à campanha de civismo que ora preocupa o pensamento e a ação daqueles que como nós não perderam a esperança de ver surgir no Brasil uma organização social digna de ser chamada nação. (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 49).

O que estava em jogo neste debate, era o modelo de educação e o conteúdo a ser ministrado nas escolas. Tal debate ocorria porque Afrânio Peixoto havia tecido ácidas críticas aos militares. Nas publicações de *A Defesa Nacional*, eram postulados os parâmetros para a educação, usando como exemplo a não ser seguido, o livro de Peixoto.

Sob pretexto de suscitar ‘problemas’ essenciais de nossa nacionalidade, e dizer às crianças ‘verdades necessárias’, se fornece de roldão aos nossos filhos o que temos de nobre e digno de admiração na história da pátria, e o que nela, porventura, nos lembre dias de amargura e humilhação (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 242).

Segundo a Revista, a nova Cartilha adotada no Rio de Janeiro, entre outros ensinamentos, transmitia princípios que expunham, de forma aberta às crianças, as “mazelas” da miscigenação que deu origem ao povo brasileiro. A questão central para esta fração de militares era o conteúdo a ser ministrado aos alunos. Em crítica aberta à nova cartilha, diziam os Jovens Turcos:

Porque, pois denegrir essa epopéia, esvurmando origens impuras, que vão apagar nos espíritos infantis, numa comparação difícil e perigosa, o esplendor educativo do passado? [...] Porque expor à candura das crianças a suposta bastardia das origens brasileiras, gerada desses ‘costumes imorais e pecaminosos dos colonos entre si’ contra os quais ‘o elemento moral da colônia, (os jesuítas) da tribuna sagrada ou nas queixas e reclamações constantes ao governo, não cessava de protestar?’ O que há de educativo nisso para a infância? (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 243).

---

<sup>74</sup> Na ocasião, Afrânio Peixoto era diretor de Instrução Pública Municipal do Distrito Federal. (CAPELLA, 1985, p. 206)

Mas a crítica à cartilha, segundo Moraes (2004, p. 117) não eram referentes apenas à miscigenação que originou o povo brasileiro. O problema para os Militares, dessa Revista, era o conteúdo político que continha a Cartilha<sup>75</sup>. A concepção de educação desses militares girava em torno da doutrina positivista, de não questionamento da ordem estabelecida. A característica central para eles está na aceção de Oliveiros Ferreira (2007) de Partido da Ordem<sup>76</sup>, onde a hierarquia devia transcender as relações sociais, sendo que cada indivíduo deveria permanecer dentro do seu estrato social, sem conflito, mantendo as engrenagens do “sistema” funcionando perfeitamente. Nesse sentido, explica Oliveiros S. Ferreira, Marx definiu o Partido da Ordem sob o lema “Propriedade, Religião, Família e Ordem”. O ensinamento, por exemplo, de História deveria pautar-se apenas nos heróis nacionais e na grandeza do país, sem pormenorizar os aspectos que julgavam depreciativos.

Mas, nem só essas impropriedades cotem o novo livro de educação cívica, senão os germes perigosos da indisciplina social e do ódio de classes. Enaltece as crianças os predicados do helenismo, que presidía a uma sociedade “sem senhor nem mandões e lhes ensinam que o socialismo “talvez amanhã domine a sociedade contemporânea. (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 243).

A Revolução Russa só ocorreria em outubro de 1917. A citação acima pode turvar nossa análise, pois as lideranças militares, no Brasil, não tinham nenhuma concepção socialista. A educação, segundo eles representava agregação social. Nesse sentido, as Entidades (Liga da Defesa Nacional e Liga Nacionalista), norteariam os trabalhos para oferecimento de uma educação nacional, conferindo obediência e disciplina nos cidadãos, e cuja continuidade do processo seria posteriormente completado pelo Exército via, Serviço

<sup>75</sup> A pendência entre os Jovens Turcos e Afrânio Peixoto tinha ainda uma outra razão. Afrânio Peixoto ao enumerar as classes que considerava parasitárias e responsáveis pela imobilidade da República não poupou os militares. Essa querela fica clara no fragmento reproduzido com indignação pela Revista: “As classes parasitárias voracíssima – o funcionalismo e as classes armadas – oneram dia-a-dia os orçamentos e nos arrastam à ruína” (A DEFESA NACIONAL, 1916, n. 32, ano 4, p. 243)

<sup>76</sup> “O Lema do Partido da Ordem”, detalha Ferreira, “recobre um universo social amplo na medida em que traduz aspirações de diferentes camadas sociais. O observador, partindo do princípio de que o conflito sócia se dá entre o Partido da Ordem e o da Revolução, poderá verificar que no mundo simbólico de cada um deles convivem indivíduos que pertencem a diferentes situações de classe. Propositadamente disse “convivem” e não “se reúnem” porque aquilo que importa na análise política da situação histórica é a adesão espiritual, vital e por isso mesmo plena de paixão nos momentos de crise política que afeta os fundamentos do Estado, as formas sociais em que se expressam os valores em torno dos quais, até aquele momento, os indivíduos decidiram viver e morrer. Convém não esquecer que, na extremidade lógica do conflito social, *não se mata e morre pela Propriedade, mas sim pela conservação das formas sociais que deram origem ao mundo simbólico que representa nossa aspiração de maior autonomia, independência e autoridade, ou poder*, como quer Gramsci, nisto seguindo Hobbes”. [grifos nossos] FERREIRA, Oliveiros S. **Ordem e Revolução como instrumento de análise**. Aula inaugural do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, fevereiro de 2007. In: [HTTP://www.achegas.net/numero/34/ferreira\\_34.pdf](http://www.achegas.net/numero/34/ferreira_34.pdf)

Militar. Assim, concordando com Moraes (2004, p. 118), “os Jovens Turcos valorizam a escola e a colocam ao lado do Exército na cadeia de instituições disciplinares. Bilac defendia exatamente isto em seus discursos”. A Liga da Defesa Nacional reuniria a *intelligentsia* intelectual com o objetivo de traçar os rumos do país. Capella (1985) também explicita essa intenção ao falar da relação entre a Liga da Defesa Nacional e os Jovens Turcos.

Embora a Liga tenha surgido no bojo da campanha pela implantação do Serviço Militar Obrigatório, ela não se esgotava na perseguição desse propósito. Em primeiro lugar como já vimos, ‘o conceito de defesa nacional era bastante amplo e abarcava toda a vida social; segundo lugar, o que os Estatutos e as palavras de Bilac demonstram, por quem estaria pato a fazê-lo: as elites tão bem representadas no Diretório Central’ (CAPELLA, 1985, p. 238).

O que era a Liga? Qual era a necessidade da unidade nacional? Qual direcionamento do ensino para a população? Quem fazia parte na fundação da entidade no Rio de Janeiro, denominada de Liga da Defesa Nacional, ocorrida em 7 de setembro de 1916, no contexto das discussões sobre os parâmetros da educação primária, particularmente, no Distrito Federal e posteriormente no Brasil?

#### **2.4 Exército, Interesse nacional e Liga da Defesa Nacional**

De certa forma, no tópico anterior, deixamos pistas em relação a quais classes seriam direcionados o interesse nacional e principalmente as formulações de políticas públicas, notadamente a educação. Na conjuntura política daquela época, como discorreremos no primeiro capítulo, a pequena-burguesia, por meio do comércio e da criação de pequenas indústrias ascendiam ao poder econômico e pleiteavam espaço na política. Havia frações de classe dominante, como a dos cafeicultores, ou seja, os coronéis do café, que ditavam as regras em suas zonas de influência<sup>77</sup>. Ao longo do século XX, vai se delineando o papel do Estado no arranjo econômico. Diante disso, as alianças eleitorais entre as instâncias Municipais, Estaduais e Federal sempre existiram no cenário político nacional no contexto da República Velha, notadamente na política dos governadores. Porém as alianças já estavam se enfraquecendo, devido, principalmente, à desvalorização do café no mercado internacional.

---

<sup>77</sup> Para uma leitura sobre a influência do coronéis do café, ver: LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto.

Era necessário criar uma aliança estável que viabilizasse a gestão e, principalmente um projeto que desenvolvesse a economia privilegiando a indústria.

Havia nas formulações da Liga da Defesa Nacional dois conceitos centrais: coesão e estabilidade. Esses conceitos são basilares ao processo de construção nacional da Liga e do projeto delineado pelos Jovens Turcos. Não coincidentemente, a palavra-chave do Estatuto da entidade era integridade.

[...] integridade, que, se opõe à dispersão, desorganização, anarquia, desmembramento mencionados por Bilac em seu discurso inaugural. E ainda mais: a coesão e a integridade se fazem com prosperidade e segurança, o que só vai dizer respeito àqueles que têm capital para desenvolver ou assegurar. Aliás, é a esses que a Liga se dirige, são eles o nacional que precisa ser defendido. (CAPELLA, 1985, p. 239).

Sob essa visão, o que era o *nacional*? O fragmento de Capella (1985) revela que o *nacional* proposto pela Liga privilegiava os interesses das classes proprietárias. Eram essas que lutavam pela integração e pela segurança. Cabe lembrar que o projeto defendido pela Liga da Defesa Nacional e pela Revista A Defesa Nacional era o mesmo:

A integridade nacional, que é integridade de uma determinada nação que as elites procuram construir, se faz por meios de dois movimentos: primeiro é a busca de todas as adesões possíveis através de uma ampla campanha de educação cívica, que se deve penetrar os lares, as escolas, as oficinas, as corporações e associações e outros tantos espaços possíveis, complementada pela instrução militar, que atingiria desde as escolas, instituições de caridade e seminários, até as associações de comércio, indústrias e esportivas, passando ao largo das concentrações de trabalhadores. Esse processo de adesão deveria incluir, ainda, os núcleos coloniais, isolados da “vida nacional” ao conservar integralmente as características culturais de seus países de origem. (CAPELLA, 1985, p. 239).

Se havia movimentos que precisavam ser incorporados à Nação, havia também aqueles que não deviam fazer parte dela. Assim, a autora destaca outros aspectos que não deveriam ser incorporados à nação, mas, se não pudessem deixar de serem incorporados, deveriam, pelo menos, serem controlados e mantidos dentro da hierarquia social:

O segundo movimento era o combate a tudo aquilo que não pudesse ser integrado à nação. Essa massa de “indesejáveis” já havia sido nomeada pelos “Jovens Turcos” e por Bilac: era aquele rebotinho da sociedade, que provocava aquela “efervescência” tão indesejada e as “enxurradas sociais” que só o Exército saberia deter. Constituíam um segmento social para o qual não havia lugar naquela nação ideal, uma vez depurada de mestiços,

vagabundos e analfabetos. Esses seres “que sequer são humanos” significam a “dissolução dos costumes”, a fissura em uma determinada ordem que se desejava implantar. (CAPELLA, 1985, p. 239).

A autora discorre acerca do conceito de Defesa Nacional, que dava nome à entidade, definindo-o como sendo tudo para a Nação; mas a julgar pelos exemplos dados, o conceito é a própria nação.

Já disse, na sessão da instalação da Liga, que a defesa nacional é tudo para a nação: ‘É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. (BILAC, 1965, p. 125-126).

Concordando com Moraes (2004, p. 191), podemos afirmar que esses fragmentos são relevantes para a questão da especificidade do nacionalismo expresso pelos Jovens Turcos. Esse nacionalismo do grupo alinhava-se à corrente conservadora. O objetivo principal era criar, em todas as classes, um interesse nacional correlato à concepção de desenvolvimento que os Jovens Turcos elaboraram. A ênfase na Defesa Nacional estaria no sentido de colocar o conceito de Nação no mesmo plano do patriotismo e do militarismo, tendo em vista que a ideia básica da proposta de criação da Pátria era a Defesa Nacional.

De modo que segundo a nossa lei que estatui a obrigação do adestramento de todos para a guerra, em alguns anos poderá o Brasil dizer orgulhoso: a Nação é o Exército e o Exército é a Nação. Não seria possível operar-se essa transformação, esse milagre, às vésperas da guerra, ao rompimento das relações internacionais, no começo das hostilidades? Que resposta a França, pela hecatombe espantosa de 70, na qual diz um mestre da guerra: para sustentar a luta, a França levantou soldados; a Alemanha levantou-se a si mesma, desenvolvendo a força, o poder, não de um Exército em marcha, mas de um povo que se desloca. (A DEFESA NACIONAL, 1915, p. 85).

Caetano de Faria desempenhou papel ativo na supressão da revolta dos cadetes de 1904, o que talvez tenha ajudado a assegurar-lhe as estrelas de General. O regulamento do Exército, segundo McCann (2009, p. 224) especificava que a promoção a General ficava a critério do governo, como o é ainda hoje<sup>78</sup>. Em 1905, embora ele fosse o 46º dentre os 66

---

<sup>78</sup> Para verificar a Hierarquia das três Forças Armadas e a forma de promoção ver o Estatuto dos Militares.

Coronéis, na lista de promoções, tornou-se General-de-brigada. Em 1906, elaborou um plano de treinamento para Regimento de Cavalaria, dentro do espírito, então em voga, de pôr soldados em campo.

A experiência ensinara-lhe que o Exército precisava ser reformado e adotado métodos e armas mais modernos para enfrentar potenciais adversários (leia-se: argentinos), os quais estavam recebendo instrução diretamente dos alemães. Contudo, embora ele aprovasse o envio de oficiais para treinamento no exterior, a seu ver os próprios oficiais brasileiros deviam filtrar, interpretar e adaptar ao Exército nacional o que aprendessem lá fora. (MCCANN, 2009, p. 224).

Foi ao referido General que os oficiais de *A Defesa Nacional* entregaram um plano contendo treze itens. Conjuntamente com o ele, trabalharam na reforma do Exército de 1915, o Tenente Estevão Leitão de Carvalho, Jovem Turco, um dos fundadores da Revista, e também um dos ajudantes imediatos do General Caetano de Faria. Como Chefe do Estado-Maior, três anos antes, Faria propusera a remodelação do Exército seguindo uma organização divisional. Acreditava ele que um Exército composto de unidades variadas, distribuídas segundo critérios históricos, políticos ou aleatórios, pelo território nacional, teria dificuldade para colocar seus componentes em prontidão, no caso de um conflito. Segundo McCann (2009), o referido General buscou ideias na guerra russo-nipônica de 1904-1905, no intuito de implementar seus objetivos de reforma do Exército brasileiro<sup>79</sup>.

Para a oficialidade, a experiência do Contestado, como já citamos, deixou patente que a estrutura brasileira assemelhava-se mais à russa do que aos modelos japoneses ou alemães. Em 1913, o embaixador britânico comentou, em tom agressivo, sobre o Exército Brasileiro, que “como força combatente um exército realmente disciplinado podemos considerá-lo *“quantité négligeable”*, porém é útil ao governo no jogo da politicagem onde, de fato, tem o papel principal como meio de assegurar o controle da claqué dirigente”. (MCCANN, 2009, p. 227). Dessa forma, o embaixador jogou mais veneno na realidade militar brasileira.

Comparou o Exército Brasileiro desfavoravelmente com o argentino, após o que deu o golpe de misericórdia: “sequer me passa pela cabeça que o Exército brasileiro, indisciplinado, despreparado, de degenerado sangue negro, comandado por oficiais tão presunçosos quanto ignorantes, tenha a mais ínfima chance contra qualquer força combatente comum”. Seria incapaz até, prosseguiu o embaixador, de sair-se bem “contra os 7 mil policiais militares de São Paulo”, que vinham sendo treinados por uma missão militar francesa desde 1906. Enquanto São Paulo possuísse essa

---

<sup>79</sup> Para uma leitura sobre a reforma do Exército em 1915 ver: MCCANN, 2009. p. 224-228.

força, os líderes estaduais poderiam desconsiderar qualquer ideia de intervenção federal; de fato, poderiam continuar “a mandar no governo federal”, salientou o embaixador<sup>80</sup>. (MCCANN, 2009, p. 227).

O fragmento acima, demonstra o quanto estava clara para o General Caetano de Faria e outros reformistas a necessidade de modernização do Exército e, principalmente, a conscientização dos brasileiros em relação aos problemas de Defesa Nacional. O então Ministro Faria admitia que os brasileiros não tinham o hábito do SMO. Esta empreitada o General não poderia realizar sozinho. Como articulador da inclusão da instrução militar nas escolas secundárias e nas instituições de ensino superior, Faria recomendou que uma parcela de cargos públicos fosse alocada para os concludentes do SMO e que a preferência para cargos oficiais, fosse dada aos portadores do certificado de reservista.

Para lidar com o problema representado pelas forças “policiais” de São Paulo e outros estados, e também para expandir as reservas de pessoal treinado, ele propôs uma sutil incorporação: que fossem designados como reserva de primeira linha, providenciando-se para que os Estados isentassem do Serviço Militar Federal os Oficiais e Praças da polícia e para que instrutores do Exército fossem fornecidos às unidades estaduais. Faria mencionou as revoltas de 1893, a campanha de Canudos e o corrente problema do Contestado como exemplos de emergência que demandaram a convocação de unidades de polícia por constituírem a única reserva organizada disponível. (MCCANN, 2009, p. 227).

No projeto de Defesa Nacional, planejado pelo General Caetano de Faria, além da efetivação do SMO e criação da Liga da Defesa Nacional, havia a necessidade de controle das Polícias Militares dos Estados e da Guarda Nacional. Esse objetivo estava no pensamento do alto-comando do Exército, pois o controle das Polícias e da Guarda Nacional neutralizaria os poderes regionais, aumentando, então, o poder federal e, com isso, intensificaria a sensação de segurança do corpo de oficiais. Dada à complexidade política que tais medidas envolveriam, os reformistas viam como uma realização provável a revitalização das unidades de Tiro de Guerra e a implementação do SMO. Esses discursos foram o cerne dos esforços de divulgação, que incluíram a fundação da Liga da Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916.

A Liga buscava construir uma ideologia de Defesa Nacional baseada nos discursos proferidos por Bilac, os quais eram publicados e distribuídos. Havia o apoio do governo, sendo que, no futuro, o Presidente Venceslau Brás e o Ministro da Guerra, o General Caetano

---

<sup>80</sup> Para maiores detalhes do relatório do embaixador ver: Sir W. Haggard a Sir Edward Grey, Petrópolis, 19 jun. 1913, “*brazil, annual Report, 1912*”, *Confidential 10.286, Foreign Office Confidential Print, p. 18-19*

de Farias, respectivamente, seriam nomeados Presidente e Vice-Presidente honorário da Liga da Defesa Nacional. A disposição de personalidades nacionais para associarem seus nomes à Entidade serviu de exemplo aos líderes estaduais, para que ingressassem em Diretórios Regionais, os quais eram dirigidos pelos Presidentes dos Estados, conforme pudemos observar nas Atas da Direção Central da Liga. As conferências e manifestações patrióticas promovidas pela Liga, seu catecismo cívico e seu Manual de Educação Moral e Cívica contribuíram para o crescente clima de nacionalismo.<sup>81</sup>

Essa campanha patriótica não aconteceu por acaso. O General Faria e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, usaram a amizade do ajudante-de-ordens de Bento Ribeiro com Bilac para pedir seu empenho em uma campanha nacional. Mais tarde, quando surgiram críticas contra essa iniciativa, vindas especialmente do Deputado Federal Maurício de Lacerda, que acusou Bilac de receber secretamente dinheiro do erário, o governo publicou uma nota no Diário Oficial afirmando que o Ministério da Guerra não dispendera nenhuma quantia, direta ou indiretamente, para auxiliá-lo na campanha em favor do serviço militar. (MAGALHÃES, 1974, p. 399).

Segundo McCann (2009) com ou sem uso de verbas do Exército, o fato é que a proposta para a campanha veio do Alto Comando do Exército, e não do Poeta. Também fica claro que o seu primeiro discurso realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, no dia 9 de outubro de 1915, exaltou os ânimos dos dois lados envolvidos na questão. Com apoio, também, de Rui Barbosa foi possível conquistar os paulistas para a causa da Defesa Nacional, culminando na fundação da Liga Nacionalista, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1917, a qual discorreremos, no próximo capítulo, devido à sua peculiaridade. O Ministro da Guerra, General Caetano de Faria e o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Bento Ribeiro, após saberem do sucesso da conferência em São Paulo, imediatamente enviaram telegramas de congratulações. Faria aplaudiu a opinião de Bilac de que o SMO seria a “fonte de ressurreição de um Brasil forte pelo patriotismo de seus filhos”. Oficiais do Exército demonstraram seu apoio a Bilac oferecendo um banquete para 250 pessoas, no Clube Militar, em 6 de novembro de 1915 (um pouco menos de um ano para a fundação da Liga da Defesa Nacional). Na capa do menu mandaram gravar: “Homenagem do Exército a Olavo Bilac, o poeta e o apóstolo da Defesa Nacional” (MAGALHÃES, 1974, p. 368-369).<sup>82</sup>

<sup>81</sup> Fonseca e Escobar, *Primórdios*, p. 139-156; **Liga da Defesa Nacional**, DHBB, v. 3, p. 1813. Sobre a ideologia, ver CARONE, Edgard. **A República Velha**, v. 1, p. 168-170.

<sup>82</sup> O banquete foi organizado pelos Generais Bento Ribeiro, Luís Barbedo e Setembrino de Carvalho.

No congresso, “alguns louvaram o SMO como um modo de reforçar a unidade nacional; outros fizeram ressalvas, argumentaram que o Exército não formava o caráter, mas ao contrário, era o caráter de seus membros que moldava o Exército” (MCCANN, 2009, p. 230). Um advogado observou que, nos quartéis, o recruta brasileiro não encontraria “os ensinamentos de Sócrates, a filosofia de Platão, a eloquência de Cícero”, e sim “os Regulamentos do Conde de Lippe<sup>83</sup>”, célebre por sua severidade setecentista, provada pelos marinheiros da Revolta da Chibata. O posicionamento desse advogado, que não foi identificado pelo autor, demonstra que os debates ocorridos dentro da Entidade não foram acolhidos com simpatia por todos. Afirma McCann (2009), que alguns críticos da época, por meio do *Jornal Correio da Manhã*, acusaram o Exército de não ter condições de receber o contingente que estava previsto, por causa da avalanche de sorteados. Alberto Torres já advertira sobre as condições dos quartéis, como já mencionamos nos tópicos anteriores<sup>84</sup>. Com a guerra grassando na Europa e o Exército abalado pelo Contestado, era nessas condições que se debatia a natureza da sociedade brasileira, o papel das Forças Armadas e o futuro do Brasil. Com o surgimento da Liga tentou-se unir forças, no intuito de filtrar e definir os objetivos a serem conquistados.

Para transformar em ação o ânimo favorável naquele no momento, Leitão de Carvalho redigiu telegramas para serem assinados pelo General Caetano de Faria, e enviados aos “Presidentes e Governadores dos Estados”, pedindo que estes instalassem as juntas de alistamento e seleção.

A Liga da Defesa Nacional patrocinou ativamente discursos e eventos que atraíssem a cobertura da imprensa e debates editoriais. O comando do Exército não ficou de fora na política: empenhou-se ativamente, fazendo *lobby* junto a membros importantes do Congresso fora da Câmara, enquanto durante as sessões seus porta-vozes defenderam a concessão de verbas e as requisições de efetivo. O líder da maioria da Câmara dos Deputados, Carlos Peixoto de Melo Filho, de Minas Gerais, reuniu-se com o General Faria no Ministério da Guerra para deliberar sobre o orçamento militar e argumentou depois com seus colegas legisladores que “um Exército de terra não pode absolutamente obedecer só a critério orçamentário; a manutenção de um Exército de terra só faz à custa de sacrifícios do país, pela consideração de

---

<sup>83</sup> Regulamentos Disciplinares implementados ainda no Exército Português pelo Marechal General Conde de Schaumburg Lippe (Wilhelm Schaumburg-Lippe) em 1768, os chamados “Artigos de Guerra”. O Regulamento Disciplinar do Conde Lippe vigorou no Exército até o ano de 1907. Para mais informações sobre os Artigos de Guerra do Conde Lippe, consultar: PINHEIRO, Jacy Guimarães. O conde Lippe e seus artigos de guerra. *Revista do Superior Tribunal Militar*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 61-69, 1978; BARROSO, Gustavo. O regulamento do Conde Lippe. *Revista do Superior Tribunal Militar*, Brasília, v. 7, n. 8, p. 101-105, 1983.

<sup>84</sup> Segundo Magalhães (1974, p. 368-375) o General de Divisão Besouro foi substituído em 2 de dezembro de 1916. Sua oposição não podia ser menosprezada, pois ele era veterano que fora comandante da Escola do Estado-Maior do Exército de setembro de 1910 a maio de 1914, e seria designado para a Comissão de Promoções em março de 1917; Almanak, 1914, p. 554; e Relatório do General Caetano de Faria, 1917, p. 92.

que é mister prepararmos o instrumento de nossa soberania e os meios de defendê-la, de garanti-la no presente e no futuro”. (MCCANN, 2009, p. 231).

De 10 a 17 de dezembro de 1916, nos principais centros urbanos, e com as devidas cerimônias, entrou em operação o Sorteio Militar. Alguns dos sorteados apresentaram objeções processuais, constitucionais e religiosas e pediram dispensa. Mas, em fins de janeiro de 1917, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que a Lei era Constitucional. Quarenta e dois anos depois da primeira Lei do Sorteio Militar (1874) e oito após a segunda (1908), o Exército incorporou seus primeiros recrutas sorteados, iniciando, assim, sua história como força qualificada<sup>85</sup>. Abordaremos, neste momento, a construção da Liga da Defesa Nacional e os desdobramentos como expressão de um Partido Militar.

---

<sup>85</sup> Para uma descrição dos acontecimentos do dia ver: FONSECA, Mario Hermes da, e ESCOBAR, Ildefonso (eds.) Primórdios da organização da defesa nacional, 1943, p. 157-160; MAGALHÃES, Raymundo Jr. Olavo Bilac e sua época, 1974, p. 398-402.

### **3 CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LDN COMO EXPRESSÃO DE UM PARTIDO MILITAR DE REPRESENTAÇÃO NACIONAL**

O objetivo precípua da Liga da Defesa Nacional era construir uma ideologia de Defesa Nacional, como afirmamos no capítulo anterior. Bilac tinha o apoio ativo do governo, sendo o presidente Venceslau Brás e o General Caetano de Faria, articuladores para viabilidade da criação da entidade, ou seja, da expressão de um Partido Militar de abrangência de interesse civil-militar. Identificamos em nossas leituras, a influência de várias pessoas, tais como Pedro Lessa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Rui Barbosa, Miguel Calmon, Ministro da Viação e Obras Públicas, entre os anos de 1906 a 1909, exercendo papel significativo referente às alianças realizadas para viabilizar a Entidade. Houve sim, a iniciativa do Comando do Exército, mas os contextos político nacional e internacional foram determinantes para a “Liga” entre as lideranças políticas. A Academia Brasileira de Letras, por exemplo, estava muito presente na mesma organização, pois o objetivo era formar com personalidades um grupo de estudos, como as citadas acima, e as demais que apresentaremos posteriormente, para se pensar em propostas viáveis por meio da formulação de políticas públicas, com abrangência nacional. Havia, na Entidade, muitos Ministros de Estado, notadamente juristas, os quais tinham experiência política e administrativa na burocracia estatal. Inclusive, existiam, também, Ministros de Estado na direção dos trabalhos da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional.

Na linha exposta na Introdução, por meio da leitura de Antonio Carlos Peixoto, identificamos que a Entidade configurou-se como expressão de um Partido Militar, juntamente com os civis, enquanto possibilidade histórica factual.

Para darmos início a exposição deste Capítulo, será necessário que façamos a divisão do referido período em dois momentos. O primeiro contempla a elaboração das metas, regulamentos e estruturação da Entidade, até o mês de setembro de 1918, pois, posteriormente a esta data, não há registros de atividade da Liga até novembro de 1922. O Segundo, quando da transição para a Revolução de 1930, refletindo um novo momento de atuação da LDN. Nos livros de Atas da Comissão Executiva e do Diretório Central, aos quais tivemos acesso, existe um hiato de atividades, durante o período de setembro de 1918 a novembro de 1922. Identificamos como possíveis hipóteses deste hiato, a morte de Olavo Bilac, em dezembro de 1918, a Revolta Tenentista, em 5 Julho de 1922, a crise na sucessão presidencial, notadamente pela indefinição política, devido à morte de Rodrigues Alves (o qual nem chegou a assumir a

Presidência da República) e a insatisfação dos militares pela escolha de Pandiá Calógeras pelo Presidente Epitácio Pessoa para chefiar o Ministério da Guerra.

Sendo assim, acreditamos que após 1922, houve uma costura de interesses, notadamente, pela ascensão dos conflitos Tenentista, possibilitando uma nova atuação da Liga da Defesa Nacional, com quadros renovados, com a predominância, novamente, de Ministros de Estados, os quais propunham a resolução de problemas da Capital Federal, notadamente os de saúde pública e de instrução primária da população. Pensava-se na melhoria da qualidade da vida urbana, em seus aspectos de higiene, de habitação e de educação. Como exemplo desta perspectiva, identificamos o início das conquistas relativas ao acesso e carreira dos sargentos, devido ao reflexo da Revolta deles, em 1915. Porém, outros problemas começaram a inquietar as lideranças políticas, revelando a necessidade de formulações urgentes de caráter social. Do ponto de vista organizacional a LDN, não se posicionava politicamente, porém, na prática política cotidiana, a ação era coordenada para a proposição de projetos formulados, com objetivos práticos.

Finalmente, o segundo momento será a transição para os anos 1930, mediante conflitos internos, principalmente de cunho ideológico, sob os quais os integrantes da Entidade se alinharam a Vargas, ocorrendo um reajustamento político e ideológico das lideranças da Liga da Defesa Nacional. Indicaremos como se deu aquela ação e formularemos nossas hipóteses quanto à nova fase da Liga, já vislumbrando o clímax de uma etapa de nosso trabalho. Iniciaremos, para tanto, a abordagem da formulação das ambições da Entidade, quando de sua criação, considerando os motivos de seu surgimento e as intenções de atuação.

### **3.1 Criação, formulações e início dos trabalhos da Liga da Defesa Nacional.**

A finalidade e os objetivos da Liga da Defesa Nacional foram assim definidos, por seus fundadores:

[...] O paiz já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina o trabalho; com a força a paz; com a consciência a liberdade; e com o culto ao heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para ação dos dirigentes e para o labor tranquilo e assegurado dos dirigidos. (LDN, 1916, p. 1).

Como o próprio nome diz, a “Liga” tem, como objetivo principal, aglutinar intelectuais e profissionais de Estado para a formulação de políticas públicas que contemplem o processo de acumulação de Capital, visando fomentar a industrialização e a organização do processo produtivo nacional. Bilac afirma que a consciência própria de Nação nunca esteve ausente de todas as almas brasileiras, mas, em épocas difíceis, há vacilações. “[...] esses sentimentos oscillam e vacillam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados (LDN, 1916, p. 2).

[...] Pode-se notar que tal literatura floresce nos momentos mais característicos de crise político-social, quando a separação entre governantes e governados se faz mais grave e parece anunciar eventos catastróficos para a vida nacional; o pânico se difunde entre certos grupos intelectuais mais sensíveis e se multiplicam as tentativas para determinar uma reorganização das forças políticas existentes, para suscitar novas correntes ideológicas nos organismos de partido desgastados e pouco consistentes ou para exaltar suspiros e gemidos de desespero e de negro pessimismo. (GRAMSCI, 2006, p. 28).

O Poeta discorre sobre as diversas causas dessa variabilidade de consciência. Segundo ele, a extensão territorial, a pobreza das comunicações, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida mingua as possibilidades de êxito, em um sertão desamparado. A falta de instrução popular sustenta e agrava essa desorganização.

[...] A descrença e o desânimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento. O protesto e a reação estão nesta Liga, cujo título é claro e synthetico. (LDN, 1916, p. 2).

Como ressaltamos, havia um temor real ao desmembramento dos Estados. No Sul, em São Paulo e nos Estados fronteiriços à Bolívia, à Argentina, à Colômbia, à Venezuela, entre outros países, eram áreas sensíveis e suscetíveis à invasões e à migração populacional. A definição da cultura nacional era fundamental para a manutenção do território e o fortalecimento da solidariedade entre os Estados. O Poeta resume que toda a economia, a política e a vida sociocultural constituem aspectos relacionados à Defesa Nacional. Segundo ele, a Liga seria um corpo de doutrinas e de exemplos, de boa palavra e de boa ação, que seriam guia e conforto para o governo e para a sociedade. Vemos, nessa ideia, que a Liga

constituía-se um projeto político de Estado, e não de governo. Identificamos esta como sendo a proposta inicial para a entidade.

Analisando as Atas do Diretório Central e da Comissão Executiva<sup>86</sup>, vemos que Olavo Bilac atribuiu a Pedro Lessa e a Miguel Calmon a iniciativa pela qual fundaram a Liga da Defesa Nacional, conforme consta na Ata Primeira da Entidade. A vice-presidência da Liga coube ao General Caetano de Farias (incentivador da Revista *A Defesa Nacional*). Compunham, ainda, a Diretoria Central o Almirante Alexandrino de Alencar, Rui Barbosa, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Vicente de Lustosa Lima, Gabriel Osório de Almeida, Pedro Lessa, João Pandiá Calógeras, Miguel Couto, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Pedro Lessa, nessa sessão da Liga, realizou exposição, na qual, contrariando Bilac, afirmou que “a iniciativa de fundação da entidade fora de Bilac” (LDN, 1916, p. 3). O próprio Lessa ressaltou que a conferência realizada em São Paulo, na Faculdade de Direito, foi o pontapé inicial para as iniciativas para fundação das duas entidades. Ressaltou, também, o papel de Miguel Calmon, o qual colaborou com os trabalhos de divulgação da Liga Nacionalista e da Liga da Defesa Nacional, ambas ações incentivadas por Bilac. Por último, Miguel Calmon parabenizou Olavo Bilac e Pedro Lessa pela iniciativa e pela conquista do apoio do Presidente da República, Wenceslau Braz. A reunião foi tão importante que, no término das atividades, o 7º Batalhão de Atiradores formou a Guarda de Honra, em frente à Biblioteca Nacional (local de realização da Reunião). Vale ressaltar que a Primeira Ata da Liga foi registrada no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, data esta que demonstra a importância da criação da Entidade e o simbolismo para os seus formuladores.

Há uma característica de Estado dentro da entidade. Dela participavam Ministros, Ex-presidentes, Ministro da Guerra, Ministro da Marinha, Juízes, Promotores, Deputados. Podemos sugerir que a LDN seria o Ministério de Relações Institucionais, ou melhor, a Casa Civil, elaborando, articulando e implementando Políticas Públicas para o país.

No dia 23 de setembro de 1916, conforme Ata nº 2 da Liga, estavam presentes Miguel Calmon, Pedro Lessa, Miguel Couto. Justificaram suas ausências Rui Barbosa, Affonso Celso, Deputado Federal Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, Dr Clóvis Bevilacqua, Conselheiro Cândido de Oliveira, dentre outros. Assumiu a presidência da reunião João Alfredo, acompanhado por Olavo Bilac e Affonso Vizeu. Foi lido ofício da Academia de

---

<sup>86</sup> A Liga possui duas referências para dar base na sua análise: livro de atas do Diretório Central e livro de atas da Comissão Executiva. No primeiro foram registradas as deliberações sobre as finanças, contabilidade e informes gerais, inclusive de pedidos recebidos e cartas de outras entidades. Era a instância superior da entidade. O segundo livro, restringem-se as ações propriamente realizadas pela Comissão Executiva, onde eram elaboradas e implementadas as ações definidas nas Reuniões do Diretório Central.

Medicina do Rio de Janeiro, datado de 21 de setembro, o qual ratificava solidariedade à causa da Liga da Defesa Nacional. Nessa moção, por iniciativa do Dr. Carlos Seild, constavam as palavras do Professor Miguel Couto, pronunciadas em discurso realizado naquele mesmo dia, demonstrando, contrariamente à literatura existente, que não era apenas Olavo Bilac que fazia a divulgação dos objetivos da Liga da Defesa Nacional:

[...] Só a segurança da Nação, no seu território, permite a tranqüilidade no trabalho, principal factor da sua grandesa. O Brasil precisa de um regimen de serviço militar benigno e democrático, sob o qual passa a contar, na hora do perigo, com todos os seus filhos válidos. O regimen da Nação em armas é uma retrogradação [...] Contudo, até que a humanidade seja, finalmente humana, o paiz cujo povo se mostra incapaz desta retrogradação é um paiz perdido. (LDN, 1916, p. 4).

A Liga conquistou apoio até do *Botafogo Foot ball Club*, o qual enviou ofício de congratulações pela fundação da Entidade. Nessa Reunião, Bilac procedeu a leitura do projeto do Estatuto Social, projeto que ele mesmo havia elaborado, e sobre o qual a Comissão nomeada para estudá-lo manifestou-se favorável. Cândido Gaffree propôs, ainda, a eleição da Comissão Executiva do Diretório Central da LDN<sup>87</sup>.

Foram inscritos como membros da Liga, e anotada suas respectivas contribuições, os senhores: Oscar Porciúncula, cinco contos de Réis; Candido Gaffree, Affonso Viseu, Jorge Street, Guilherme Guinle, Pereira Lima, Nuno de Andrade, Miguel Calmon e Joaquim Osório, um conto de réis, cada um. Ao que parece, a sociedade carioca estava muito empolgada com a fundação da Liga. Citamos, aqui, o nome das pessoas inscritas, para termos conhecimento daqueles que inicialmente fizeram parte da entidade. Assim, outros pesquisadores poderão estabelecer conexões, mediante novas análises e interpretações, pois aqui apresentamos apenas uma pequena contribuição sobre a história política da atuação da Liga, como expressão de um Partido Militar.

### **3.2. Organização dos Diretórios Regionais e realização de Concurso literário.**

Continuando os trabalhos de organização da LDN, em 29 de janeiro de 1917, sob a Presidência de Wenceslau Brás Pereira Gomes, Presidente do Brasil e da entidade, realizou-se

---

<sup>87</sup> Esta foi deliberada pela assembleia a seguinte constituição: Presidente: Pedro Lessa; Vice-Presidente: Miguel Calmon; Secretário Geral: Olavo Bilac; 1<sup>o</sup> Secretário: Felix Pacheco; 2<sup>o</sup> Secretário: Joaquim Luiz Osório; Tesoureiro: Affonso Viana; Membros do Conselho Fiscal: Homero Baptista, Alberto de Faria, Guilherme Guinle.

a terceira assembleia do Diretório Central, na sala de Conferências da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Nessa reunião foi aprovada, por unanimidade, a organização dos seguintes Diretórios Regionais, de acordo com o Cap. VII, Art. 8º e 9º do Estatuto, demonstrando a abrangência nacional que a entidade se propunha atingir, com aval do próprio Presidente do Brasil.

- Amazonas: Dr Pedro de Alcântara Bacellar (Presidente do Estado);
- Pará: Dr Antonio Martins Pinheiro (Presidente do Estado);
- Maranhão: Dr. Herculano Nina Parra (Presidente do Estado);
- Piauí: Dr. Euripedes de Aguiar (Presidente do Estado);
- Ceará: Dr. João Thomé de Saboya (Presidente do Estado);
- Rio Grande do Norte: Dr. Joaquim Pereira Chaves (Presidente do Estado);
- Paraíba: Dr. Francisco Camillo de Hollanda (Presidente do Estado);
- Pernambuco: Manoel Borba (Presidente do Estado);
- Sergipe: General Manoel P. Ollvera Valladão (Presidente do Estado);
- Bahia: Dr. Antonio Moniz Ferrão de Aragão (Presidente do Estado);
- Rio de Janeiro: Dr. Nilo Peçanha (Presidente do Estado);
- São Paulo: Dr. Altino Arantes (Presidente do Estado);
- Paraná: Dr Affonso Camargo;
- Santa Catarina: Coronel Fellippe Schimidt (Presidente do Estado);
- Rio Grande do Sul: Dr. A. Borges de Medeiros. (Presidente do Estado);
- Minas Gerais: Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Presidente do Estado);
- Goyaz: Eugenio Rodrigues Jardim (Presidente do Estado); (LDN, 1917, p. 6-8).

Por proposta do Dr. Alberto de Faria, foi aprovada a Comissão Executiva, para organizar, em tempo, os Diretórios Regionais do Espírito Santo, Mato Grosso e Alagoas, e do Território do Acre, preenchendo as respectivas vagas. Nessa mesma reunião, Olavo Bilac leu o edital para a realização do concurso para a composição de dois livros: *Catecismo Cívico* e *Manual de Educação Moral e Cívica*. Esses livros seriam distribuídos gratuitamente e serviriam para divulgar a concepção de Nação e cidadania proposta pela entidade, conscientizando a população do que era ser brasileiro e como era constituído o Estado. Segundo o edital publicado pela Liga, qualquer brasileiro poderia se inscrever para escrever os livros. As orientações para confeccionar os livros eram:

1. – O catecismo cívico, destinado a ser lido e estudado por todos os homens do povo e a circular em todas as casas de família, escolas, oficinas e quartéis, será escripto com a maior simplicidade e clareza, e feito a maneira das cartilhas de educação primária, com perguntas e respostas, tratando syntheticamente destes assumptos: O Homem; a família e a sociedade; Cuidados do Asseio; ordem e cortezia; Sentimentos de honra; bondade, equidade e justiça; generosidade; coragem; amor da verdade; iniciativa e diligencia, prudência e obediência; vontade e perseverança; fidelidade, tolerância e temperança; Necessidade da Educação physica. Necessidade do trabalho, da economia e da Instrucção; A humanidade e a pátria; A organização da Pátria: a democracia e a republica; o governo, a

justiça e a polícia; as autoridades; Os symbolos da pátria: a bandeira, o hymno, as armas; O amor da terra e da história; o culto dos antepassados; as datas nacionaes; Patriotismo e civismo. O Exército e a Marinha. A solidariedade humana, o altruísmo, o amor da humanidade e da paz; A paz e a guerra: a paz é um bem inestimável, mas o pacifismo não pode ser annullação do brio nacional; as guerra offensivas, por orgulho ou conquista são crimes de lesa-humanidade; mas as guerras defensivas são justas, quando inevitáveis; Deveres e Direitos do cidadão. A liberdade e a disciplina. O voto: direito e dever sagrado; O serviço militar como um bem para o individuo (saúde e disciplina) e para a comunhão (coesão e defesa). (LDN, 1917, p. 8).

O *Manual de Educação Cívica* era voltado para alunos e professores de Faculdades, Escolas, Ginásios, conforme proposto pela Liga:

[...] será o complemento do catecismo; em linguagem clara e concisa, conterá noções de Sociologia e de Direito em geral e Direito Constitucional, e um resumo synthetico da História Nacional; e estudará com maior desenvolvimento os assumptos tratados na Cartilha. – a organização da família, da sociedade e da pátria; o território e a população; o município e a União; o Estado e a soberania; a educação moral individual e social; a Constituição do Brasil; direitos e obrigações dos cidadãos; organização legislativa, administrativa e judiciária; a actividade economica; nacionalismo e nacionalização; liberdades individuais e políticas; regimen eleitoral e sulffragio; a defesa nacional; o serviço militar. (LDN, 1917, p. 8).

Nessa assembleia, foi definido, além do conteúdo, o tamanho dos livros, sendo que o *Catecismo Cívico* deveria ser resumido, de modo que seu volume impresso não ultrapassasse 100 (cem) páginas, em formato pequeno. Posteriormente, o edital foi modificado, aumentando-se as páginas para 150 (cento e cinquenta), pois o *Catecismo* se destinava à larga produção e gratuita distribuição. O *Manual* poderia ter de 200 a 300 páginas. A Liga definiu, como prêmios, o valor de 6 (seis) Contos de Réis para o primeiro colocado e de 2 (dois) Contos de Réis para o segundo colocado, para os originais do *Catecismo Cívico*. Para os dois primeiros lugares conquistados pelos autores do *Manual*, seriam conferidos os prêmios de 3 (três) Contos de Réis para o primeiro colocado, e de 1 (um) Conto de Réis para o segundo colocado. Entretanto, os direitos plenos do *Catecismo cívico* seriam reservados à Liga da Defesa Nacional. Quanto ao *Manual*, os direitos pertenceriam ao autor do melhor trabalho apresentado, reservando-se à Liga o direito de vender ou distribuir gratuitamente a primeira edição de 3 (três) mil exemplares, cujas despesas de impressão seriam feitas pelos fundos sociais da entidade. As datas definidas para entrega dos originais, para seleção, foram: 1<sup>o</sup> de janeiro de 1918, para o *Catecismo*, e 1<sup>o</sup> de janeiro de 1919, para o *Manual*. É interessante mencionar que a Liga Nacionalista, em São Paulo, publicou, em 1919, o livro intitulado “O que o cidadão deve saber”, de Antonio de Sampaio Doria, com as mesmas características do

*Manual de Instrução Cívica* descrito acima. Conseguimos adquirir, em um sebo virtual, a obra<sup>88</sup> original da época, a qual merece uma análise particular, em um momento posterior. Nessa terceira assembleia, definiu-se, ainda, que seriam publicados todos os discursos realizados em divulgação da Liga da Defesa Nacional, pronunciados por Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac.

Interessante destacar que pessoas ilustres da sociedade e da política eram convidadas para proferirem palestras. Representantes de associações de classe em Geral, como dos industriais, Presidentes de associações desportivas, Clubes, entre outros, também faziam parte da entidade, realizando o papel de multiplicadores da agenda defendida pela Liga, no tocante ao Serviço Militar, à Instrução Primária e às concepções de cidadania e de nacionalismo. Como exemplo dessa organização, abriram-se duas vagas, conforme Acta 3, de 29 de janeiro de 1917: a do Marechal Jeronymo de Moraes Jardim, devido seu falecimento, e a do Sr. Alvaro Zamith, por pedido demissão da presidência da Federação Brasileira de Sports. Depois de tecerem agradecimentos aos ilustres ex-participantes da Liga, os participantes daquela reunião indicaram o General Lauro Severiano Muller, Ministro das Relações Exteriores, e o Dr. Antônio José de Carvalho Pires e Albuquerque, Juiz Federal, para preencherem as vagas abertas. Podemos sugerir que apenas pessoas influentes da sociedade participavam da Liga, pois elas, quando se licenciavam de suas posições de destaques nas diversas associações ou nos cargos de primeiro escalão da administração do Estado, também deixavam a Entidade.

Retornando ao concurso de escolha dos manuscritos para os livros, a Comissão Julgadora do Manual de Educação Moral e Cívica e Catecismo Cívico, constituída por Pedro Lessa, Viveiros de Castro, João Kapke, Afrânio Peixoto e Manoel Bomfim, informou, em 7 de setembro 1918, ao Secretário Olavo Bilac que fora realizado o julgamento. Segundo a Comissão, foram recebidos 23 (vinte e três) trabalhos, sendo esses rejeitados por não contemplarem os objetivos do respectivo edital. A referida Comissão foi muito rigorosa quanto à seleção, não autorizando a publicação de livros que não atendessem estritamente ao critério estabelecido pelo programa.

[...] attendendo a todos estes motivos, julgamos que, para corresponder à elevada confiança com que fomos honrados pela Liga, devemos aconselhar que sejam rejeitados os trabalhos agora apresentados. [...] todos os concorrentes de agora podem voltar, no segundo certamen, com os seus trabalhos refeitos, melhorados, sendo que, nestas condições, a recomposição da obra não será um remendo ou uma reforma imposta, como seria, se a comissão indicasse explicitamente as correções a fazer. (LDN, 1917, p. 14).

---

<sup>88</sup> A Capa do livro colocamos uma cópia no anexo “P”.

Os 23 (vinte) trabalhos foram devolvidos aos seus respectivos autores. Os integrantes da Comissão de Avaliação das obras assinaram a competente Ata, a qual foi publicada em Ata do Diretório Central da LDN, no dia 12 de julho de 1918.

### **3.3 Sorteio Militar e realização de estudos acerca da organização de seminários sobre as necessidades estruturais do Brasil.**

Em 6 de setembro de 1917, foi realizada a quarta reunião do Diretório Central da Liga, presidida pelo Dr. Ruy Barbosa, vice-presidente. O Dr. Pedro Lessa, presidente da Comissão Executiva, realizou a apresentação do relatório dos trabalhos do ano e a exposição da receita e das despesas da Liga, conforme Letra b, Art. 6º do Estatuto. Nessa reunião, também foram preenchidas duas vagas, abertas devido à morte do Dr. Oswaldo Cruz e à de Carlos Peixoto Filho. Pedro Lessa afirmou que a Liga conseguira realizar parte bem considerável de seu programa, naquele seu primeiro ano de existência.

[...] o sorteio militar que, a despeito de ter sido formalmente adoptado pela Constituição brasileira, e mandado executar por uma lei e por um regulamento de 1908, fôra sempre repellido por nossos hábitos e preconceitos; o sorteio militar começou a ser posto em pratica em nosso paiz em 1916, e no corrente anno os resultados, segundo os dados estatísticos de que já temos noticia, são muito superiores ao do anno antecedente. Por disposição de lei deviam funcionar em todo território nacional 1.284 juntas de alistamento e sorteio. Funcionam 953. O que tivemos em 1916, não foi, portanto, um entusiasmo transitório por essa medida necessária, essencialmente patriótica e profundamente justa, como pretenderam fazer crer alguns espíritos pouco sympathicos aos esforços da Liga da Defesa Nacional. (LDN, 1917, p. 10).

Pedro Lessa afirmou, ainda, que a população estava compreendendo a necessidade do sorteio militar e que, o tempo criaria raízes na cultura da sociedade. Ressaltou que as populações dos mais longínquos sertões brasileiros estavam participando do Serviço Militar. Lessa colocou, ainda, que havia uma renovação nas considerações em relação ao Brasil, transformando o país em Nação, no tocante ao preparo militar e à Defesa Nacional. A questão da cidadania foi também ressaltada por Lessa:

Tem-se despertado o civismo e o patriotismo. São numerosas as sociedades organizadas nos Estados, não só para promover a instrução militar, como para cuidar da instrução primaria, da educação cívica, e da propaganda e demonstração da necessidade de exercer todo cidadão o direito e função do

voto. Tem sido fecundo o exemplo da Liga da Defesa Nacional. (LDN, 1917, p. 10).

Nessas afirmações acima, verificamos a proximidade da Liga da Defesa Nacional com a Liga Nacionalista, pois nelas encontramos alguns referenciais pontuais sobre a questão da importância do voto no exercício da cidadania. Lessa ratifica que, nos dois concursos da Liga, estava aberto o prazo para a apresentação do Catecismo de Educação Cívica, destinado a mais ampla divulgação, e do compêndio de instrução sociológica, moral e jurídica. A Liga realizou uma série de conferências sobre seu programa, sendo a primeira realizada, no Rio de Janeiro, pelo Dr. Afonso Celso e, em São Paulo, pelo Dr. Assis Brasil, com o título “Ideia de Pátria”. Essas conferências foram publicadas e distribuídas por todo o país, conforme verificamos mediante os pedidos feitos aos integrantes da entidade, registrados nas Atas da Comissão Executiva.

Durante o primeiro ano da Comissão Executiva, procurou-se definir e encaminhar o estudo de todos os pontos do programa. O primeiro ponto definido foi a manutenção, em todo o Brasil, da ideia de coesão e de integridade nacional, contribuindo para o desenvolvimento da comunicação moral e material, entre as unidades da federação. Para cumprir essa tarefa, Bilac afirma que foram organizados os Diretórios Regionais da Liga. Segundo o Poeta, em 19 (dezenove) Estados da Federação, os órgãos da Entidade estavam funcionando em perfeita regularidade. Esses Diretórios Regionais eram presididos pelos Presidentes de seus respectivos Estados e administrados por mesas executivas. Em sua maioria, esses Diretórios ramificaram-se em comissões de delegados, estabelecidas nos municípios.

[...] A imensidão do território nacional, as dificuldades do transporte, o facto de ainda não possuímos a franquia telegraphica, e obstáculos transitórios, que dependem de naturaes necessidades ou perturbações de política local, explicam a demora do estabelecimento e conjugação dessas poucas peças, ainda não assentadas, do grande e complicado mecanismo que estamos fabricando. [...] Pelas communicações constantes que recebemos dos directorios regionaes, pela leitura dos jornaes, que nos vêm de todos os pontos do paiz, sabemos que a nossa Liga é hoje uma preocupação nacional, e que o nosso programma foi aceito [...] (LDN, 1917, p. 11).

É interessante destacar a Missão Indígena chefiada por Cândido Mariano Rondon, Patrono da Arma de Comunicações do Exército, que, em 1919, iniciou o trabalho de colocação de cabos telegráficos no interior de vários Estados, tais como Mato Grosso, Amazonas, entre outros, no intuito de aproximar as diversas regiões do país. Havia grande preocupação na Liga, quanto à situação das comunicações no Brasil, pois, com o telégrafo,

haveria maior interação entre os Estados. Bilac cita o exemplo de coesão proporcionado pela ação da Entidade, no episódio do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha. Segundo ele, a Comissão Executiva dirigiu aos Diretórios Regionais, em 13 de abril de 1917, uma mensagem telegráfica, pedindo-lhes que, por todos os meios ao seu alcance, estimulassem a “corrente da opinião pública”, em “toda a extensão do território nacional”, para que os homens se alistassem nos quartéis. O Poeta ressaltou a importância dos dirigentes municipais para a coordenação das Juntas do Serviço Militar na execução do alistamento. Com as diversas mensagens encaminhadas pela Entidade, houve aumento das Linhas de Tiro. Bilac ressaltou, inclusive, que fora encaminhada aos professores a Conferência *Ideia de Pátria*, por intermédio dos governos, para que aqueles a transmitissem aos seus alunos.

Incessantemente em favor da defesa material e moral do paiz, cuidando ao mesmo tempo do problema da instrucção publica e da efficencia militar. Estamos organizando, já quase completa, a estatística de todas as escolas primárias do Brasil, com a sua localização e os nomes dos professores; e a mais de cinco mil desses professores já enviamos as nossas publicações de propaganda. (LDN, 1917, p. 11).

Havia mobilização, entre os integrantes da Liga, para construir o sentimento de nacionalidade, com a grande participação de intelectuais, políticos e professores. Naquele primeiro ano, a Comissão Executiva criou 8 (oito) comissões especiais, encarregadas de estudar e fiscalizar as questões constantes do programa da Entidade, às quais competia:

[...] a execução das leis de preparo e organização militar; a segunda, as linhas de Tiro; a terceira, as associações de escoteiros; a quarta, os estabelecimentos de ensino; a quinta, as fabricas e associações de commercio, lavoura e industria; a sexta, as associações de assistência publica e privada; a sétima, as associações de sport e diversões; e a oitava, a propaganda geral. (LDN, 1917, p. 11).

Diretórios Regionais e Associações civis e militares, interessados em organizar o alistamento militar, encaminharam diversas sugestões e pedidos de projetos ao Diretório Central. Criou-se, então, um folheto<sup>89</sup>, contendo o resumo do regulamento sobre a matéria e modelos de requerimento<sup>90</sup> de incorporação, instalação da diretoria, Ata inaugural<sup>91</sup>, lista

<sup>89</sup> Anexo A; folheto de informações sobre o procedimento de organização das linhas de Tiro;

<sup>90</sup> Anexo B; Requerimento e modelo de regulamento das linhas de Tiro;

<sup>91</sup> Anexo D; Modelo para confecção da Ata das Assembleias da Sociedade de Tiro;

nominal dos sócios<sup>92</sup>, e outras informações pertinentes. A divulgação desses documentos tanto sugeriu a criação de novas linhas de Tiro como as facilitou incorporação delas à Federação. Existiam Linhas de Tiro, porém estas não tinham vínculo direto com o Estado, eram apenas associações de classe civis, respondendo aos anseios, quanto à formação militar de determinadas localidades. O escoteirismo seguiu esta mesma linha, aglutinando-se à LDN, a qual definia a centralização da formação moral e de cidadania dessas Instituições. Procurou, ainda, incentivar a filiação das associações de escotismos à Associação brasileira de Escotismo, com sede em São Paulo.

### **3.4 Conferências sobre temas de relevância nacional**

A Liga da Defesa Nacional, dentre as atividades citadas acima, organizou conferências sobre temas como: I – A ideia de Pátria; II – A ideia de Justiça; III – A Educação Nacional; IV – A instrução profissional; V – A importância do esporte na vida nacional; VI – O problema econômico nas suas relações com a defesa nacional; VII – A defesa da língua nacional; VIII – A economia individual, com base na prosperidade coletiva; IX – A coesão nacional, como foi feita no Império, como deve ser feita na Federação; X – O culto do heroísmo militar e cívico; XI – A Nação e o Exército; o serviço militar, como benefício físico e moral para o indivíduo, e força, segurança e grandeza para a comunhão. Tais conferências foram publicadas e distribuídas gratuitamente, todas com o intuito de congregar a sociedade objetivando a comunhão entre as diversas regiões do país. Elas tinham o objetivo de informar e conscientizar a população, no que se referia a cada um destes temas abordados, no tocante à solidariedade orgânica dos brasileiros, baseado no respeito ao país, às leis, à justiça, à educação, e ao esporte como motivadores sociais, econômicos, culturais e despertar o interesse individual na construção do coletivo. Tudo se resumia na construção da Nação por meio da manutenção da unidade nacional, inicialmente, pelo Serviço Militar Obrigatório, núcleo este que congregaria todas as classes, segundo Olavo Bilac, para o bem geral da Nação brasileira.

Em 7 de setembro de 1918, foi realizada a reunião do Diretório Central da Liga, às 16h, na sala de conferências da Biblioteca Nacional. Presidiu-a o Dr. Wenceslau Braz, Presidente do Brasil. Fez uso da palavra Joaquim Luiz Osório, o qual relatou os trabalhos da Instituição no ano social findo, tendo em vista o impedimento de Olavo Bilac. Segundo

---

<sup>92</sup> Anexo E; Modelo para confecção da Lista Nominal de Sócios da Sociedade de Tiro;

Osório foram publicados 5 (cinco) números de Boletim, os quais foram distribuídos por todo o país. Naquela oportunidade, o Secretário interino, ressaltou a realização das séries de conferências cívicas, tendo sido a primeira realizada por Affonso Celso, que abordou o tema *A Ideia de Pátria*; a segunda foi realizada pelo Ministro Pedro Lessa, versando sobre o tema *Ideia de Justiça* e a terceira, pelo Dr. Carneiro Leão<sup>93</sup>, cujo tema foi *A Instrução Profissional*.

A Comissão Executiva da Liga atendia duas vezes por semana e a tesouraria funcionava das 9h às 19h. Segundo Bilac, e, para termos a dimensão dos trabalhos realizados pela Comissão Executiva da Liga, até 31 de agosto de 1917, foram expedidos 2.708 ofícios, 2.000 circulares e remetidos pelos correios 7.641 de impressos.

A Liga no Rio de Janeiro, em 1917, possuía 800 sócios, sendo 20 beneméritos, 64 remetidos e 716 efetivos. Contudo, Bilac advertia que não possuía os números dos demais Diretórios Regionais espalhados pelo país. Citou apenas dois exemplos em seu relatório. Em São Paulo, havia 956 sócios, sendo 5 beneméritos, 42 remetidos e 909 efetivos; e, no Paraná, 747 efetivos. Interessante destacar que, segundo os números descritos acima, São Paulo era a maior entidade do país, mas era o Diretório Central que deliberava sobre as formas de atuação dos Diretórios Regionais. Como discutiremos a seguir, a Liga Nacionalista era o contraponto paulista para as deliberações do Diretório Central, no Rio de Janeiro. Inclusive, a maior parte dos integrantes da Liga Nacionalista fazia parte da Liga da Defesa Nacional, no Diretório Regional de São Paulo.

Bilac afirmava que, quando terminasse o segundo ano de existência da entidade, ao findar o mandato daquela diretoria, ele acreditava que estaria cumprido o programa estabelecido pela entidade, entregando-a com saúde financeira e em perfeitas condições. Finalmente, ele declarou que foram eleitos membros do Diretório Central, por Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello e Elpenor Leivas, propostos por Jorge Street para ocupar as vagas deixadas por Dr. Oswaldo Cruz e Carlos Peixoto Filho. A Ata dessa reunião foi assinada em 6 de setembro de 1917, por Olavo Bilac.

Outra atividade de destaque, realizada pela Entidade, está registrada na Ata do dia 23 de maio de 1918, refere-se à reunião do Diretório Central, quando Pedro Lessa, presidente da Comissão Executiva, convidou o Almirante Alexandrino de Alencar, vice-presidente da Liga

---

<sup>93</sup> A. Carneiro Leão escreveu um importante Capítulo sob título “Os deveres das Novas Gerações”, do Livro *À margem da História da República* organizado por Vicente Licínio Cardoso, publicado em 1924, no qual examina, sobretudo o papel da educação como forma de estudar e conhecer a alma nacional, e se remete em particular aos estudos de Liberato Barroso e Tavares Bastos para destacar a importância da instrução no Brasil. “Este Capítulo cita com bastante frequência os pareceres sobre a reforma do ensino primário, emitidos por Rui Barbosa em 1882, dando a esse trabalho o devido destaque, e a indicação é especialmente importante, porque no resto do volume o sentimento anti-Rui Barbosa, típico alias do período, já se destaca com bastante firmeza”. (CARDOSO, 1981, p. 7).

para presidir a Reunião. Naquela reunião foi definida a forma de assistência que seria dada aos filhos dos marinheiros, órfãos dos militares que lutaram na I Guerra Mundial. Decidiu-se, naquela oportunidade onde os órfãos ficariam hospedados na falta dos pais (LDN, 1918, p. 13). Começaram aqui as deliberações sobre a assistência aos órfãos da guerra, iniciativa constante em Atas, até 1935, ano final das leituras das Atas para fundamentar este trabalho. Podemos identificar nos escritos, o início dos estudos para a criação do Instituto de Previdência no Brasil.

Houve também outro problema discutido pelos integrantes da Liga, quanto à demarcação das fronteiras entre os Estados. Com a finalidade de por fim aos litígios entre os Estados brasileiros, proposta de Olavo Bilac, a Liga enviou um telegrama circular a todos os presidentes e governadores desses Estados, lembrando, que as querelas deveriam ser resolvidas até 1922, ano do primeiro centenário de independência do Brasil. Foi definido que as questões de delimitação deveriam ser discutidas, no Congresso de Geografia, que iria ocorrer em Belo Horizonte. Não foi mencionada a data de realização do congresso, mas que seria o local adequado para a definição científica das fronteiras dos Estados brasileiros. A Liga propôs que os Estados enviassem representantes credenciados e habilitados para negociarem as bases do acordo para a completa solução do problema. Essa ação possibilitaria a definição da Carta Geográfica do Brasil, no centenário da independência do país (LDN, 1918, p. 15).

### **3.5 Elogios a Olavo Bilac e término do período de consolidação da Liga da Defesa Nacional.**

Na reunião de setembro de 1918, o 2º Secretário Dr. Joaquim Luiz Osório enalteceu a participação de Olavo Bilac, durante todo o período de fundação da Liga da Defesa Nacional até aquele presente momento, ininterruptamente. Declarou que Bilac manteve em dia o expediente e toda a correspondência, tendo sido feita a comunicação por todo o país. Segundo ele, a Secretaria se tornou um verdadeiro centro de convergência de todos os esforços cívicos desenvolvidos no Brasil. Ressaltou o prestígio do Poeta junto ao Presidente Wenceslau Braz, ao Almirante Alexandrino de Alencar, ao Ministro da Marinha e ao Marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra. No Congresso Nacional, Bilac obteve grande apoio, notadamente com franquias postal e telegráfica, o que lhe permitiu facilidades extraordinárias de correspondência, com os Diretórios Regionais no tocante à propaganda. O trabalho de Olavo

Bilac contribuiu para que, naquele período, na Capital da República, a Liga conquistasse 982 sócios, sendo 22 Beneméritos, 108 remidos e 851 efetivos. (LDN, 1918, p. 15).

Na ocasião, Pedro Lessa aproveitou a presença de Wenceslau Brás para realizar um discurso, no qual fez um balanço das atividades da Liga, mas, principalmente, ressaltando o apoio prestado pelo Presidente da República.

Ao Exmo. Sr. Presidente da República, em nome da Liga da Defesa Nacional, agradeço não só a honra só seu comparecimento e esta sessão, como aos incessantes applausos e os patrióticos incentivos com que sempre nos confortou e prestigiou. Com S. Ex. também me congratulo em nome da Liga, por ter, entre outros e grandes benefícios que fez a nossa pátria com seu espírito profundamente democrático e seu grande respeito à Lei e a opinião pública, conseguindo implantar entre nós o serviço militar obrigatório, único meio de termos um exército eficaz e digno.

A organização da Liga da Defesa Nacional teve por fim contribuir para a satisfação da mais premente necessidade nacional. Nada mais necessário do que sanear o nosso interior, ensinar a ler e escrever as nossas corporações, urbanas e ruraes e aumentando a produção e cosequentemente a nossa riqueza, incrementando a agricultura e a indústria. Mas, preparar a nação para a defesa contra as aggressões externas, e instituir e manter a ordem jurídica interna, sempre se consideraram em todos os tempos e em todos os paizes, os dos fins capitaes do Estado. Para se poder cuidar da Saúde, da Educação moral e intellectual, da prosperidade econômica o bem-estar dos indivíduos, é absolutamente indispensável, primeiro que tudo ter a nação em condições de repellar o ataque dos outros povos, e sujeita a ordem legal. Quaesquer que sejam as nossas condições higienicas, econômicas, intellectuaes e moraes a Defesa Nacional é necessária e inadiável. Nunca se vio, nunca se preconizou, a procrastinação da defesa nacional para quando o povo estiver mais robusto, mais rico e mais instruído. Fôra tão grande insensatez como deixa o individuo de exercer o direito de legítima defesa porque está enfermo, dispõe de poucos recursos econômicos ou está ainda iniciando a sua instrução. (LDN, 1918, p. 15). Só os que não tem a capacidade de refletir seriamente sobre estes assumptos extranham que se cuide do preparo da defesa militar do paiz, quando em meio da grande complexidade da vida social, há tantos problemas nacionaes, capitaes, que também pedem solução urgentes.

Na teia complicadíssima das necessidades nacionaes a defesa do paiz e a manutenção da ordem jurídica interna são os alicerces de toda a construção social.

Pelo ilustre Secretário da Liga será, dentro em pouco, lido o relatório succinto dos nossos trabalhos, e pelo nosso Benemérito Thesoureiro o balancete, exacta syntese de tudo o que recebeu e gastou a nossa associação. Quando o nosso grande poeta Olavo Bilac, depois de ter creado a Liga da Defesa Nacional, que a elle deve a existência e o mais puro devotamento e mais completa abnegação, inclusive toda a sua posivel actividade em meio da luta com a moléstia quando Olavo Bilac em companhia do ilustre brasileiro Dr. Miguel Calmon, cuja dedicação a tudo que é de interesse constitue um exemplo vivo e constante da operosidade e de patriotismo me convidou para Presidente da Commissão Executiva da Liga da Defesa Nacional forçado pela estima e admiração em que, de há muito tempo tenho os dois prezados amigos e convencido dos grandes benefícios que a nova

associação podia prestar ao Brasil não hesitei em aceitar esse cargo que muito me honrou.

Mas, as minhas ocupações profissionais, cujo peso muito poucas pessoas podem avaliar não me permitem mais exercer um lugar que exija actividade, tempo e outros requisitos que eu não tenho.

No interesse, portanto, desta Benemérita associação, para que ella possa bem desempenhar as suas funcções e cumprir as suas promessas, peço-vos que me eleiaes um sucessor a quem seja dado fazer o que os estatutos da Liga da Defesa Nacional impõem ao seu Presidente. (LDN, 1918, p. 16).

O pronunciamento de Lessa findou o período de consolidação da Liga da Defesa Nacional, ratificando a condição da mesma como expressão de um Partido Militar. A participação de civis e militares configura-se então, como elemento chave, segundo nossa interpretação. A capacidade de articulação dentro do cenário político da época torna-se patente. Após o discurso de Lessa, formou-se a eleição da próxima Comissão Executiva e Diretoria Central, sendo que o Dr. João Teixeira Soares propôs que ambas fossem reconduzidas, exceto, o nome de Pedro Lessa, que solicitara renúncia. Não foi possível identificar se os motivos eram apenas os expostos acima para esse pedido, mas podemos sugerir, como hipótese, a incompatibilidade política e a transição presidencial que se aproximava. Naquela mesma oportunidade, Miguel Calmon, diante da renúncia de Pedro Lessa, teceu elogios ao grande amigo que resolvera deixar a Presidência da Comissão Executiva. O Presidente Wenceslau Braz aplaudiu Pedro Lessa e agradeceu sua devoção à causa nacional.

O Presidente fazendo uso da palavra leu o telegrama enviado pelo Ministro Dr. Olyntho de Magalhães, de Paris, no qual afirmava sua convicção da vitória dos aliados na I Guerra Mundial, após assistir à ação militar realizada pelo General Mangin<sup>94</sup>. Pedro Lessa, após as palavras do Presidente, agradeceu-lhe o apoio dado à Liga durante toda a existência da entidade. Segundo Lessa, se a Entidade conseguiu realizar o que o Presidente da República tinha declarado, foi tão somente devido ao apoio que o mesmo prestara à Liga, pessoalmente, como Chefe da Nação. Após a reunião realizada em 7 de setembro de 1918, houve um hiato nos livros de Atas do Diretório Central e da Comissão Executiva, sendo que ocorreria nova reunião da Liga somente em 6 de novembro de 1922. A reunião, em 1922, contou com a presença de diversos sócios, sendo a sessão aberta sob a presidência de Homero Baptista, cuja finalidade era eleger a Comissão Executiva e os membros que completassem as vagas

---

<sup>94</sup> Charles Emmanuel Marie Mangin (06 de julho de 1866, Sarrebourg , Moselle - 12 de maio de 1925, Paris ) era General herói da I Guerra Mundial na França.

existentes no Diretório Central. Depois de lido o expediente por Coelho Netto, o Sr. João Teixeira Soares propôs os nomes dos membros da Chapa<sup>95</sup>.

Essa composição foi aprovada unanimemente pelos presentes na Reunião. Belisário de Souza solicitou que a Comissão Executiva representasse a Liga na posse do Presidente Arthur Bernardes, pois, pelos Estatutos da Liga, o Presidente da República era o Presidente de honra. Aqui se sustenta nossa hipótese quanto ao afastamento da Entidade do governo, no período de 1919 a 1922. A transição da liderança do PRP para o PRM possibilitou nova aproximação da Entidade ao poder, mas com algumas rusgas. Podemos citar que numas das Atas da Comissão Executiva (15/06/1925) há citação de que a Liga da Defesa Nacional não foi convidada para participar das homenagens realizadas, referentes ao aniversário de morte do Barão de Rio Branco, existindo menção nas Atas, da insatisfação dos membros da entidade quanto à ausência do convite. Diante dessa realidade, Coelho Netto respondeu a Belisário haveria o envio de representante à posse do novo presidente, informando que o expediente se impunha como dever para a Liga. Se o ato não se confirmasse, falhariam as tradições da Liga. Coelho Netto afirmou que a ação da Liga, quanto ao Sorteio Militar, organização do escotismo e assistência às viúvas de marinheiros continuavam. Pensavam, entretanto, que competia à Liga também outros misteres:

[...] à Liga competia entrar nas campanhas de saneamento, das quaes tanto depende a energia da raça, concorrendo com os que combatem os vícios e males sociaes, e propugnam meios de instruir o povo, fazendo diminuir a cifra do analphabetos. Referindo-se à questão propriamente de hygiene e lembrando que tão internamente se pratica para a prophylaxia da avaria e da tuberculose pediu luzes ao Exmo. Dr. Aloysio de Castro, enfim de que fosse dada a Liga um plano de acção pratico, que entrasse como auxiliar dos beneméritos encarregados da vigilância da Saúde Pública. (LDN, 1922, p. 17).

O Dr. Aloysio Castro, louvando a ideia de Coelho Netto, declarou que, apesar de confiar na Comissão Médica, a qual competia tal serviço, concordava com a proposta feita, quanto a Entidade auxiliar os técnicos da saúde em tal benefício social. Nomearam uma Comissão para estudar o melhor meio de se colocar em prática sua intervenção nos assuntos de saúde pública. Essa comissão ficou constituída pelos seguintes integrantes: Senador Lauro Muller, Dr. Aloysio de Castro, Mortinho Doria e Coelho Netto.

---

<sup>95</sup> **Diretório Central:** Dr. José Maria Goulart de Andrade, Dr. Carlos Peixoto de Mello, Dr. Antonio Moitinho Dória, Dr. Hugo Carneiro e Ivo Arruda; **Para Vice-Presidente do Diretório Central:** Dr Homero Baptista; **Para Comissão Executiva:** Dr. Homero Baptista – Presidente, Dr. Miguel Calmon Pin de Almeida - Vice-Presidente, Dr. Henrique Coelho Netto – Secretário Geral, Dr. José Maria Goulart de Andrade – 1<sup>o</sup> Secretário, Dr. Ivo Arruda – 2<sup>o</sup> Secretário, Dr. Affonso Vizeu – Tesoureiro. (LDN, 1922, p. 16)

Na reunião de 12 de junho de 1923, ocorreu uma contenda política. Aquela sessão fora convocada para que se apresentasse a renúncia dos membros da Comissão Executiva, Dr. Homero Baptista, Coelho Netto, Goulart de Andrade, Affonso Vizeu e Ivo Arruda. Não foi possível identificar o motivo de tal renúncia coletiva. A sessão foi aberta por Coelho Netto, em razão da ausência do Dr. Homero Baptista. Ele leu duas Cartas, uma endereçada pelo então Presidente Homero Baptista e a outra pelo Sr. Affonso Vizeu, tesoureiro da Liga os quais lhes pediam a renúncia. Esse pedido foi secundado por todos os membros da Comissão Executiva da Liga. Posto em discussão o pedido de renúncia coletiva, manifestaram-se contrários a ele Mortinho Doria, Osório de Almeida, Landelino Freire, Manoel Cícero, Carlos Peixoto de Mello, João Teixeira Soares e Raphael Pinheiro. Esses integrantes formaram uma comissão para conversar com o Dr. Homero Baptista, no intuito de que ele reconsiderasse seu pedido. Decidiram marcar nova reunião para o dia 17 de junho de 1923, às 17h, sendo que o Dr. Teixeira Soares, presidente em exercício, após conversa com Homero Baptista, referendaria a decisão.

Interessante destacar que não tendo sido lavrada a Ata da sessão, de 3 de setembro de 1923, na qual registrou-se a eleição do Diretório Central e da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional para o exercício de 1923 a 1925. Foi então legalizada a Ata eleitoral, posta em anexo, figurando o registro entre às páginas 19 e 20, em 18 de setembro de 1924, ou seja, mais de 1 (um) ano depois. Constatamos que existem 3 (três) páginas 19, inclusive com verso. Não conseguimos mais documentação sobre aquele período. Ao realizar um paralelo com o Capítulo 4, percebemos que havia grande tensão, e então inferimos que o motivo era a conjuntura política de conflito entre as lideranças políticas, notadamente devido ao decreto de Estado de Sítio, em vários momentos, durante a presidência de Arthur Bernardes. Vale lembrar que naquele período houve a revolta de 1922, e, posteriormente, eclodiu a Revolta de 1924. Havia uma crise política nacional entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No período de 1919, houve a consolidação da liderança nacional pelo PRM (Partido Republicano Mineiro), sendo que esta mudança, no cenário político, afetou profundamente a Liga da Defesa Nacional, pois Eptácio Pessoa foi eleito com o apoio daquele Partido. Com o fim da Guerra, a Europa reabilitou suas indústrias, ocorreram diversas greves operárias, e, o empresariado e os cafeicultores tentavam impor suas reivindicações. Eptácio Pessoa implantou uma política de poucos gastos, ficando conhecido como o governo mais conturbado da República Velha, principalmente, pela revolta de 5 de julho de 1922, conhecida como a Revolta do Forte de Copacabana. (Revolta Tenentista)

Posteriormente àquele episódio, em setembro de 1923, já na presidência de Bernardes, a sessão da Liga foi aberta por Coelho Netto. Foi lido o expediente em que constavam os telegramas de desculpas devido à ausência, do Almirante Alexandrino de Alencar, do Dr. Clovis Bevilacqua, do Homero Baptista, do Goulart de Andrade entre outros. A referida reunião foi convocada para eleger os vice-presidentes membros do Diretório Central, da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal<sup>96</sup>, cujos mandatos haviam findado. Afonso Vizeu, tesoureiro, apresentou o relatório de sua gestão e contas, o qual foi aprovado unanimemente. A posse desta nova composição da Direção da Liga foi efetuada no dia 7 de setembro de 1923, por dois anos, até setembro de 1925. Essa Acta foi lavrada nas páginas 19 e 20, contudo, como indicamos acima, com três páginas 19, inclusive com versos, demonstrando que foi apensada, conforme nota explicativa nas 5 (cinco) últimas linhas da 3ª página 19, assinada pelo Secretário Geral, Goulart de Andrade, pois não havia consenso dos rumos a serem tomadas pela entidade.

No próximo ano, em 13 de maio de 1924, realizou-se Sessão para inauguração da nova sede da Liga da Defesa Nacional, no Silogeu brasileiro,<sup>97</sup> e de sua galeria de Fotos dos presidentes da Liga da Defesa Nacional. Essa sessão foi realizada também, em homenagem ao dia da abolição da escravidão<sup>98</sup>. Após a leitura dos telegramas<sup>99</sup>, o Ministro Viveiros de Castro, presidente da Comissão Executiva da Liga, enalteceu os méritos pessoais e

<sup>96</sup> Foram apresentados os seguintes nomes: para **vice-presidente**, Dr. Miguel Calmon de Pin e Almeida; para a **Comissão Executiva**: Dr Augusto Olympio Viveiros de Castro, presidente; Dr. Antonio Murtinho Doria, vice-presidente; Dr. J. M. Goulart de Andrade, Secretário Geral; Dr. Raphael Pinheiro, 1º Secretário; Leal de Souza, 2º Secretário; Dr. João Teixeira Soares, Tesoureiro. **Para o Conselho Fiscal** Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Guilherme Guinle e o General Lauro Severiano Muller. (LDN, 1923. p. 19)

<sup>97</sup> Silogeu: s.m. Casa onde se reúne associações literárias ou científicas. O Silogeu Brasileiro ficava na esquina da atual avenida Beira-Mar, funcionava o edifício Cais da Lapa, posteriormente denominado de Syllogeio Brasileiro. Lá funcionava a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Medicina, o Instituto dos Advogados do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O prédio foi demolido para dar lugar, em 1972, a um edifício de 13 andares onde apenas o Instituto Histórico permanece. <http://www.serqueira.com.br/mapas/silog.htm>. Entretanto, complementando nossa fonte, sobre o prédio, o Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, também, permanece.

<sup>98</sup> **Estavam presentes nesta Sessão os seguintes nomes**: Ministro Viveiros de Castro, Goulart de Andrade, Raphael Pinheiro e Leal de Souza, da Comissão Executiva; Ministro Miguel Calmon, João Luiz Alves Pires e Albuquerque, Senadores Carlos Peixoto de Mello, Lauro Muller, Condes Affonso Celso, Pereira Carneiro e Dr Osorio de Almeida, Juvenal Murtinho Nobre. Pela associação Comercial do Rio de Janeiro, Aloysio de Castro, Coelho Netto, Laudelino Ferreira, Oscar da Silva Araújo, Belisário de Souza, Manoel Cícero G. da Silva e Miguel Couto. Membros do Diretório Central, os Sr General Santa Cruz Abreu e Major D Filho, representando o Sr presidente da República, Fabio Sampaio Vidal e Sancho Boito de Barros, pelo Sr Ministro da Fazenda. Cel J. L. de Oliveira Lyrio, Comandante do Corpo de Bombeiros, 1º Tenente H. Borba, pelo Comando da 1ª Região Militar, Dr Francisco Jardim, pelo Sr Prefeito do Distrito Federal. 1º Tenente Arckeshera, pelo Comando da Escola de Aviação Naval, 1º Tenente Paulo de Aguiar, pela Diretoria Geral do Tiro de Guerra. Sebastião Sampaio, pelo Ministro do Exterior e representando o presidente da Camara dos Deputados. Márcio Reis pelo Jornal do Comércio, além de diversas pessoas. (LDN, 1924, p. 20).

<sup>99</sup> Telegramas dos Sr. Alexandrino de Alencar, Senador Alfredo Ellis, Dr Clovis Bevilacqua, Alberto de Farias e Coronel Luiz Furtado, escusando-se de comparecer por motivos de força maior

administrador dos negócios públicos de Arthur Bernardes, o qual era Presidente do Brasil, naquele momento:

[...] já como presidente de Minas e já como Presidente da República cujos serviços ahi estão a demonstrar-o deu como inaugurado o retrato do S. Exa. Dr. Arthur Bernardes. Voltando-se para o Sr. Dr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça, lembrou a acção de S. Exa. como parlamentar, a qual classifica das mais brilhantes, como membro do governo do Estado de Minas, onde a sua passagem foi marcada pelo desenvolvimento da instrucção publica além de outros serviços de destaque.

Como ministro da Justiça muito tem feito S. Exa. Cujos actos, por serem recentes ahi estão a demonstrar a sua operosidade. (LDN, 1924, p. 20).

Após o período da Presidência de Wenceslau Brás e posteriormente a Presidência de Arthur Bernardes, consolidou-se a hegemonia de lideranças Mineiras na Liga. Viveiros de Castro afirma que havia muito ainda a ser feito, chamando a atenção para as lacunas existentes nos códigos quanto à difusão do ensino primário, o qual deveria estender-se até os mais longínquos recantos do país. Após esta consideração, ele dá por inaugurado o retrato do Presidente da República. João Luiz Alves, Ministro da Justiça, agradeceu as palavras, de Viveiros de Castro, mas reportou-se ao presidente Arthur Bernardes, ocasionando uma confusão nas Atas, pois na discriminação das pessoas que participaram da sessão, são citados representantes do Presidente da República, não existindo nenhuma menção de que ele estivesse presente, inclusive nas palavras de Viveiros de Castro. O Ministro da Justiça afirmou, naquela ocasião, que o Governo de Arthur Bernardes era um governo de ação, “e que procuraria resolver os problemas da nação com acerto e energia, estando incluído entre elles a instrucção primária” (LDN, 1924, p. 20).

Após explanação a que nos referimos, foi dada a palavra ao Dr. Raphael Pinheiro, o qual fez apologia “à raça negra”, termo utilizado por ele mesmo. Ainda, segundo ele, esta “raça” nos deu prudência e resignação, determinando nossa índole liberal e pacifista. Raphael Pinheiro, no entanto, advertiu que o país não podia descuidar da aviação militar e naval.

[...] não pode desculpas da aviação militar e naval, pois que do Brasil surgiu a idéa com Gusmão, depois com Julio Cesar, Dumont, Augusto Severo e Patrocinio. Com a Grande Guerra muito se desenvolveu a aviação, quer militar quer civil ou commercial, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América do Norte e mesmo em outros paizes da América do Sul, enquanto que nós ficamos estacionados. Mostra como nos paizes europeus e nos Estados Unidos a aviação está prestando relevantes

serviços no transporte de malas postaes, passageiros e cargas para o commercio. (LDN, 1924, p. 20).

Posteriormente, Raphael Pinheiro elogiou os sargentos das Forças Militares, os quais, para ele, arriscam a vida para servir ao país. Tal alusão do integrante da Liga refere-se às reivindicações dos militares, em 1915 e 1922. Prometeu-lhes a apresentação de um projeto ao Congresso Nacional, no qual garantiria melhor futuro às famílias desses militares, sendo que este projeto encaminhado pela Liga da Defesa Nacional. Viveiros de Castro voltou a fazer uso da palavra, explicando que a galeria de retratos, naquele instante inaugurado, não ficaria apenas nos de Arthur Bernardes e de João Luiz Alves. Após eles, viriam os de Pedro Lessa, Bilac, Miguel Calmon, Affranio Vizeu e Coelho Netto, dos quais ressaltou os serviços prestados à Liga.

### **3.6 Revolta de 1924 e a repercussão no Diretório Central da Liga**

Em 31 de julho de 1924, foi realizada mais uma sessão da Liga, sendo que estavam presentes naquela reunião Viveiro de Castro, Goulart de Andrade e Raphael Pinheiro, respectivamente, Presidente, Secretário Geral e Primeiro Secretário da Comissão Executiva. Há registros também, da presença do Sr. Conde Pereira Carneiro, Embaixador Alberto de Faria, Laudelino Freire, Manoel Cicero, J. Murtinho Nobre, Oscar da Silva Araújo, Coelho Netto, General Ferreira do Amaral, por si e pelo Ministro da Guerra. Foi destacado na Ata que faltaram com justificativa o Almirante Alexandrino de Alencar, Osório de Almeida, Clovis Bevilacqua, Homero Baptista, Raul Pederneiras, Affonso Vizeu e o Tesoureiro João Teixeira Soures.

O Dr. Viveiros de Castro presidiu a sessão, dizendo que procedeu à convocação extraordinária da Diretoria da Liga, em virtude dos fatos acontecidos em São Paulo, e da atuação da Liga da Defesa Nacional sob a sua presidência. Narrou que após ter sido chamado ao telégrafo, no dia 10 de julho último, pelo Sr. Coelho Netto, ouviu dele que para completar o gesto de solidariedade que a Liga tivera para com o Sr. Presidente da República (Artur Bernardes), seria necessário realizar no sábado, dia 12 do mesmo mês, uma reunião extraordinária, para a qual seriam convocadas todas as Escolas Superiores e torcidas esportivas, sendo o convite redigido por um ilustre escriba, e, naturalmente, assinado pelo Presidente. Viveiros de Castro respondera ao Sr. Coelho Netto:

[...] segundo a regra, invariavelmente seguida pela Comissão Executiva, não podia autorizar a expedição desse convite, cujos termos, aliás, desconhecia, sem ouvir primeiro os seus collegas de mesa.

Conheceu que a resposta não agradou ao seu interlocutor, que insistiu no pedido para a expedição do convite, sob a allegação de que era imprescindível que a reunião tivesse logar, sábado, dia 12, à tarde. Replicou o Presidente da Liga que a lealdade para com os seus companheiros de Diretoria não permittia qualquer procedimento, antes de deliberar a Comissão Executiva pela maioria e, accrescentou, que achava a matéria bastante grave para exigir exame meditado antes de tomar qualquer resolução. (LDN, 1924, p. 22).

Não conseguindo convencê-lo, Coelho Netto concordou antes em escrever o convite, a fim de levá-lo ao Sr. Leal de Souza, que o sujeitaria à aprovação da Comissão Executiva.

Com a franqueza com que acostumou a externar seu pensamento o Presidente da Liga disse aos Sr. Goulart de Andrade e Leal de Souza que não lhe parecia conveniente essa projectada reunião, máxime já tendo a Liga cumprido o seu dever cívico, indo como foi, levar ao Sr. Presidente da República, os protestos da sua solidariedade; contudo esperaria a solução do que a Comissão Executiva achasse mais acoestado. Claro que se fosse resolvido a expedição do convite, suggerido pelo Sr. Coelho Netto, tendo a Liga de entrar numa phase aggressiva e guerreira, o orador deixaria que tomasse a frente dessa instituição um presidente mais moço e que não tivesse a responsabilidade do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que exige absoluta serenidade de animo e é incompatível com o papel de agitador de massas populares. (LDN, 1924, p. 22).

Coelho Netto interrompeu Viveiros de Castro, afirmando que o Sr. Pedro Lessa, também Ministro do Supremo Tribunal Federal, respondeu outrora, a que não abdicara da sua personalidade e que nada tinha de compatível com a postura tomada por algumas pessoas, fazendo alusão à posição assumida por Viveiros de Castro. O Presidente da sessão então afirma.

Verificando que há descontentamento por parte de certos elementos e vendo a insidia de alguns jornaes relativamente a sua actuacção nessa emergência, lembra os compromissos que assumiu quando aceitou a presidência; recorda o activo da Liga da Defesa Nacional sob a sua direcção, convencido de que os tem cumprido e conclue pelo pedido de renúncia, na impossibilidade de levar essa corporação à praça pública, como se pretende. (LDN, 1924, p. 22).

Viveiros de Castro passou a presidência ao Secretário Geral, Goulart de Andrade, depois de agradecer a colaboração de seus companheiros de mesa. Neste ponto da discussão,

Viveiros de Castro se retirou da sessão. Coelho Netto retoma a palavra, afirmando que a Liga devia intervir naquele momento difícil do país.

[...] com o fim de levar, nesse momento difícil da vida do país, a Liga a uma actuação digna das suas tradições; lembra a acção de Pedro Lessa e Olavo Bilac, durante a guerra européia, afirmando que essa corporação deve ser um centro de entusiasmo e não uma Secretaria de meio expediente burocrático. Diz que a prova de que a Liga se achava apathica estava na acção de um dos seus directores. (LDN, 1924, p. 22 e 23).

Consta em Ata que o Sr. Raphael Pinheiro, à frente dos operários, ergueu fora do recinto à palavra de incitamento à fé em prol das instituições em perigo. Percebemos que Raphael deveria ser alguma liderança sindical, porém não temos elementos para confirmar tal fato. Ele explicou a sua posição junto ao Clube esportivo e à classe estudantil, encontrando-a disposta a acompanhá-lo numa manifestação aos poderes constituídos e termina, dizendo que, desistira de realizar a reunião, pelo fato dela não ser presidida pelo Presidente da Comissão Executiva, situação já sucedida em outra ocasião, ao tempo de Homero Baptista, quando o mesmo era Secretário Geral. Raphael Pinheiro foi à tribuna explicar os motivos de seu afastamento das sessões da Liga:

[...] diz dos motivos pelos quaes interpretou os sentimentos dos operários e declara que desde o começo da revolta viu o Sr Goulart de Andrade assumir na Liga posição franca ao lado do governo para o que importasse, não deixando de comparecer a esta casa, visto que o Sr. Presidente, pela sua posição, não podia fazer mais do que fez e do que seria necessário nessa conjuntura, concluindo por pedir, também, exoneração do cargo de primeiro Secretário. (LDN, 1924, p. 23).

Goulart de Andrade narra sua conversa com o Sr. Leal de Souza, Ministro Viveiros de Castro e Coelho Netto. Explica por que foi solidário ao amparo, com seus companheiros de mesa, pois iria presidir a reunião convocada por Coelho Netto, visto que, por ser funcionário de confiança do Governo Federal, não poderia desertar do posto. Entretanto, tendo em vista a urgência do momento, em virtude do entendimento que teve com o Sr. Ministro Viveiros de Castro, cujo ato ficava sempre à mercê de sua vontade. Disse ainda, que tendo levado ao governo a notícia de que o Presidente da Liga estava disposto a renunciar à sua cadeira, ouviu do General Santa Cruz, a resposta do Ministro João Luiz Alves de que o governo estava muito alegre com o apoio moral que estava recebendo da Liga, naquele momento. Esse apoio, segundo o Presidente da República, era suficiente.

[...] Nestas condições Goulart de Andrade, apelando para o alto patriotismo de S. Exa. Tão útil e necessário à Liga da Defesa Nacional, designava o Embaixador Alberto de Faria, Dr. Laudelino Freire e Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, para, em Comissão, transmitir a vontade do Directorio, que se manifestou unanime, no sentido de voltar S. Exa. à sua cadeira, de onde tão bem dirige os destinos desta instituição. (LDN, 1924, p. 23).

A Liga enviou aos soldados e marinheiros da “legalidade” a quantia de cinco Contos de Réis, subscrita na lista de Artur Bernardes para o presidente do Estado de São Paulo, na ocasião do evento. Esta Ata foi aprovada no dia 17 de outubro de 1924. Ela foi assinada pelos Sr. Goulart de Andrade, Leal de Souza, João Teixeira Soures, General Santa Cruz, Manoel Cícero e outros que não conseguimos identificar as assinaturas.

### **3.7 Conquista do prédio da sede da Liga.**

Na Ata de 29 de outubro de 1923, foi declarada a constituição de uma Comissão composta pelo Ministro Viveiro de Castro, pelo Dr. Goulart de Andrade e pelo Dr. Teixeira Soares, para solicitar ao Ministro da Justiça, Dr. João Luiz Alves, a parte do Edifício do Silogeu Brasileiro, em que funcionava a Academia Brasileira de Letras que já estava prestes a se mudar. O Ministro da Justiça afirmou que entregaria as chaves em momento oportuno (LDN-CE, 1923, p. 53). Em 13 de maio de 1924, foi realizada Sessão para inauguração de sua nova sede, no Silogeu brasileiro<sup>100</sup>, e de sua galeria de Fotos dos presidentes da Liga da Defesa Nacional. Essa reunião foi realizada também, em homenagem ao dia da abolição da escravidão.

Posteriormente, em 17 de outubro de 1924, iniciou-se a Sessão do Diretório Central, tomando à mesa o Sr. Goulart de Andrade, João Teixeira Soures e Leal de Souza, sendo presidida por Goulart de Andrade. O presidente da sessão leu ofício encaminhado pelo Centro Nacionalista, solicitando o salão da Entidade para realizar uma sessão em homenagem à memória de Rui Barbosa, na noite de 5 de novembro de 1924. Posteriormente, o Secretário Geral realizou a leitura do Relatório, referente às atividades do período de outubro de 1923 a 17 de outubro 1924. Ressaltou ainda, os esforços realizados pela Comissão Executiva para

---

<sup>100</sup> Silogeu: s.m. Casa onde se reúne associações literárias ou científicas. O Silogeu Brasileiro ficava na esquina da atual avenida Beira-Mar, funcionava o edifício Cais da Lapa, posteriormente denominado de Syllogeio Brasileiro. Lá funcionava a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Medicina, o Instituto dos Advogados do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O prédio foi demolido para dar lugar, em 1972, a um edifício de 13 andares onde apenas o Instituto Histórico permanece. <http://www.serqueira.com.br/mapas/silog.htm>. Entretanto, complementando nossa fonte, sobre o prédio, o Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, também, permanece.

obter as instalações de uma sede, como a que a Liga conquistara. O Secretário Geral salientou o ato do Dr. João Teixeira Soures, dando à Liga a placa de bronze indicativa da posse da ala do prédio, onde se encontra instalada a sede da Liga. Naquele local foram colocados, ainda, os retratos do Presidente da República, do Ministro do Interior e da Justiça (doador da Sede da Liga), e, também, a galeria de retratos dos fundadores e membros da Comissão Executiva anterior, composta dos retratos de Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon, Affonso Vizeu, Homero Baptista e Coelho Netto.

Foi eleito para uma Vaga aberta no Diretório Central o Dr. Edmundo Muniz Barreto. O Sr. Leal de Souza propôs a eleição de Presidente de Honra da Liga o nome do Sr. Miguel Calmon, pois, segundo ele, foi um dos fundadores da Liga e além dos relevantes serviços prestados à Entidade. O Sr. Miguel Calmon foi eleito vice-presidente da Liga e o Sr Edmundo Muniz Barreto ocupou a vaga de Calmon. Por último, foi definido que o Diretório da Liga se reuniria, novamente, na terça feira, 21 de outubro de 1924, às 16h, para eleger a Comissão Executiva.

Conforme acordado, no dia 21 de outubro, com a presença do Ministro João Luiz Alves, Dr. Carlos Peixoto de Mello, Raul Pederneiras, Alberto de Farias, Edmundo Muniz Barreto, Oscar da Silva Araújo, João Teixeira Soares, Goulart de Andrade, Raphael Pinheiro, Leal de Souza, Juvenal Murtinho Nobre, Major Gregório da Fonseca, Cândido Jose de Araújo e outros se iniciou a referida reunião para eleição do novo Conselho Executivo. Foi composta a mesa pelos senhores, Goulart de Andrade, Raphael Pinheiro, Leal de Souza e João Teixeira.

Goulart de Andrade indicou, para Presidente, o Ministro Edmundo Muniz Barreto, o qual foi aprovado pelos presentes. Posteriormente, Goulart leu carta de Murtinho Doria, vice-presidente licenciado, solicitando afastamento das atividades da Liga por mais seis meses, ou que fosse substituído na função de vice-presidente, visto estar na Europa. Tal carta foi enviada de Paris ao Ministro Viveiros de Castro, então Presidente da Comissão Executiva. Assim, foi concedida, a Murtinho, licença por mais seis meses.

O Sr. Leal de Souza, solidário à atitude de Viveiros de Castro, que concedera a licença, resolveu substituir Murtinho Doria pelo Major Gregório da Fonseca para a função de Secretário Geral. Dr Humberto Gattuzzo, Oscar da Silva Araújo e Alberto de Faria, respectivamente eleitos para primeiro, segundo secretário e tesoureiro. Então, Edmundo Muniz Barreto toma seu lugar na presidência após a Eleição. O Major Gregório da Fonseca sugeriu que o Diretório Central prestasse homenagem ao recém-falecido, Homero Baptista, que exerceu a presidência no período administrativo anterior.

### **3.8 Apoio dos Estados na formação da Esquadra de Guerra e o Congresso Nacional de Educação.**

Em 8 de julho de 1925, foi convocada reunião extraordinária, em terceira convocação. Estavam presentes o Ministro Edmundo Muniz Barreto, Moitinho Doria, Goulart de Andrade e Tenente-coronel Gregório Porto da Fonseca, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Primeiro Secretário. De acordo com o artigo 39, do Regimento Interno, foi aberta a sessão pelo Presidente. Foi lido o Ofício encaminhado por Alfredo Lourival de Moura, participando a fundação, em Juiz de Fora, Minas Gerais, do Curso Estevam de Oliveira e solicitando o envio de alguns exemplares do Breviário Cívico<sup>101</sup>, para serem distribuídos aos alunos daquele curso, do qual era Diretor Secretário. O Presidente leu o resumo da situação financeira da Liga, advertindo que os recursos apenas seriam suficientes até o mês de setembro. Apela para os presentes, secundarem-no na conquista de novos sócios. O Presidente da Comissão Executiva agradece ao Presidente da República o apoio e a promessa de subvenção em dinheiro. Contudo, não encontramos nenhum registro de que esta remessa de dinheiro tenha se efetivado.

O Presidente teceu ainda, considerações aventadas pelo Ministro do Exterior, Felix Pacheco e pelo Governador da Bahia, Goés Calmon, os quais sugerem que os Estados contribuam com recursos pecuniários para a reorganização da esquadra, propondo que fossem enviados telegramas em nome da Liga para os Presidente e Governadores, dos respectivos Estados, secundando os apelos já feitos. Notamos aqui o elo entre a Liga e os Estados, intercedendo em favor de Políticas Públicas, notadamente, as de defesa. Porém, tais iniciativas não eram fáceis. Identificamos nesta mesma Ata que alguns dos presentes se mostraram incomodados com a iniciativa de realizar contato com todos os Estados, devido a motivos não descritos. Sendo assim, deliberou-se que a Liga telegrafasse somente àqueles Estados que tivessem resolvido contribuir para tal fim, aplaudindo seu gesto patriótico.

Posteriormente a essas deliberações sobre o envio de telegramas aos Estados, Moitinho Doria discorreu sobre a ideia de ser realizado um Congresso de Educação, promovido e patrocinado pela Liga. Propõe que seja nomeada uma Comissão para estudar e elaborar as bases do referido Congresso. Foram indicados os seguintes: Miguel Couto, Alberto de Faria, Miranda Jordão, A. Carneiro Leão, Guilherme Guinle, Goulart de Andrade, Silva Araújo, Levi Carneiro, Laudelino Freire, F. de Oliveira Passos, Octavio da Rocha Miranda, Alberto Moreira e Tenente Coronel Daltão Filho, os quais foram aprovados.

---

<sup>101</sup> Livro publicado por Henrique M. Coelho Netto, em 1921.

Pediu a palavra, Miguel Couto, afirmando que, em se tratando da reforma da Constituição acreditava que a Liga devesse intervir junto ao Presidente da República, com a finalidade de se incluir um dispositivo que desse poder ao Governo Federal de intervir na organização do ensino primário nos Estados e fazendo com que estes destinassem, bem como os municípios 10% ou 20% de sua receita ordinária para a educação. Vemos aqui os primórdios da dotação orçamentária, prevista na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases área Educação Nacional).

[...] deve intervir junto ao Sr. Presidente da República, para que na referida reforma, se inclua um dispositivo que dê poderes ao Governo Federal de intervir na organização do ensino primário nos Estados e concorrendo estes, bem como os municípios com 10 ou mesmo 20% de sua receita ordinária a bem da instrução. (LDN, 1925, p. 30).

Após aprovação desta proposta, o Presidente da Sessão, pediu a Miguel Couto que redigisse a emenda ao texto Constitucional, a fim de que ele, em nome da Entidade, a apresentasse ao Chefe da Nação. Após alguma relutância, Miguel Couto aceitou redigir a emenda. Em 6 de maio de 1925, o Secretário Geral, durante reunião da Comissão Executiva expôs, em síntese, os trabalhos realizados no tocante à organização do ensino primário até a educação pré-militar, culminando no SMO.

Apresentou relatório circunstanciado dividido em:

- a) Preâmbulo de uma Lei de organização;
- b) Bases para um plano de educação nacional;
- c) Bases para a cultura *physica* e instrução pré-militar; (LDN-CE, 1925, p. 4).

Em 7 de setembro de 1925, foi realizada outra Sessão ordinária<sup>102</sup>. A Liga recebeu vários ofícios de apoio ao seu movimento contra o analfabetismo. Durante a Sessão<sup>103</sup> da Comissão Executiva foram expostos os trabalhos realizados pela Comissão formada para tratar da reforma do Ensino. Eles dividiram esta Comissão em três subcomissões: a primeira para estudar as estatísticas sobre analfabetismo, número de escolas, criação de escolas para definirem estratégias de políticas públicas para combater o analfabetismo; a segunda

<sup>102</sup> Estavam presentes Ministro Edmundo Muniz Barreto, Antonio Moitinho Doria, José Maria Goulart de Andrade, Cel Gregório Porto da Fonseca, Juvenal Muratinho Nobre, Raul Pederneiras, General Santa Cruz Abreu, Amâncio Pererira, Belizário da Fonseca, Edmundo da Veiga, Alberto Faria, entre outros. Foi anunciado pelo Presidente da Liga, Edmundo Muniz Barreto a eleição dos membros da Comissão Executiva. Alberto de Faria propôs que fossem eleitos para presidente Edmundo Muniz Barreto, para vice Antonio Moitinho Doria, para Secretario Geral, José Maria Goulart de Andrade; 1º Secretario Cel Gregório Porto da Fonseca; 2º Secretario Alberto Moreira; Tesoureiro, o Sr. João Teixeira Soares, o qual foi concretizado no final da Sessão.

<sup>103</sup> Sessão realizada em 27/07/1925; p. 11, 12 e 13;

subcomissão ficou encarregada de apresentar a organização dos tipos de escolas, pessoal, horas de trabalho e o orçamento necessário para realizar a administração das mesmas; a terceira subcomissão empenhou-se em pedir subvenções aos bancos, indústrias, comércios e capitalistas da cidade para a fundação da caixa da Educação Pública e Particular da LDN. Esses membros da Entidade formularam as bases para a futura criação do Ministério da Educação. O Diretor de instrução Pública A. Carneiro Leão participou de uma das conferências “sob título Problema do analfabetismo, realizada por Assis Chateaubriand em diversas capitais do Brasil” (LDN-CE, 1925, 13 a 17). Foi publicado livro com título *Instrução Moral e Cívica*, escrito por Araújo Castro, para ser distribuído em escolas de todo o país. Podemos sugerir que as disciplinas Educação Moral e Cívica e Ordem Social e Política do Brasil (OSPB) implantadas, durante a Ditadura Civil-Militar de 1964, tem origem nestas publicações da entidade. Em outubro de 1925, foram aprovados todos os trabalhos da Comissão no combate ao analfabetismo, inclusive com a descrição das ações tomadas durante os trabalhos<sup>104</sup>.

### **3.9. Retorno do Rio Grande do Sul à Liga da Defesa Nacional.**

Em 27 de maio de 1926, foi realizada nova reunião<sup>105</sup> do Diretório Central. Esta sessão foi realizada com a finalidade de reorganizar o Diretório Regional do Estado do Rio Grande do Sul. O Presidente Muniz Barreto declarou aos presentes que logo após a fundação da Liga, foi organizado o Diretório do Rio Grande do Sul, o qual não exerceu sua função por mais de 3 (três) anos, sendo considerado como não existente, de acordo com a Alínea 13, do Capítulo III, do Regulamento da Entidade. Diante do exposto, foram indicados para exercerem as funções de membros do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, os seguintes nomes: Desembargador André da Rocha, Arcebispo João Becker, Dr. Sérgio Ulrich de Oliveira, Dr. José Montanry, Dr. Octavio Rocha, Sinval Saldanha, Othelo Rosas, Alberto Brins, A. Mortandero, General Eurico de Andrade Neves, todos sob a presidência honorária do Chefe do Executivo rio-grandense Borges de Medeiros. O objetivo inicial da Liga, no Rio Grande do Sul era o combate ao analfabetismo.

---

<sup>104</sup>104 Por serem muito extenso não iremos descrever nem discriminar tais ações. Para verificar quais foram elas ver: Livro de Ata da Comissão Executiva da LDN, nas páginas 20, 21, 22 e 23.

<sup>105</sup> Estavam presentes os Sr. Edmundo Muniz Barreto, João Teixeira Soares, Francisco de Oliveira Passos, Aloysio de Castro, Antonio Moitinho Doria, Bleviário de Souza, General Tasso Fragoso, Athaulpho de Paiva, Guilherme Guinle, Alberto de Faria, Goulart de Andrade, Gregório da Fonseca, Oscar Castro, Almirante José Maria Ferrido, Alberto Moreira.

Foi registrado em Ata que Gregório da Fonseca fizera contato, pessoalmente, com os indicados para a composição daquele Diretório Regional, no Rio Grande do Sul, cuidando com grande zelo para constituição da representação, naquele Estado. O presidente da Sessão ressaltou ainda, que em breve, seriam submetidos ao Diretório Central os nomes que iriam constituir os Diretórios do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Reforçou ainda a campanha contra o analfabetismo. Aqui, sutilmente, percebe-se a mobilização dos participantes na ampliação dos quadros da entidade. Interessante ressaltar que fora um militar a realizar os contatos com os líderes políticos do Rio Grande do Sul. Mais uma vez, percebe-se a tendência dos militares de participar da Entidade, dando configuração e sustentação à condição da Liga como expressão de Partido Militar. O estabelecimento de diálogo, com a Introdução do trabalho, faz-se necessário, pois os militares realizavam costuras políticas, juntamente com os civis, para viabilizar os objetivos da entidade. O que não pode ser interpretado como desqualificação à grande participação de civis na empreitada. Tais atitudes eram imperativas para o fortalecimento da Instituição, no cenário nacional. O apoio dos governadores de Estado constituía-se como questão fundamental na legitimação da LDN.

### **3.9.1 A Revolução de 1930 e o impacto na LDN.**

Em 15 de outubro de 1927, foi realizada uma sessão com a finalidade de preenchimento das vagas do Diretório Central, eleição dos vice-presidentes, apresentação dos relatórios do Secretário Geral e do Tesoureiro, relativos ao biênio findo, parecer do Conselho Fiscal e eleição da Comissão Executiva e Conselho Fiscal para o triênio social de 1927 a 1929<sup>106</sup>. Posteriormente, foram eleitos os Vice-presidentes para o triênio 1927-1929, sendo indicados por vários membros da Liga, os Sr. Ministro Edmundo Muniz Barreto, Dr. Antonio Moitinho Doria, Dr. Alberto Faria, Conde Pereira Carneiro, Conde Afonso Celso, Senador

---

<sup>106</sup> Estavam presentes os seguintes membros do Diretório Central: Ministro Edmundo Muniz Barreto, Antonio Moitinho Doria, Guilherme Azambuja Neves, Laudelino Freire, Ministro Edmundo da Veiga, Dr. Alberto de Faria, Bertha Lutz, Senador Antonio Azevedo, Ministro Pinto da Rocha, Belisário de Souza, Ministro Heitor de Souza, Dr Afrânio A. da Costa e Juvenal Murtinho Nobre. Tomaram lugar a mesa o Ministro Edmundo Muniz Barreto e Antonio Moitinho Doria, respectivamente Presidente e Vice da Comissão Executiva. Não estando presente o Secretário Geral, nem o 1º Secretário e segundo secretário, foi convidado para a função, com aprovação de todos os presentes, Bartha Lutz para servir de secretário geral “ad hoc”. O Presidente, Ministro Muniz Barreto participou não a falta à sessão por motivo de força maior de Goulart de Andrade (Secretário Geral), Coronel Gregório da Fonseca (1º Secretário), Dr Guilherme Guinle, Almirante Augusto Carlos de Souza e Silva, Orlando Rangel, Almirante José Maria, Francisco de Oliveira Passos e Oscar da Costa. Iniciando a ordem do dia, foram preenchidas as vagas existentes do Diretório Central, tendo em vista ao falecimento dos senhores, Ministro Augusto Olympio Viveiros de Castro e Dr. João Teixeira Soares. Foram indicados por treze membros da Liga em documento assinado, os Sr. José Matias Sampaio Correia e Humberto Saraiva Antunes, os quais foram aprovados.

Antonio Azevedo, Marechal Setembrino de Carvalho, Ministro Heitor de Souza, Ministro Edmundo da Veiga, Dr. Laudelino Freire e Dr. José Mathias de Sampaio Correa.

Passou-se então a leitura do relatório dos trabalhos da Entidade, redigido pelo Sr Goulart de Andrade, Secretário Geral. Ele assinalou dentre os fatos, o estabelecimento de Cursos de alfabetização em diversos bairros do Rio de Janeiro, graças ao empenho do Presidente da Comissão Executiva e a colaboração de Antônio Moitinho Doria. Cita, também, a organização de um programa geral de ensino primário e profissional com o concurso de especialistas como Álvaro Rodrigues, Frota Pessoa, Heitor Ligra, Alberto Moreira, Mario dos Reis Campos, entre outros. A Liga celebrou diversas sessões em homenagem às datas cívicas de relevância nacional.

Foi aprovado o relatório do Secretário. Posteriormente, seguiu-se com a apresentação do relatório do tesoureiro, apresentado pelo Ministro Edmundo Muniz Barreto, devidamente instruído com os balancetes, demonstrações e documentos referentes à gestão patrimonial da Liga. O saldo em dinheiro foi convertido em títulos de obrigações ferroviárias, produzindo 140 títulos pertencentes à Caixa das Famílias dos Marinheiros mortos, pertencentes à Liga, na I Guerra Mundial. Havia, também, 350 apólices federais inalienáveis, que constituíam fundo de pagamento de pensões concedidas às famílias dos marinheiros. A Liga possuía um patrimônio considerável para época. Inclusive, o Sr. João Teixeira Soures foi elogiado pelo modo como desempenhou suas atividades na tesouraria, sendo que sua morte provocou consternação, traduzindo-se numa falta enorme. Após, procedeu-se a eleição da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal<sup>107</sup>. Posteriormente o Sr. Presidente recebeu, por carta, que o Sr Goulart de Andrade e o Coronel Manoel Gregório da Fonseca não poderiam mais continuar nas suas funções de Secretário Geral e 1º Secretário, respectivamente, devido a causas independentes de suas vontades. O Presidente salientou que, oportunamente, seria providenciado, caso persistissem na sua resolução, a escolha dos possíveis substitutos. Por último, o presidente declarou que na Liga houve ingresso de 180 sócios, dos quais 103 foram propostos por ele.

Em 15 de dezembro de 1927, foi realizada Sessão para preenchimento das vagas de Secretário Geral, 1º Secretário e 2º Secretário, da Comissão Executiva, para o Biênio 1928 a

---

<sup>107</sup> Por proposta do Sr Azambuja Neves, foi indicado e aprovado os seguintes nomes para a Comissão Executiva: Ministro Edmundo Muniz Barreto, presidente; Dr. Antonio Moitinho Doria, vice-presidente; Dr. Goulart de Andrade, Secretário Geral; Manoel Gregório da Fonseca, 1º Secretário; Dr. Alberto Moreira, 2º Secretário; Humberto Antunes, Tesoureiro; Por proposta dos membros foram reeleitos os membros do Conselho Fiscal, composto pelos senhores, Desembargador Atanlpho de Paiva, Juvenal Murtinho Nobre e Oscar da Costa.

1929<sup>108</sup>. Tomaram assento à mesa, o Ministro Muniz Barreto e Antônio Moitinho Doria, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão Executiva, sendo convocado para ser Secretário geral “*ad hoc*” Guilherme Azambuja Neves. O presidente da Comissão declarou que os eleitos se negaram a tomar posse nas funções de Secretário Geral, 1º e 2º Secretário, tendo em vista motivos justos e de força maior, segundo eles, motivos estes não descritos na Ata. Foram eleitos por aclamação, para Secretário Geral, o Ministro Arthur Pinto da Rocha, para 1º Secretário, o Sr. Belisário A. Soares Sousa e para 2º Secretário, Dr. Afrânio Costa. Durante aquele período a Entidade realizou algumas homenagens que criaram constrangimento os seus membros. Um desses episódios ocorreu em 3 de dezembro de 1928, quando Santos Dumont desembarcou no Rio, após realizar viagem ao exterior. A Entidade preparou uma recepção calorosa ao eminente viajante. Porém, Dumont ficou indiferente à ação da LDN, inclusive, não respondeu ou mesmo agradeceu à iniciativa da Liga quanto à homenagem. Em fevereiro de 1929, constou em Ata a indignação do Ministro Muniz Barreto quanto à atitude de Santos Dumont (LDN-CE, 1929, p. 77). No período de 1928 a 1930, percebemos que a Entidade começou a perder o foco de suas atividades, devido à instabilidade política. Ela procurava visibilidade de todas as formas. Algumas ações, empreendidas pela Liga, no intuito de participar da vida social foram infelizes, como a de se homenagear Dumont. Outra manifestação inadequada ocorreu com a divulgação de apreço à visita da Miss Brasil, a Nova York, nos EUA, não refletindo nenhum objetivo prático válido para a finalidade original da LDN.

Retornando ao nosso objetivo, um ano após a última Reunião do Diretório Central, foi realizada, em 12 de novembro de 1928, Sessão para apresentação dos relatórios do Secretário Geral e do tesoureiro, relativos ao ano administrativo de 1º de agosto de 1927 a 31 de julho de 1928, e, a eleição para as vagas existentes no Diretório Central. Tomaram lugar à mesa o Ministro Edmundo Muniz Barreto, Antônio Moitinho Doria e Ministro Pinto da Rocha, respectivamente presidente, vice-presidente e Secretário geral da Comissão Executiva. Os andamentos sobre as questões da instrução primária estavam bem adiantados. Naquele período, a Liga se aproximou do Rotary Clube, principalmente, em decorrência da cruzada contra o analfabetismo. Com a duração dos 4 (quatro) anos de Presidência do Ministro Muniz

---

<sup>108</sup> Estavam presentes Edmundo Muniz Barreto, Dr. Antonio Moitinho Doria, Ministro Arthur Pinto da Rocha, Senador Antonio Neves, Conde Pereira Carneiro, Guilherme Azambuja Neves, Dr. Afrânio Costa, Dr. Oscar da Silva Araújo, Engenheiro Humberto Antunes, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Dr. Laudelino Freire, Senador Joaquim Luiz Osório, Ministro Edmundo da Veiga, Ministro Heitor de Souza, Ministro A. Pires e Albuquerque, Senador Sampaio Correa, Engenheiro Francisco de Oliveira Passos, Ministro Alberto de Faria, desembargador Atanlpho de Paiva, Dr. José Maria Goulart de Andrade, General de Divisão Tasso Fragoso, Vice-almirante José Maria Terrier, Deputado Galerino do Valle Filho, Dr. Alberto Moreira Junior, Coronel Gregório Fonseca (LDN, 1927, p. 37)

Barreto, Antonio Moitinho Doria pediu que se realizasse a eleição dos novos membros da Comissão Executiva, os quais deveriam preencher as vagas existentes. Tomando conhecimento, o presidente declarou vagos os cargos que pertenceram aos Sr. Carlos Peixoto e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, General Santa Cruz, Guilherme Guinle e Prof. José Piragibe, tendo o Sr. Azambuja Neves, em seguida, indicado a Dra. Arminda Bastos, Ministro Cardoso Ribeiro, Prof. Rodrigo Otávio, Dr. Mozart Lapa e Luis Hermany Filho, proposta esta aceita. O Ministro Edmundo da Veiga propôs para sócios da Liga o Marechal Feliciano Mendes de Moraes, Almirante Barros Barreto, Dr. João Vicente Bulcão e General Ribeiro da Costa, Ministros do Supremo Tribunal Militar, bem como o Dr. Washington Vaz de Mello.

Em 28 de setembro de 1929, foi realizada em terceira convocação, outra reunião da Liga. A mesa foi constituída sob a presidência do Ministro Muniz Barreto, ladeado pelos 1º e 2º Secretários, respectivamente, Arminda Bastos e Guilherme de Azambuja Neves. Foi lido o relatório dos serviços realizados pela Comissão Executiva, pela Secretária Arminda Bastos. O relatório foi dividido nas seguintes partes:

[...] a) culto das grandes datas (cinco comemorações cívicas) b) renovação dos propósitos pacifistas da Liga (o projecto Monumento Internacional da Amizade e a attitude da Liga em face do pacto Kellog); c) cordialidade americana (homenagem aos Estados Unidos); d) cuidado da cultura colectiva (organização da Bibliotheca Brasileira: appello aos governadores dos Estados, pela permanencia de Miguel Couto no exercício activo do magistério, agasalho na sede da Liga a instituições scientificas e sociedades culturaes); e) collaboração na prophylazia da cidade (adesão ao movimento repressivo da febre amarella e patrocínio da Campanha Contra a Lepra, bem como a adopção do sello da tuberculose); f) Homenagens especiaes e de character cívico (recepção de Santos Dumont, manifestação ao Ministro Rodrigo Octavio e consagração de Miguel Couto); g) revivescencia de uma memorável campanha (publicação official das conferencias que sobre o importante problema da instrucção physica e militar realizou o vice-presidente Dr. A. Moitinho Doria); h) ainda pela alphabetização (os cursos gratuitos de ensino); i) em auxilio das famílias dos marinheiros (pagamento de pensões aos parentes dos mortos na Grande Guerra pertencentes à Marinha Brasileira); j) homenagens fúnebres (a Heitor de Sousa e as victimas do desastre do avião Santos Dumont); k) modificações no directorio e na commissão executiva; l) conclusão (acção da Comissão Executiva obedecendo rigorosamente à finalidade da Liga); (LDN, 1929, p. 42).

O Tesoureiro Humberto Antunes realizou a leitura de seu relatório, bem como a do balancete e o das contas do ano social de 1928 a 1929. Juvenal Murtinho Nobre procedeu à leitura do parecer da Comissão Fiscal, aprovando o relatório do Tesoureiro. Ressaltou que a Liga tinha 35 ações ferroviárias de um Conto de Réis cada uma, patrimônio este, destinado às

famílias dos marinheiros. O Desembargador Atanlpho de Paiva, membro do Diretório e presidente do Conselho Nacional do Trabalho, que, em nome do governo, agradeceu à Liga o agasalho que esta lhe dera por mais de um ano nas dependências da sua sede, principalmente na pessoa do Sr. Ministro Muniz Barreto. Agradecendo ao Ministro Muniz Barreto, Paiva destaca a grandeza da Obra do Conselho Nacional do Trabalho e propôs que fosse dado este nome à sala ocupada por aquele conselho. A Liga iniciava os trabalhos de construção da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a qual seria posteriormente atribuída como obra de Getúlio Vargas, mas que se iniciaram na Liga da Defesa Nacional. O Ministro Washington Luís, o qual fazia parte da Liga, já se debruçava sobre questões trabalhistas. O Ministro Cardoso Ribeiro enalteceu a ação da Comissão Executiva, cujo mandato findava; propôs que fosse a mesma reeleita, por aclamação, para o biênio 1929 a 1931<sup>109</sup>.

A partir de então, a LDN começava a realinhar a sua participação política. Em 18 de março de 1930, deliberou-se, por proposta do Presidente, que se constituísse na Liga um movimento de contra propaganda Comunista, dentro do território Nacional.

[...] que se constituísse na Liga uma defesa do movimento contra a propaganda comunista dentro do território nacional e propagadora da ordem social vigentes, das bases políticas da nacionalidade e das instituições. Essa orientação conservadora da Liga deveria tornar-se efectiva que pela palavra doutrinária, quer pela repulsa decidida oposta a pessoas e opiniões revolucionárias. (LDN-CE, 1930, p 87).

Porém, o problema do governo não era somente o Comunismo; no Sul, já se articulavam forças que o derrubariam. Não fica claro o que aconteceu à Entidade, mas a partir de então, percebemos que os quadros da entidade se modificaram, com o aumento de participação dos militares. É o segundo momento em que a entidade configura-se como expressão de um Partido Militar. O alinhamento ideológico dá contornos a uma outra agenda, sobretudo, conservadora. Em junho de 1930, foi solicitado que se constasse em Ata, da Comissão Executiva, o discurso realizado de seu Presidente, Ministro Muniz Barreto, numa sessão do Supremo Tribunal Federal, da qual era Ministro:

O communismo é o maior dos males. [...] suprime a liberdade, annulla o direito e degrada a alta funcção do Estado. O Communismo é o crime

<sup>109</sup> Ficou assim constituída para o biênio 1929-1931 a **Comissão Executiva**: Presidente Ministro Muniz Barreto; Vice-presidente Dr. Antonio Moitinho Doria; Secretario Geral Ministro Pinto da Rocha; 1º Secretaria Dra. Orminda Bastos; 2º Secretario Dr. Guilherme Azambuja Neves; Tesoureiro Dr. Humberto Antunes; **Comissão de Contas**: Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Comendador Oscar Rodrigues da Costa e Coronel Eusébio de Queiróz Mattoso Maia.

organizado. Enfrenta-lo e vence-lo, em tardança, eis o principal dever da sociedade. Como elementos de combate, que se alintem sem vacillações actos abundantes de probidade e philantropia, de justiça e civismo, de trabalho intenso e profícuo para o bem commum. (LDN-CE, 1930, p. 88).

Em 30 de setembro de 1930, o Sr. Ministro Muniz Barreto, presidente da Comissão Executiva, assumiu a direção da sessão, em terceira convocação. A Revolução de 1930 começa a influenciar a Entidade. Há outro hiato, de exatamente 1 (um) ano, na realização das sessões do Diretório Central da Liga. Naquela reunião, o Presidente da sessão, Muniz Barreto congratulou-se pelos serviços da Liga, que, por mais um ano, cumprira seus objetivos. A Secretária Geral iniciou a leitura do relatório, o qual foi dividido em diferentes Capítulos, de acordo com os diferentes ramos de atividades da Instituição. Os Capítulos referiam-se às: Comemorações cívicas, educação, cordialidade internacional, saúde e defesa do povo, assistência às famílias de marinheiros, publicações, defesa social e comissão executiva. O Ministro Cardoso Ribeiro propôs um voto de louvor a toda Comissão Executiva. A seguir, o Dr. Humberto Antunes, tesoureiro, realizou a leitura de seu relatório. O Coronel Eusébio de Queiróz Mattoso leu o parecer do Conselho Fiscal, em relação ao relatório do tesoureiro, o qual foi aprovado. O Presidente da Liga agradeceu o voto de louvor e aproveitou a oportunidade para lamentar a morte do Secretário Geral, Sr. Pinto da Rocha, professor de Direito e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 1930, a LDN se posiciona perante a Revolução:

[...] tomando conhecimento da situação creada pelo movimento revolucionário irrompido no dia 3 do corrente, foi por unanimidade deliberado fazer comugnar na presente acta os seus votos pelo completo restabelecimento da ordem e pela confraternização da familia brasileira, resolvendo, para a consequção dos objetivos, cooperar em tudo quanto estiver ao seu alcance. (LDN-CE, 1930, p. 94).

A LDN demonstrou neutralidade quanto à Revolução. O calor do momento não favorecia aos integrantes da Liga vislumbrar o desfecho dos acontecimentos. Importante ressaltar que, na Ata de 2 de fevereiro de 1931, foi realizada a descrição da situação financeira da entidade. Citaram que devido à suspensão da subvenção recebida do Ministério do Interior, decorrente de medidas de economia, adotadas pelo Governo Provisório, quando também os sócios deixaram de contribuir por causa da Revolução, a Instituição passava por momentos difíceis. Acreditamos que devido ao não posicionamento da entidade durante a Revolução, ela acabou sendo boicotada num primeiro momento, após os acontecimentos de outubro de 1930. Após esse período, a entidade tomou outros rumos que nos fariam mudar a proposta inicial

deste trabalho. Abordaremos, agora, a Liga Nacionalista, que teve origem no mesmo processo de criação da LDN. Indicaremos as diferenças básicas entre a Liga da Defesa Nacional e a Liga Nacionalista para ressaltá-las na perspectiva da Liga Nacionalista, tendo em vista que o cenário de atuação dela estava localizado no Estado de São Paulo.

## **4 LIGA NACIONALISTA E A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO**

### **4.1 Olavo Bilac e seu primeiro Discurso como estímulo para a fundação da Liga Nacionalista.**

Bilac afirmava em 1915, que o Brasil precisava se preparar para a luta que, aparentemente, estava longe, mas que, a qualquer momento, poderia atingir o país, como de fato aconteceu. Era preciso despertar a nação para o perigo que o país corria. E, com seu poder persuasivo, o poeta iniciou sua campanha nacionalista. Interessante destacar, como já mencionamos anteriormente, ele escolheu a Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, em São Paulo para iniciar sua campanha, com pronunciamento de um importante discurso, no dia 9 de outubro de 1915, quando alertou os jovens do perigo iminente:

Não podeis, talvez, perceber com perfeita consciência a gravidade da nossa situação moral. Viveis numa rica metrópole, entre o sorriso e a gala da vida culta; e não podeis entrever o caos, a confusão e os perigos que enchem toda a nossa maravilhosa e inconsciente Pátria. Na juventude tudo é graça e facilidade, espontaneidade e embevecimento: uma pureza natural, que do íntimo se transborda para o exterior em véus ilusórios, um fascínio próprio, que se espalha sobre o ambiente e embeleza o espetáculo da vida real [...] Vede que na Europa, hoje, quando a guerra abre diariamente largos claros nas fileiras dos combatentes, os governos chamam às armas as mais novas classes dos exércitos, as falanges dos adolescentes, reservas fulgurantes da primavera nacional: aqui, outra desgraça, mais triste, oprime o país; (BILAC, 1965, p. 23-24).

Bilac teve a intenção em seu discurso de demonstrar aos estudantes a realidade da conjuntura internacional e nacional. Descreveu as mazelas brasileiras, concitando-os a participarem ativamente dos rumos do país, com o pensamento voltado ao problema nacional, e não apenas aos aspectos da vida local. Descreveu ainda, a onda desmoralizadora de desânimo que avassalava todos os brasileiros, dando ênfase à moral e ao egoísmo das pessoas. Grande parte desse problema estava vinculada à classe culta, pois segundo o poeta, as camadas populares mais humildes encontravam-se na mais bruta ignorância, inércia, apatia, superstição e privação de consciência.

Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária entregue ao poder dos governos locais, é muitas vezes, apenas, uma das rodas de engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos da moroteira política. (BILAC, 1965, p. 25).

O que amedrontava Bilac era a minguada de ideal. Sem ideal, segundo ele, não havia nobreza de alma; sem nobreza de alma, haveria desinteresse, com desinteresse, não há coesão; sem coesão não há pátria. O Poeta identificava como uma das formas de salvação nacional o Serviço Militar Obrigatório, porém, advertia que:

Nunca fui, não sou, nem serei militarista. E não tenho medo de militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de “abc” e do banho, animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esse rebotalho da sociedade a caserna seria a salvação. (BILAC, 1965, p. 26-27).

Analisando a citação acima, podemos inferir, segundo a concepção de Bilac, a situação da maioria da população e os objetivos do discurso realizado aos estudantes. Percebe-se aqui que o serviço militar era a solução para tirar das praças e dos logradouros públicos pessoas sem as características de “civildade”, assim eram vistas pela camada mais rica da população. As cidades estavam sofrendo surtos de doenças por falta de higiene, e as doenças não faziam diferença de classe. Era preciso que fossem pensadas políticas públicas de saneamento básico. Neste sentido Bilac, queria concitar os estudantes a elaborarem projetos que abarcassem toda a população, além da efetivação do SMO. Eles seriam os exemplos a serem seguidos pela maioria da população. “Moços de São Paulo, estudantes de Direito, sede também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a todos os moços e estudantes de todo o Brasil: num exército admirável, sereis os escoteiros da nossa fé!” (BILAC, 1965, p. 27).

A proposta de Serviço Militar seria o filtro por meio do qual os homens se depurariam e apurariam suas qualidades. Segundo Bilac, dele saíam conscientes e dignos. A

população deixaria de estar sem pátria e de ser massa amorfa. Sendo assim, o poeta conclamava para que os estudantes não esperassem sair da Faculdade de Direito para agir.

[...] existência cívica, para o trabalho público, para a agitação social para a política. Trabalhai, vibraí, protestai desde já! Protestai, com o desinteresse, com a convicção, com a renúncia, com a poesia – contra a mesquinha, contra o egoísmo, contra o “arrivismo”, contra a baixeza da indiferença. (BILAC, 1965, p. 19).

Após o discursar na Faculdade de Direito, ele proferiu outro discurso aos estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo (14/10/1915), o título deste era: *Cancro*. Bilac adaptava suas palavras a cada público, procurando enaltecer o pensamento nacional. O cerne da conferência estava pautado na coesão da sociedade dentro de um plano baseado, inicialmente, pelo SMO. Para agradecer a “iniciativa” de Bilac, no dia 6 de novembro, foi oferecido um banquete no edifício do Clube Militar, no Rio de Janeiro, pelo Exército, no qual no qual o poeta também proferiu discurso vibrante, como afirma Brasil Bandecchi (1980, p. 20). Posteriormente, no dia 19 de novembro (Dia da Bandeira), realizou discurso para a Marinha, no Edifício do Batalhão Naval. Sendo assim, o Poeta continuou sua jornada como o intelectual orgânico, realizando seus discursos aos estudantes mineiros, gaúchos e paranaenses. A pregação dele, segundo Brasil Bandecchi (1980), McCann (2009), Carone (1969), dentre outros intelectuais, possibilitou a fundação da Liga da Defesa Nacional e da Liga Nacionalista. Vale ressaltar, um erro comum em toda essa Bibliografia citada, pois todos colocam o nome da entidade de Liga “de” Defesa Nacional, quando o correto é Liga “da” Defesa Nacional. Esse adendo é necessário, pois existiam, naquele período, várias Ligas, com diversas denominações e objetivos. “A Liga da Defesa Nacional” foi a criada por Olavo Bilac. Por que fazemos esta observação? Havia o objetivo de se estudar e centralizar as políticas públicas no Brasil, principalmente, por parte da Liga da Defesa Nacional<sup>110</sup>.

No caso paulista, ocorreram divergências, principalmente, causada pelo primeiro discurso realizado na Faculdade de Direito. Muitos entendem o primeiro discurso, em outubro de 1915, como o fundador da Liga da Defesa Nacional. O Exército publicou livro exaltando os discursos do Poeta, principalmente, pela importância histórica do primeiro discurso para a iniciativa em relação à Defesa Nacional. Para o leitor desavisado, há que se ter um cuidado, pois o discurso na Faculdade de Direito foi realizado para iniciar o diálogo com a juventude intelectual, notadamente a paulista, objetivando o alistamento militar e o interesse pelos

<sup>110</sup> Utilizamos a sigla LDN para a Liga da Defesa Nacional e LN para Liga Nacionalista.

assuntos que norteiam a questão nacional em detrimento, de certo modo, ao regional. Acontece que ao final do discurso, concitou os alunos a mobilizarem-se. Após os discursos realizados, foi lançada a semente para a fundação da LDN, no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional. Pedro Lessa e Miguel Calmon estavam à frente dessa empreitada. Bilac queria se colocar em segundo plano na fundação da entidade, dando aos demais fundadores as honras da iniciativa. Entretanto, o primeiro discurso foi o seu. Ele declarou que a Liga congregava alguns dos maiores e mais respeitados nomes que faziam parte do patrimônio moral de nossa terra. Essa exposição foi apresentada no Capítulo anterior. Mas o que queremos ressaltar aqui? Que a Liga Nacionalista foi fundada na Faculdade de Direito e não tinha os mesmos objetivos da Liga da Defesa Nacional, apesar de seu Estatuto ser similar ao LDN, a Liga Nacionalista possuía outras características que apresentaremos a seguir.

“A Liga Nacionalista foi fundada, em São Paulo, em 25 de janeiro de 1917”, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 21). Esta data foi escolhida em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo, embora as deliberações para a fundação dessa Entidade viessem de ajustes realizados no ano anterior, e, seu estatuto data de 30 de maio de 1917 e não faz referência à fundação da Entidade. Esta afirmação se justifica, segundo nossa análise, pois tal data aparecerá no relatório publicado, em apêndice, no folheto *O Voto Secreto*, em 1916, de João Sampaio, indicando a futura fundação da Entidade. Posteriormente a este, conseguimos encontrar a publicação do Livro, sob o título *O Voto Secreto*, publicado por Mario Pinto Serva, porém, sem data de publicação, constando apenas uma inscrição à caneta, datada de 22 de novembro de 1923, provavelmente sendo a data da compra do livro ou mesmo a possibilidade de que ele tenha sido um presente. Podemos supor que era publicação da Liga Nacionalista, pois além das publicações efetuadas no jornal *o Estado de São Paulo*, encontramos, também, um livro, raríssimo, para o objeto de nossa pesquisa, sob Título “O que todo cidadão deve saber”, de Antonio de Sampaio Dória, prefaciado, por Frederico Vergueiro Steidel, Presidente da Liga Nacionalista, no qual discutem as mesmas ideias contidas no livro de Mario Pinto Serva. Na capa do referido livro há como título *Liga Nacionalista*, deixando claro que fora afiançado pela Entidade.

Em 7 de setembro de 1916, foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, notícia de um discurso que Carneiro Leão pronunciou na Faculdade de Direito e no qual ele destacava a importância da futura fundação, em São Paulo, da Liga Nacionalista. O que confirma que são Entidades diferentes, a Liga da Defesa Nacional e a Liga Nacionalista,

conforme consta na 3ª Acta da Liga da Defesa Nacional, de 29 de janeiro de 1917, quando foi registrado, o Diretório Regional de São Paulo, sob a Presidência de Altino Arantes, Presidente de São Paulo. Esta Ata foi aprovada na Reunião de 31 de agosto de 1917, sugerindo que não havia igualdade de objetivos entre a LDN e a LN. A primeira reunião preparatória para a fundação da LN realizou-se no prédio nº 34, da rua São Bento, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 21). Naquela reunião, os integrantes<sup>111</sup> da entidade chegaram a uma definição sobre “nacionalismo” e eles solicitaram para presidir a Liga Nacionalista, o professor da Faculdade de Direito, Frederico Vergueiro Steidel. A primeira diretoria da entidade era formada por integrantes da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina<sup>112</sup>. A ideia de criação da Liga Nacionalista visava criar uma sociedade regularmente organizada que reunisse a juventude das três principais escolas superiores de São Paulo.

Ao ser publicado o Estatuto, trazia os nomes dos diretores e de todos os membros do Conselho Deliberativo, do qual faziam parte:

Frederico Vergueiro Steidel, Luís Barbosa da Gama Cerqueira, Reinaldo Porchat, João Sampaio, Julio Maia, Mario Pinta Serva, Francisco Morato, Egberto Penido, Waldemar Ferreira, Julio de Mesquita Filho, José Carlos de Macedo Soares, Renato de Andrade Maio, Manoel Elpídio Pereira de Queirós, Teodoreto de Carvalho, Arnaldo Vieira de Carvalho, Rodolfo Santiago, Luis Wanderley, Fonseca Telles, F. T. Sousa Reis, Ovídio Pires de Campos, Francisco Macambira, Geraldo de Paula Sousa, Marcel T. da Silva Telles, Oscar Thompson, Rui de Paula Sousa, General Luís Barbedo, Capitão Antonio José da Fonseca, 1º Tenente Genserico Vasconcellos, Firmino Whitacker, Manfredo Leite, Bento Pires de Campos, Francisco Machado de Campos, Valente Andrade, Roberto Moreira, Tomás Lessa, Carlos Bellegarde, Amado Sarti Prado, Waldomiro de Almeida Vergueiro, Spencer Vampré, Ernesto de Sousa Campos, Antonio Pereira Lima, Archimedes Pereira Guimarães, Francisco Alves dos Santos Filho, Arnaldo de Carvalho Filho, Otávio Ferraz Sampaio, Abelardo Vergueiro Cesar. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 23).

<sup>111</sup> Quem presidiu essa reunião foi Julio de Mesquita Filho. Estavam presentes Clóvis Ribeiro, Lisípo Fraga, Fábio Camargo Aranha, David Ribeiro, Waldomiro de Carvalho, Sarti Prado, Abelardo Vergueiro Cesar, Francisco Mesquita (Irmão de Julio de Mesquita Filho), Antonio Pereira Lima, Waldomiro Almeida Vergueiro, Tomás Lessa, Francisco Alves dos Santos Júnior, Lincoln Feliciano da Silva e Vicente Ancona. Para elaborar o Estatuto da LN foram designados Clovis Ribeiro, Júlio de Mesquita Filho, Sarti Prado e Antonio Pereira Lima.

<sup>112</sup> Os principais cabeças da Liga da Liga Nacionalista pertenciam à *Burschenschaft*, à *Landmanschaft* e à *Jugendschaft*. Pedro Lessa, um dos fundadores da Liga da Defesa Nacional era membro da *Burschenschaft*. Estas entidades com designação alemã eram agremiações da juventude maçã. Para entender as correntes da maçonaria no Ensino superior brasileiro, naquele período, notadamente na Faculdade de Direito de São Paulo, ver: BRASIL BANDECCHI, Pedro. A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal. 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

Aqui identificamos personalidades de relevo na política paulista, principalmente, o nome de Júlio de Mesquita Filho<sup>113</sup>, membro da Liga da Defesa Nacional e dono do Jornal *O Estado de São Paulo*. Para reforçar a nossa hipótese sobre a publicação dos livros sobre *O Voto Secreto*, que estava intimamente ligado à Liga Nacionalista, consoante ao Livro sob título *O que todo cidadão precisa saber*, Antonio Sampaio Dória, juntamente com Amadeu Amaral, Antonio Prado, Américo de Moura e Laerte Assumpção foram empossados como novos conselheiros da LN. Esse ato ocorreu na instalação do Conselho deliberativo, no dia 26 de julho de 1917, às 21h, no Salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, conforme matéria publicada no jornal *Correio Paulistano*, do mesmo dia. e no Jornal *O Estado de São Paulo*, em matéria do dia 27 de julho de 1917.

Naquela solenidade, Waldemar Ferreira leu representação em que propunha ao Congresso Nacional a adoção do voto obrigatório e secreto. Na solenidade Vergueiro Steidel pronunciou um discurso definindo o programa da instituição e seu plano de ação. Participaram também, da referida entidade, em sua vanguarda, como define Brasil Bandecchi (1980, p. 24) os senhores Afonso Pais de Barros, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Prudente de Moraes Neto, José Alves Palma, Alfredo Ellis Júnior, Cristiano Altenfelder Silva e Cesar Salgado. Cabe ressaltar, que a LN e a LDN são filhas da mesma inspiração bilaqueana, porém eram independentes uma da outra, mas com muitas finalidades em comum e muitos membros também em comum, em São Paulo<sup>114</sup>. Abordaremos adiante os objetivos e organização da LN, demonstrando as principais diferenças. Para fundamentar que a Liga Nacionalista não era uma subdivisão da Liga da Defesa Nacional, vamos citar um ofício que Bilac enviou a Abelardo Cerqueira Cesar, em 19 de junho de 1917:

---

<sup>113</sup> Julio de Mesquita Filho pertenceu a Burschenschaft, ou Bucha como era também designada. Ele era o chaveiro, ou seja o chefe supremo da Burschenschaft, no período da fundação da Liga Nacionalista. A função de chaveiro é feita por um aluno do quinto ano do curso, que era passada anualmente. Entre os membros ilustres da Bucha, encontram-se: Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Washington Luís, Pedro Lessa, Bernardino de Campos, Francisco Morato e Waldemar Ferreira. BRASIL BANDECCHI, Pedro. *A Bucha a Maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

<sup>114</sup> Reynaldo Porchat, Julio de Mesquita Filho, dentre outros. Na Liga Nacionalista havia predomínio de estudantes da Faculdade de Direito, pois no Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, os quadros eram formados por pelo Presidente do Estado e Secretários de Governo, além de pessoas importantes da sociedade paulista, como Julio de Mesquita, Amadeu Amaral, Duarte Leopoldo, arcebispo, Carlos de Campos, futuro governador, etc.

Tenho o prazer de acusar o recebimento de um exemplar dos Estatutos dessa patriótica instituição, a cujo programa asseguramos a nossa solidariedade, pois que tem muitos pontos de contato com os da Liga da Defesa Nacional. Agradecendo, pois, a gentileza da remessa, faço votos pela prosperidade da Liga Nacionalista de São Paulo, a fim de que os benefícios dos seus esforços possam concorrer para a grandeza de nossa pátria. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 24).

Sendo assim, cabe ressaltar que o Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional de São Paulo organizou-se tutelado pelo Presidente do Estado de São Paulo. A primeira reunião se realizou no Palácio da Cidade, no dia 21 de março de 1917, sendo os convites distribuídos pelo Presidente do Estado Altino Arantes, que dirigiu os trabalhos. Na reunião de abertura, compareceu Olavo Bilac que, “usando da palavra, disse que quem devia estar ali não era ele, mas o Ministro Pedro Lessa. Entretanto, como o presidente da Liga, obrigado a partir para o Rio, na véspera, lhe pedira que o representasse, cabia-lhe no momento essa honra”<sup>115</sup>. Estiveram presentes, além de Altino Arantes e Olavo Bilac, os seguintes membros do Diretório Regional:

Luís Pereira Barreto, Antonio Prado, D. Duarte Leopoldo e Silva, Frederico Steidel, Arnaldo Vieira de Carvalho, Carlos de Campos, Candido Mota, Julio de Mesquita, Alfredo Pujol, Paula Sousas, Reinaldo Porchat, Roberto Moreira, Sousas Reis, Plinio Barreto, Amadeu Amaral, Mário Cardim, Plácido Meireles e João Crisóstomo. Justificaram a ausência Cândido Rodrigues, Carlos Botelho, José Carlos Macedo Soares, A. C. da Silva Telles e Nestor de Barros. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 25).

Procedemos à discriminação dos nomes, tanto da Liga da Defesa Nacional quanto da Liga Nacionalista, no intuito de facilitar o cotejamento em relação aos membros de ambas as entidades. Percebemos nos nomes citados, muita proximidade familiar ou mesmo de expressão política tanto São Paulo quanto nacional. De acordo com a primeira afirmação, constam os nomes de Francisco Mesquita e Julio de Mesquita Filho, ambos filhos de Julio de Mesquita que, facilmente, salta aos olhos. Posteriormente, na segunda afirmação, nada mais nada menos que o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, Carlos de Campos, próximo presidente do Estado, e outras figuras de projeção da política, como Candido Mota, Reinaldo Porchat, Amadeu Amaral, dentre outros. Interessante destacar como Bilac, Rui Barbosa e Pedro Lessa por meio das articulações políticas possibilitaram reunir militares na

<sup>115</sup> O Estado de São Paulo, de 22 de março de 1917, A Revista do Brasil, ano II, Vol. IV, janeiro/abril de 1917, reproduz na íntegra a notícia do Estado de São Paulo e comenta o alto significado da reunião e exalta a campanha desenvolvida por Bilac.

Liga Nacionalista (como General Luís Barbedo, Capitão Antonio José da Fonseca, 1º Tenente Genserico Vasconcellos) e civis da LDN, no Diretório Regional egressos da Liga Nacionalista. Porém, essa grande heterogeneidade de frações de classe gerou conflitos que abordaremos posteriormente, nos próximos tópicos. Vamos entender como se organizou a Liga Nacionalista e seus projetos.

#### **4.2 Análise do Estatuto da Liga Nacionalista e seus objetivos como entidade paulista.**

A LN para dar amplitude e universalidade a seus objetivos declarou-se em seu Estatuto, de 30 de Maio de 1917, estranha a credos políticos, religiosos ou filosóficos e destinava-se, dentro das leis do País, a congregar e estimular os sentimentos patrióticos de todos os brasileiros. Eles queriam promover, por meio da entidade a solidariedade nacional, pregando a ideia de coesão material e moral entre as unidades da federação. Se observarmos, tendo como referência os escritos da Revista A Defesa Nacional, podemos inferir que a coesão material e moral, nada mais era do que a mobilização para a Guerra, reunindo todos os Recursos Humanos e materiais. Nas letras b, c, d, e, f, g e h, do Estatuto estava previsto o trabalho pelo desenvolvimento do ensino primário, secundário, superior e profissional, e a difusão, em todas as classes sociais, da educação cívica e do culto ao patriotismo, promovendo e avivando o estudo dos problemas que limitassem a prosperidade e a igualdade do país, combater a abstenção eleitoral, bem como todas as fraudes que corrompessem e viciassem o exercício do voto, aconselhar e facilitar a fundação de linhas de tiro (futuros Tiros de Guerra), associações de escoteiros e batalhões patrióticos, zelando pela boa execução das leis e preparo e organização militar, apoiando as medidas que interessassem à defesa nacional e fazer com que se tornasse efetivo, em todas as escolas estrangeiras, o ensino da língua pátria e da história do Brasil. Edgard Carone (1969) afirma que a classe média tinha temor em tomar atitude e que era subordinada às classes no poder, sendo inclusive, subserviente. Temos que refinar essa análise, por meio dos documentos que encontramos, principalmente, no tocante à Liga Nacionalista.

A característica da burguesia brasileira é seu temor de definir-se [...] sua subordinação às classes no poder raia pela subserviência. [...] Esta situação traduz-se politicamente, por atitudes de impotência e servilismo: a burguesia funda ligas, Partidos da Mocidade, etc. Todos eles servem não para elaborar um programa de classe, mas para lutar por princípios morais: a partir da crítica as classes inferiores (povo) e altas (grupos no poder = classes agrárias), ela levanta um esquema ideal de sua própria valorização. O país armado, disciplinado, militarizado lutaria contra todos os males

brasileiros: federalismo excessivo (desmembramento), analfabetismo (conquistaria um manancial de votos para si), falta de ensino profissional, falta de patriotismo, anarquia, internacionalismo etc. O serviço militar é a panacéia para conseguir o nivelamento das classes, ordem disciplina, dignidade patriótica etc. Dentro desta escola de civismo, os oficiais seriam o exemplo do grupo que iria dirigir a população. Dentro desta população, existia um pequeno grupo de cidadãos mais conscientes e cultos com elevação de espírito, que, no dizer de Bilac, ‘podem destinar-se à sagrada missão de governar e dirigir a nação. (CARONE, 1969, p. 230-231).

Essa citação um pouco extensa, demonstra de certa forma, o que Carone desconsiderou em relação, particularmente da ação da Liga da Defesa Nacional. Por meio de nossas leituras, percebemos que havia, sim, um plano, que em grande medida procurava dar um caráter institucional à Liga, ou seja, procuravam dar caráter Estatal a um projeto definido por uma entidade, que, em grande medida, possuía lideranças políticas, militares e empresariais. Neste sentido, identificamos, sim, um projeto de classe, contrariamente ao que entende Carone, e que Bilac, ao proferir seus discursos, não estava criticando as classes inferiores, mas identificando a fragilidade daquele povo, e o que se propunha era o progresso, via educação, principalmente, dando condições aos pobres de terem acesso ao ensino e à profissionalização. Essa classe pequeno-burguesa tinha como projeto a valorização da indústria, em decorrência da decadência das importações diminuídas pelo término da guerra. Essa fração de classe pensava ainda, no ensino como forma de transmissão de cultura. Com o ensino da história, ainda que norteado pelo positivismo e com a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa em escolas estrangeiras, cultivar-se-ia o fortalecimento dos vínculos com o Brasil, possibilitando uma proposta de políticas públicas locais com abrangência nacional. Algo bem ambicioso, mas delineado como projeto de nação, tanto na LDN quanto na LN. Finalmente, a questão do voto era estratégica para a fração de classe que liderava a Liga Nacionalista, pois a fraude eleitoral era comum, culminando na Revolução de 1930. Essa fração de classe, que reivindicava sua posição no cenário político, definia que quanto maior fosse a participação no voto e este secreto, maior seria o poder da imprensa. Diante do exposto, a Liga Nacionalista se relacionaria intimamente com o projeto.

Como liberais e federalistas, os integrantes da Liga Nacionalista definiram em seu estatuto, em seu Artigo, primeiro que o objetivo da entidade era manter a Federação dos Estados, preservando a Unidade Nacional, bandeira disseminada por Bilac. A LN contribuiria para o desenvolvimento da instrução popular, ou seja, para os pobres. Algo inédito na história. A Entidade também promoveria a educação cívica, ao propugnar pela efetividade do voto

(evoluindo posteriormente para o voto secreto), e concorrer para eficácia da Defesa Nacional (sociedades de Tiro, Batalhões patrióticos e escoteiros). Para atingir seus fins, a LN realizou campanhas, na imprensa, distribuindo livros e folhetos, com o intuito de sensibilizar a população para o amor à pátria, para a consciência das Leis, para a Liberdade e para as Tradições Nacionais. A Liga Nacionalista fundou escolas primárias e profissionais, em cooperação com os Poderes Públicos. Fundou escolas cívicas de cultura, celebrou festas de fatos nacionais (Dia da Bandeira, Dia da proclamação da República, Independência, etc.) e mobilizou-se com os políticos aliados para a publicação da Lei de obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa, da História e da Geografia por brasileiros natos, nas escolas estrangeiras que funcionavam no Brasil. A entidade publicou vários livros, artigos em jornais e folhetins sobre o voto secreto, como já citamos acima. Nessas atividades, houve grande contribuição e patrocínio por parte de Júlio de Mesquita. A Entidade atuou, também, no incentivo da prática da Educação Física pelo cidadão, do Escotismo, das Linhas de Tiro e do SMO. O projeto em que a Liga Nacionalista atuou mais intensamente foi a educação, a qual, segundo eles, garantiria o voto consciente, ampliaria o número de eleitores, e formaria e organizaria a opinião pública. Diante do exposto, discorreremos sobre a forma de atuação da LN e os problemas com os quais a entidade se deparou.

#### **4.3 A gripe espanhola, em São Paulo, e a atuação da Liga Nacionalista.**

Em São Paulo, o ano de 1918 foi muito conturbado. Em outubro daquele ano, o Jornal *O Estado de São Paulo*, em sua coluna *Coisas da Cidade*, publicou uma crônica, intitulada *A Liga Nacionalista*, comentando um baile que a referida entidade realizaria, no dia 13 de outubro de 1918, com a finalidade de angariar fundos para ajudar as vítimas da gripe espanhola. “A Entidade realizou assistência aos paulistas abatidos pela devastadora epidemia de gripe espanhola, em 1918” (DULLES, 1984, p. 40). A crônica, segundo Brasil Bandecchi, se não pode ser classificada como violenta, deve ser entendida como enérgica.

[...] como é pouco lisonjeiro para os nossos ricos ter necessidade uma associação dessas, que não visa outra coisa mais do que o bem do seu país, de recorrer a uma festa para conseguir um pouco de dinheiro! Em qualquer outra terra, a Liga Nacionalista já teria não uma, mas numerosas pessoas abastadas que lhe fizessem doação de alguns contos de réis, facilitando-lhe enormemente a ação e propaganda. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 33).

A crônica aparecia no jornal, na hora certa; ela foi publicada anonimamente, mas sabemos que Júlio de Mesquita apoiava e prestava inteiro apoio à Liga. No dia 18 de outubro, alguns dias após o baile, o jornal publicou notícia, informando que os professores das diversas escolas da Liga Nacionalista haviam feito larga distribuição de quinino<sup>116</sup> aos alunos. Comunicava, também, que a Liga, para facilitar ainda mais o serviço de assistência aos alunos, mandara instalar um telefone com o número central 301. Médicos de São Paulo se dispuseram e passaram a prestar serviço efetivo e gratuito aos alunos das escolas da Liga. Os médicos não só cuidavam de seus doentes, mas passaram a fazer intensa propaganda para combater a epidemia e, pelo telefone, prestavam informações quando necessário. O plantão médico, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 35), instalado na Rua 15 de Novembro, redobrou suas atividades. No dia 22 de novembro, o pessoal da Secretaria do Serviço Sanitário aumentou, graças à Liga Nacionalista, que havia convocado os sócios da Entidade para esse fim. Atenta, a tudo o que acontecia naquele período crítico para São Paulo, a LN enviou três médicos de sua equipe para a 6ª Região Militar (São Paulo), em substituição a três médicos que haviam adoecido. O agradecimento do Coronel Sebastião F. Alves, enviado ao Prof. Vergueiro Steidel, Presidente da Liga Nacionalista, foi significativo:

Tenho a honra de agradecer a V. Exa. O eficaz concurso da Liga Nacionalista na grave emergência que atravessamos. Havendo adoecido três médicos militares, pelamos para V. Exa. E tivemos imediatamente à nossa disposição os serviços de três jovens médicos, obedientes aos princípios pregados pela Liga que V. Exa. É presidente. Nesta data comunico meu chefe, Exmo. Sr. General Barbedo, em viagem de inspeção a Santa Catarina, a ação generosa da Liga Nacionalista, da qual ele se orgulha de ser consócio. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 35).

Interessante destacar que a Entidade possuía um estreito relacionamento com várias associações. Percebemos, claramente, que o apoio prestado foi, na verdade, um apoio ao Estado, no atendimento a toda a população. A entidade procurava colaborar com a saúde pública, como parte de seu projeto político, haja vista o pouco recurso disponível naquele momento. A crise provocada pelo surto da gripe espanhola foi dramática. A Liga colocou à disposição automóveis, os quais não eram suficientes para atender a demanda dos chamados domiciliares de atendimento aos doentes. Foram doados dinheiro, remédios, mantimentos e agasalhos. Até imóveis eram oferecidos, como o prédio cedido no Brás, pela família Melo

---

<sup>116</sup> Quinino. s. m. pop. sulfato de quinina. Alcalóide da quina e de plantas congêneres (usado contra malária e a febre).

Barreto, para o estabelecimento de um posto médico. A associação brasileira de Escoteiros pôs à disposição da Liga nacionalista, o seu escritório, sede, material e pessoal.

Para se ter a medida da tragédia ocorrida em São Paulo, no dia 1º de novembro, a Liga assistiu a 585 enfermos, sem contar o atendimento oficial e de outras instituições, todas empenhadas em enfrentar o combater a epidemia. O agravamento foi tão forte, que levou o jornal *O Estado de São Paulo* e a Liga a criarem Patrulhas de Socorro, solicitando o apoio de jovens no atendimento aos doentes. Por meio do pedido da entidade e do jornal, inscreveram-se 126 jovens e as inscrições continuaram. A mobilização em torno da causa foi importante para o sucesso no combate à gripe.

No dia 6, o Presidente do Estado, Altino Arantes, assistiu à inauguração do hospital instalado pela Liga, na Escola de Farmácia, iniciativa dos professores Emílio Mallet e José Paulo de Macedo Soares com a colaboração dos alunos do estabelecimento. [...] No dia 9 foi inaugurada a creche da Liga Nacionalista, em uma dependência do Externato Santa Cecília, sob a direção de D. Duarte Leopoldo Silva. [...] As estradas de ferro passaram a transportar gratuitamente todo o material, alimentos e remédios destinados à Liga. Quando, em 1919, a gripe começou a declinar, a sociedade de Vergueiro Steidel se encontrava à frente das que mais trabalharam nessa batalha titânica, ao lado do poder público. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 36).

Em entrevista concedida ao autor da citação acima, Ubaldino Azevedo, o qual foi voluntário sob orientação, do então Ministro do Tribunal de Justiça, Moretson de Castro, contou que em um dos episódios vividos em São Paulo, os mortos eram recolhidos em caminhões e todos enterrados em vala comum. Lembrou, também que, Altino Arantes, afirmara que o flagelo do seu governo foram as quatro letras G: Gripe, Geada, Gafanhoto e Guerra. Esse episódio peculiar, sofrido por São Paulo, contou com a grande participação e mobilização da elite local para apoiar a população. Outra atividade marcante da Liga Nacionalista foi a contribuição para a educação, ou seja, a instrução popular, atendendo-se assim, ao próprio objetivo da entidade.

#### 4.4 A instrução popular, voto secreto e o Serviço militar como projeto da Liga Nacionalista

Tanto a Liga da Defesa Nacional quanto a Liga Nacionalista eram adeptas da preparação militar. Todavia, a LN demonstrava maior interesse pela reforma política, pelo combate às doenças e, principalmente, ao combate ao analfabetismo existente em todo país. A proposta para o fim da fraude eleitoral continha a sugestão de que o voto deveria ser secreto e obrigatório, segundo a resolução de Waldemar Ferreira, em reunião da Liga Nacionalista, em julho de 1917. A questão também era frequentemente defendida por Mario Pinto Serva, membro da diretoria da Liga, o qual publicou o livro com o título *O Voto Secreto ou a organização de Partidos Nacionaes*, sem data de publicação. Como parte de sua campanha pelo voto secreto, que continuou com toda força no início da década de 1920, a Liga divulgou muitas publicações, inclusive discursos de Roberto Moreira e João Sampaio, políticos do PRP (Partido Republicano Paulista). A Liga ainda persuadiu cidadãos a se registrarem para votar nas eleições<sup>117</sup>.

Como ressaltamos no tópico anterior, A LN deu grande assistência aos paulistas abatidos pela avassaladora epidemia da gripe, ocorrida em 1918. Para os integrantes da Entidade, o ensino de História do Brasil e de Língua Portuguesa eram requisitos fundamentais no ensino das escolas particulares, notadamente, as estrangeiras situadas no Brasil. Nesse sentido, a formação do cidadão era fundamental, de acordo com os pressupostos acima na construção do sentimento de Nação. A cidadania só seria possível com a instrução obrigatória popular. O povo por meio, apenas da educação, poderia assim, reivindicar melhorias sociais e políticas. Serva em seu livro destaca:

Os povos que não lutam por ideaes estão em phase de decadencia e desintegração. Os Romanos em decadência só podiam pão e espectaculos. Os povos em progresso reclamam reformas sociaes políticas e econômicas. Povos se idealismo activo constituem rebanhos animaes cujo único fim de existência são as necessidades physiologicas. (SERVA, s.d., p. 11).

Mario P. Serva afirma que o Brasil precisava que a sociedade se conscientizasse da sua situação, e que a educação seria o meio pelo qual se atingiria o fim que era a consciência política, possibilitando a formação de pessoas aptas a votar. O que a pequena-burguesia

<sup>117</sup> Brasil Bandecchi (1980, p. 24, 59-68). A respeito do papel de Mario Pinta Serva, ver NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um progressista**: o Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo: Anhambi, 1958, Cap. I, p. 109-144. O trabalho da Liga Nacionalista é discutido com grandes detalhes em SOARES, José Carlos. **A revolta militar em São Paulo**. Paris: s.n., 1925, p. 58-68.

buscava, segundo nossa análise, era uma quantidade maior de pessoas que se interessassem pela política, para pressionar os dirigentes e principalmente a Oligarquia. Por meio do voto, conquistado via educação, a classe trabalhadora participaria no cenário político. Não vamos pensar aqui em revolução e autonomia dos possíveis novos eleitores. O que se almejava era a possibilidade de participação política, dentro da lógica dos futuros “donos do poder”. Serva de pista nesta obra que o objetivo era construir um Partido Político que norteasse as demandas da nova fração de classe que se propunha como classe dirigente. A educação da população seria o passaporte para elevar os analfabetos à classe de eleitores, o que geraria pressão e possibilidade de convencimento, no tocante às demandas do “interesse nacional”, notadamente, com ênfase na solidariedade orgânica possibilitada pelo Serviço Militar e pela instrução popular.

Segundo Carone (1969, p. 233) “o patriotismo individual, a crença pessoal, a consciência própria nunca estiveram ausentes do maior número das almas brasileiras. Mas esses sentimentos oscilam e vacilam numa vaga dispersão; e nessa dispersão deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados.” Contudo, refutando em parte a afirmação do autor, acreditamos que os esforços da Liga Nacionalista resumiam-se na contraposição dessa realidade, por meio da educação universal e obrigatória. Apesar da pobreza, da dispersão territorial e do analfabetismo, somente com a disciplina, possibilitada pelo Serviço Militar e pela obrigatoriedade do ensino primário seriam possíveis mudanças a médio e longo prazo. Percebemos então, que Carone (1969) confunde os textos de Bilac, com as deliberações da Liga Nacionalista, pois várias das citações usadas pelo autor são propostas colocadas por Bilac, que em nenhum momento questionou o voto e as eleições em seus discursos sobre a Defesa Nacional. Acreditamos que o autor reuniu discursos de Bilac com os autos da Liga como filhas de um mesmo processo. Porém, pela documentação consultada, houve deliberações distintas entre as duas entidades.

A Liga Nacionalista foi gestada na Faculdade de Direito, como afirmamos acima, e a LDN no Diretório Regional de São Paulo presidida por Altino Arantes. Claro que houve participação de integrantes comuns a ambas entidades. Esta afirmação é possível, principalmente, em relação ao Serviço Militar e a instrução pública. Contudo, no que concerne ao voto, percebemos um silêncio por parte da LDN. Na LN existiam dissidentes do PRP, os quais questionavam a política nacional, sendo a Liga uma forma de atuação política fora do controle do partido. As reivindicações pelo Voto Secreto eram uma frágil crítica à política, que transformava as propostas da entidade num reformismo político, pois o voto seria

apenas uma forma de direcionar a população, por meio da grande imprensa, para as intenções deste grupo que queria se tornar hegemônico na política.

O objetivo da instrução popular foi a primeira iniciativa da LN. Ela criou escolas noturnas, nas quais os estudantes de Direito ensinavam leitura e composição aos que não possuíam recursos para prover sua própria alfabetização. Estas escolas foram fundadas pelo recém-criado Grêmio Literário Álvares de Azevedo, da Faculdade de Direito. O projeto educacional foi concebido pelo estudante Paulo Nogueira Filho, fazendo parte importante do programa da Liga Nacionalista. “Este projeto, posteriormente, foi descrito por Pedro Lessa como ‘a mais preciosa jóia da Liga Nacionalista’” (DULLES, 1984, p. 41).

Com o objetivo de promover a educação cívica, em 1919, a Liga Nacionalista publicou (com prefácio de Steidel) um Manual com o seguinte título O que todo cidadão deve saber, de Antonio de Sampaio Dória, bucheiro<sup>118</sup> importante que tinha se formado em 1908, na Faculdade de Direito, após ter chegado a São Paulo, vindo do Estado de Alagoas. Sampaio Dória começou a lecionar na Faculdade de Direito, em 1919 e, em 1920, foi nomeado Diretor da Instrução Pública do Estado pelo novo governador, o Bucheiro e futuro Presidente Washington Luís Pereira de Souza. Como Diretor de Instrução pública, Sampaio Dória foi capaz de aumentar consideravelmente o número de estudantes matriculados nas escolas públicas, cumprindo, assim, um dos objetivos da Liga Nacionalista.<sup>119</sup>

Para Steidel, no prefácio do livro de Dória (1919), a população precisaria ter consciência de como se constituía a República. A maioria da população não sabia as funções essenciais exercidas pelos poderes da União, dentro do Estado Brasileiro. O livro foi pensado como um Manual para o desenvolvimento do nacionalismo por meio da conscientização acerca do sistema constitucional. Arriscamos afirmar que até alguns Universitários não o sabiam.

A realidade entre nós, é que há muito brasileiro, que se presume patriota, mas ainda não leu a nossa Constituição Política, e que ignora idéas rudimentares relativas à soberania, aos poderes políticos e até aos “direitos do homem”. [...] Essa ignorância é a ignorância de si mesmo, do seu valor, da sua força e dos seus direitos. [...] Tenho para mim, e creio que

<sup>118</sup> São os integrantes da “*Burschenschaft*”, vulgarmente denominados de bucheiros é uma sociedade filantrópica, fundada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Esta entidade é correspondente à Loja Maçônica, conhecidas sociedades secretas que possui como lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, inspirado na Revolução Francesa. Para uma leitura sobre a Bucha e a maçonaria no Brasil, ver: BRASIL BANDECCHI, P. **A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

<sup>119</sup> BRASIL BANDECCHI, P. **Liga Nacionalista**. 1980. p. 45-47. FERREIRA, Waldemar. **A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na Centúria de 1827 a 1927**, s. l.: s. n., p. 130-131.

difficilmente se me poderá contestar, que a causa de todos os males políticos que afflige, o Brasil, está nessa ignorancia, a começar pela verdadeira significação do voto nas eleições. Mesmo as classes mais elevadas, nem sempre se encontrará uma noção nitida do jury, do serviço militar, do estado de sitio, dos partidos políticos, etc., sem falar das ideias mais altas da soberania, Estado e Federação. [...] Não conheço livro algum, que, em nosso paiz, se proponha a divulgação popilar dos princípios basicos constitucinaes, pois os compêndios, commentarios e monographias são accessíveis apenas às intelligencias para elles já preparadas, e às bolsas que supportam o seu elevado preço. [...] Foi essa consideração que inspirou ao inexcusável patriotismo do dr. Sampaio Dória a confecção deste livro, com o qual presta ao nosso paiz um serviço, cuja extensão a sua modéstia impede de calcular. (DÓRIA, 1919, s. n. p.).

No prefácio escrito por Vergueiro Steidel foi apresentada, em linhas gerais, a abordagem sobre a interpretação constitucional e, principalmente, a reflexão sobre o que é o Brasil e como as pessoas deveriam se posicionar, naquele momento histórico. Procuraremos trazer o que fica em evidência na discussão sobre a Entidade, pois seria impossível analisar detidamente todas as intervenções dela neste Capítulo, levando-se em conta o objetivo de nosso trabalho. O que estamos realizando é a identificação das proximidades e os pontos de distanciamento entre a LN e a LDN. A questão central, também, do Livro de Dória era a divulgação popular das questões nacionais de modo didático e inteligível. A consciência em relação ao SMO proposto por Bilac, a instrução primária e o voto são temas candentes dentro da Liga Nacionalista.

O livro compõe-se de 30 Capítulos, nos quais se percebe grande proximidade com os 11 temas publicados pela Liga da Defesa Nacional, onde é possível identificar a estrutura do sistema político nacional e a posição da sociedade dentro em cada Capítulo. Para fins didáticos e resumo da obra, o livro está dividido em duas partes; sendo a primeira, dividida em 12 Capítulos, que discutem a estrutura político-administrativa da República<sup>120</sup>. A segunda está dividida em 18 Capítulos, nos quais se analisam a Nação brasileira, seus deveres e a ideia de Pátria definida pela Liga da Defesa Nacional, de acordo com o que observamos nas

---

<sup>120</sup> Dos municípios (elementos essenciais, governo local e autonomia municipal); Dos Estados (Antigas províncias, seus elementos essenciais e características do Estado); Da União dos Estados, dividido em 5 capítulos (O que é federação, o governo federal, poder legislativo, governo federal e poder executivo, poder judiciário e regime presidencial); Das relações dos Estados Entre si, e deles com a União, dividido em dois capítulos, (autonomia dos Estados e o poder da União sobre os Estados); Dos fins do Estado (União): ordem e progresso (como se desenvolve os serviços públicos, as leis e a emissão do papel moeda e o controle do câmbio).

publicações em Boletins e nos livros de Ata, da referida Entidade e que foram incorporadas por Dória em seu Livro<sup>121</sup>.

Há na obra disposições importantes para a nossa análise, e as definições temáticas compuseram o conteúdo a ser ministrado nas escolas primárias e secundárias, do Estado de São Paulo. O Projeto de Nação proposto pela Liga da Defesa Nacional influenciou sobremaneira a Liga Nacionalista e a Faculdade de Direito, precursora da colocação em prática dos 11 temas propostos pela LDN. Este livro foi algo avançado para a época, notadamente liberal, pois a questão central era o voto e a consciência de Nação, respeitando a concepção da Liga Nacionalista, no tocante à federação. A ação da Liga Nacionalista, naquele momento, era divulgar o sistema democrático. A instrução pública, o Voto e o Serviço Militar constituiriam a tríade necessária para o desenvolvimento nacional. Segundo Carone (1969, p. 240) “nos Estados do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, não havia partidos políticos”. Os que existiam, excetuando-se o recente movimento socialista, a fundação do Partido Comunista, em 1922 e o Partido da Mocidade não passavam de organizações incipientes, sem ideias e sem força para empreender um Projeto Nacional.

A Instrução Pública foi a grande obra da LN, criando escolas e projetos locais como as Escolas Noturnas para as pessoas que trabalhavam. Segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 40) “[...] só no Estado de São Paulo havia 200.000 menores em idade escolar que não se achavam matriculados em nenhuma escola”. O autor compara o Brasil com os Estados Unidos que, em 1914, as escolas mantidas pelos municípios americanos compreendiam 33% de todos os alunos matriculados em todas as escolas públicas daquele país. Nas escolas públicas municipais dos Estados Unidos, gastavam-se 60% da soma total feita pelas municipalidades americanas. A despesa total feita pelas municipalidades totalizou, para fins de comparação, no ano (1914) 313 milhões de dólares ou cerca de 1.252 (mil, duzentos e cinquenta e dois) Contos de Réis, em moeda brasileira. As municipalidades nas Américas

---

<sup>121</sup> Esta parte inicia-se definindo o que seria Sociedade, subdividida em dois capítulos, na qual trata dos temas a Liberdade; a justiça, o direito, de acordo com o artigo 72, da Constituição de 1891. Posteriormente, o livro aborda a questão da soberania, definindo o que é e a quem pertence; Do voto, o qual é discutido em na da mais nada menos que em 4 capítulos, definindo sobre a seleção do eleitorado, a sua obrigatoriedade, o seu caráter secreto, a representação da maioria e conclusões acerca do eleitor e sua responsabilidade. No capítulo 8, o autor define o que é Política, o que não deve ser, estadistas e caudilhos; No Capítulo 9, discute o que são os Partidos Políticos (seus princípios, a disciplina partidária, o dever dos moços); No capítulo 10, discute os deveres cívicos, subdividido em três capítulos (10,11 e 12), nos quais aborda a necessidade dos impostos, o serviço do Juri, o serviço militar. No capítulo 13, sobressai algo novo para o momento, chamado Estado de Sítio, o qual é apresentado sua definição e o que não é Estado de Sítio (Capítulo 14). No final do livro no Capítulo 15, o autor dicorre sobre a garantia do *Habeas Corpus*, e as teses da Liga da Defesa Nacional sobre a ideia de Pátria, a Pátria brasileira e a necessidade de formação cívica da mocidade (Capítulos 16, 17 e 18).

gastavam em média geral, 20% dos seus orçamentos em instrução pública. Enquanto no Estado de São Paulo, todas as municipalidades gastaram em torno de 2%. Esse é o contraste apresentado pelo Brasil em relação aos Estados Unidos. A Liga Nacionalista utilizou-se desse argumento para pressionar a Assembleia Legislativa Paulista no sentido de contingenciar recursos para a instrução pública. Brasil Bandecchi (1980, p. 41) ainda cita que “[...] em Pernambuco, as municipalidades do Estado já estão compreendendo o seu dever no assunto, e, reunidas em Congresso, deliberaram gastar 25% das respectivas rendas com a educação elementar”. O Deputado Estadual Archimedes Pereira Guimarães, para fundamentar sua proposta de aumento dos recursos para a instrução pública, afirma:

Ora, se as nossas municipalidades do Estado de São Paulo, por exemplo, se resolvessem a gastar não apenas 2% mas 20% das suas rendas com a instrução pública seriam certa de 6.8000:000\$0000 que dariam para instruir aproximadamente 80.0000 menores que atualmente vegetam na ignorância, 80.0000 brasileiros que nós abandonamos ao analfabetismo, 80.0000 brasileiros que assim se perdem para a vida civilizada e para o trabalho produtivo, 80.0000 brasileiros ignorantes, incultos, que desconhecem a própria noção de Pátria, inúteis para si, para o país, para a humanidade; ao passo que, se lhes dessem instrução necessária, seriam fatores ativos para o bem coletivo e para a prosperidade nacional<sup>122</sup>. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 41).

A partir da citação do Discurso do Deputado Archimedes Guimarães e da discussão do Livro de Sampaio Dória, podemos identificar a necessidade de se priorizar e investir na Instrução Primária. O objetivo central era capacitar as pessoas para o trabalho disciplinado nas fábricas. A Instrução Primária inseriria essas pessoas na campanha em favor do voto, no mais clássico pensamento liberal, para o qual o país precisava de mão-de-obra qualificada no sentido de contribuir para o Desenvolvimento Nacional, gerando cidadãos eleitores, orientados por meio dos jornais que circulavam os debates políticos. Gestava-se assim, o projeto de desenvolvimento nacional, a partir da concepção de cidadania delineada por Bilac, moldada pela Liga da Defesa Nacional, e que no caso particular da Liga Nacionalista, em São Paulo, evoluiria dentro do projeto de construção do país. Este projeto de inserção da população na produção organizada do trabalho seria implementado, posteriormente, por Vargas, a partir de 1930, trabalho este iniciado pela ação da Liga Nacionalista, no início da década de 1920.

---

<sup>122</sup> Arquivo Archimedes Pereira Guimarães.

Nossa hipótese seria que todo, ou pelo menos boa parte, do Projeto de Brasil de Vargas, foi inspirado nas formulações do final da década de 1910 e início de 1920, particularmente, por meio da apropriação dos projetos da Liga Nacionalista e da Liga da Defesa Nacional. Ressaltamos que, apesar de não ser a mesma entidade, ambas trabalhavam com objetivos similares na perspectiva do desenvolvimento nacional, a partir da Instrução Pública e do Serviço Militar. Dissociaram-se apenas na questão do voto como algo particular das proposições paulista. O discurso do Deputado está afinado com o projeto nacional proposto pela LDN, exceto quanto à questão do voto secreto. Foi publicada, também, uma circular da Liga Nacionalista que seria mais um ataque aos governos estaduais e federal, embora endereçada às municipalidades.

No Brasil, segundo o documento, havia cerca de 1200 municípios e se cada município fundasse 3 escolas, seriam mais de 180.000 menores brasileiros a se instruírem e se educarem. Mostra, ainda que, em São Paulo, a população escolar que recebia instrução, era de 213.507 menores ao passo que a que não recebia era de 290.304. No Brasil inteiro a proporção era muito maior: cerca de 4.000.000 de menores não recebiam instrução alguma. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 41).

Depois de ressaltar esses números expressivos e o que representavam para a Nação, a Liga Nacionalista reivindicava que o Brasil cumprisse o seu dever para que houvesse possibilidade de garantir o futuro do país. Nessa circular, a LN traçava diretrizes de como as municipalidades deveriam preparar seus cidadãos: a) Ensino primário aos menores, principalmente para os do campo; b) ensino profissional, visando às diferentes espécies de trabalho produtivo; c) escolas noturnas para adultos; d) escolas para imigrantes; e) a criação de bibliotecas facilmente acessíveis, assim como Bibliotecas ambulantes ou portáteis, com livros sobre agricultura e mais conhecimentos úteis; e f) amparo e proteção a todas as instituições patrióticas que visassem a cultura moral, física, intelectual e cívica da população nacional. A Liga, por sua vez, se propunha a dar apoio aos municípios, quanto às reivindicações aos poderes públicos, além da divulgação e publicidade das iniciativas locais no campo do ensino e da cultura. A Liga Nacionalista concorreu diretamente para a fundação de escolas, procurando incentivar as autoridades públicas a acelerar o processo de alfabetização. As escolas noturnas, fundadas pela entidade no ano de 1919, já em fins de 1923, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 42) “alfabetizaram mais de 10.000 crianças e adultos de ambos os sexos”. Cabe ainda ressaltar, entre outras realizações, a iniciativa de criação de um Conselho Nacional de Educação, conforme projeto apresentado no Congresso

Federal, pelo Deputado Sales Júnior, o qual teve inteiro apoio do Dr. Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo, que assim se manifestou, em 20 de dezembro de 1920:

Exmo. Sr. Dr. Frederico Vergueiro Steidel.

D.D. Presidente da “Liga Nacionalista”

Tenho a honra de acusar o recebimento de V. Exa., no qual me comunica que o Deputado Dr. Antonio C. de Sales Júnior apresentou no Congresso Federal, em 19 de novembro último, por incumbência da “Liga Nacionalista”, um projeto sobre a organização do ensino primário no Brasil, propondo a criação do Conselho de Educação.

Tomando na melhor conta o que me diz V. Exa., a respeito desse projeto, tenho o prazer de informar que dou meu pleno apoio às idéias nele contidas, fazendo o que em mim couber para que seja ele convertido em lei com urgência.

Reitero V. Exa. Os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Washington Luís. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 43)<sup>123</sup>.

Vale destacar que esta iniciativa, também foi gestada pela Liga da Defesa Nacional. Quase todos os presidentes de estado telegrafaram a Vergueiro Steidel, apoiando o projeto e prometendo recomendá-lo às respectivas bancadas. Temos que estar atentos, pois dentro desta concepção de educação, existia a intenção de dirigir a Instrução dentro do que pressupunha o conceito de cidadania, moldado pela Liga, de acordo com as deliberações da entidade e norteada pelo conteúdo do Livro *O que todo cidadão precisa saber*, de Antônio de Sampaio Dória. Nas escolas da Liga Nacionalista, em São Paulo, eram ministradas noções de moral e civismo, objetivando preparar o cidadão para ser leitor. Para efetivar a iniciativa a entidade organizou a Comissão de Educação Cívica com os seguintes nomes: Luís Barbosa da Gama Cerqueira, Plínio Barreto, Rui de Paula Sousa, Antônio Sampaio Dória e Spencer Vampré.

Norteando nossa exposição, é necessário lembrar que Bilac, em seu primeiro discurso, em 9 de outubro de 1915, realizado na Faculdade de Direito, referira-se à necessidade do preparo cívico. Agora, em 1917, essa concepção era divulgada como nunca. Com o governo brasileiro declarando o estado de Guerra contra a Alemanha, a Liga Nacionalista, em São Paulo, promoveu o Congresso da Mocidade, realizado no Teatro Municipal, no dia 15 de novembro de 1917. A data e o momento ensejavam falar da República, das conquistas democráticas e da necessidade de se defender o Brasil, em face da

<sup>123</sup> Telegrama enviado ao presidente da Liga pelo então Presidente do Estado de São Paulo, em 1920, e consequentemente presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional. Este Documento foi extraído do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo.

guerra declarada. A mesa dos trabalhos de início da Instrução Cívica estava liderada por Vergueiro Steidel e constituída também por Altino Arantes, presidente do Estado, Luís Barbedo, General comandante da Região Militar, Luís Pereira Barreto, médico e intelectual e dos estudantes Antonio Pereira Lima, Abelardo Vergueiro Cesar, Ciro Freitas Vale, Ernesto de Sousa Campos e Archimedes Pereira Guimarães.

Na referida reunião, formularam uma moção de apoio ao Presidente da República, solicitando que o Professor Antônio de Sampaio Dória escrevesse um manual de educação cívica. Este foi publicado em 1919, com o sugestivo título já mencionado acima. Vale ressaltar que, posteriormente, esta obra foi usada como bandeira em favor do voto secreto e obrigatório, com a posterior publicação do Livro de Mario Pinta Serva sobre o voto secreto, o qual se constituiu em grande parte, da essência do Livro de Dória. Interessante para demonstrarmos e valorizarmos a obra de acordo com seu tempo, citaremos a Carta enviada por Oscar Thompson, Diretor da Instrução Cívica, em São Paulo, referindo-se ao Livro, a qual consta em anexo, na Introdução do próprio livro adquirido por nós, em uma ocasião peculiar num dos garimpos realizados durante a realização dessa dissertação:

E preparar-se para a vida política do Paiz não é, a meu ver, como muitos pensam, exercer cargo político – acidente na vida do cidadão – mas tomar parte, como cidadão eleitor, consciente dos seus direitos e deveres, em todas as formas de actividade da vida nacional. Ler o seu “Manual” não é somente conhecer a organização política do Brasil, a sua forma de governo, as leis que regem os cidadãos, os seus direitos e deveres – é estudar à luz de uma critica inspirada num grande amor das cousas pátrias, a nossa Constituição; é conhecer erros da sua applicação; é orientar-se para cumpril-a e fazel-a executar; de tomar, portanto, parte activa na vida política do Paiz; é convencer-se da necessidade da criação de partidos políticos, força orientadora da opinião publica. Enfim, ler o livro “O que o cidadão deve saber” é o mesmo que freqüentar uma escola de alta cultura cívica. (DÓRIA, 1919, s.n. p.1).

Ao tomarmos contato com obra de Antonio de Sampaio Dória, percebemos o valor que a mesma teve para a época e acreditamos que o livro publicado em 1919, ainda hoje, poderia ser editado com grande proveito histórico para nossos leitores, pois em muitos dos seus princípios, apesar de todas as grandes implicações do mundo contemporâneo, seria uma retrospectiva importante acerca do debate ocorrido, naquele momento. Impregnados de amor à liberdade e dos direitos do homem possui importância no tocante ao conhecimento do Estado e à evolução Constitucional do Brasil. A obra de Dória tinha como objetivo,

proporcionar condições das pessoas conhecerem, minimamente, o funcionamento das organizações, refletirem sobre a situação do país e tentarem, por meio de mobilizações modificarem a sua situação e a do país. Não queremos ser ingênuos, em relação aos interesses da fração de classe que compunha a Liga Nacionalista e, posteriormente, do Partido Democrático, fundado de acordo com os princípios propostos por Dória. O que nos possibilita questionar, se essas mobilizações não seriam o ponto de partida para as pessoas refletirem sobre a desigualdade, mesmo que de um ponto de vista conservador. Percebemos que estas mobilizações não construíram um projeto homogêneo, principalmente, do ponto de vista ideológico, pois a classe operária naquele momento se mobilizava para reivindicar melhores condições de trabalho, salário e férias remuneradas.

Em julho de 1922 ocorreu a revolta do forte de Copacabana, que deu origem ao movimento denominado Tenentismo. Houve no mesmo ano, a Fundação do Partido Comunista do Brasil. Em São Paulo, ocorreu a Revolta de 24, ou seja, havia vários conflitos no Brasil, no início da década de 1920, sendo que a Liga Nacionalista, naturalmente, teria dificuldades de hegemonizar, mas trouxe contribuições ao debate, no tocante aos problemas nacionais. Entretanto, o projeto estava sendo gestado por uma elite que se propunha dirigente, mas que não refletia e não dialogava com a população dentro de suas formulações. A questão educacional estava colocada como meio de inserir esses trabalhadores apenas como mão-de-obra qualificada, para fazer frente à indústria de substituição de produtos importados.

Por último, mas não menos importante, abordaremos a terceira vertente desta tríade. Fizemos paralelo, até o momento, entre a educação e o voto, mas falta tecermos considerações acerca do Serviço Militar. Como vimos no discurso de 9 de outubro de 1915, Bilac se dirigiu aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, dando destaque especial ao Serviço Militar. A Liga Nacionalista foi o veículo que constituiu a Comissão de Defesa Nacional, formada pelo General de Divisão, Luís Barbedo, por Reinaldo Porchat, por Mário Pinta Serva, por E. T. de Sousa Reis e por João Sampaio. Formou-se o Batalhão Acadêmico constituído por três Companhias, a da Faculdade de Direito, cujo instrutor era o Tenente José Pessoa Cavalcanti, que inauguraria em 1943, a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, a Companhia da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina que tinham como instrutor o Tenente Aarão Jefferson Ferraz e a do Mackenzie College, cujo instrutor era o Tenente Pedro Penedo Pedra. Inscreveram-se, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 49) “300 estudantes. De direito quase 200 alunos”. O Batalhão Acadêmico, já no dia 7 de setembro de

1917, estava em condições de desfilar na Capital Federal<sup>124</sup>. O Serviço Militar despertava, assim, grande entusiasmo, não só com as Companhias dos cursos superiores, mas também, com as Linhas de Tiro ou Tiro de Guerra. De outro lado, o Escotismo rapidamente se desenvolvia<sup>125</sup>. Podemos dizer, que nas Companhias Universitárias estavam as raízes do futuro Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva – C.P.O.R. Com base nesta exposição, podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, no tocante ao discurso de Bilac sobre o Serviço Militar Obrigatório a ser adotado, não se contemplou a possibilidade de nivelamento das classes. Os universitários do Largo da São Francisco, da Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e do Mackenzie College transformaram-se em unidades à parte, pois a maioria da população servia nas Linhas de Tiro e nos Batalhões.

A pergunta que podemos fazer é: será que o tratamento dispensado aos alunos do Batalhão Acadêmico foi o mesmo aos dos Tiros de Guerras ou dos Soldados comuns dos Batalhões? O Mackenzie College não era Faculdade, mas sim escola secundária de alunos abastados. Por que então Batalhão Acadêmico? Fica claro para nós, que o Serviço Militar não fora o nivelador social como era proposto. Não havia nada de igualdade, o pensamento liberal e a “democracia” estavam engendrados, segundo a lógica das camadas sociais. O C.P.O.R. nada mais fazia do que colocar a pequena-burguesia dentro do mesmo patamar dos oficiais. Há certa parcimônia a respeito das formações específicas, em áreas que os militares necessitam, como medicina, veterinária, farmácia, entre outras. Dentro dessa perspectiva, não havia igualdade de condições e, muito menos, de tratamento. Seria óbvio, que considerassem e justificassem alegando que o nível intelectual era diferente, mas se o Serviço Militar propunha uma formação básica, principalmente, partindo do princípio de que a formação básica é a de Soldado, não se justifica tal formação separada. A tradição bacharelesca permeia o C.P.O.R., tendo em vista o que diferencia esses reservistas é estarem cursando nível superior. Finalmente, acreditamos que essa ação seria a condição de apoio da elite, não os misturando com os demais conscritos, sendo uma elite à parte. A lógica das castas continua, inclusive, no Serviço Militar até os dias atuais.

---

<sup>124</sup> Correio Paulistano, de 8 de setembro de 1917.

<sup>125</sup> Antes da fundação da Liga Nacionalista, o escotismo, em São Paulo, já arregimentara grande número de jovens. Em carta que Bilac escreveu a Henrique Castriciano, em 21 de julho de 1916, incitando-o a criar no Rio Grande do Norte Batalhões de Escoteiros, lê-se: “Em São Paulo já temos 8.000 escoteiros; no Rio Grande do Sul, 2.000; na Bahia, em Minas, no Paraná, a organização está encetada”. JORGE, Fernando. Vida e Poesia de Olavo Bilac, São Paulo, s. d. p. 350. O instituidor do escotismo foi Mario Cardim, membro da Liga Nacionalista, o qual fundou a Associação Brasileira de Escoteiros.

#### 4.5 A participação política da Liga Nacionalista.

Na primeira Guerra Mundial (1914-1918), o afundamento dos navios brasileiros pelos submarinos alemães levou os alunos das instituições de ensino superior e a população nas grandes cidades ao revide contra os germânicos e, “em São Paulo, foi empastelado o jornal alemão *Deutsche Zeitung*, de propriedade de Rodolfo Troppmair. O Cônego Valois de Castro, amigo do jornalista, levou-lhe sua solidariedade. Este gesto soou mal e o Cônego passou a ser considerado mau partriota e germanófilo” (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 69).

Em 1918, vagou-se no Senado Paulista a cadeira ocupada pelo Dr. Carlos de Campos, eleito Deputado Federal, pelo o PRP (Partido Republicano Paulista) lançou a candidatura de José Valois de Castro para substituí-lo. Quando o PRP o nomeou, em 1918, para preencher a vaga no Senado, a Liga Nacionalista iniciou uma campanha política com a indicação de um candidato de oposição, o erudito médico Luís Pereira Barreto, que havia presidido o Congresso da Mocidade brasileira, realizado em 1917, seguindo-se a sugestão de “Antonio Pereira Lima, presidente do Centro Onze de Agosto, e Abelardo Vergueiro César, secretário da Liga Nacionalista” (DULLES, 1984, p. 41). Segundo os dois autores citados acima, o único motivo para os alunos da Faculdade de Direito, e conseqüentemente, os integrantes da Liga repudiarem a indicação do Cônego Valois de Castro foi seu posicionamento de absenteísta em relação à Guerra e sua amizade com o alemão Rodolfo Troppmair. Os integrantes da Liga, que assinaram o manifesto contra este candidato político do PRP, foram:

Assinaram o manifesto, entre outros, Afonso Pais de Barros, Paulo Nogueira Filho, José Alves Gama Cerqueira, Prudente de Moraes Neto, Gastão Mesquita Filho, Henrique Lefrève, José de Freitas Guimarães Júnior e Joaquim de Abreu Sampaio Vidal. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 70).

Fazendo um adendo à exposição, vale ressaltar que o futuro fundador da cidade de Marília, o senhor Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, fazia parte da Liga Nacionalista e do debate político paulista naquela ocasião<sup>126</sup>. Outro grupo que não podemos deixar de citar é o de Gastão de Mesquita Filho, filho de Júlio de Mesquita, dono do Jornal *O Estado de São Paulo*, o qual estava articulando, juntamente com seus irmãos Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, as atividades da Liga Nacionalista. Houve diversas manifestações contra a indicação do Cônego Valóis de Castro, mas de apoio à candidatura de Pereira Barreto,

<sup>126</sup> Uma pesquisa interessante, seria a identificação do por que o Sr Sampaio Vidal veio para Marília em 1924. Será que fugiu da capital, após a revolta de 1924? Deixamos aqui as pistas para uma pesquisa futura.

fortemente subsidiada pelo jornal O Estado de São Paulo. O que surpreende na observação acima é o entusiasmo dos jovens membros da Liga Nacionalista. “Entretanto o candidato da máquina política dominante do PRP foi vitorioso”, apesar do entusiasmo dos estudantes. (DULLES, 1984, p. 42). É tão notável nesta passagem, aparentemente sem importância na história da entidade, enquanto ação partidária, que o primeiro signatário do manifesto foi uma estudante, Afonsina Dias Ribeiro. Segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 72) “talvez a única mulher em toda a campanha, numa época em que as mulheres ainda não tinham direito ao voto”. Outra grande presença na referida campanha a favor da candidatura de Luís Pereira Barreto, foi a participação da Maçonaria, que pode ter provocado o início de seu desmembramento.

O Grande Oriente Autônomo de São Paulo igualmente apoiou a iniciativa dos estudantes e enviou, também, pequeno auxílio, em dinheiro, para a campanha<sup>127</sup>. A designação autônomo leva-nos a crer tratar-se de uma dissidência maçônica. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 72).

Identificamos aqui uma possível dissidência da maçonaria, proporcionada pelo choque político dentro do PRP. A candidatura de Pereira Barreto parece ser mais uma candidatura de protesto contra a indicação de Cônego Valois. Não podemos nos furtar de citar que, no PRP havia membros da Bucha (Alunos Maçons da Faculdade de Direito) e da Maçonaria.

#### **4.5.1 Oposição Estudantil à Liga Nacionalista e à Bucha (1918-1928)**

As ações da Liga Nacionalista começaram a incomodar alunos que não faziam parte da Entidade. Um dos participantes da malograda campanha da Liga Nacionalista em favor de Pereira Barreto, foi o estudante de Direito e membro de família abastada, produtora de açúcar e conhecida em círculos do PRP, a do senhor Paulo Nogueira Filho. Embora Nogueira Filho pertencesse à Bucha<sup>128</sup>, tornou-se líder de um movimento nas arcadas de protesto contra o domínio da Liga Nacionalista, liderada por Steidel e seu grupo de bucheiros, particularmente os da família Mesquita. Discutindo a respeito da diretoria da Liga, na Faculdade de Direito, e da forma pela qual esta era escolhida, Nogueira Filho escreveu que os oniscientes da Liga, que se consideravam onipotentes e “senhores de todas as virtudes,

<sup>127</sup> Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

<sup>128</sup> BRASIL BANDECCHI, P. A Bucha, a maçonaria e o espírito Liberal, 1978, p. 34.

defendiam o voto secreto “só para o uso externo” e não davam atenção à questão social a despeito da greve geral dos trabalhadores em São Paulo 1917<sup>129</sup>.

Segundo Dulles (1984, p. 43) “o grupo de Steidel representava apenas uma minoria de alunos”. No ano de 1918, houve um impasse na Faculdade de Direito, levando-se em conta o cenário provocado pela gripe espanhola, obrigando os estudantes a serem promovidos de ano sem prestar os exames. O grupo de Steidel não se fez popular ao decretar que os estudantes associados à Liga Nacionalista deveriam, não obstante, prestar os exames. Enquanto dissidentes da Liga protestavam contra a forma não democrática pela qual se havia chegado a tais normas, a presidência do Centro Acadêmico foi conquistada, em fins de 1918, por Antonio Carlos de Abreu Sodré, o qual tinha reservas quanto ao grupo de Steidel.

Em Janeiro de 1919, após o grupo de Steidel ter tomado providências para expulsar da Liga Nacionalista todos os alunos que se isentaram de prestar os exames. Abreu Sodré foi um dos cinco membros da diretoria recém-eleita, do Centro, uniram-se a Nogueira Filho, Cândido Mota Filho e Oswald de Andrade na assinatura de um manifesto. Interessante destacar um manifesto assinado por partidários leais da Liga, publicado pelo Jornal O Estado de São Paulo, em defesa de Steidel,

[...] Antonio Pereira Lima, Vergueiro César, Antonio de Sampaio Dória, Armando Sales Oliveira, Plínio Barreto, Waldemar Ferreira, Luís de Toledo Piza Sobrinho, Nestor Rangel Pestana, Roberto Moreira, Mário Pinto Serva, João Sampaio, Arnaldo Vieira de Carvalho, Júlio Mesquita, Francisco Mesquita, Reynaldo Porchat, professor de Direito que contava cinquenta anos<sup>130</sup>. (DULLES, 1984, p. 44).

Essas divergências entre a Liga e as lideranças do movimento estudantil da Faculdade de Direito diminuíram com o transcorrer do tempo. Em 1920, com a eleição de Rafael Correa de Sampaio Filho os ânimos foram se acalmando, culminando com a eleição de Antonio de Gontijo Filho, defensor de Steidel e da Liga Nacionalista. Ele era de Minas Gerais e nunca almejou a um cargo político, segundo Dulles (1984, p. 45), mas fez funcionar a máquina encarregada da distribuição de favores, como passes ferroviários, por exemplo, ou

<sup>129</sup> NOGUEIRA FILHO, Paulo. Ideais: o Partido Democrático, s.d., p. 65.

<sup>130</sup> (BRASIL BANDECCHI, 1978, p. 89-92) Outras citações e comentários não lisonjeiros sobre observações acerca da Bucha feita por Oswald de Andrade pode ser lidas em: ANDRADE, O. **Um homem sem profissão**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 120.

seja, ele atuava nos bastidores. Gontijo de Carvalho carregava nos bolsos listas com nomes de estudantes e cópias de discursos de Rui Barbosa.<sup>131</sup>

Paulo Duarte, estudante de Direito anti-Bucha, dirigiu o jornal da oposição, “A Chave”, da época de sua organização, em novembro de 1923, até sua formatura em fins de 1926. O jornal declarava que a Liga Nacionalista não havia conseguido elevar sua voz contra as atitudes autoritárias do Presidente do Brasil, Artur Bernardes, como, por exemplo, quando do prolongamento do estado de sítio<sup>132</sup>. “A chave”, também protestava por ter Aguiinaldo de Melo Junqueira telegrafado ao Presidente Bernardes, um bucheiro, dando seu apoio, em virtude do Centro acadêmico lhe dever favores<sup>133</sup>. Quando o Deputado Federal César Lacerda de Vergueiro conseguiu contribuições de políticos para o Centro Acadêmico, Paulo Duarte, escrevendo no referido jornal, argumentou que isso impossibilitava o Centro Acadêmico de censurar atitudes repreensíveis que viessem a ser tomadas por tais políticos.<sup>134</sup>

A 17 de dezembro de 1923, Paulo Duarte e seus amigos, procurando reduzir o prestígio da Bucha, promoveram a primeira de uma série de festas anuais em oposição à festa da chave<sup>135</sup>. Essa festa, criada em 1923, foi denominada de “Festa da Banana”, uma fruta decorada, a qual era identificada como “a fruta nacional, símbolo da dignidade acadêmica”, que foi passada das mãos de um brilhante aluno do quinto ano, o “bananeiro”, para o seu sucessor<sup>136</sup>, ato realizado igualmente pela festa da chave, na qual o produto não era chave, mas a banana.

Paulatinamente, a oposição Acadêmica substituiu os membros da Bucha, no Centro Acadêmico. Em 1925, com uma vitória de 79 votos sobre 19, adotaram o voto secreto para suas eleições. Na eleição de 22 de novembro de 1925, Afonso Martins Ribeiro, da Oposição à Bucha (escolhido democraticamente em uma prévia por membros da oposição), conquistou a Presidência do Centro Acadêmico, derrotando Paulo Mesquita, da situação, por 118 votos a 115. (DULLES, 1984, p. 47) A Bucha perdeu novamente um ano depois, quando a oposição, elegeu o corredor Joviro Gonçalves Foz para a presidência do Centro.<sup>137</sup> O então

<sup>131</sup> Pati, O Espírito das arcadas, p. 174; 184; 187; 201; 208-210. DULLES, 1984, p. 45.

<sup>132</sup> A Chave, Ano I, n 10 (22 de maio de 1924) p. 1.

<sup>133</sup> “Juventude Decadente”. A Chave, Ano I, n 3 (15 de janeiro de 1924)

<sup>134</sup> Duarte, Paulo. “O novo Zúlbik, A Chave, Ano I, n 4. (2 de abril de 1924), p. 1.

<sup>135</sup> Esta festa era realizada para a passagem da liderança da Bucha, na Faculdade de Direito, do aluno Presidente, formando na Faculdade para o aluno ingressante no último ano do Curso. Para mais detalhes ver: BRASIL BANDECCHI, 1984.

<sup>136</sup> Duarte, Paulo. Agora nós! Crônica da Revolução Paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda (São Paulo, 1927) p. 284-287. Festa da Banana. A Chave, Ano I, n 2 (19 de dezembro de 1923), p. 1

<sup>137</sup> A Chave, Ano IV, n 29 (14 de julho de 1927), p. 1

presidente, Afonso Martins Ribeiro, em uma referência à Bucha, respondeu a uma pergunta afirmando que nenhum membro do seu partido, a Oposição, era filiado a uma certa sociedade secreta “que já exercera influência nefasta no seio dos estudantes”.<sup>138</sup>

Como exposto, não tínhamos a pretensão de realizar uma discussão sobre a questão da Faculdade de Direito. O que cabe ressaltar é que a Liga Nacionalista estava vinculada diretamente ao movimento estudantil, à Bucha e, como consequência, à realidade política dos alunos da referida Faculdade. Agora, iremos nos deter em como o complexo contexto político da Liga, dentro e fora da Faculdade de Direito, culminou com seu fechamento, em 1924. O que queremos evidenciar é que o fechamento da Liga colaborou para o enfraquecimento da Bucha, principalmente, porque esta representava uma dissidência juvenil da maçonaria paulista. Vamos delinear o que provocou o fechamento da entidade

#### **4.5.2 O fim da Liga Nacionalista (1924).**

No dia 5 de julho de 1924, em São Paulo, ocorreu o segundo levante revolucionário, decorrente do processo Tenentista, de 1922. À frente do movimento paulista, encontrava-se o General Isidoro Dias Lopes. São Paulo vivia dias trágicos sob a ameaça de bombardeio por parte do Governo Federal. Naquele período, a Liga Nacionalista, defrontava-se com problemas mais sérios do que os causados pelos estudantes de Direito que apresentamos no subcapítulo anterior. Os Tenentes de 1924 desejavam reformar os meios políticos e eleitorais, bem como depor o Presidente do Brasil, Artur Bernardes (1924-1926), o qual era natural de Minas Gerais. “Esse seria o segundo 5 de julho, proporcional ao ocorrido dois anos antes, gerado pelas cartas falsas atribuídas a Arthur Bernardes, o qual supostamente insultava Hermes da Fonseca” (MACCANN, 2009, p. 287).

Durante três semanas, em julho de 1924, os rebeldes controlaram a cidade de São Paulo. Apesar do seu programa reformista, Júlio de Mesquita Filho “informou ao chefe dos rebeldes, o General Isidoro Dias Lopes, que seu pai não podia concordar com um movimento que repousava no poder das armas” (DULLES, 1984, p. 48). Tanto Júlio de Mesquita como o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares (primeiro tesoureiro da Liga Nacionalista) rejeitaram sugestões dos revolucionários para formar uma junta de três membros a fim de governar o Estado, na ausência do governador Carlos de

---

<sup>138</sup> A Chave, Ano IV, n. 28 (30 de abril de 1927), p. 1

Campos (Presidente do Diretório da Liga da Defesa Nacional em São Paulo), o qual havia partido da capital do Estado.

Liderada pelo Professor Steidel, a Liga Nacionalista distribuiu declarações condenando os tiroteios provocados pelos rebeldes, e os subseqüentes bombardeios da cidade por forças leais a Bernardes, “com sacrifício de vidas de mulheres, crianças e pessoas alheias à luta política” (DULLES, 1984, p. 48). A Liga e Macedo Soares<sup>139</sup> estavam entre os que começaram a trabalhar para aliviar o sofrimento dos paulistas.

[...] mantinham hospitais em funcionamento, forneciam abrigos, promoviam a evacuação de civillistas, contornavam problemas de trânsito e trabalhavam com os líderes rebeldes, buscando soluções. O estudante Paulo Duarte, a pedido de Macedo Soares, organizou a Brigada Acadêmica, de cerca de duzentos alunos, para ajudar a fornecer proteção policial durante a emergência. Assim como Duarte, Abelardo Vergueiro César, da Liga, também prestou auxílio a Macedo Soares. (DULLES, 1984, p. 49).

Após o General Isidoro, chefe dos rebeldes paulistas ter concordado que seus canhões não seriam usados para causar danos à cidade, um debate entre líderes da Liga (incluindo Steidel, Macedo Soares, João Sampaio, Roberto Moreira, Professor Reynaldo Porchat e Joaquim Sampaio Vidal) resultou na formação de uma comissão para negociar com o Governo Federal. Em nome da Comissão (constituída do arcebispo Dom Duarte Leopoldo da Silva, do prefeito Firmino Pinto, Steidel, Julio Mesquita e Macedo Soares), Steidel redigiu um telegrama pedindo ao presidente Bernardes para suspender o bombardeio federal.

[...] Pedimos a V. Exa. A sua intervenção caridosa para fazer cessar o bombardeio contra a inerte cidade de São Paulo, uma vez que as forças revolucionárias se comprometeram a não usar canhões em prejuízo da cidade. A comissão não tem intuito algum político mas exclusivamente a compaixão pela população paulista. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 81).

---

<sup>139</sup> Sob o título de Dr. José Carlos de Macedo Soares, a Associação Comercial de São Paulo editou volume, em 1927, narrando os acontecimentos de 1924. Nele estão publicadas notícias inseridas no jornal o Estado de São Paulo, durante o mês de julho sobre a participação da Associação Comercial e da Liga Nacionalista na defesa da população e da cidade de São Paulo.

A resposta do Rio de Janeiro, porém foi negativa. No dia 12 de julho, o Marechal Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, respondeu à mensagem que fora enviada ao Presidente da República:

[...] Cabendo-me, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, responder ao telefonema no qual V. Exa. E demais ilustres signatários, pede não seja, pelas razões que expõe, bombardeada a cidade de São Paulo, devo declarar com verdadeiro pesar, que não é possível assumir nenhum compromisso nesse sentido. Não podemos fazer guerra tolhidos do dever de não nos servirmos da artilharia contra o inimigo que se aproveitaria dessa circunstância para prolongar a resistência, causando-nos prejuízos incomparavelmente mais graves do que os danos do bombardeio. Sugere a resposta que aconselhem os revolucionários a abandonar a cidade e aceitar a luta em campo aberto; e assegura que a artilharia seria usada na “medida estrita das necessidades militares”. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 81-82).

Interessante destacar, que a população estava à mercê dos rebeldes e principalmente, do Governo Federal, pois eles iriam massacrar a cidade para forçar os amotinados a se entregarem. Aviões federais deixavam cair bombas pela cidade, sendo, posteriormente, distribuídos folhetos nos quais o Ministro da Guerra pedia aos paulistas que saíssem da cidade para escapar de um novo e intenso bombardeio de artilharia. A retirada das pessoas da cidade era impossível. Macedo Soares, depois de negociar com Isidoro Dias Lopes, apelou ao Governo Federal, em 27 de julho, objetivando que estes últimos aceitassem a oferta do líder rebelde a um acordo pacífico, sob o qual os rebeldes de 1922 e 1924 receberiam total anistia. “Após os [as tropas] federais terem ignorado a oferta, Isidoro e seus revolucionários deixaram a cidade” (DULLES, 1984, p. 49). Ao terminar a revolução, começaram os processos. A negociação dos paulistas com os rebeldes não foi vista com bons olhos pelo Governo Bernardes e isso, depois, foi motivo de maior aborrecimento, quando, após a partida dos rebeldes, *O Estado de São Paulo* e outros jornais criticaram o comportamento das tropas vitoriosas de Bernardes, na cidade. No início de agosto, Júlio Mesquita e Macedo Soares foram presos e transferidos para o Rio de Janeiro, para serem interrogados. *O Estado de São Paulo*, assim como a *Folha de São Paulo* (que fora criada recentemente) foram forçados a suspender suas publicações. Em 7 de agosto, o presidente

Bernardes decretou o fechamento da Liga Nacionalista de São Paulo, por seis meses, por incorrer em “atos nocivos ao bem público”.<sup>140</sup>

Macedo Soares, acusado de vários crimes, inclusive da tentativa de negociar uma anistia para os rebeldes. Foi, finalmente, posto em liberdade, no Rio, no dia 22 de setembro de 1924. Segundo Dulles (1984, p. 50) “cerca de 71 estudantes de Direito de São Paulo, que assinaram um telegrama expressando contentamento pela soltura, representavam uma grande parte do corpo discente (293)” uma vez que, ainda segundo o autor, cerca de 100 (cem) alunos raramente frequentava as arcadas. Contudo, cabe assinalar que a Diretoria do Centro Onze de Agosto, naquela época nas mãos da situação, como já discutimos anteriormente, estava cautelosa. Não protestou contra as prisões de Mesquita e Macedo Soares (seu ex-presidente), e também, não protestou contra o fechamento da Liga Nacionalista. Quando o presidente eleito do Centro Acadêmico, Odécio Bueno de Camargo (escolhido em novembro de 1924 para suceder Mário Tavares Filho), retirou-se de uma comissão de estudantes de Direito encabeçada por Paulo Duarte, que se preparava para receber Macedo Soares no seu retorno de São Paulo. O Governo Estadual de São Paulo convocou um comício pró-legalidade na mesma hora e local marcados para a recepção a Macedo Soares. Porém, Macedo Soares informou a Paulo Duarte que seus planos estavam indefinidos e que não haveria reunião de boas-vindas. “Mesmo assim, porém, Macedo Soares, foi novamente preso no Rio de Janeiro antes que pudesse retornar a São Paulo, sendo forçado a viajar para a Europa” (DULLES, 1984, p. 51).

Na capital paulista, os que se mantiveram no seu posto, firmes no propósito de socorrer a população abandonada, foram suspeitos de entendimento com os rebeldes. “A grande prova de fidelidade, que se exigia, era a fuga para longe, entregue a cidade à força revolucionária e o seu abastecimento largado a um milagre do céu [...]” (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 84). Realizando um adendo, devido ao que foi exposto, podemos sugerir, segundo nossa leitura, que a cidade de Marília surgiu em decorrência da fuga do Sr. Joaquim de Sampaio Vidal da repressão, seguida, posteriormente, ao fim da revolução em São Paulo. Não podemos nos esquecer de que a repressão estava em processo, porque a coluna

---

<sup>140</sup> O Estado de São Paulo, folheto do centenário. Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capeleto, **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRESS, 1980, p. 13. De acordo com Aureliano Leite, em *Páginas de uma longa vida*, p. 41, Arthur Bernardes explicou, posteriormente, que o bombardeio de São Paulo e o fechamento da Liga Nacionalista foram executados pelo governo federal a pedido do Governador Carlos de Campos. “A Liga Nacionalista foi fechada pelo Decreto n. 16.543, de 7 de agosto de 1924” (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 84).

Prestes-Miguel Costa estava em ação; mesmo após o fim da revolta paulista, a Coluna continuou a desafiar o governo até 1927, por meio das ações do Cavaleiro da Esperança<sup>141</sup>.

Na Faculdade de Direito, o movimento estudantil pró-Bernardes, facilitou que ele empreendesse uma reforma constitucional para fortalecer o Poder Executivo. César Vergueiro (presidente do Centro acadêmico) atribuiu pouca importância a um voto da assembleia do Centro Onze de Agosto, em favor de um manifesto dos estudantes de Direito, opondo-se à reforma. Vergueiro informou à Câmara dos Deputados que a juventude de São Paulo estava esmagadoramente do lado do Presidente Bernardes (BRASIL BANDECCHI, 1984, p. 95). O primeiro passo havia sido dado para a divisão da Bucha, o que, de acordo com o Professor Brasil Bandecchi, ocorreu em 1926. Após o fechamento da Liga Nacionalista, várias escolas fundadas por ela também foram fechadas. Contudo, o programa da entidade deixou sementes que foram encampadas pelo Partido da Mocidade, ao desfraldar as bandeiras da Instrução Popular e do Voto Secreto.

[...] À frente dessa agremiação política de vida efêmera, encontravam-se Eurico Branco Ribeiro, Breno Ferraz do Amaral, Bias Bastos da Silva e Paulo Gonçalves. Estes dois últimos estiveram presentes ao ato de fundação do Partido Democrático, representando o Partido da mocidade. A presença da Liga Nacionalista, porém, vai se sentir, inteira, no Partido Democrático. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 89).

A partir da citação acima, e dialogando com Dulles (1984), o qual afirma que, com frequência, o Partido Democrático era apontado como o sucessor da Liga Nacionalista, podemos colocar que, sem dúvida, grande parte dos fundadores do PD participava da Liga, inspirados pela causa do voto secreto e a das eleições honestas. Porém, alguns líderes, tais como Antonio Pereira Lima, Abelardo Vergueiro César, Roberto Moreira e João Sampaio permaneceram fieis ao PRP. Também, ainda segundo Dulles (1984), nem todos os fundadores do PD vieram dos círculos da Liga. Paulo Nogueira Filho, mais voltado para o lado dos rebeldes tenentistas do que para o da Liga, afirmou que “o fechamento da Liga Nacionalista [...] não influenciou na ação do nosso grupo”, quando este decidiu participar do PD.<sup>142</sup> Porém, Brasil Bandecchi afirma que o livro *O Voto Secreto*, editado em 1927, reuniu quase tudo que, a respeito, a Liga já havia publicado em folhetos volantes, como a citada conferência de João

<sup>141</sup> Para uma leitura sobre a coluna Prestes ver: AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

<sup>142</sup> Nogueira Filho, Paulo. **Ideais: o Partido Democrático**. s.d. p. 141.

Sampaio, a representação dirigida ao Congresso Nacional e ao Congresso do Estado de São Paulo sobre o voto secreto, e outros.

Para tentarmos concluir o objetivo deste Capítulo, apesar das diversas lacunas, tendo em vista o nosso foco estar direcionado para a análise da Liga da Defesa Nacional, faz-se necessário indicar algumas particularidades em relação ao Partido Democrático. O referido Partido foi fundado em 1926, com a participação de ex-integrantes da Liga Nacionalista, e derivado de outros partidos que surgiram no mesmo período. Waldemar Ferreira, um dos fundadores do Instituto de Advogados de São Paulo, em 1917, e professor substituto de Direito Comercial desde 1920, fundou o Partido Liberal, no início de 1926; aproximadamente na mesma época, José Adriano Marrey Júnior, Deputado Estadual, fundou o Partido Evolucionista, e Antônio Prado formou o Partido Popular. Na casa de Antônio Prado, em fevereiro de 1926, os fundadores dos três novos partidos uniram forças, criando o Partido Democrático. Participaram da fundação, assinando a respectiva Ata, as seguintes personalidades:

[...] professores de Direito: Steidel, Reynaldo Porchat, Francisco Antonio de Lameida Morato, José Joaquim Cardoso de Melo Neto e Luís Barbosa da Gama Cerqueira (sessenta anos, professor de Direito Criminal, que ajudara a fundar o PRP). Dentre os demais que assinaram o documento, estavam Paulo Nogueira Filho, Joaquim Sampaio Vidal [fundador da cidade de Marília], Mário Pinto Serva, Luís Aranha, Paulo de Moraes Barros e Prudente de Moraes Neto (sobrinho de João Sampaio, líder do PRP). (DULLES, 1984, p. 54).

Em setembro de 1927, o PD transformou-se em um partido nacional, com a formação de um novo diretório, que incluía alguns congressistas da oposição vindos do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1928, Waldemar Ferreira e Paulo Nogueira Filho participaram de uma caravana que visitou o Rio Grande do Sul, a fim de estabelecer laços com o Partido Libertador, de oposição, chefiado por Joaquim de Assis Brasil (colega de classe de Júlio Mesquita na Faculdade de Direito). Nogueira Filho foi com Assis Brasil para Buenos Aires, a fim de visitar tenentes exilados, tais como o ex-capitão do Exército Luís Carlos Prestes. Retornando a São Paulo, porém, Nogueira encontrou líderes do PD sem disposição para revoluções. Podemos perceber que Getúlio Vargas estava afinado com o Partido Democrático, e que grande parte de seu apoio ocorreu por meio da conciliação realizada por eles, dentro do contexto político de oposição.

Em 1929, o Presidente do Brasil, Washington Luís Pereira de Souza (1926-1930) escolheu o Governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque (bucheiro e líder do PRP), para ser o candidato oficial à Presidência, na eleição de março de 1930. O governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, candidato presidencial da Aliança Liberal, apresentou uma plataforma que incluía pontos sustentados pelo PD, tais como o voto secreto, o direito de as minorias políticas terem representação e anistia para todos os rebeldes da década de 1920. Luís da Gama Cerqueira, professor de Direito e presidente do PD, estava doente, em 31 de agosto de 1929, quando o partido se reuniu para decidir se apoiaria ou não a Aliança Liberal. Assim, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, também professor de Direito e vice-presidente do PD, presidiu a reunião. Por 341 votos a 3, os líderes do PD optaram por apoiar a Aliança Liberal<sup>143</sup>, mas essa é uma outra história.

---

<sup>143</sup> BRASIL BANDECCHI, P. Partido Democrático de São Paulo – sua fundação e seu apoio aos candidatos da Aliança Liberal (Comunicação; III Encontro Regional da Associação dos Professores Universitários de História, realizado em Santos, São Paulo, de 6 a 12 de setembro de 1976).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de militares na Liga era a forma destes influenciarem na política organicamente, realizando alianças que, numa leitura descuidada, não é possível perceber. Tomamos o cuidado de citar os nomes das pessoas que fizeram parte da entidade, durante o período objeto deste trabalho, pois não é possível compreendermos toda a dinâmica social. Outros pesquisadores, ao tomarem conhecimento deste trabalho, poderão realizar outras reflexões, mediante outras perspectivas, no intuito de contribuir para o enriquecimento das Ciências Sociais, notadamente a Ciência Política. Só é possível entender a dinâmica dos debates políticos atuais, quando nos debruçamos sobre as instituições que influenciaram na elaboração de políticas públicas para a sociedade, de acordo com os interesses dos que a dirigem. A Liga da Defesa Nacional, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, refletiu sobre os problemas cadentes nas suas microrregiões. Entretanto, o Diretório Central, no Rio de Janeiro, devido ser a sede nacional da Entidade, refletiu sobre questões importantes para todo o Brasil, como a questão da Defesa Nacional, no tocante ao aparelhamento militar, ao serviço militar obrigatório, à instrução primária e ao saneamento básico para as cidades. A integração era a palavra de ordem para os integrantes dessa Instituição. A Liga, no entanto, era heterogênea, congregando diversas agremiações, como o sindicato dos operários das indústrias, representantes de industriais, de Clubes, da Academia Brasileira de Letras, gerando, assim, uma miríade de reflexões e proposições de políticas públicas de Estado.

A transição para a República e a influência dos militares criou os fundamentos para a reflexão sobre o que era ser brasileiro. Vários intelectuais ligados à Liga escreveram livros orientando quanto às noções de pátria, de cidadania e de nacionalismo. Os militares brasileiros contribuíram para essa reflexão, a partir da reforma do Exército, realizada a partir de 1909, através da Missão Militar à Alemanha. As doutrinas de Guerra e a realidade europeia contribuíram para que esses militares participassem, juntamente com as lideranças políticas aliadas, na formulação de uma saída para a falta de perspectiva de projeto de país. Os intelectuais orgânicos da pequena-burguesia iniciaram o trabalho de construção de um projeto de futuro, que não existia, evoluindo nas formas administrativas de Estado. A disciplina castrense, proposta por meio das sociedades de Tiro, do Serviço Militar Obrigatório e as conferências de divulgação da Liga contribuíram para a valorização dos atributos positivos que os militares julgavam serem necessários à Nação. Esses atributos, apesar de serem apenas

vinculados à riqueza mineral e material existente, contribuíram para a produção cultural intelectual nativa.

O projeto político de desenvolvimento do país, notadamente conservador, estava sendo modelado. Respondendo nossas hipóteses, o plano ideal de desenvolvimento nacional atendia a interesses de classe, por meio da pacificação das massas, aprofundando-se em 1930. A Liga da Defesa Nacional formulou 11 (onze) temas, os quais foram muito importantes para que os intelectuais vinculados à entidade pensassem, juntamente com os ministros de Estado, em formas de intervenção para tentar mudar a realidade e a dinâmica social. É interessante destacar que a grande reflexão proposta por esses temas foi a tocante à instrução primária, ao Serviço Militar Obrigatório, à Saúde Pública, entre outros. Contudo, houve dissidências, quanto à importância do voto e à reunião das pessoas em torno de partidos que respondessem a seus anseios e demandas, notadamente da Liga Nacionalista. A partir dessas críticas em relação à sociedade e da precariedade da situação social no Brasil, foi fundado o Partido Comunista, em contraponto ao Liberalismo, no qual quem era pobre já estava em desvantagem. O Partido Democrático, fundado a partir da Liga Nacionalista, oxigenou a política em São Paulo; apesar de não possuir grande representatividade, possibilitou aos dissidentes do Partido Republicano Paulista propor uma alternativa política, com possibilidade de maior participação nas bancadas das Câmaras Estaduais e Federais.

Por fim, podemos observar que o governo autoritário de Vargas não representou o fim da Liga da Defesa Nacional, mas, sim, o período de formulação da Doutrina Góes Monteiro e a de Segurança Nacional. A primeira procurava despolitizar os militares subalternos, centralizando as deliberações nas mãos dos militares superiores, por meio de Dutra e o próprio Góes, mas principalmente em Vargas. Era necessário “retirar a política no Exército e fazer a política do Exército”, frase esta emblemática, escrita por Góes Monteiro, em seu Livro *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Porém, esse outro momento em que a Liga se expressa como Partido Militar será ainda objeto de estudo.

Nesta Dissertação, desenvolvemos uma análise preliminar das origens da construção dos pressupostos para a fundação da Liga da Defesa Nacional. Apresentamos o Projeto de Nação que estava presente nas Atas do Diretório Central e da Comissão Executiva da entidade, até 1930. A entidade, a partir de 1930, alinhou-se ideologicamente no combate ao Comunismo, com o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional que se aprofundou posteriormente a esta data. Avançamos até 1935, para não perdermos a perspectiva da

mudança política que ocorria no Brasil, notadamente, pela intitulada “Intentona” Comunista. Devido aos desdobramentos da referida “Intentona”, não a apresentamos nesta Dissertação, tendo em vista que, se o fizéssemos, mudaria a perspectiva de nosso trabalho, apesar de ainda, sustentar nosso referencial teórico, acerca da expressão de Partido Militar, caracterizado pela atuação de militares e civis para combater a ideologia marxista. Seria necessário um trabalho mais aprofundado, para verificarmos as nuances da participação dos militares na Liga da Defesa Nacional, principalmente, em períodos de regimes autoritários, na era Vargas, período entre a I e a II Guerra Mundial ou durante o Golpe civil-militar de 1964, momentos estes que favoreceram a participação da Entidade de maneira peculiar. Como citamos inicialmente, a II Guerra Mundial favoreceu um novo reajustamento de foco da entidade, diante do novo cenário que se construía.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2000.

BARBOSA, Rui. **Obras completas**: a grande guerra. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988. v. 24, t. 1.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1995.

BARROSO, Gustavo. O regulamento do Conde de Lippe. **Revista do Superior Tribunal Militar**, Brasília, v. 7, n. 8, p. 101-105, 1983.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 269-299.

BENTO, Cláudio Moreira. Serviço Militar Obrigatório no Brasil: sua implementação através do 1º Sorteio militar. **Revista A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 729, p. 120-138, jan./fev., 1987.

\_\_\_\_\_. **O idealizador e criador do Tiro de Guerra no Brasil**. Resende-RJ: Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Disponível em:  
<<http://www.ahimtb.org.br/tiroguerra.htm>> Acesso em 16 fev. 2012.

BILAC, Olavo. **Últimas conferências e discursos**. São Paulo: Francisco Alves, 1924.

\_\_\_\_\_. **A Defesa Nacional (Discursos)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

BOBBIO, Noberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **O problema da Guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BOSI, Alfredo. Liberalismo versus democracia social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 359-363, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a27v2159.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

BRANDÃO, Antonio Adelino M. Da Silva. **Olavo Bilac e o serviço militar: O homem, o artista, o patriota**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.

BRASIL. **Anuario Estatístico do Brazil**. 1º anno (1908-1912) Volume I. Territorio e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1927.

\_\_\_\_\_. **Anuario Estatístico do Brazil**. 1º anno (1908-1912) Volume III. Cultos, Assistencia, Repressão e Instrucção. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1927.

\_\_\_\_\_. **Anuario Estatístico do Brazil**. Anno II (1936). Rio de Janeiro: Typographia do Departamento de Estatistica e Publicidade, 1936.

\_\_\_\_\_. **Anuario estatístico do Brasil (1936)**. Rio de Janeiro: Tip Departamento de Estatistica e Publicidade, 1936. x, 435 p.

\_\_\_\_\_. **Constituição Política do Império do Brasil (1824)**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/anteriores.html> >. Acesso em: 20 nov. 2010

\_\_\_\_\_. Decreto, 20 de novembro de 1835. **Estabelece o modo de proceder-se ao recrutamento em todo o império**. Coleção Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acesso em: 15 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Decreto, 25 de outubro de 1832. Altera a Lei de 18 de agosto de 1831, **da criação das Guardas Nacionais do Império**. Coleção Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acesso em: 15 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3224, de 10 de março de 1899. **Approva o regulamento do Tiro Nacional**. Rio de Janeiro, 1899. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/paginaDocumentos.action> Acesso em: 15 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.350, de 11 de março de 1909. **Approva o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os estatutos para as sociedades incorporadas a mesma confederação**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 abr. 1909. Seção 1, p. 2.947.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.083, de 25 de junho de 1910. **Approva o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os estatutos para as sociedades incorporadas a mesma confederação**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 25 jun. 1910. Seção 1, p. 5.107.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.708, de 9 de novembro de 1917. **Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 11 nov. 1917. Seção 1, p. 11792.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.790, de 2 de janeiro de 1918. **Approva as modificações feitas na Lei no 1860, de 4 de janeiro de 1908, quanto a parte relativa ao alistamento e sorteio**. Coleção Leis da República. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/Republica/leis1918v2-676pg/pdf-03.pdf> Acesso em: 15 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. **Regulamenta a lei do serviço Militar** (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/r199.htm>. Acesso em: 25 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908. **Regula o alistamento, o Sorteio Militar e reorganiza o Exército.** Coleção Leis do República. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/Republica/leis1908vIp1152/parte-4.pdf> Acesso em: 15 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874. **Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e da Armada.** Coleção Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimper/coleção7> Acesso em: 15 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Ministério da Guerra. Decreto nº 14.104, de 17 de março de 1920. **Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição.** Coleção Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/executivaPesquisaBasica.action> Acesso em: 20 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Ministério da Guerra. Decreto nº 16.013, de 20 de abril de 1923. **Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição.** Coleção Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/executivaPesquisaBasica.action> Acesso em: 20 Jun 2009

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **História do Serviço Militar.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/smo/Historia>. Acesso em: 15 fev.2009.

BRASIL BANDECCHI, Pedro. **A Liga Nacionalista.** São Paulo: Parma, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Bucha a Maçonaria e o espírito liberal.** São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

CALAZA, Cláudio Passos. **Aviação no Contestado:** investigação e análise de um emprego inédito. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da história da República.** Tomo I. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. **À Margem da história da República.** Tomo II. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora UNB, 1981.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 10 ed. Campinas: Papirus, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. As Forças armadas na primeira república: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira** - Tomo III- O Brasil Republicano, 2º Volume - sociedade e Instituições. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Exército brasileiro**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. D'ARAÚJO; Maria Celina (Org.) **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora/Bom texto, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico**. In: REVISTA BIB, n. 19, pp. 5-19, 1ª sem. 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. 2ª ed. Porto Alegre: LP&M, 1990.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de canudos**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro R. CABRAL Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. História Militar do Brasil. In: Silva, Marcos (Org.). **Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. PENNA, Lincoln (Org.). **Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: E-Papers, 2008.

DA MATTA, Roberto. Brasil: **Uma nação em mudanças e uma sociedade imutável?** Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. In: Revista de Estudos Históricos, v. I, n. 2. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de gramsci**. São Paulo: Xamã, 2005.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. **O que todo cidadão deve saber**. Manual de instrução cívica. São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919.

DREIFUSS, René. Sociedade política armada ou força armada societária? In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (et al.). **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DULLES, John W. F. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-vargas: 1938-1945**. São Paulo; Nova Fronteira/EDUSP, 1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol 2. 2 ed. rev. e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000.

FONSECA, Mario Hermes da, e ESCOBAR, Ildefoso (eds.) **Primórdios da organização da defesa nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Glória, Pinho e Manes, 1943.

FONSECA JÚNIOR, Hermes da. **A Escola Superior de Guerra na Política Brasileira: Um Estudo sobre o pensamento militar diante da questão agrária (1949-1964)**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro - RJ, UFRRJ. 1998.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOES MONTEIRO, Pedro A. **A revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Odersen editores, s.d.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de Defesa**. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Caderno 12 (1932) apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Risorgimento italiano. Caderno 19. In. GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 11-128.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981,

\_\_\_\_\_. **O materialismo Histórico**. Roma: Editori Riunti, 1973.

GURGEL, José de Alfredo Amaral. **Contribuição ao estudo da doutrina de Segurança Nacional na Problemática brasileira**: estudo de Ciência Política. 1973. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – UNESP, Araraquara - SP, 1973.

HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares: 1889-1898**. Tradução de J. S. Witter. São Paulo: Pioneira, 1975.

HAYES, Robert Ames. **A nação Armada: a mística militar brasileira**. Tradução de Delcy G. Doubrava (Coleção General Benício, v. 278). Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

HOBSBAWN, Eric J. RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Calvacante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Satarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A era dos Impérios (1875-1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidem de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Era do Capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A fronda pretoriana. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil do Império: do Império à República**. v. 5. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1977. 306-347 p.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

JOHNSON, J. J. **Os militares latino-americanos como políticos**. In: LIEUWEN, E. e outros. Militarismo e Política na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

KLINGER, Bertoldo. **Parada e desfile numa vida de voluntários do Brasil na primeira metade do século**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1958.

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial: diálogos. **Revista do Departamento de História da UEM**, Maringá, v. 3, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/diaologos/volume01/vol03\\_atg3.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/diaologos/volume01/vol03_atg3.htm)> Acesso em: 20 jun. 2009.

KUHLMANN, Paulo Loyolla. **O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: razões de permanência do modelo de recrutamento no Brasil.** 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto: o rebelde imprescindível.** 1a Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: Vida e Obra.** Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil - elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964.** In: VI CONGRÉS DU CEISAL (CONSEIL EUROPÉEN DE RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES SUR L' AMÉRIQUE LATINE). 2010, Tolouse, França, Anais, 2010. Disponível em: <[http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/Contrarrevolucao\\_e\\_ditadura\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf)>

LÊNIN, Vladimir. **O que fazer?** Obras escolhidas. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed Alfa-ômega, 1985.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. **Livro de Actas do Directório Central.** Acta 1ª de 7 de setembro de 1916 a 12 de novembro de 1947.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. **Livro de Actas do Directório Central.** Acta 1ª de 12 de maio de 1948 a 2 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. **Livro de Actas da Comissão Executiva.** Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 9 de novembro de 1916 a Acta de 3 de fevereiro de 1925.

\_\_\_\_\_. **Livro de Actas da Comissão Executiva.** Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 10 de fevereiro de 1925 a Acta de 12 de maio de 1931.

\_\_\_\_\_. **Livro de Actas da Comissão Executiva.** Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 12 de abril de 1943 a Acta de 11 de agosto de 1960.

\_\_\_\_\_. **Livro de Actas do Departamento Trabalhista.** Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 1º de maio de 1944 a Acta de 28 de março de 1945.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique. **Os Bruzundangas.** Rio de Janeiro: Ed Cultura Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Editora Moderna, 1984.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Presença de Alberto Torres (Sua vida e pensamento).** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

LOSURDO, D. **Contra-história do Liberalismo.** Trad. Giovanni Semeraro. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

- LUDWING, Carlos Antonio. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo, 1982.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.
- MAGALHÃES, Raymundo Jr. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Americana, 1974.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1998.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. **Os corpos de Ordenanças e auxiliares**. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR.
- MENDES, Fábio Faria. **A economia moral do recrutamento militar no Brasil Império**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, Out. 1998. Disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttest&pid=s0102-69091998000300005&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttest&pid=s0102-69091998000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 23 dez 2009.
- \_\_\_\_\_. Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.) **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, Bom Tempo, 2004.
- MENDES, Raimundo Teixeira. **A mistificação democrática e a regeneração social**. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1906.
- MENEZES, Djacir. **“Federalismo e centralização”**. In: *Revista de Ciência Política*, v. 17, n. 1. Rio de Janeiro: FGV, março de 1974, p. 105.
- MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MORAES, Márcia Cristina de. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo**. Uma leitura da revista *A Defesa Nacional* (1913-1918). 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Campus Marília, 2004.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coord.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. 4a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Hermann Moreira de. **O papel dos Tiros de Guerra na comunicação social do Exército Brasileiro**. Escola de Comando do Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2007.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. 1ª ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Tiago S. de **A defesa do serviço militar, a luz dos discursos de Olavo Bilac**. 2008. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

\_\_\_\_\_. CUNHA, Paulo Ribeiro da . **A formação se um “Cidadão” apto para a convivência em sociedade**. In: 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação, 2007, Marília - SP. Anais do 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação. Marília - SP, 2007. v. 1

\_\_\_\_\_. **A problemática da defesa do serviço militar obrigatório a luz dos discursos de Olavo Bilac**. Revista Aurora, do programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Ano III, n. 4, julho de 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEIXOTO, Alzira do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

\_\_\_\_\_. et al. **O liberalismo no Brasil imperial**. Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da republica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2008.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise crítica do discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.

PINHEIRO, Jacy Guimarães. **O Conde de Lippe e seus artigos de guerra**. Revista so Superior Tribunal Militar, Brasília, v. 4, n. 4, p. 61-69, 1978.

PINTO, Sergio Murillo. Democracia e Forças Armadas no Brasil. In: Revista de Cultura Vozes, ano 84, jan/fev 1990, nº 1, p. 37.

QUINTANEIRO, Tania (et. al). **Um toque de clássicos**. Marx, Weber e Durkheim. 2ª ed. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RATTENBACH, Benjamin. **El sistema social-militar en la sociedad moderna**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1972.

Revista. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 1, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1913.

\_\_\_\_\_. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 2, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1913.

\_\_\_\_\_. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 3, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1913.

- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 4, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 7, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 9, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 10, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 12, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 13, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 14, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 15, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1914.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 16, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 17, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 18, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 19, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 20, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 21, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 22, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 23, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 24, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 25, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 26, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 27, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 28, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 29, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 30, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 31, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 32, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1916.

- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 33, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 34, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 35, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 36, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 37, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 38, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 39, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1916.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 40, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 41, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 42, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 43, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 44, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 45, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 46, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 47, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 48, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 49, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 50, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 51, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1917.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 52, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 53, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 54, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 55, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 56, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 57, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1918.

- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 58, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 59, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 60, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 61, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 62, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 63, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 64, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 65, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 66, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 67, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 68, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 69, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 70, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 71, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 72, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 73, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 74, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1919.
- \_\_\_\_\_. “A Defesa Nacional”. Edição nº 75, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1919.

REZENDE, Maria José de. **Mudança social e conciliação em Euclides da Cunha**. Acta Scientiarum, Maringá, v. 24, n. 1, p. 189-199, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 18, n. 1, p. 73-92, jan./jun., 2002.

\_\_\_\_\_. **Alberto Torres e a mudança social no Brasil: o equilíbrio conservador e a supressão do conflito**. Revista brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, ano 8, n. 30, p. 249-259, abr./jun., 2000b.

\_\_\_\_\_. **Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres**. Estudos de Sociologia, Araraquara, n. 8, p. 35-57. Semestre, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Oliveira Vianna e a Mudança Social no Brasil**. In. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 15, n. 1 p. 149-178, jan./jun., 1999.

\_\_\_\_\_. **Mudança Social no Brasil: a construção de um ideário conservador**. Revista Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10. n. 2, p. 159-189, out. 1998.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley; PIRES, Sérgio Fernandes Senna. **Serviço Militar obrigatório versus serviço militar voluntário: o grande dilema**. Cadernos Aslegis, da Associação de Consultores legislativos e de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados. Brasília, v.8, n. 24, p. 61-60.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2008.

ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Albatroz, 2008.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Um Olhar sobre as Instituições escolares militares brasileiras do fim do século XIX ao início do século XX**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP, v88, n 219 p.310-330. maio/ago2007.

SERVA, Mario Pinto. **O voto secreto ou a organização de Partidos Nacionaes**. Liga Nacionalista. São Paulo: Imprensa Methodista, 1923.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2ª ed. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova República**. 4ª ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1987.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão deve saber sobre o pensamento militar brasileiro**. (Coleção Cadernos de educação política, 6) São Paulo: Global, 1985.

TORRES, Alberto. **Organização nacional**. Reimpressão, Brasília: UNB, 1982.

\_\_\_\_\_. **O problema nacional**. Reimpressão, Brasília: UNB, 1982.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **As Forças Armadas como força política**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 20, pp. 39-47, jan. 1966.

VARGAS, Getúlio. **Diário. Volume I (1930 a 1936)**. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1995.

WEBER, Max. **“Burocracia”**. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cúltrix, 1984.

VERÍSSIMO, José. **O modernismo**. In: História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

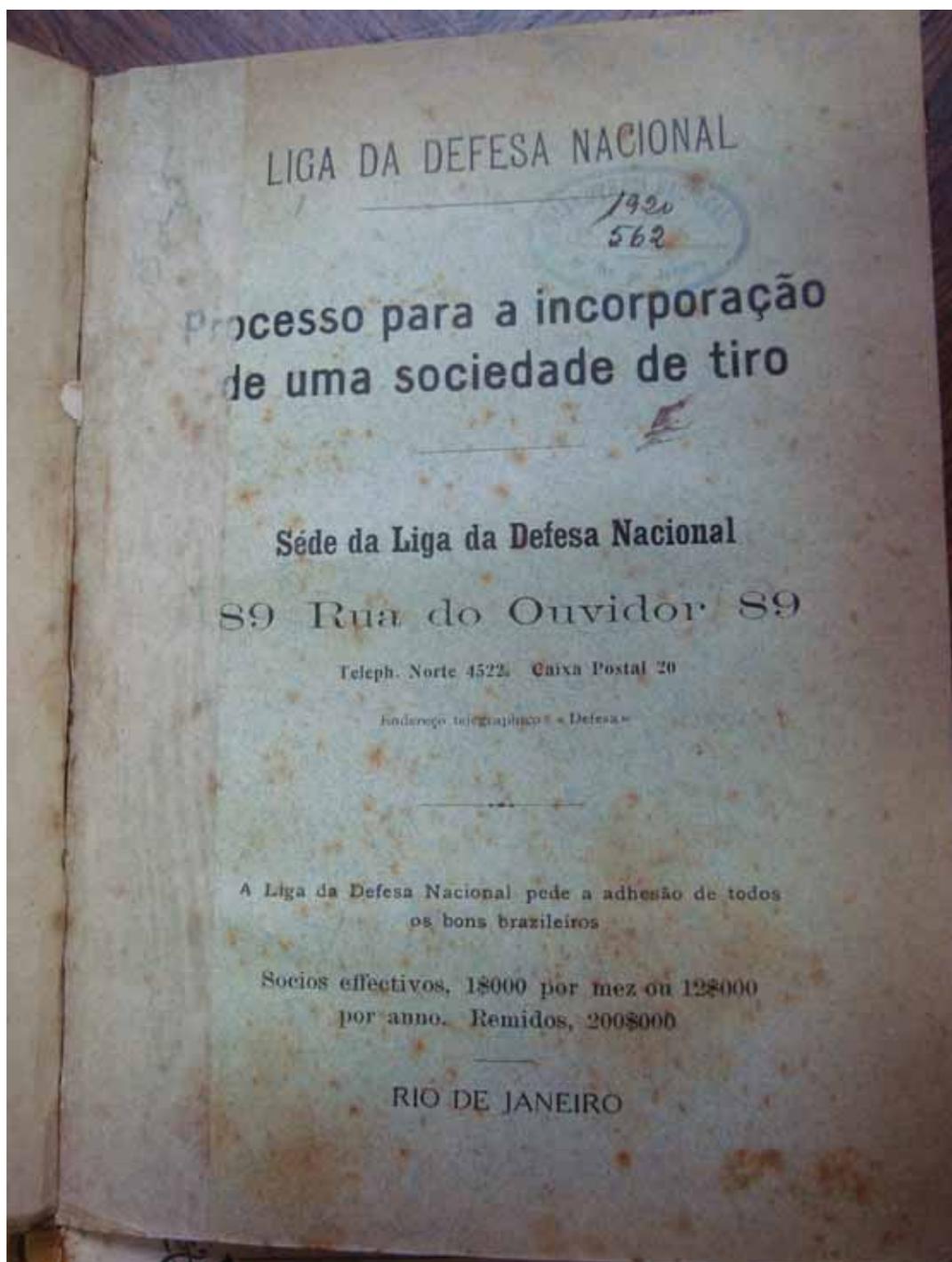
\_\_\_\_\_. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

VITA, I. W. **Alberto Sales ideólogo da República**. São Paulo: CEN/Coleção Brasileira, v. 327, 1965.

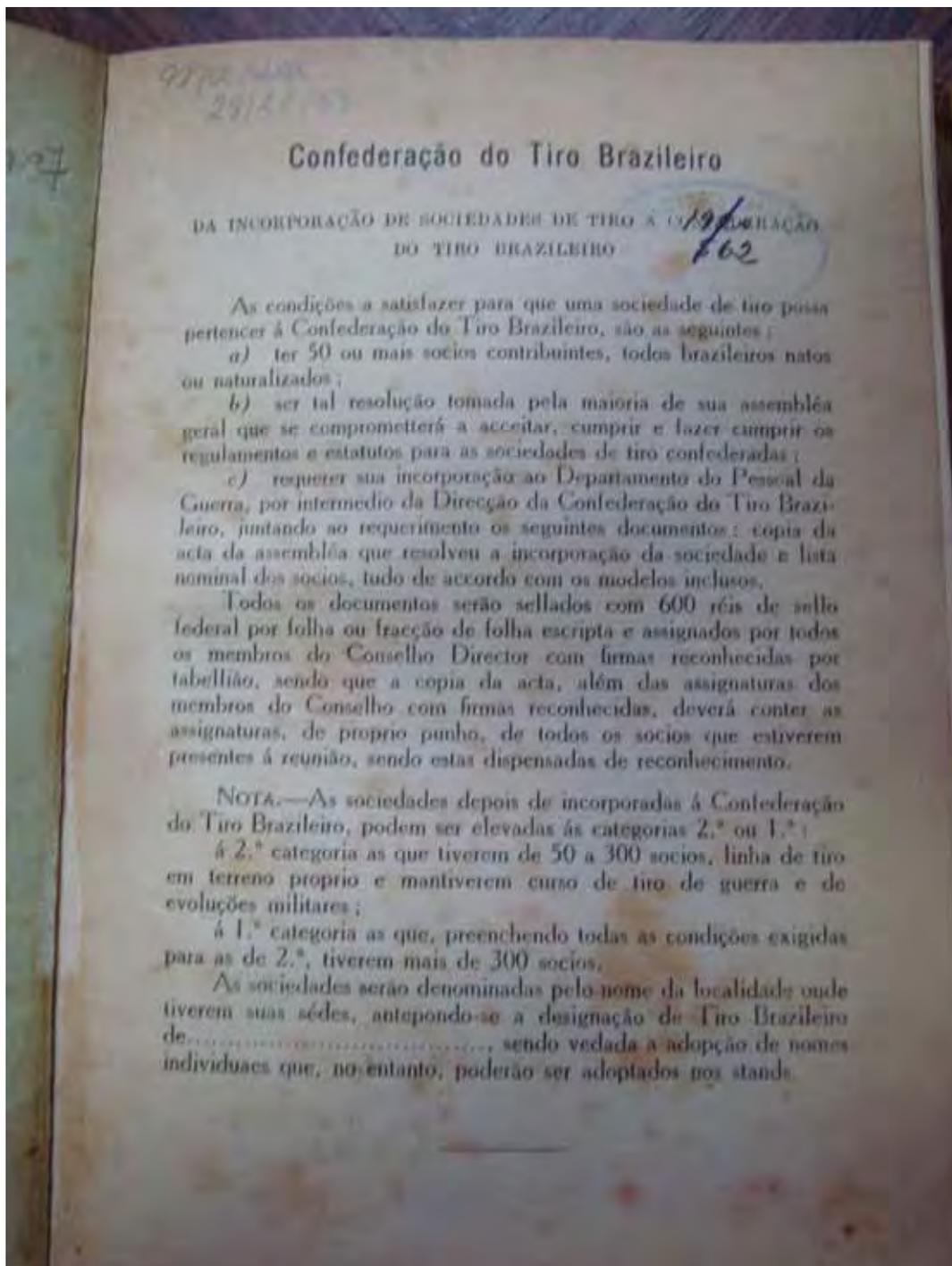
WINSTON, Robert D. **O papel do Serviço Militar Obrigatório nas democracias das américas**. Air & Space Power Journal. Disponível em:

<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2002/3tri02/winston.html> Acesso em: 06 Mar. 2009.

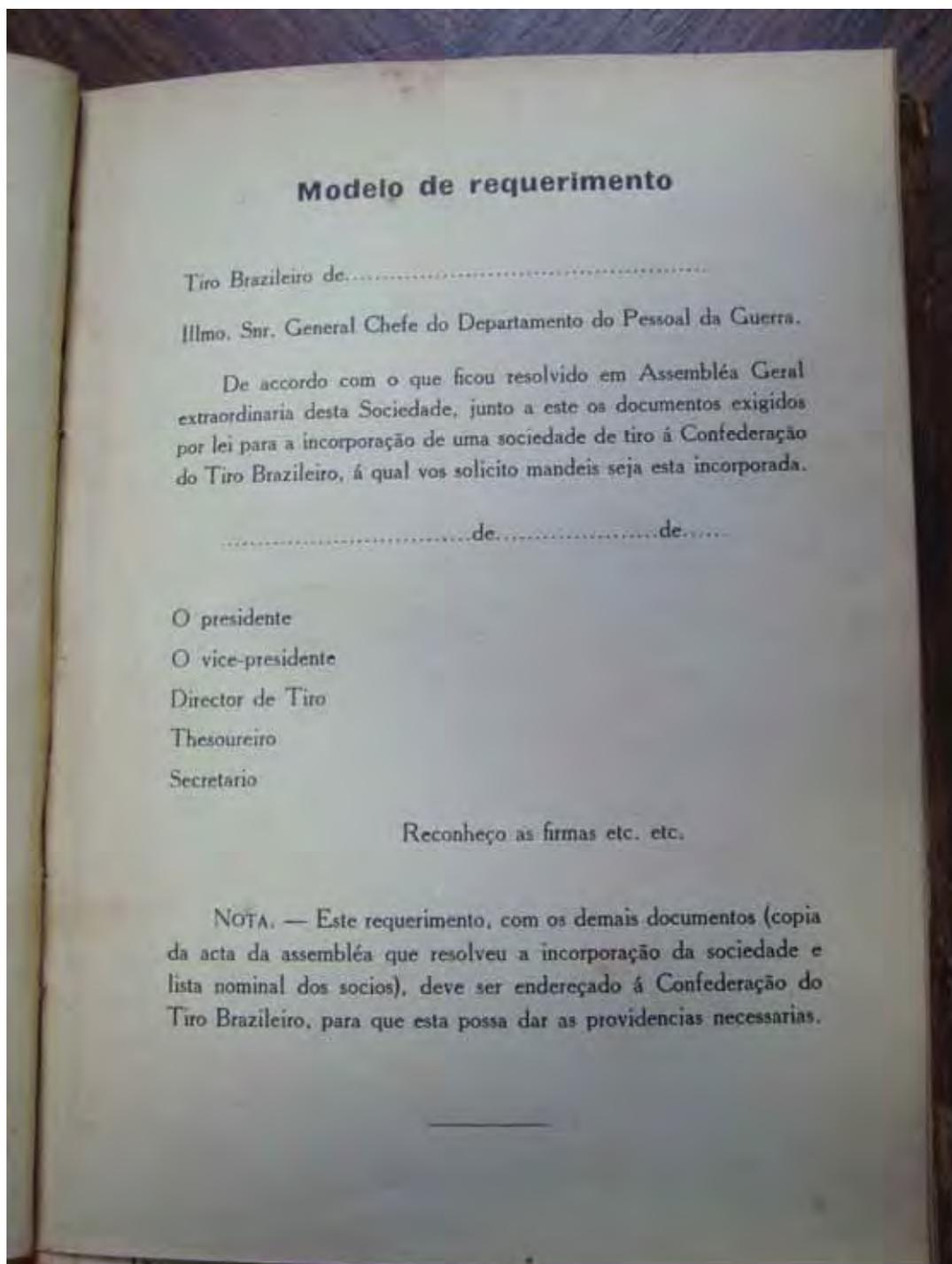
**ANEXO A – Manual para o Processo para a Incorporação de uma sociedade de Tiro, o qual foi orientado pela Liga da Defesa Nacional.**



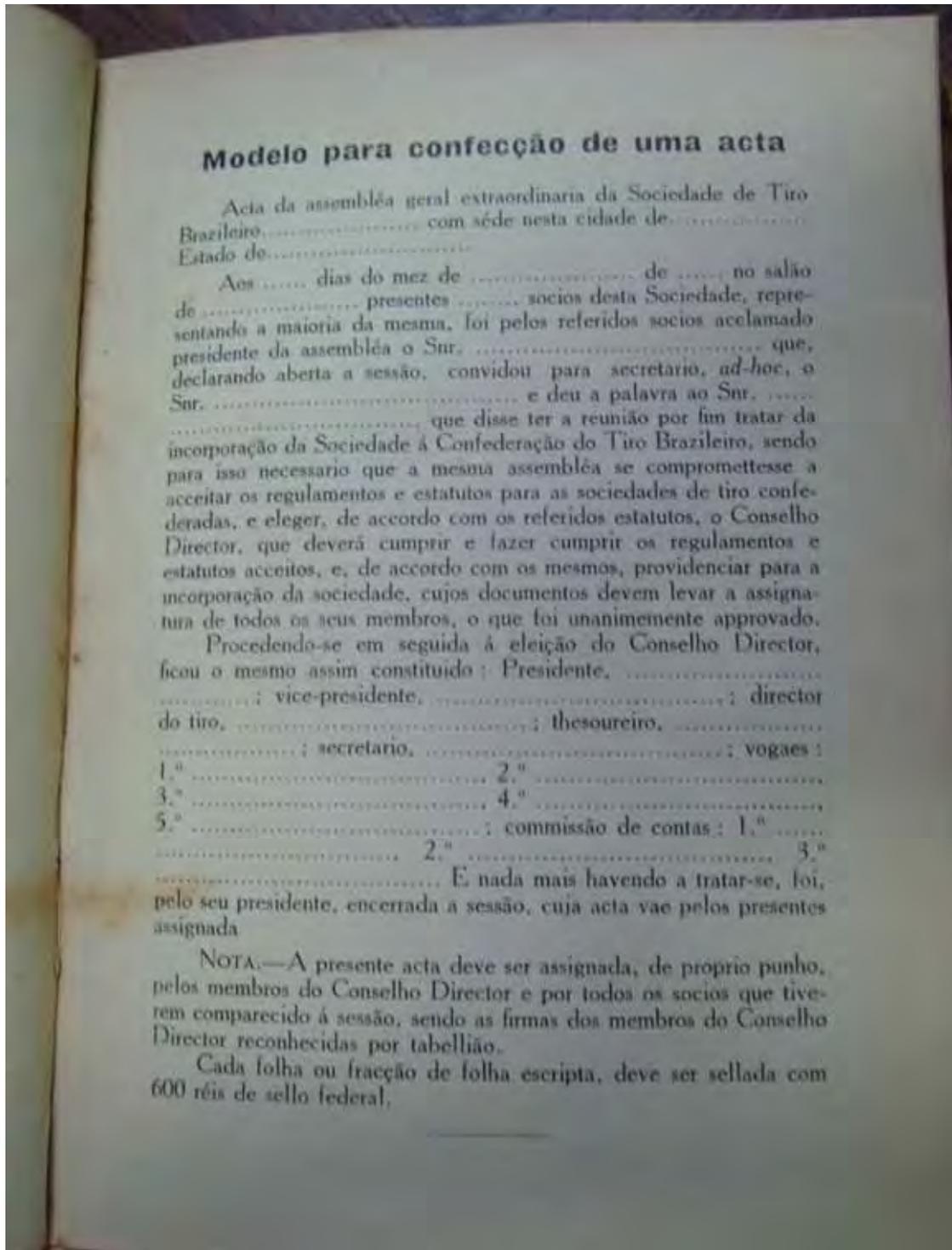
## ANEXO B – Orientação para o Processo de Incorporação de uma sociedade de Tiro.



## ANEXO C – Modelo de Requerimento para a Incorporação de sociedade de Tiro.

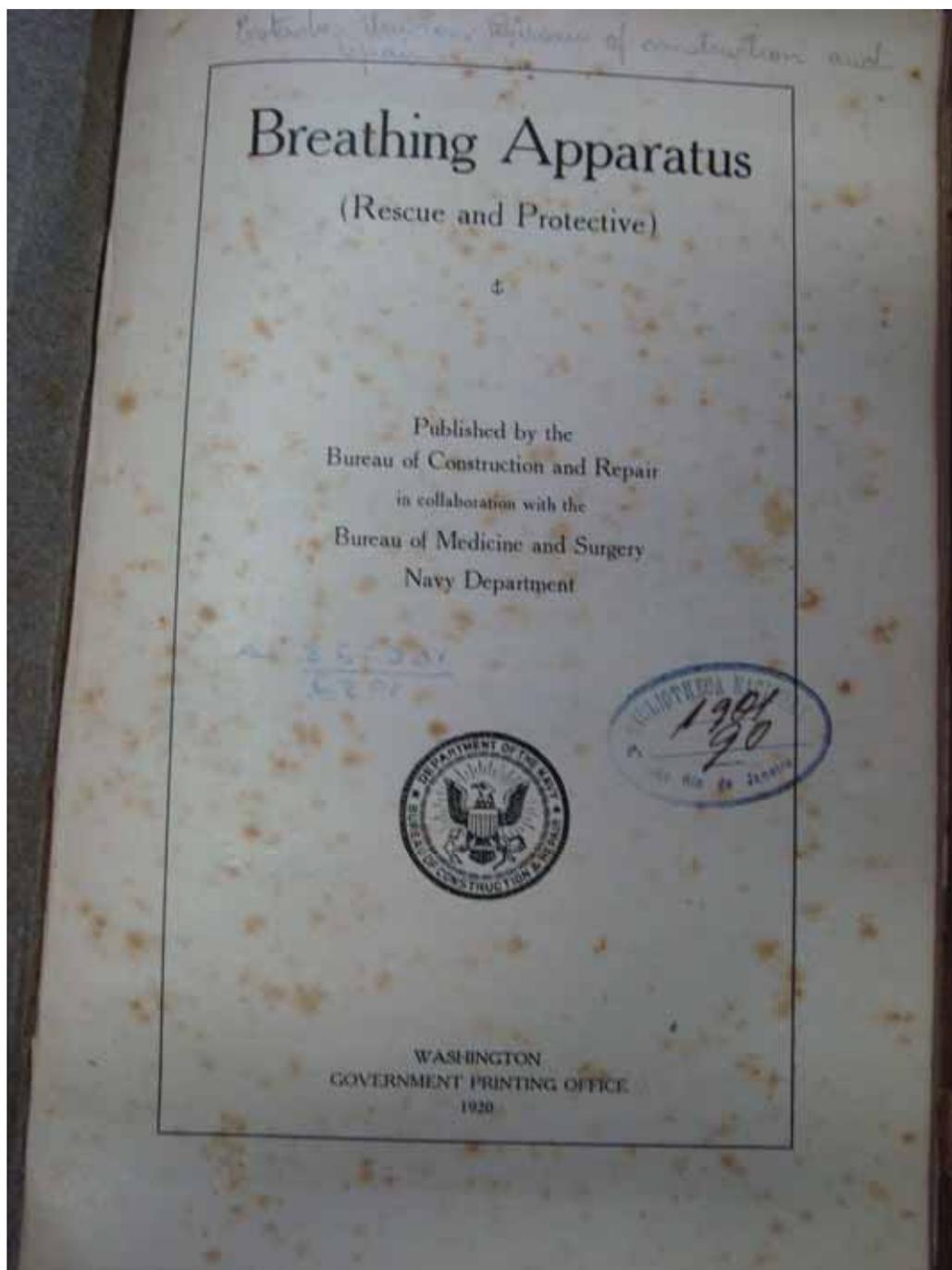


## ANEXO D – Modelo para confecção da Ata das Assembleias da Sociedade de Tiro.

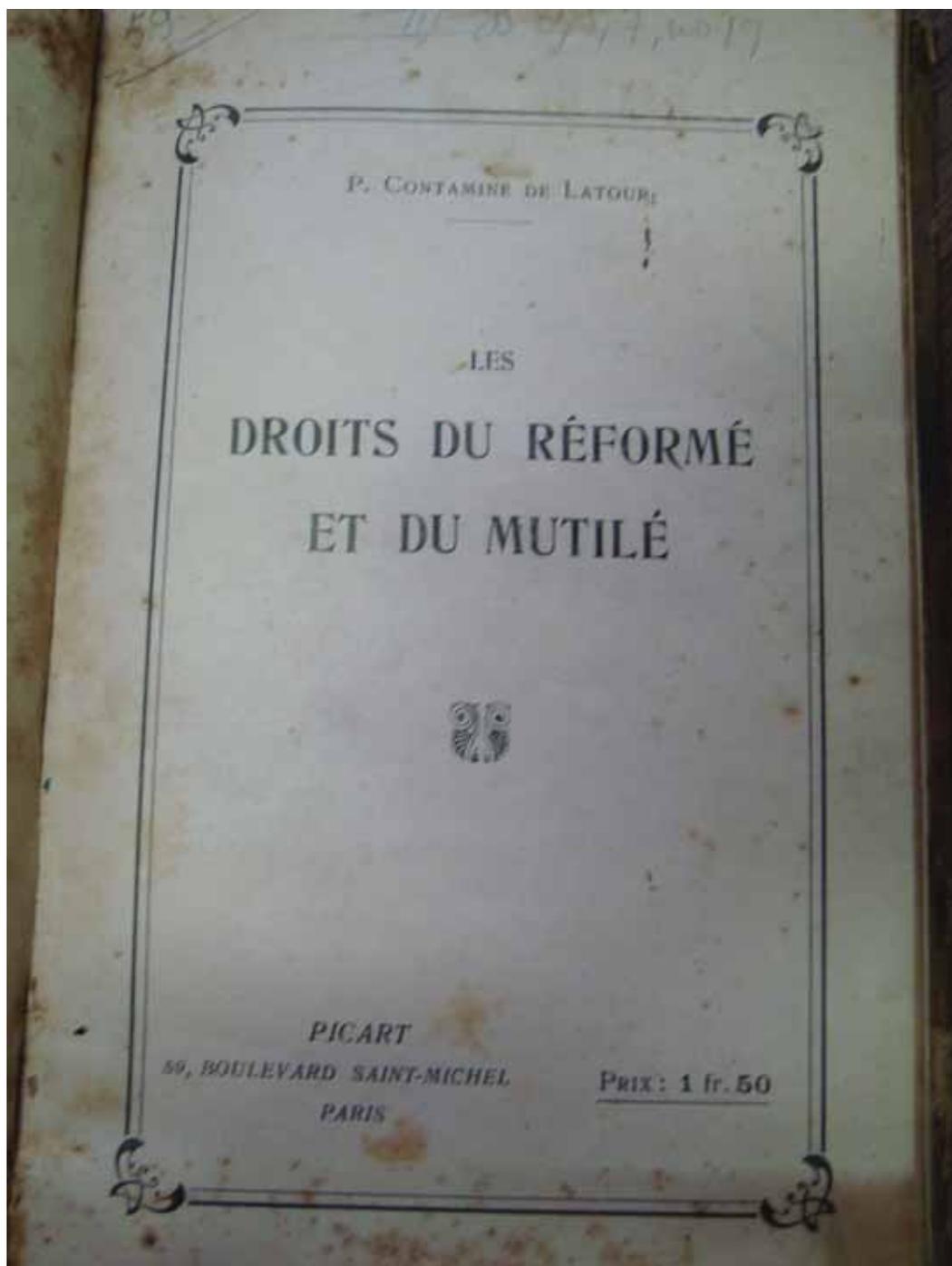




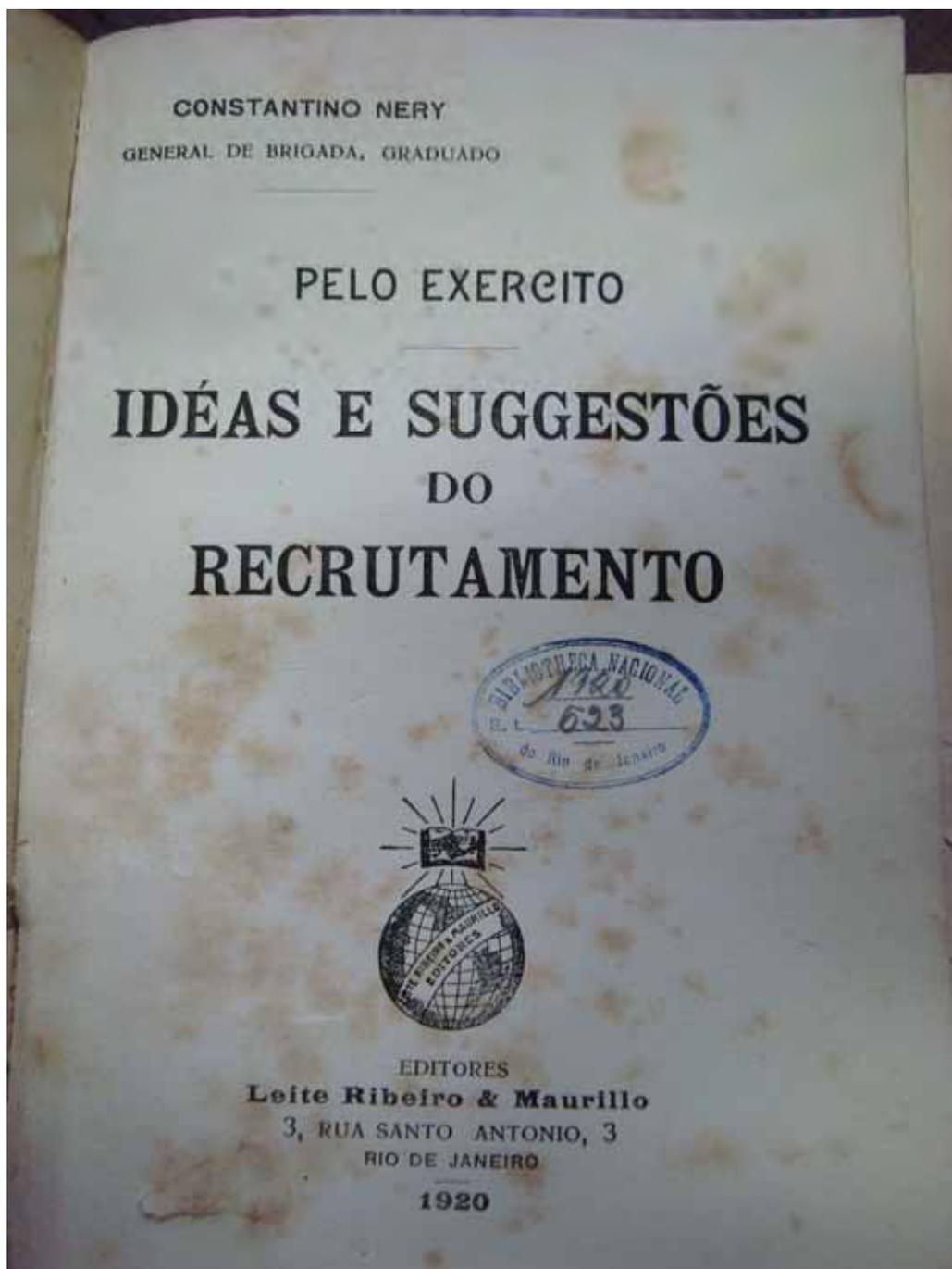
**ANEXO F** – Livro cedido à Liga da Defesa Nacional pelo Oficial da Marinha em visita ao Brasil.



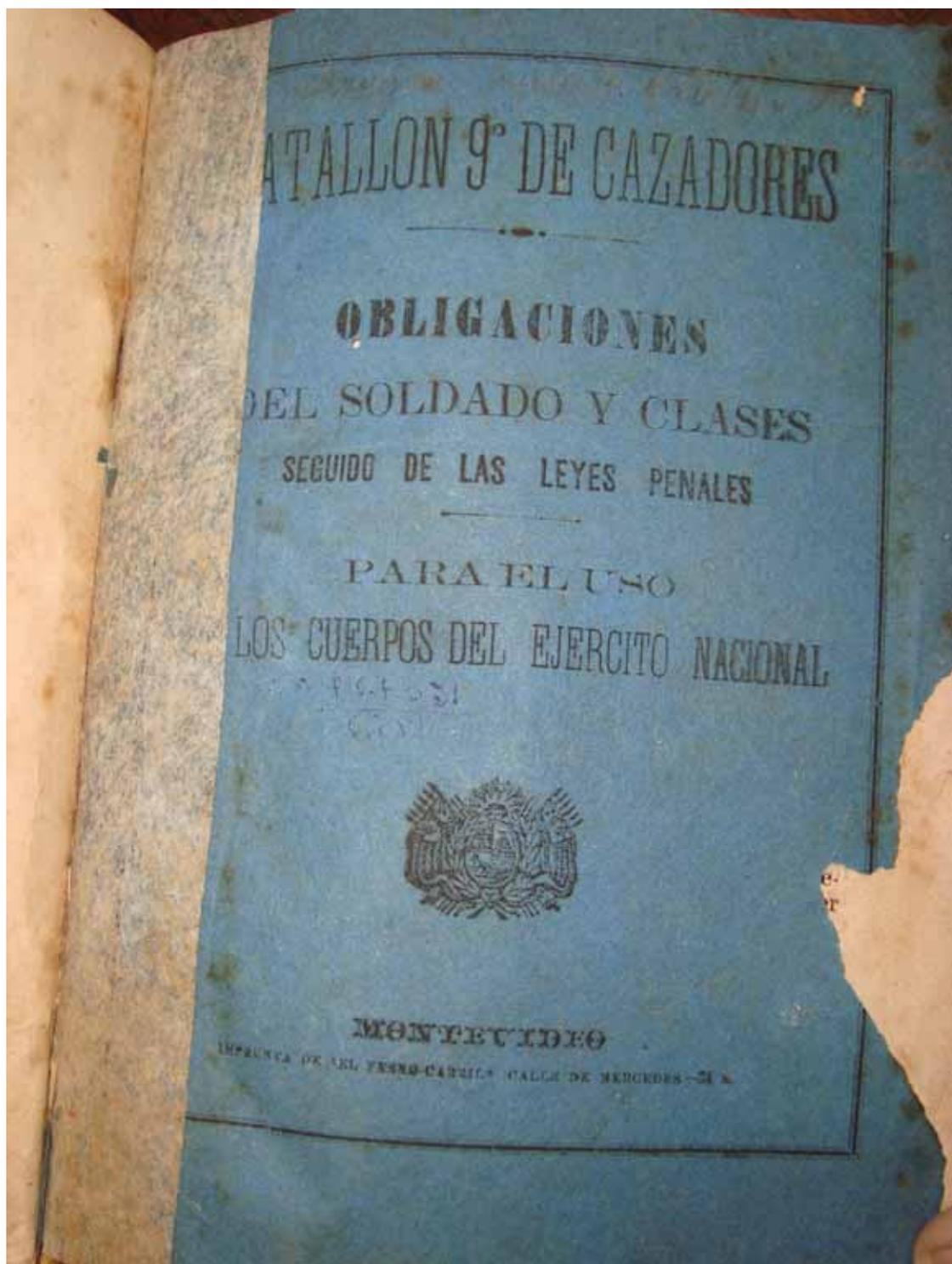
ANEXO G – Manual francês sobre mutilação e reforma de militares em combate.



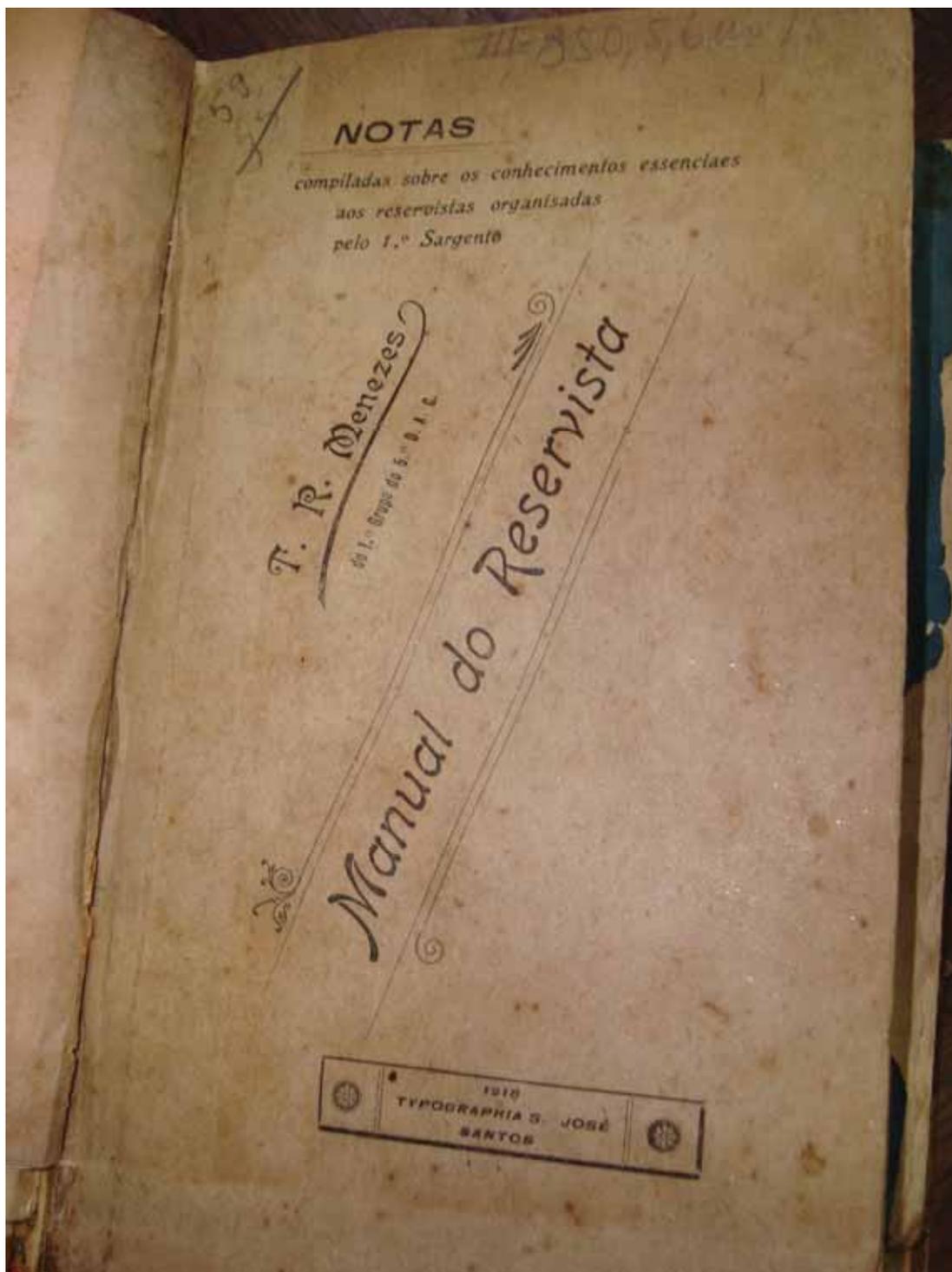
**ANEXO H** – Livro do General de brigada Constantino Nery, versando sobre o recrutamento militar.



**ANEXO I** – Manual do 9º Batalhão de Caçadores, do Exército Uruguaio, versando sobre os deveres dos soldados durante o serviço militar.



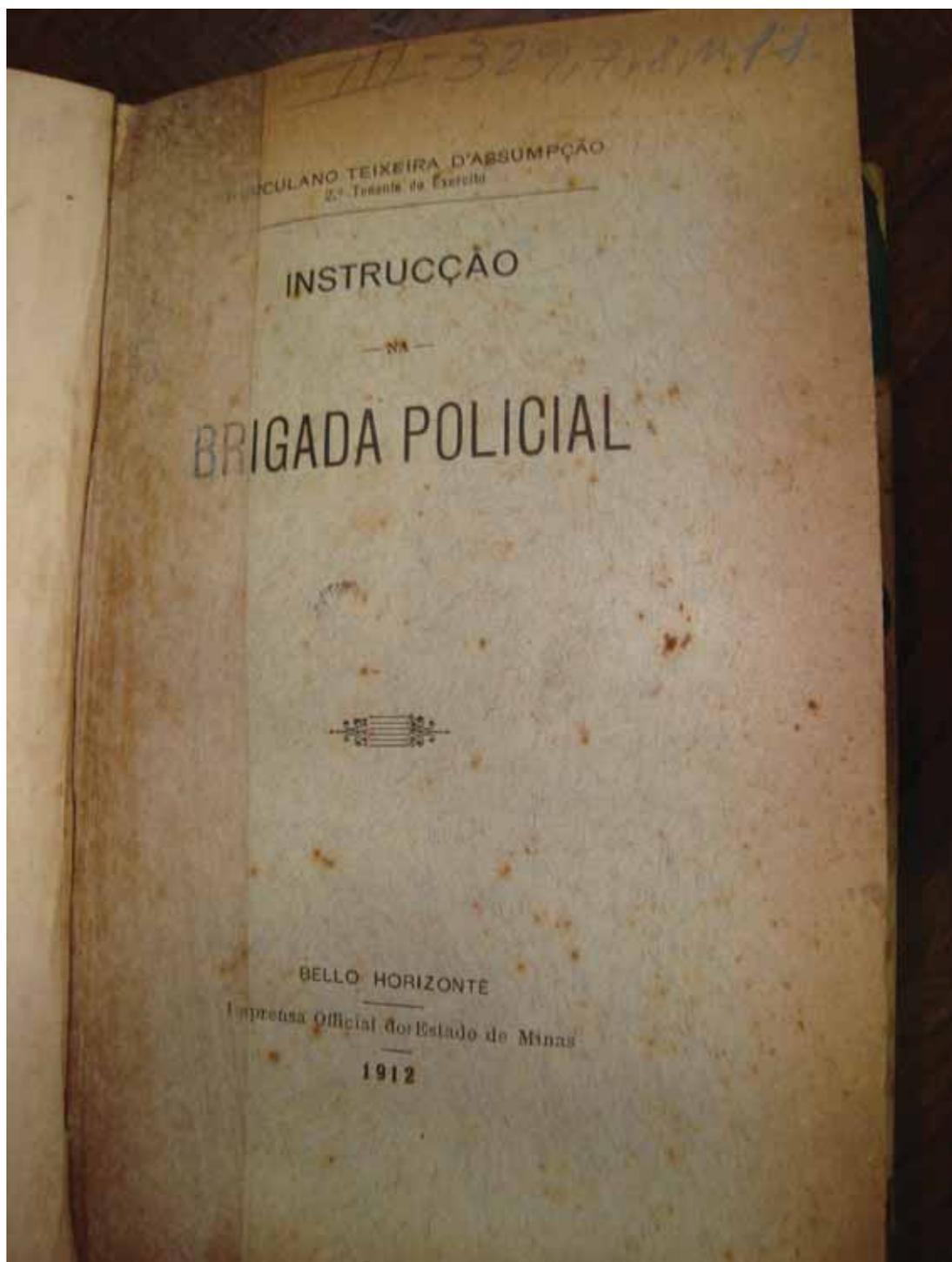
**ANEXO J** – Manual do Reservista confeccionado em 1918, pelo 1º Sargento T. R. Menezes.



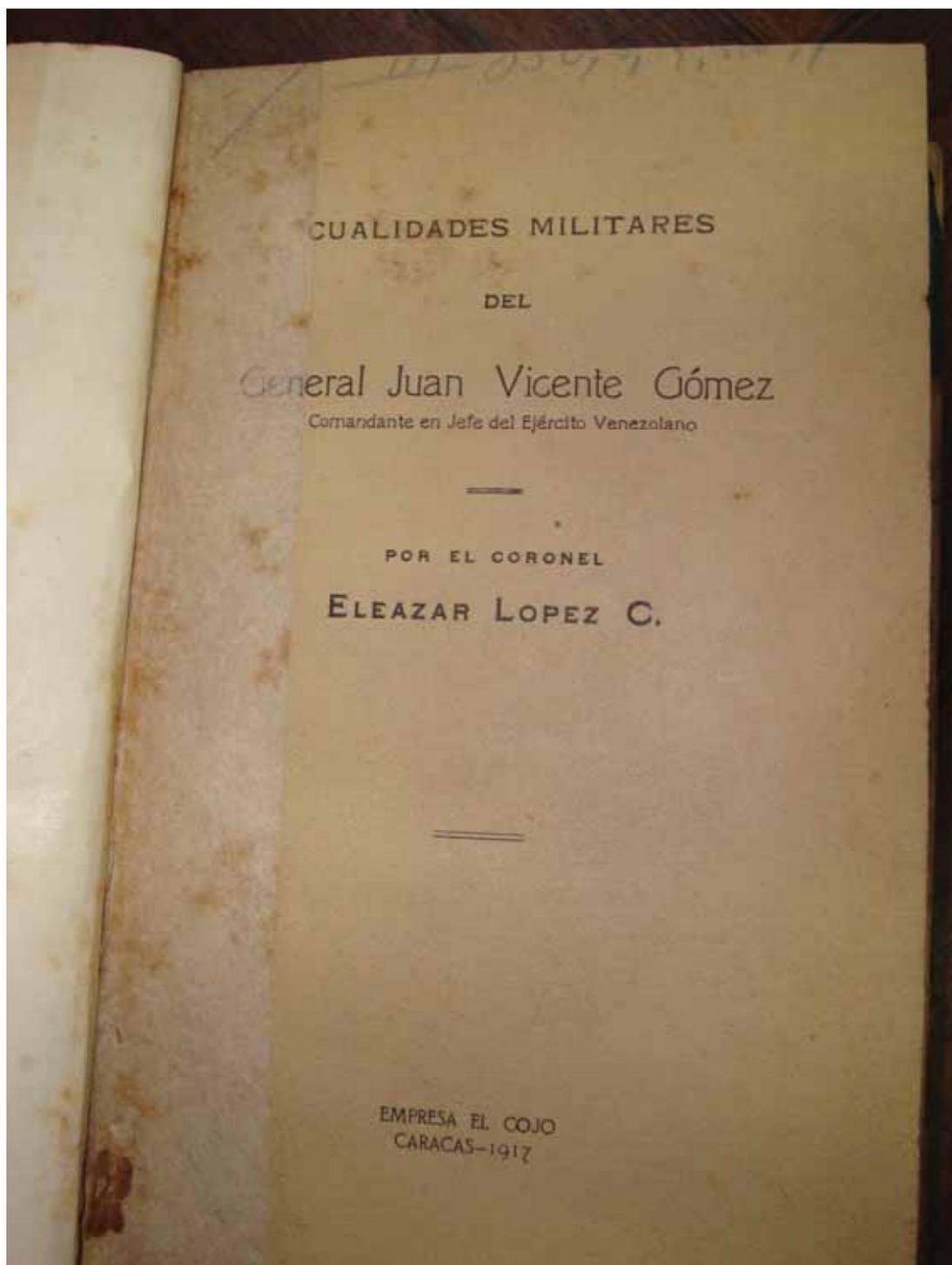
**ANEXO K** – Programa para a Instrução Militar, nos Institutos de Ensino Superior e Secundário, confeccionado em 1916, no Estado de São Paulo.



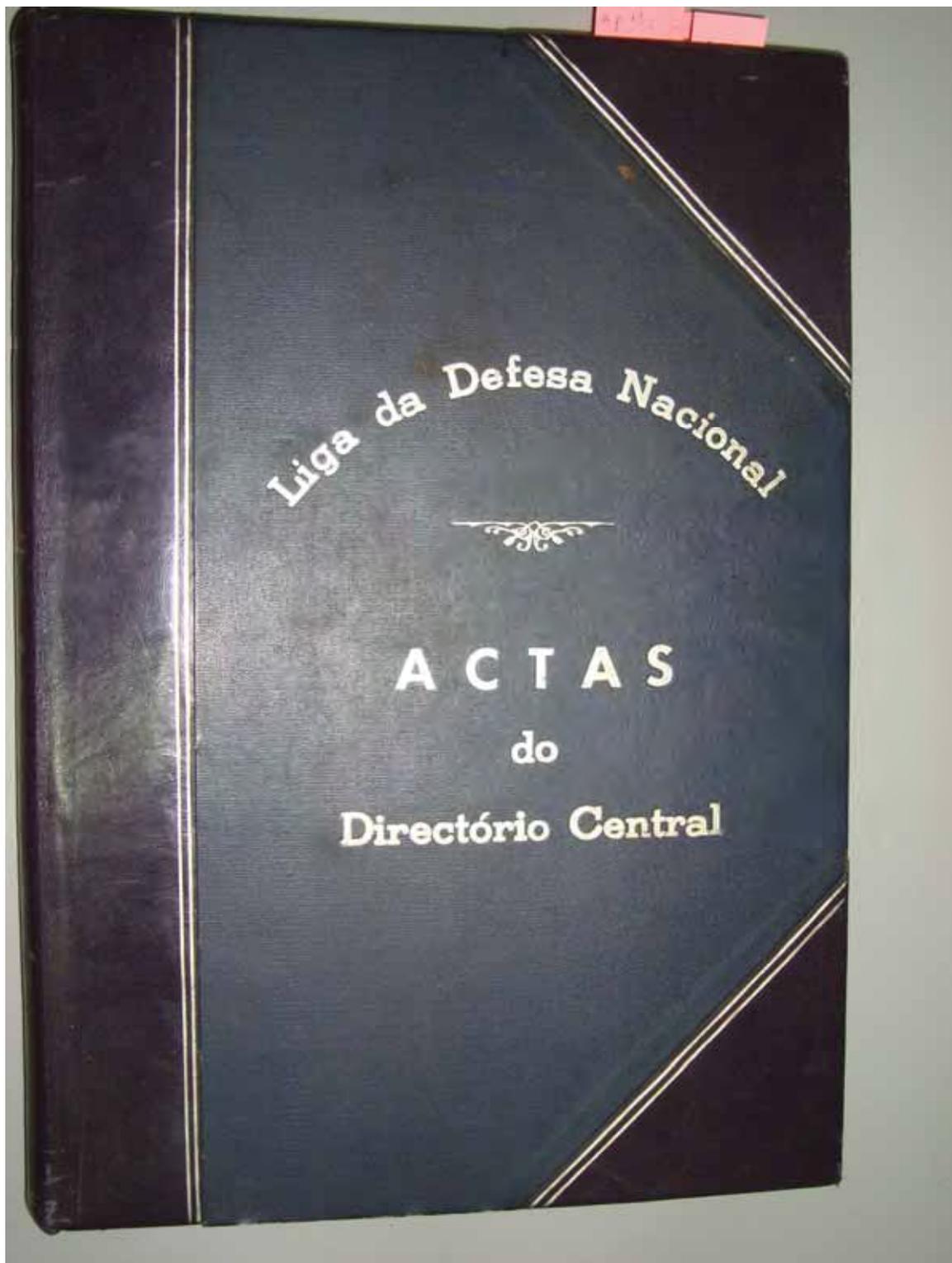
ANEXO L – Manual de Instrução da Brigada Policia de Minas Gerais, publicado em 1912.



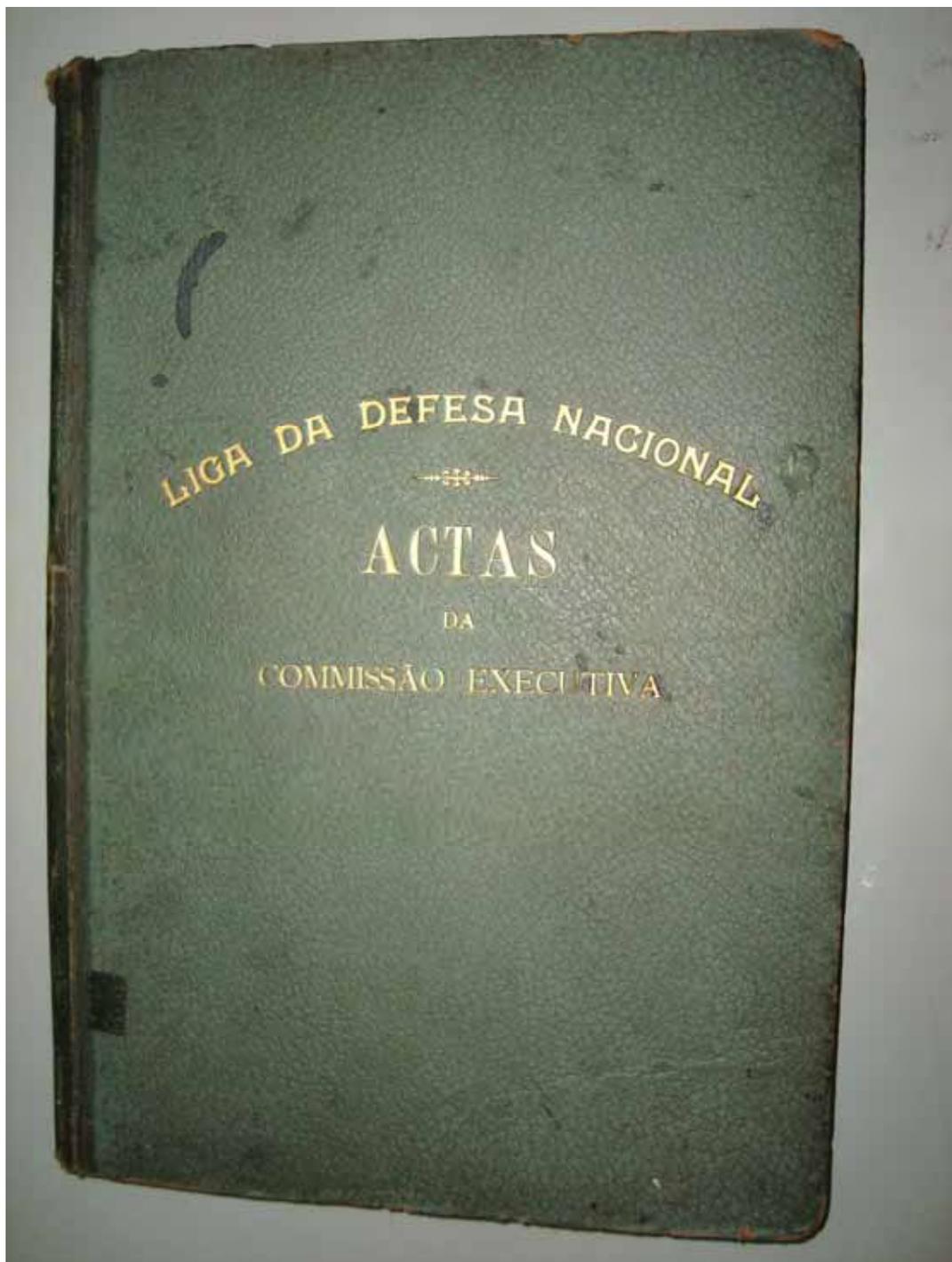
**ANEXO M** – Manual de formação moral dos militares da Venezuela, escrito pelo General Juan Vicente Gómez, 1917.



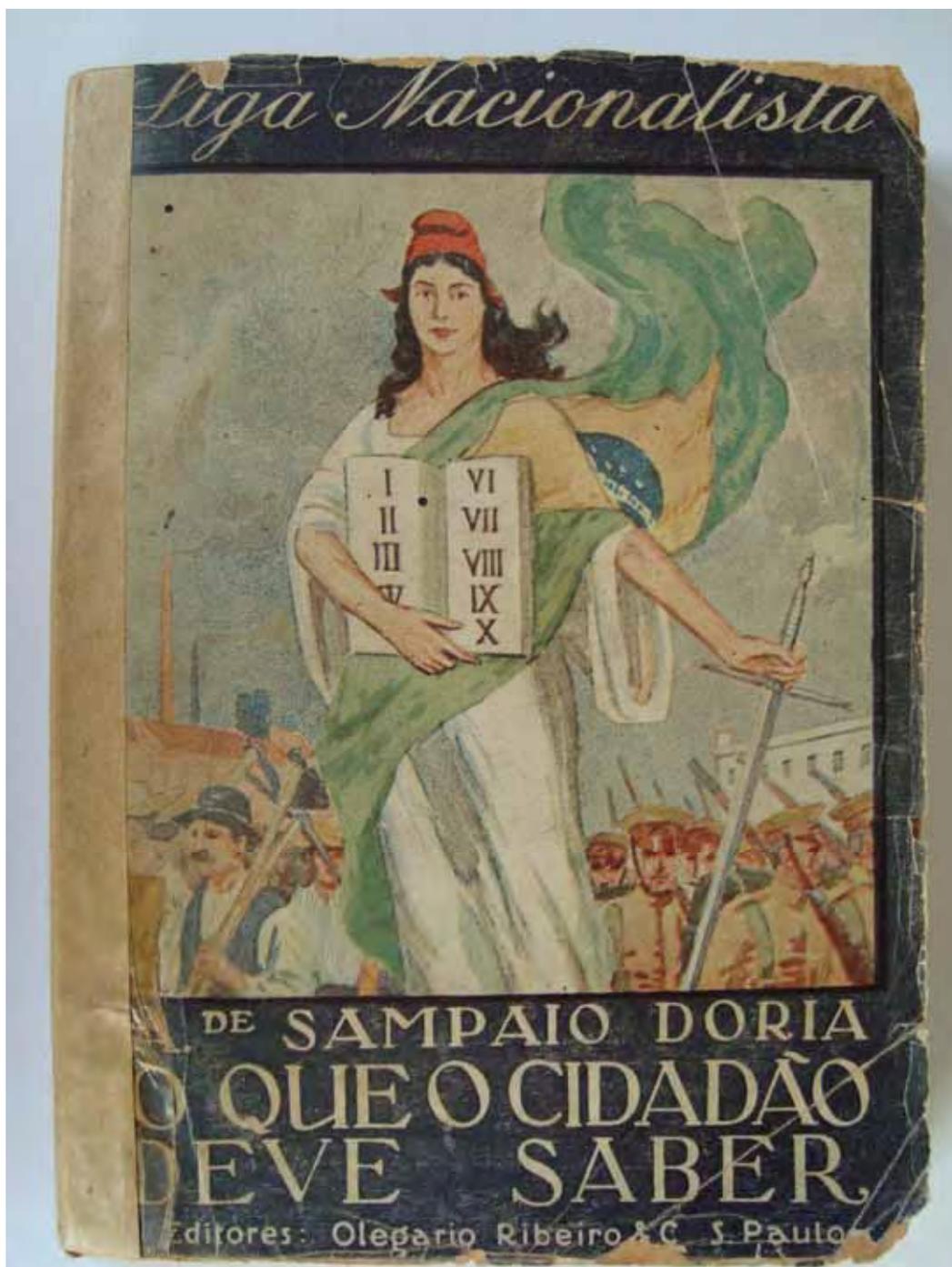
**ANEXO N** – Livro de Atas do Directório Central da Liga da Defesa Nacional



**ANEXO O** – Livro de Atas da Comissão Executiva do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional



**ANEXO P** – Livro de Antonio de Sampaio Dória, "O que todo cidadão de saber", publicado em 1919, de acordo com os requisitos definidos para o Manual de Instrução Cívica, proposto por Bilac.



**ANEXO Q** – Livro de Mario Pinto Serva, ‘O Voto Secreto ou A Organização de Partidos Nacionaes’, publicado em 1923, quando a Liga Nacionalista, orientava seu programa em relação a consciência perante ao voto e a organização política da Constituição. Nesta Obra o autor traça os fundamentos para a fundação do Partido Democrático.



**ANEXO R** – Cartão que recebi do Vice-Presidente Executivo da Liga da Defesa Nacional, Coronel José Carvalho Filho, em 2009, quando em visita à Sede do Diretório Central, em Brasília-DF.,



## **ANEXO S – Primeiro Estatuto da Liga da Defesa Nacional**

### 1º Estatuto da Liga da Defesa Nacional

Acha-se fundada no Rio de Janeiro, com séde provisoria à rua do Ouvidor 89, a Liga da Defesa Nacional, sociedade de que fazem parte os vultos mais eminentes do paiz, congregados pelo desejo sincero de soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação.

Empenhados, como andamos, pelos mesmos ideaes, embóra no restricto aspecto da efficiencia militar, é com vivo jubilo que saldamos a patriotica associação que num ambito mais vasto se propõe a fortalecer o character nacional, imprimindo aos brasileiros confiança em seu proprio valor.

Publicaremos a seguir os estatutos da benemerita instituição.

### **ESTATUTOS DA LIGA DA DEFESA NACIONAL**

#### **DA LIGA DA DEFESA NACIONAL**

Art. 1. A Liga da Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1916, independente de qualquer credo politico, religioso ou philosophico, e destinada, dentro das leis vigentes do paiz, a congregar os sentimentos patrioticos dos Brasileiros de todas as classes, tem por fim:

- a) manter em todo Brazil a idéa da cohesão e integridade nacional, procurando facilitar e desenvolver as communicações moraes e materiais entre as unidades da Federação;
- b) propagar a educação popular e profissional;
- c) Difundir, nas escolas primarias, profissionaes secundarias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, officinas, corporações e associações, a educação civica, o amor à justiça e o culto do patriotismo;
- d) defender o trabalho nacional, a lavoura, a industria, o commercio, as sciencias e artes e interessar-se por todas as questões que importarem á prosperidade, á segurança e dignidade do paz.
- e) combater o analphabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes;
- f) desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar e sustentar associações de escoteiros, linhas de tiros e batalhões patrioticos, quando autorizados por lei;
- g) apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar;
- h) aconselhar e facilitar a instrucção militar em collegios, escolas, faculdades, academias, externatos, internatos, seminários, orphanatos, institutos de assistência publica e particular, associações de commercio, industria, beneficencia sports e diversões.

- i) estimular e avivar o estudo e o amor da Historia do Brazil e das nossas tradições;
- j) fazer a propaganda da Liga no lar e em publico, por meio de conferencias, comicios, livros, folhetos, revistas, jornaes, festas publicas e premios:
- k) publicar um cathecismo civico, e livros de educação patriotica, destinados á infancia e adolescentes, para distribuição gratuita:
- l) robustecer o sentimento da pátria entre os Brasileiros residentes no estrangeiro;
- m) promover o ensino da lingua patria nas escolas estrangeiras existentes no Brazil, e a criação de escolas primarias nos nucleos coloniaes.

Art.2. A Liga da Defesa Nacional terá um Directorio Central, com um Presidente, onze Vice-Presidentes, uma Commissão Executiva e um Conselho Fiscal, e Directorios Regionaes em todos os Estados.

## **II**

### **DO DIRECTORIO CENTRAL**

Art.3. O Directorio Central, permanente, terá sempre cincoenta membros; em caso de morte, desistencia ou perda de cargo, as vagas serão preenchidas por maioria de votos dos presentes.

- a) A sede do Directorio Central será no Rio de Janeiro;
- b) O Directorio Central superintenderá toda a acção material e moral da Liga, por meio da Commissão Executiva, do Conselho Fiscal, e dos Directorios Regionaes.
- c) O Directorio Central nomeará os membros da Commissão Executiva e dos Directorios Regionaes; e nomeará tantas Comissões quantas julgar necessarias, constituídas por membros seus, ou por socios adherentes, encarregadas de estudar e fiscalizar as questões incluídas no programma;

O Directorio Central nomeará os tres membros do Conselho Fiscal, cujo mandato será renovado de 2 em 2 annos.

## **III**

### **DO PRESIDENTE DA LIGA**

Art.4. O Presidente da Liga será sempre o Presidente da Republica.

## **IV**

### **DOS VICE-PRESIDENTES DA LIGA**

Art.5. Os onze Vice-Presidentes da Liga serão sempre membros do Directorio Central:

- a) serão eleitos de dois em dois annos;

b) a sua precedencia será regulada pela idade.

## V

### DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art.6. A Comissão Executiva do Directorio Central compor-se-á de: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretario Geral, um Primeiro e um Segundo Secretario, e um Thesoureiro, eleitos para dois annos e pela assembléa geral do Directório, podendo ser reeleitos.

a) A Comissão Executiva dirigirá todos os trabalhos da Liga;

b) No fim de cada anno social, em 7 de setembro, apresentará ao Directorio Central, por meio do Conselho Fiscal, um relatorio de todos os seus trabalhos, com a exhibição minuciosa e documentada da receita e da despeza, e da gestão dos fundos da Liga;

c) No caso de morte, desistencia ou perde de cargo, as vagas serão preenchidas, dentro do anno social, pela escolha dos outros vice-presidentes da Liga.

## VI

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 7. O Conselho Fiscal, que se comporá de tres membros, inspeccionará o estado financeiro e economico da Liga e a applicação dos seus haveres; e examinará, sempre que entender, todos os documentos convenientes ao seu estudo. Dará, nas épocas previstas pelos Estatutos, o seu parecer por escripto.

## VII

### DOS DIRECTORIOS REGIONAES

Art. 8. Em cada Estado do Brazil haverá um Directorio Regional de dez a vinte e cinco membros permanentes; em caso de morte, desistencia ou perde de cargo, as vagas serão preenchidas pela nomeação do Directório Central.

Estes Diectorios Regionaes:

a) elegerão as suas Comissões Executivas, com Presidente, Vice-Presidente, Secretario e Thesoureiro;

b) estabelecerão, sempre que o julgarem necessario, em todas as cidades e nucleos de população, Comissões de Delgados;

c) dirigirão a acção e a propaganda da Liga nos Estados, de accôrdo com estes Estatutos;

d) organizar-se-ão por meio de regimentos internos, de accôrdo com estes Estatutos. Art. 9. Os Presidentes dos Directorios Regionaes serão sempre os Presidentes ou Governadores dos Estados.

## **VIII**

### **DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA**

Art.10. O Presidente da Comissão Executiva, que será sempre um dos Vice-Presidentes da Liga, representará esta, em todos os actos, para todos os fins sociaes e juridicos.

## **IX**

### **DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA**

Art. 11. O Vice-Presidente da Comissão Executiva, que será sempre um dos Vice-Presidentes da Liga, auxiliará e substituirá o Presidente nos seus impedimentos.

## **X**

### **DO SECRETÁRIO GERAL**

Art.12. O Secretário Geral da Comissão Executiva e da Liga, que será sempre um membro do Directorio Central, dirigirá todo o serviço de correspondencia da Liga. Será auxiliado e substituido em seus impedimentos, pelo Primeiro e pelo Segundo Secretario, respectivamente. Poderá nomear os auxiliares da Secretaria, que julgar necessarios. Será responsavel pela acção da Secretaria.

## **XI**

### **DO THESOUREIRO**

Art. 13. Ao Thesoureiro da Comissão Executiva e da Liga competirá: a arrecadação, deposito, emprego, despeza e movimento geral das contribuições, donativos legados, e de todos os fundos da Liga. Escolherá livremente os contadores, que julgar necessários. Será responsavel pela acção da Thesouraria, recolhendo a bancos os fundos sociaes.

## **XII**

### **DOS SOCIOS**

Art. 14. Haverá duas categorias de Socios adherentes: I - associações: II- indivíduos.

Art. 15. As associações ou ligas adherentes à Liga da Defesa Nacional darão a contribuição anual de 100\$000, em prestações semestraes ou annuaes.

Art. 16. Os Sócios adherentes serão:

- a) Honorarios: os que prestarem serviços relevantes a Liga;
- b) Benemeritos - os que oferecerem à Liga um donativo nunca inferior a 1:000\$000 em uma só prestação, ficando isentos de qualquer contribuição mensal ou annual.

c) Effectivos - os que contribuirem com a quota annual de 12\$000 em prestações mensaes, trimestraes, semestres e annuaes.

d) Remidos - as corporações, que fizerem uma contribuição única de 500\$000, e os individuos, que fizerem uma contribuição unica de 200\$000.

Art.17. Serão considerados sócios effectivos e gratuitos todos os professores e sacerdotes que adherirem à Liga.

### **XIII**

#### **DOS FUNDOS DA LIGA**

Art. 18. Os fundos da Liga serão constituídos pór donativos, legados, etc., e pelas contribuições dos socios.

a) Os donativos, legados etc., provindos de todos os pontos do territorio nacional ou do estrangeiro, serão entregues à Commissão Executiva e por ella administrados e empregados, com assistencia do Conselho Fiscal, destinando-se o principal a constituição do patrimonio da Liga.

b) Das contribuições feitas pelos socios adherentes dos estados aos Directorios Regionaes, 50% serão por estes applicados, para as despezas locaes de expediente; e os 50% restantes serão entregues ao Directorio Central.

c) A Commissão Executiva sustentará e pagará todas as despezas da acção e da propaganda, que se incluem nas alíneas de a a m do Art. 1.

### **XIV**

#### **DISPOSIÇÕES GERAES**

Art. 19. A Liga da Defesa Nacional nunca poderá intervir em lutas eleitoraes, nem em discussões ou propagandas partidarias, políticas ou religiosas; mas intervirá sempre, a titulo de centro de conselho e de continuidade, nas questões de educação, nos problemas sociaes de protecção e de defesa collectiva, dirigindo-se, dentro das garantias da Constituição do paiz, aos governos e ao povo.

Art. 20. Os fundos da Liga nunca poderão ser desviados dos fins especiaes de educação e de defesa nacional, de accordo com alíneas a a m do Art.1.

Art. 21. Sem que o texto seja previamente submetido, no Rio de Janeiro, a consulta do Directorio Central, e nos Estados, à dos Directorios Regionaes – nenhuma publicação poderá ser feita, com o nome da Liga pela imprensa ou pela tribuna.

Art. 22. A idoneidade dos adherentes será julgada pela Commissão Executiva do Directorio Central, ou, nos Estados, pelas Comissões Executivas dos Directorios Regionaes, competindo ao Directorio Central e aos dos estados resolver sobre a escolha dos socios honorarios.

Art. 23. No caso de ser dissolvida a Liga da Defesa Nacional, o patrimonio será destinado a instituições de instrução primaria, profissional, militar e cívica, ao alvitre do Directorio Central e ouvido o Presidente da Liga.

Art. 24. As omissões destes Estatutos serão suppridas pelas disposições do Regimento Interno.

Art. 25. A reforma destes Estatutos só poderá ser feita por maioria absoluta dos votos dos membros do Directorio Central e dos Directorios Regionaes.

Art. 26. Os socios da Liga não respondem subsidiariamente pelas obrigações, que os seus representantes contrahirem, expressa ou intencionalmente, em nome da mesma Liga.

Art. 27. O numero de sócios da Liga da Defesa Nacional será illimitado.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1916.

Presidente da Liga – Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República.

Vice-Presidentes – Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Almirante Alexandrino de Alencar, Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, General Caetano de Farias, Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, Dr. Gabriel Osório de Almeida, Dr. Pedro Lessa, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. Miguel Couto e Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Comissão Executiva – Dr. Pedro Lessa, presidente; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente; Olavo Bilac, secretario geral; Felix Pacheco, 1º secretario; Dr. Joaquim Luiz Osório, 2º secretario; Affonso Viseu, Thezoureiro.

Conselho Fiscal – Dr. Homero Baptista, Dr. Alberto de Faria, Dr. Guilherme Guinle.

Directorio Central – Conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Historico, director da Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes, da Academia Brasileira; Affonso Viseu, commerciante; Alberto de Faria, capitalista; Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha; Dr. Alfredo Ellis, senador federal pelo Estado de São Paulo; Dr. Aloysio de Castro, director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Alvaro Zamith, presidente da Federação Brasileira de Sports; Antonio Antunes de Figueiredo, presidente da Federação das Sociedades do Remo; Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, deputado federal pelo Estado de Minas Geraes; Antonio Muller dos Reis, director commercial do Lloyd Brasileiro; Dr. Augusto Daniel de Araújo Lima, director do Collegio Pedro II; Dr. Augusto Oympio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal; Dr. Bernardo Monteiro, senador federal pelo Estado de Minas; Candido Gaffrée, industrial; Conselheiro Candido de Oliveira, ex-ministro de Estado, director da Faculdade Livre de Direito; Conde Carlos de Laet, da Academia Brasileira, professor; Dr. Carlos Peixoto, deputado federal pelo Estado de Minas; Dr. Cícero Peregrino da Silva, director da Bibliotheca Nacional; Dr. Clovis Bevilaqua, da Academia Brasileira, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores; Felix Pacheco, da Academia Brasileira, publicista; Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, ex-presidente da Republica, agricultor; Dr. Gabriel Ozório de Almeida, presidente do Conselho Municipal, vice-presidente do Centro Industrial e Agricultor; Guilherme Guinle, industrial; Henrique Coelho Netto, da Academia Brasileira, deputado federal pelo Estado do Maranhão;

Dr. Homero Baptista, presidente do Banco do Brazil, agricultor; Almirante Innocencio de Lemos Bastos; Marechal Jeronymo de Moraes Jardim; Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, ex- presidente de Conselho de Ministros; Dr. João Galeão Carvalhal, deputado federal pelo Estado de S. Paulo; João G. Pereira Lima, presidente da Associação Commercial; Dr. João Pandiá Calogeras, Ministro da Fazenda; Dr. João Texeira Soares, ex-presidente do Clube de Engenharia, agricultor; Dr. Joaquim Luiz Osório, estancieiro, deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Sul; Joaquim Souza Ribeiro, presidente da Liga Metropolitana de Sports Athleticos; Jorge Street, presidente do Centro Industrial do Brazil; Marechal Jose Bernardino Bormann,; General Jose Caetano de Faria, Ministro da Guerra; Almirante Julio Cezar de Noronha; Dr. Luiz Soares dos Santos, senador federal pelo Estado do Rio Grande do sul; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, escrivão dos expostos da Santa casa de Misericórdia; Dr. Miguel Couto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina; Conselheiro Nuno de Andrade, professor e publicista; Olavo Bilac, da Academia Brasileira; Oscar de Porciúncula, estancieiro; Dr. Oscar Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Homens de Letras; Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, da Academia Brasileira, director do Instituto de Manguinhos; Dr. Pedro Lessa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da Academia Brasileira; Dr. Raul Pederneiras, presidente da Associação de Imprensa; Conselheiro Ruy Barbosa, presidente da Academia Brasileira, senador federal pelo Estado da Bahia; Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, do Cabido Metropolitano.

Observação-Publicado na na Revista de Assumptos Militares, a partir do nº 38, de 10 de novembro de 1916.